

# excellence

REVISTA CIENTÍFICA

[www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)



**EDUCAÇÃO  
REMOTA:**  
lições durante  
a pandemia e  
implementações no  
ensino híbrido.



REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE | V. 14. N. 01. ABRIL. 2022



ISSN 2595-8704



## EXPEDIENTE

### CONSELHO EDITORIAL

**Editor Chefe**

Prof<sup>o</sup>. Pós-Doutorado Cristiano de Assis Silva

**Vice Editor**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

**Presidente**

Weberth Martins Dos Santos

**Coordenador de Extensão**

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

**Secretária de Assuntos Educacionais**

Prof<sup>a</sup>. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

**Jornalista Responsável**

Cleilton Bastos Ferreira

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Inova Editora

### JUNTA EDITORIAL

**Artur Quixona Finda**

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

**Claudia Simões Cardoso**

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social -Anchieta – E. S.

**Claudia Batista Ferreira**

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E. S.

**Dilzerly Miranda Machado Tinoco**

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy – E. S.

**Karla dos Santos Leal**

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

**Fátima Agrizzi Ceccon**

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

**Salatiel Elias de Oliveira**

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apiacá – E. S.

**Tânia Mara Fontana Correa**

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E. S.

**Gilsete Lopes**

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

**Rusley Hilário Medeiros Miorim**

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E. S.

**Hilário Jebeson Viana da Costa**

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

**Regilane Ribeiro Sansão**

Avaliadora do MEC

### COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Pós-Dr<sup>a</sup> Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutoranda Regilane Ribeiro Sansão
- Dr<sup>a</sup>. Alexandra dos Santos Oliveira
- Dr<sup>a</sup>. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr. Rinaldo Pevidor Pereira
- Dr<sup>a</sup>. Betijane Soares de Barros
- Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Artur Quixona Finda
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Dr<sup>a</sup>. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Dr<sup>a</sup>. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr. Michell Pedrucci Mendes de Araújo
- Dr<sup>a</sup>. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Doutoranda Mariana Nascimento
- Doutoranda Cristiana Ana Lima
- Doutoranda Claudia Regina Stelzer Moraes
- Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Doutoranda Thalyta Botelho Monteiro
- Doutoranda Melina Barbosa Peixoto
- Mestra Débora Buriel Rocha Ribeiro
- Mestra Nilza Claudina Dionísio
- Mestra Noslaine da Conceição Sant'Anna Celestino
- Mestre Bruno de Freitas Santos
- Mestre Rusley Hilário Medeiros Miorim
- Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Mestranda Gislaine Pereira Souza
- Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Especialista Gilsete Lopes

#### REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE

Departamento Acadêmico Instituto  
Weberth Martins dos Santos  
CNPJ: 31.655.465/0001-04

**Endereço de correspondência:**

Rodovia do Sol, Km 25. Ponta da Fruta, Vila Velha – Espírito Santo – BR. Cep: 29129-015  
**E-mail:** revista@excellenceeduc.com | **Site:** www.excellenceeduc.com

## APRESENTAÇÃO

A **Revista Científica Excellence** é um periódico multidisciplinar bimestral, concebido pela **Excellence Group** e **Inova Editora**, destinado à divulgação de produção científica e acadêmica referentes às Ciências da Educação, Direito, Administração, Tecnologia, Saúde e outros.

Seu **objetivo** é disseminar as comunicações técnicas e difundir as experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento e regiões do Brasil e países de língua portuguesa. Além de referendar instituições, que **primam por difundir conhecimentos produzidos com maestria de seus inúmeros**

discentes e docentes.

A Revista Científica Excellence possui uma plataforma que reúne vários periódicos eletrônicos, e divulga artigos acadêmico-científicos. De acesso gratuito, este veículo está disponível a todos os leitores interessados em acompanhar as práticas de pesquisa desenvolvidas em diversas áreas, em suas diferentes linhas. A multidisciplinaridade que orienta a elaboração do periódico tem como propósito salientar os pontos de contato existentes entre os campos de investigação.

A escolha do meio eletrônico para a publicação se fundamenta na democratização da era digital. Além do acesso pleno dos leitores aos conteúdos publicados,

proporciona aos pesquisadores uma oportunidade a mais para a divulgação de seus trabalhos.

Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da assessoria científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

Este projeto visa promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, sua formação, políticas públicas, saúde, educação, tecnologia, história, políticas, formação de professores e etc.

Torne sua **pesquisa reconhecida** e se conecte com **autores do Brasil e do mundo.**



## PREFÁCIO

**A pandemia agravou as desigualdades educacionais.** Essa é uma das frases que mais temos ouvido dos especialistas ao longo do último ano ao comentarem os impactos na Educação.

Quando olhamos para as taxas de abandono escolar, reprovação e distorção idade-série, atentando principalmente aos recortes de raça, gênero, classe, bioma, as desigualdades ficam mais evidentes.

**A tecnologia está dominando o ambiente escolar e professores precisarão estar preparados para essa evolução,** utilizando metodologias inovadoras, buscando alcançar melhores resultados na aprendizagem do aluno.

Esse editorial, apresentamos análise, reflexão, crítica e esforços coletivos de **pesquisadores de países de Língua Portuguesa** que atuam em diversas áreas da ciência da educação, saúde, tecnologia e direito, tecendo aprofundamento de ideias com a temática: educação remota e lições durante a pandemia.

A ciência colabora com o desnudamento de diferentes realidades que nos circulam, e tem como objetivo estudar as culturas humanas, suas histórias, modo de vida, comportamentos individuais, sociais, proporcionando a compreensão de diferentes grupos, contextualizando hábitos e costumes na estrutura de valores inerentes.

Espera-se que a confiança depositada nesta revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo de iniciação, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

**Boa leitura!**



Pós-Doutorando  
Cristiano de Assis Silva  
**Editor-Chefe**

**PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE  
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:**



**REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE  
INOVA EDITORA**

V. 14. N. 01. ABRIL. 2022 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN(eletrônico): 2595-8704

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde Pública.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

**DIREITOS DE PERMISSÃO  
E UTILIZAÇÃO**

As opiniões emitidas nos textos publicados na  
Revista Científica Excellence  
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.  
Todos os direitos de reprodução,  
tradução e adaptações estão  
reservados com identificação  
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-Atual/>>

ISSN 2595-8704



9 772595 870009 02



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	04
<b>AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b> <i>Auristela Barbosa da Silva</i> .....	09-11
<b>A CAPACIDADE DO PROFESSOR EM ADMINISTRAR AULAS NA EJA</b> <i>Edinamar Farias Fernandes &amp; Cristiano de Assis Silva</i> .....	12-16
<b>O PAPEL DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS</b> <i>Edinamar Farias Fernandes &amp; Cristiano de Assis Silva</i> .....	17-20
<b>SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS</b> <i>Horácio Paulo Mingochi</i> .....	21-26
<b>RAIOS, RELÂMPAGOS E TROVÕES</b> <i>João Evangelista Neto</i> .....	27-29
<b>ANÁLISE SISTEMÁTICA DO PRECONCEITO LINGÜÍSTICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA</b> <i>Antônio Vieira Passos Neto</i> .....	30-36
<b>SAÚDE DO TRABALHADOR: AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE DUAS SERRAS-ANTAS BAHIA- BRASIL</b> <i>Manoel Messias Gama Silva</i> .....	37-41
<b>MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <i>Patrícia Aparecida Morais Alves Chaves</i> .....	42-51
<b>SAÚDE COMO BASE NA FAMÍLIA: VULNERABILIDADE SOCIAL E O ADOECIMENTO</b> <i>Rogério de Oliveira</i> .....	52-57
<b>TOXINA BOTULÍNICA NA ESTÉTICA FACIAL: UMA ABORDAGEM GERAL DO USO NA ESTÉTICA FACIAL</b> <i>Samaíra Raquel Ferreira Lima</i> .....	58-60
<b>FORMAÇÃO DOCEnte: A IMPORTÂNCIA DE INSERIR TÉCNICAS DE ENSINO VOLTADAS A TECNOLOGIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA</b> <i>Teane Frota Ribeiro</i> .....	61-66
<b>O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E A CRIMINALIDADE CONTEMPORÂNEA</b> <i>Inácio Mulenga Wimbo Katulumba</i> .....	67-71
<b>OS MEIOS ATÍPICOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM SEDE DE INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA</b> <i>Inácio Mulenga Wimbo Katulumba</i> .....	72-77
<b>AS DEBILIDADES DO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO SOYO</b> <i>Alexandre Filipe Juliana Neto</i> .....	78-82
<b>ANÁLISE DAS CAUSAS DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS NO REINO DO KONGO NOS ANOS DE 1506 – 1665</b> <i>Alexandre Filipe Juliana Neto</i> .....	78-82
<b>USO DA ETNOMATEMÁTICA COMO MÉTODO DE ENSINO – 1665</b> <i>Amazilene da Silva Aguiar Fonseca</i> .....	89-96
<b>ESCOLARIZAÇÃO REMOTA PARA OS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM JUAZEIRO DO NORTE: DESAFIOS E LIÇÕES DURANTE A PANDEMIA</b> <i>Roberta Ferreira Menezes &amp; Cristiano de Assis Silva</i> .....	97-103
<b>CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: RECURSO PEDAGÓGICO PARA O INCENTIVO À LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> <i>Edna de Almeida Lima Silva</i> .....	104-113
<b>CORRELAÇÃO DA SONOLÊNCIA DIURNA COM A ESCALA DE SONOLÊNCIA DE EPWORTH EM ALUNOS DE ENSINO MÉDIO</b> <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i> .....	114-118

<b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: O CONTEXTO LATINO-AMERICANO E A SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL</b>	
<i>Glaysdon Barreto Reis</i> .....	119-127
<b>A GARANTIA DE UM FUTURO SAUDÁVEL: CONHECIMENTO DOS PROGENITORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TESTE DO PÉZINHO AO RECÉM-NASCIDO</b>	
<i>Modesto Paulo Mateus</i> .....	128-134
<b>A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO</b>	
<i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno de Freitas Santos &amp; Maria Eliswagna da Costa &amp; Alzira Frota de Alcântara &amp; Katuscia Pimenta Rêgo</i> .....	135-139
<b>O DIREITO À CIDADE E O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CIDADE</b>	
<i>Isabelle Karen Ferreira de Melo</i> .....	140-145
<b>O DIREITO A EDUCAÇÃO SUPERIOR COM QUALIDADE PREVISTO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI 13.146/15 COMO FORMA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b>	
<i>Isabelle Karen Ferreira de Melo</i> .....	146-154
<b>A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA PROBLEMATIZADORA: UMA OPORTUNIDADE À REFLEXÃO CRÍTICA</b>	
<i>Salatiel Elias de Oliveira</i> .....	155-165
<b>A HIGIENE BUCAL E A INTERFERÊNCIA NA SAÚDE MENTAL DA PESSOA COM TEA</b>	
<i>Aracy Felix Silva</i> .....	166-170
<b>A DANÇA E SUAS EXPRESSÕES: A GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR</b>	
<i>Izabele Trindade Caldas</i> .....	171-175
<b>AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ATUAM NA CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO</b>	
<i>Lúcia Helena Silva Campos</i> .....	176-192
<b>ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA SOB A TEORIA DE MICHEL PÊCHEUX</b>	
<i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno de Freitas Santos &amp; Maria Eliswagna da Costa &amp; Alzira Frota de Alcântara &amp; Maria José Lopes de Souza Moraes &amp; Katuscia Pimenta Rêgo</i> .....	193-199
<b>O IMPACTO DA TECNOLOGIA EM TERMOS DE PRODUTIVIDADE DIANTE DE QUESTÕES RELACIONADAS À QUALIDADE DE VIDA E DE TRABALHO</b>	
<i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno de Freitas Santos &amp; Maria Eliswagna da Costa &amp; Alzira Frota de Alcântara &amp; Maria José Lopes de Souza Moraes &amp; Katuscia Pimenta Rêgo</i> .....	200-205
<b>A CONTRIBUIÇÃO DO PRAGMATISMO DE DEWEY NA CONSTRUÇÃO DE UM EDUCADOR REFLEXIVO</b>	
<i>Maria Loureto Lima &amp; Antonia Angela de Lima &amp; José Guimarães Coelho Filho &amp; Irlândia Alves Freitas Souza &amp; Eduygina Karla de Oliveira Carvalho</i> .....	206-211
<b>OS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DA PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL</b>	
<i>Maria Loureto Lima &amp; Antonia Angela de Lima &amp; José Guimarães Coelho Filho &amp; Irlândia Alves Freitas Souza &amp; Eduygina Karla de Oliveira Carvalho</i> .....	212-218
<b>ALUNO ESTRELA: TODOS MERECEM UM LUGAR DE DESTAQUE UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL EUTÍMIO GABRIEL DE VALOIS COUTINHO- MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU-BAHIA-BRASIL</b>	
<i>Cristiane Rosa Gonçalves de Souza</i> .....	219-223
<b>PRONTO PARA O ABATE? O SER HUMANO SENDO CONSIDERADO UM PRODUTO</b>	
<i>José Aparecido de Lima</i> .....	224-228
<b>GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: ESTUDO DE CASO</b>	
<i>Lucia Helena Silva Campos</i> .....	229-235
<b>EDGAR MORIN, “A CABEÇA BEM-FEITA”: UMA BREVE DISCUSSÃO</b>	
<i>Bruno de Freitas Santos &amp; Cristiano de Assis Silva &amp; Débora Rangel Arruda &amp; Cícero Neildson Félix de Alencar &amp; Maria Cristina Delmondes Nascimento &amp; Rodolfo José Souza de Lima</i> .....	236-244



Os **artigos** publicados são de total **responsabilidade** dos autores;

A Revista Científica Excellence não se responsabiliza pelas **opiniões, ideias e conceitos** emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É **reservado aos editores** o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas de publicação.

## AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM LEARNING ASSESSMENT

Auristela Barbosa da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por finalidade apresentar as ideais variáveis de avaliação de aprendizagem escolar e tem como objetivo primordial vivenciar uma adequação sobre o processo avaliativo envolvendo o educando como um desafio permanente para melhor valorização no ensino do 1º a 9º ano. O erro é uma das ligações mais sólido da cadeia avaliativa escolar, tem sido indicado como algo negativo, que precisa ser retirado e apagado ligando as ideias escolares. No entanto, avaliar é um ato que precisa ser efetuado com obrigação, ética e moral. A avaliação tem argumento em pressupor tradicionais e apenas quantitativas ainda sendo uma abordagem habitual, na qual, temos que retratar o cenário tendo uma paisagem das novas ações sociais. Portanto, as novas demandas exibidas na aprendizagem abrangem o educando e o educador, tornando possível uma análise no seguimento pedagógico, introduzindo no encadeamento das ideias da sua realidade política e social, tornando – se cidadãos críticos e reflexíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Aprendizagem. Avaliação.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to present the variable ideals of evaluation of school learning and its primary objective is to experience an adaptation of the evaluation process involving the student as a permanent challenge for better value in teaching from 1st to 9th grade. Error is one of the most solid links in the school evaluation chain, it has been indicated as something negative, which needs to be removed and erased, linking school ideas. However, evaluating is an act that needs to be performed with obligation, ethics and morals. The evaluation has an argument in assuming traditional and only quantitative approach, still being a usual approach, in which, we have to portray the scenario with a landscape of new social actions. Therefore, the new demands shown in learning encompass both the student and the educator, making an analysis in the pedagogical segment possible, introducing ideas into their political and social reality in the chain, becoming critical and reflective citizens.

**KEYWORDS:** Education. Learning. Evaluation.

---

<sup>1</sup> Licenciada em pedagogia pela universidade Federal do Rio Grande do Norte; Pós – graduada em centro de especialização em Didática do Ensino – ênfase em Geo – história pela Universidade Potiguar – UNP; Pós – graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco; Doutorando em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-mail:** pequenofisica@yahoo.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7758233345395343

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM e tem como objetivo vivenciar uma adequação sobre o processo avaliativo envolvendo o educando como um desafio permanente para melhor valorização no ensino do 1º a 9º ano. A avaliação, segundo Cipriano Carlos Luckesi, é uma manifestação qualitativa sobre informações importantes do seguimento do ensino – aprendizagem que encaminha o professor nas resoluções sobre a sua aplicação da atividade. Restabelecendo a cultura escolar sobre o processo de avaliação a fim de mudar a forma de torna – se maior a ruína de maneira que se torne articulador do acontecimento em meio escolar dos sujeitos das classes populares, na qual, tem sido uma grande provocação, assim porque cremos que esse processo ensino – aprendizagem deve está paralelo acatando o educando, estimando como pressuposto seu ponto de vista físico, social e econômico, valorizando em sua totalidade a formação de cidadãos críticos e ativos no contexto social.

A avaliação, hoje vem tendo destaque nas semelhanças diante dos profissionais da educação, isso com os pais e alunos tendo como forma uma estrutura de base da organização do serviço escolar. A totalidade do seguimento didático da avaliação escolar não constitui unir a conceitos formais.

## DESENVOLVIMENTO

Segundo Jean Piaget, a essencial meta da educação é educar homens que tenham capacidades de realizar coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é transformar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que elas se propõem.

“A inteligência é a solução de um problema novo para o indivíduo, é a capacidade dos meios para atingir certo fim, que não é acessível de maneira imediata; enquanto o pensamento é a inteligência interiorizada e se apoiando não mais sobre a ação direta, mas sobre um simbolismo, sobre a evocação simbólica pela linguagem, pelas imagens mentais, etc.” (PIAGET, Jean. 1984).

A escola é um espaço na qual, devemos compartilhar conhecimentos, a semelhanças entre os processos de preparação conceitual em desenvolvimento na criança e o ato de aprender dos conceitos científicos na escola é tematizado explicitamente por Vygotsky. Ele indica que a criança precisa é de oportunidades para conseguir novas reputações e palavras nas dinâmicas das relações verbais, mediadas pelos docentes. Na concepção de Paulo Freire, a sociedade tem direito de desempenhar e desfrutar de completa cidadania, assim todos os indivíduos possam ser alfabetizados dentro do seu seguimento, assim podendo ter a conscientização e tornando – se capaz, de transmitir a eles conhecimentos importantes, na qual, possa ter um olhar crítico diante de uma sociedade excludente.

“Ensinar não é transmitir conhecimento, mas as possibilidades para a sua própria construção”. (FREIRE, Paulo. 2003)

Visto que o professor através da avaliação tem por objetivo em compor o desenvolvimento do aluno com as finalidades do ensino. Portanto, avaliar é a execução das funções pedagógicas, diagnosticando e controlando a verificação durante o ano, no final de cada unidade didática ou em cada semestre. Temos em vista, que avaliar é verificar todo o processo de aprendizagem do discente, esse aproveitamento do aluno em relação do processo de aprendizagem, quando no início desse processo devemos antes de tudo avaliar as condições dos alunos, antes mesmo de

repassar certo conteúdo, isso avaliando seus pontos positivos e negativos.

## METODOLOGIA

A metodologia deve apresentar diante da concepção de ensino – aprendizagem numa perspectiva interacionista, na qual a partir do conhecimento prévio do aluno e da intermediação do professor, constroem - se, gradativamente, os conhecimentos mais sistematizados, buscando avançar em direção ao conhecimento científico produzido pela humanidade. Porém, no ponto de vista é necessário que a avaliação seja realizada de maneira contínua, dinâmica e progressiva. É importante, lembrar que a todo instante o docente precisa buscar identificar os progressos e as dificuldades dos alunos, refletindo sobre a metodologia que foi usada e replanejando o trabalho, e continuando os estudos e refazendo algumas habilidades individuais ou de grupos de alunos.

Avaliação podem se constituir em entrevistas, pesquisas, construção de modelos, trabalhos de campos, registros de observações ou outras produções escritas, atividades realizadas individual e/ou coletivamente, permitindo o crescimento do aluno. Finalmente, é de grande relevância o professor fazer requisitos constantemente em relação ao aluno, destacar os avanços, dificuldades, para que assim possa rever a sua prática pedagógica com o objetivo de dar atenção e instrumentalizar o aluno, professores, através de recursos tecnológicos.

## PROBLEMA

Dentro da totalidade avaliativa do nosso aluno percebemos que os sentimentos e significados dos conteúdos não conseguem ser assimilados corretamente, através da ampliação de seu repertório de saberes e fazeres a cerca das áreas dos conhecimentos articulados nas situações de ensino. As

diversidades de problemas a respeito da avaliação da aprendizagem são: o desinteresse dos alunos para com o que se ensina na escola, da sua apatia intelectual, de sua falta de compromisso para com o conhecimento, da indisciplina que domina suas atitudes, omissão e ausência dos pais para empenha – se na aprendizagem de seus filhos e o próprio sistema de ensino que contribui para que fatos dessa natureza aconteçam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é parte complementar do processo de ensino – aprendizagem e, dessa forma deve ter lugar no planejamento, contendo objetivos claros e pensando a forma para avaliar. Visto que esse segmento constrói ideias, reforçando precisamente ao transmitir as atividades que são afetadas, ao desenvolvimento dos docentes ao resolver atividades preparadas fazendo referências aos objetivos que foram iniciados.

De certa forma o fracasso do aluno, concede a analisar que errou, permitindo manifestar o desconhecimento em relação ao conteúdo estudado. Porém, os processos quantitativos e qualitativos em várias ocasiões são postos em discussão e, principalmente, em comparação recíproca, pela legitimidade de seus dados em sua eficácia, diante dos dados. No entanto, em vários momentos o pesquisador, possui uma ligação com os sujeitos indagados.

## REFERÊNCIAS

- LIBANEO, José Carlos – Didática São Paulo, Cortez, 1994.
- FREITAS, Luiz Carlos de Crítica da Organização do trabalho pedagógico e da Didática 7ª Ed. Campinas – SP, papirus Editora, 1995.
- PIAGET, Jean, para onde vai a educação? Rio de Janeiro: José Olympio, Editora, 1984.
- VYGOTSKY, Semeno Vich Lev. A formação social da mente; O desenvolvimento dos Psicólogos superiores. 3ª Edição São Paulo: Martins Fontes. 1994.

**A CAPACIDADE DO PROFESSOR EM ADMINISTRAR AULAS NA EJA****THE TEACHER'S ABILITY TO ADMINISTER CLASSES IN EJA****Edinamar Farias Fernandes <sup>1</sup>****Cristiano de Assis Silva <sup>2</sup>****RESUMO**

Este artigo procura apresentar a capacidade do professor em administrar aulas no sistema escolar Educação de Jovens e Adultos - EJA, entendendo que o ambiente escolar se compõe de estudantes que perderam por algum motivo os estudos e agora retornam e muitas vezes apresentam dificuldades em várias matérias. É neste contexto que cabe ao professor da EJA saber lidar com diferentes situações apresentadas por seus alunos, tendo a capacidade de lidar e gerenciar propostas que possam promover o ensino e aprendizagem de seus estudantes. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, apresentando os métodos exploratórios e descritivo, a fim de que o objeto da pesquisa possa ser estudado com maior clareza.

**PALAVRAS-CHAVE:** EJA. Professor. Capacidade.

**ABSTRACT**

This article seeks to present the teacher's ability to administer classes in the Youth and Adult Education - EJA school system, understanding that the school environment is composed of students who have lost their studies for some reason and now return and often have difficulties in various subjects. It is in this context that it is up to the EJA teacher to know how to deal with different situations presented by their students, having the ability to deal and manage proposals that can promote the teaching and learning of their students. This research is bibliographic, presenting the methods.

**KEYWORDS:** EJA. Teacher. Capacity.

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1999); Bacharel em Teologia pela Faculdade Integrada - FATIN (2013). Especialização em Docência do Ensino Superior pela UCDB. **E-mail:** edinamar\_farias@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7786079027536078

<sup>2</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

## INTRODUÇÃO

O professor é o personagem importante na educação do homem, sendo ele o responsável pela formação do pensamento reflexivo e crítico do indivíduo. A educação não pode desenvolver um trabalho formal ou seguir um requisito de trabalho, mas deve se preocupar em construir cidadãos que possam ter seu próprio pensamento crítico e reflexivo, sendo donos de seus próprios argumentos, e que possam caminhar com seus próprios saberes, não o de outrem.

Neste contexto, o professor será aquele personagem que irá transmitir saberes e capacidade em seus alunos, formando uma sociedade consciente de sua história e ciente de sua força de construir um mundo melhor. A educação não pode jamais ser um faz de conta, que o professor finge que ensina e o aluno acredita que aprendeu alguma coisa, mas deve ser uma realidade transformadora na vida do ser humano.

Partindo dessa premissa, este artigo procura apresentar como universo de pesquisa o tema: a capacidade do professor em administrar aulas no EJA. O que procura problematizar a formação do professor e sua capacidade de administrar aulas neste processo de ensino que é a EJA.

A EJA é um sistema de educação criado para jovens e adultos, ou seja, para aqueles indivíduos que não tiveram a oportunidade de estudar ou que pararam de estudar por algum motivo e que procuram retornar aos estudos, seja para aprender ler e escrever ou para conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

Neste sistema de educação que cabe ao professor apresentar suas habilidades e conhecimentos em administrar aulas na EJA. Tal trabalho coloca em voga a capacidade e a formação do profissional docente, caracterizando-o para desempenhar tarefas e desenvolver conhecimentos aos seus alunos.

Neste sentido, este estudo procura apresentar como objetivo geral descrever a capacidade do professor em administrar aulas na EJA, seguido dos

Objetivos específicos que são: abordar sobre a EJA; descrever a formação do professor, analisar os desafios e perspectivas do professor em administrar aulas na EJA.

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

O sistema de educação para jovens e adultos começa desde o tempo colonial no Brasil, desde o momento que os padres começam a catequisar os índios para o catolicismo (BISPO, 2008).

“A expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII, desorganizou o ensino até então estabelecido”. SALDANHA (2009).

É a partir do Brasil Império que as escolas começam a aparecer, possibilitando o acesso dos alunos às escolas, sendo o ensino nesse tempo de pouca qualidade SALDANHA (2009).

A lei “favorecia as classes pobres, pois estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos, no decorrer dos séculos houve várias reformas” (SOARES, 2002, p. 08).

Em 1882 Rui Barbosa já denunciava a realidade vergonhosa e precária da educação no Brasil, apresentando propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualidade de Ensino (MARTINS, 2002).

Em 1930, momento da industrialização nacional, o governo procurava alfabetizar a classe mais pobre, não buscando ainda uma consciência crítica SALDANHA (2009).

Neste momento de industrialização ainda não se preocupava como uma educação que formasse na consciência coletiva um espírito crítico e reflexivo, nem ainda de preparar uma mão-de-obra qualificada, mas somente que construísse um ensino em que o povo pudesse ler e escrever. A maior preocupação nesse momento era fazer do ensino um direito de todos (FREIRE, 2005)

“A educação de adultos era gerada como ampliação da escola formal, principalmente para zona

rural, sendo a mesma apropriada para trabalhar com os alunos”. (GADOTTI, 2003, p.. 02).

Percebe-se que nesse momento, esta educação brasileira voltada para o povo, não a classe nobre, era muito fraca.

Já na era de Getúlio Vargas (1945), a educação começa a melhorar, intensificando seu valor. Já em 1980 e 1990 a educação deixa de ser tradicionalista e os professores procuram novas propostas de ensino, em que houvesse uma aprendizagem melhor e de qualidade. Neste contexto, o governo do momento não deu apoio à Educação de Adultos, contribuindo para o fechamento da Fundação Educar.

### **BENEFÍCIOS DA EJA PARA JOVENS E ADULTOS**

A EJA é um sistema de educação criada para aqueles que não tiveram a oportunidade ou desistiram de estudar por algum motivo.

O professor da EJA deve ser um profissional diferenciado, procurando identificar o potencial de cada aluno no processo de ensino e aprendizagem (GOMES, 2011).

O professor da EJA deve ter uma compreensão desse sistema educacional, ou seja, de que os alunos que compõe a sala de aula são pessoas com dificuldade na leitura, na escrita, na interpretação de um texto, e falta de senso crítico para compreender a realidade do mundo. Tal aluno com a ajuda do professor pode crescer pessoal e profissionalmente (LOPES & SOUSA, 2011).

O professor da EJA deve ter a capacidade de compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Muitas vezes o educando trabalha e não tem tempo de fazer suas atividades educacionais, ou muitas vezes sentem dificuldades em resolver sozinhos os problemas de matemáticas, português ou outra matéria.

E preciso que o professor acredite nas possibilidades de compreensão de seus alunos,

buscando seu crescimento pessoal e profissional a fim de que exista a realização efetiva da inclusão EJA.

[...] Educação de Jovens e Adultos ainda hoje é confundida por muitos alunos e até mesmo professores com o antigo Ensino Supletivo, aprender, apropriando-se, gradativamente, do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 183).

A educação na EJA não pode ser entendida como um ensino de ler e escrever apenas, mas obter o conhecimento necessário para compreender o mundo, ter a aptidão da pesquisa, do discernimento para entender o engano, emancipando-se do analfabetismo político.

“a educação de adultos possibilita uma aprendizagem significativa, para uma participação ativa no mundo letrado”. Compreende-se que a “aprendizagem significativa está intimamente ligada a qualidade do ensino-aprendizagem, que se mede, pela aquisição ou não, pelos discentes, das ferramentas que permitem interferir e transformar a realidade”. OLIVEIRA et al. (2012)

No sistema de EJA o aluno deve ter uma aprendizagem significativa a fim de que possa também participar de uma vaga de emprego, de um concurso público, ou até mesmo ingressar em uma universidade. Para tanto, o professor deve ser capacitado para que tal educação possa ser significativa na vida de seu aluno, e não somente um mesmo trabalho em que o professor faça apenas para cumprir hora e ir para sua casa.

a educação de adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolve o conhecimento e a integração os educadores precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular (saber primeiro) (GADOTTI, 2005, p. 08).

A EJA deve ser uma educação que sobressalte da mesmice, que não possa ser apenas um ensino em que o aluno possa ler e escrever ou receber um certificado no final do ano letivo, cumprindo apenas uma política tradicional de educação em que seu objetivo seja apenas um ensino colocado pelo governo para cumprir seu papel governamental.

Neste contexto, é importante que o professor da EJA esteja capacitado, para poder desempenhar seu papel de promover uma educação com qualidade, em que o estudante possa de fato aprender e conhecer para poder estar preparado para enfrentar o mundo da concorrência mercadológica e ideológica. Para tanto, tal profissional deve ter uma formação que possa acompanhar todas as necessidades que os educandos na EJA venham apresentar.

### **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

A atuação do professor em qualquer área de ensino perpassa pela sua formação profissional.

Portanto, a experimentação da prática em consonância com a teoria, proposta no curso de formação inicial de professores são de suma importância para uma boa formação profissional. Com estes esclarecimentos, poder-se-ia construir na formação de professores uma práxis educativa que compreendesse e efetivasse a indissociabilidade entre a teoria e a prática no exercício docente (PIMENTEL, p. 21, 2014).

O professor deve levar para a sala de aula aquilo que aprendeu em sua formação acadêmica. Portanto, sua formação deve conter os requisitos necessários para atuar sem que os seus alunos tenham prejuízo de sua prática. É na formação do professor que se encontra o sucesso ou o fracasso na prática escolar, objetivando resultados positivos ou negativos para aqueles que são ensinados.

Os saberes inerentes à profissão docente são adquiridos através do tempo (TARDIF, 2008), contudo, sua formação deve promover a base do conhecimento pedagógico especializado.

É na prática que é exigido dos professores conhecimento em utilizar de forma adequada suas ferramentas didáticos-pedagógicas, além de seus trabalhos com conteúdos curriculares (IMBERNÓN, 2011).

Neste contexto, alguns conhecimentos são de fundamental importância, tais como a elaboração de planejamentos, a relação professor-aluno, entre outros. (RAMALHO; FIALHO; NUÑEZ, 2014).

### **A CAPACIDADE DO PROFESSOR EM SUA PRÁTICA NA EJA**

Administrar aulas na EJA requer do professor conhecimento para desenvolver conteúdos necessários que possam promover o conhecimento a estudantes que precisam recuperar o tempo escolar perdido e prosseguir em sua vida acadêmica.

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000, p.56)

O professor da EJA deve compreender os alunos em suas dificuldades de aprendizagem, e procurar ajudar possibilitando também capacidade de aprender de modo fácil, e se possível ajudar o aluno a

desenvolver problemas como matemáticos ou interpretações de textos, entre outros assuntos que o estudando não consegue desenvolver sozinho.

Ser professor, hoje, é ser um profissional competente, para levar o aluno a aprender, é participar de decisões que envolvam o projeto da escola, lutar contra a exclusão social, relacionar-se com os alunos, com os colegas da instituição e com a comunidade do entorno desse espaço (ENS, 2006, p. 19).

O professor na EJA deve lutar para que seus alunos não se sintam incapazes e excluídos do próprio grupo escolar, procurando interagir com os seus alunos em suas dificuldades e problemas, dentro de aula e fora dela.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema escolar EJA precisa de professores que possam administrar aulas, entendendo as dificuldades do aluno.

O estudante da EJA chega ao ambiente escolar trazendo várias dificuldades, até porque parou de estudar, muitas vezes se sentindo incapaz de aprender e continuar seus estudos. É neste ponto que o professor da EJA deve encorajar os seus alunos a prosseguir em sua caminhada acadêmica, assegurando-lhe que é capaz de aprender e continuar seus estudos,

Portanto, faz-se necessário que o professor que administra aulas na EJA tenha uma formação que possa ter os critérios necessários para atuar em uma sala de aula diferenciada, em que o ambiente escolar muitas vezes vai requerer que o educador não passe somente a aula, mas que também possa compreender o aluno em suas dificuldades, tanto escolar quanto extraescolar.

### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ALVES, Rubem. **Rubem Alves – Frases, Pensamentos e Citações – KD Frases**. Disponível em: [kdfrases.com/autor/rubem-alves](http://kdfrases.com/autor/rubem-alves). Acessado em 14/07/2017.

BISPO, J. S. G. **Modelagem Matemática**: um método possível para a Educação de Jovens e Adultos Anais do XII Ebrapem, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática educativa**. 4.\_\_\_\_\_ **Conscientização**: Teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Formação de pessoas adultas** – A última experiência de Paulo Freire, 2005. Disponível em [http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/Formacao\\_pessoas\\_adultas](http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/Formacao_pessoas_adultas). Acessado em 14/07/2016.

GALVÊAS, E. C. **Paulo Freire e o Método de Alfabetização de Adultos**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14578110-Paulo-freire-e-o-metodo-de-alfabetizacao-de-adultos.html>. Acessado em 14/07/2016.

GOMES, C. S. **TEXTO PARA ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO DIDÁTICO - PEDAGÓGICA**: Repensando a prática pedagógica para o professor de História para a Educação de Jovens e Adultos – EJA Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação Diretoria de Políticas e Programas Educacionais Programa e Desenvolvimento Educacional Universidade Estadual de Ponta Grossa DVD PONTA GROSSA 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, S. P., SOUSA L. S. **Eja: Uma Educação Possível Ou Mera Utopia?** 2010. Disponível em: <http://forumeja.org.br/ac/book/export/html/61>.

Martins, A.T, Agliard, D. A. **A legislação de educação de jovens e adultos a partir da Constituição Federal de 1988**. 2013.

OLIVEIRA, et al. **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012.

SALDANHA, Leila. **Histórico da EJA no Brasil**. Disponível em: [http://artigos.netsaber.com.br/resumo\\_artigo\\_14328/artigo\\_sobre\\_hist%C3%93ri\\_co\\_da\\_eja\\_no\\_brasil](http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14328/artigo_sobre_hist%C3%93ri_co_da_eja_no_brasil) Acesso em 31/01/2013 às 15: acessado em: 30/06/2016.

SCHEIBEL, M. F. I; LEHENBAUER, S(org.). **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos EJA**. Porto Alegre: Pallotti, 2006. SOEK, Ana Paula. **Fundamento e Metodologia da Educação**.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

## O PAPEL DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS

### THE ROLE OF SCHOOL SUPERVISION IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS IN THE EARLY GRADES

Edinamar Farias Fernandes <sup>1</sup>

Cristiano de Assis Silva <sup>2</sup>

#### RESUMO

Este estudo procura apresentar a administração escolar no sentido de supervisionar todo o processo de ensino e aprendizagem empregado na escola. Desta forma, ele apresenta a supervisão escolar como peça fundamental para que o ensino seja feito com qualidade, verificando o desempenho do professor no desenvolvimento do projeto político pedagógico que começa nos âmbitos do planalto federal e continua no âmbito da escola. Neste contexto a pessoa do supervisor é de fundamental importância para que a educação possa de fato ser vivenciada pelo discente e ao mesmo tempo venha atingir com resultados satisfatórios na aprendizagem de cada aluno. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, apresentando os métodos exploratórios e descritivos, a fim de que o objeto da pesquisa possa ser estudado com maior clareza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Supervisão Escolar. Ensino. Aprendizagem.

#### ABSTRACT

This study seeks to present the school administration in the sense of supervising the entire teaching and learning process employed in the school. In this way, he presents school supervision as a fundamental part for teaching to be done with quality, verifying the performance of the teacher in the development of the pedagogical political project that begins in the spheres of the federal plateau and continues within the school. In this context, the person of the supervisor is of fundamental importance so that education can actually be experienced by the student and at the same time will achieve satisfactory results in the learning of each student. This research is bibliographic, presenting exploratory and descriptive methods, so that the research object can be studied with greater clarity.

**KEYWORDS:** School Supervision. Teaching. Learning.

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1999); Bacharel em Teologia pela Faculdade Integrada - FATIN (2013). Especialização em Docência do Ensino Superior pela UCDB. **E-mail:** edinamar\_farias@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7786079027536078

<sup>2</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

## INTRODUÇÃO

A escola é um corpo educacional que administra todo processo de ensino e aprendizagem do aluno, sendo responsável pelo resultado final que envolve a qualidade do ensino e aprovação do aluno de uma série para outra.

A qualidade do ensino é responsável pela formação acadêmica do aluno. Portanto, o corpo pedagógico assume a responsabilidade de procurar apresentar ao aluno um ensino de qualidade e que possa fazer valer em cada final de ano letivo.

Partindo desse pressuposto, este estudo procura apresentar como universo de pesquisa o tema: o papel da supervisão escolar no processo ensino e aprendizagem nas series iniciais.

O interesse por esse tema remete sobre a importância que a supervisão escolar tem na área administrativa, a qual é responsável por uma educação de qualidade, e para tanto, a pessoa do supervisor escolar trabalha para que o ensino atinja suas metas, e o aluno possa de fato não somente passar de uma série para outra, mas ser conhecedor do que foi ensino ao longo do ano letivo.

Desta forma, esta pesquisa procura apresentar como ponto questionador o papel da supervisão escolar no processo de ensino e aprendizagem na series iniciais.

Na realização deste estudo foram elaborados os seguintes objetivos: descrever o papel da supervisão escolar no processo ensino e aprendizagem; abordar sobre supervisão escolar; analisar o papel da supervisão escolar na pessoa do supervisor.

A pesquisa está composta por introdução ao tema, fundamentação teórica que procura conceituar a supervisão escolar e problematizar seu papel no processo de ensino e aprendizagem nas series iniciais, finalizando com as considerações finais.

## CONCEITO DE SUPERVISAO ESCOLAR

A palavra supervisão significa sobre a ação de ver. Ou seja, aquele que ver com mais clareza, ou olhar por cima, tendo uma visão global de tudo o que esta acontecendo (GIANCATERINO, 2012).

O trabalho da supervisão escolar no âmbito educacional e de fundamental importância para que a educação se torne real na vida de cada aluno, por isso o supervisor escolar precisa saber como esta o desempenho profissional de cada professor em sala de aula.

## A SUPERVISÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A supervisão escolar ocorre na pessoa do supervisor escolar, sendo este quem irá desenvolver todo o trabalho do supervisor o trabalho da escola e do professor no processo de ensino e aprendizagem.

O supervisor educacional é um agente de mudança, facilitador, mediador e interlocutor, um profissional capaz de fazer articulações entre as equipes diretiva, educadores, educando e demais integrantes da comunidade escolar, no sentido de colaborar no desenvolvimento individual, social, político e econômico e, principalmente na construção de uma cidadania ética e solidária (LIBÂNEO, 2005, p. 39).

A supervisão escolar na pessoa do supervisor procurar trabalhar mudanças no âmbito escolar, procurando facilitar o trabalho pedagógico, procurando facilitar o ensino, ligando professor, escolar e aluno. Procurando entender as dificuldades no trabalho do professor, bem como as dificuldades dos alunos para entender o ensino.

O supervisor escolar procura entender a linguagem da educação, se ela está sendo feita conforme nos ditames das políticas pedagógicas, ou se

está padecendo de algum erro no processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido, a supervisão no âmbito escolar procura mostrar resultados que começam desde a sala de aula e perpassa os muros escolares, atingindo a sociedade no sentido amplo de uma cidadania.

### **O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLA JUNTO AOS EDUCANDOS**

O trabalho que resulta em uma educação de qualidade passa sempre pelo olhar do professor. Uma escola em que o trabalho do supervisor não sentido e vivenciado, sempre apresentará lacunas no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o supervisor precisa ser um agente transformador, viabilizando recursos e formas de solucionar problemas em sala de aula. Neste sentido, precisa sempre sair de sua sala para averiguar o andamento e desempenho de cada aluno no processo de ensino e aprendizagem, sendo flexível junto ao corpo discente e docente.

O centro de atenção máxima da escola deve ser o aluno. A escola existe em função dele e, portanto, para ele. O supervisor escolar tem o papel principal de atuar com este aluno, por isso sua função é de extrema importância no contexto escolar (GRISPUN, 2006, p. 16).

É de fundamental importância que o supervisor possa conhecer cada aluno e suas dificuldades, avaliando por meio de suas notas o seu desempenho e ao mesmo tempo suas dificuldades para resolver os problemas na aprendizagem, especialmente na matéria de matemática, em que muitos alunos sentem dificuldade na resolução de problemas e quando chega ao final do aluno letivo muitos alunos apresentam o boletim escolar com notas vermelhas, especialmente neste matérias em que se requer o raciocínio lógico e uma compreensão satisfatória sobre o assunto dado.

### **O PROCESSO DE ENSINO E APPRENDIZAGEM NO TRABALHO DA SUPERVISAO ESCOLAR**

O processo de ensino e aprendizagem requer um trabalho baseado no processo de quem ensina e de quem aprende. E no trabalho da supervisão escolar a qualidade do ensino deve ser avaliada a fim de que os resultados possam ser satisfatórios em cada final de ano letivo,

[...] a supervisão escolar constitui-se num trabalho escolar que tem compromisso de garantir a qualidade do ensino, da educação da formação humana. Seu compromisso, em última instância, é a garantia de qualidade da formação humana que se processa nas instituições escolares, no sistema educacional brasileiro. Não se esgota, portanto no saber fazer bem e no saber o que ensinar, mas no trabalho articulador e orgânico [...] (FERREIRA, 2003, p. 237- 238).

O papel da supervisão escolar deve ser o de formar indivíduos que possam estar preparados para atuar no mundo político quanto no mundo profissional, preparando cidadãos com uma visão crítica do mundo.

Em Przybylski (2000) o supervisor escolar aparece como aquele que orienta sua equipe de trabalho, acompanha no processo de ensino e aprendizagem, observa e assessoria no desempenho dos professores, preparando-os em sua ação didática junto aos alunos.

O trabalho da supervisão escolar no processo de ensino e aprendizagem equivale em orientar, acompanhar, observar e dar assessoria ao trabalho pedagógico do professor. A parte de assessorar o professor e de fundamental importância, pois ele pode oferecer recursos satisfatórios para que o educador possa dar continuidade ao seu trabalho.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escola é o lugar de formação acadêmica do ser humano, que contribui para o seu desenvolvimento intelectual, moral, ético e profissional. Em seu âmbito escolar estão os recursos necessários para que o ensino e a aprendizagem possam se fazer valer dentro de um planejamento que começa nas políticas públicas educacionais e se apresenta em sala de aula. Não se pode dizer que eles se encerram em sala de aula, mas que neste espaço ocorre tudo o que foi planejado e elaborado, tanto no plano político pedagógico quanto pela própria escola.

Na escola, a equipe educacional responsável pelo processo de ensino e aprendizagem tem a responsabilidade de averiguar que o ensino possa ser executado com qualidade.

A equipe escolar está composta por membros responsáveis para que o ensino possa de fato ser realizado com qualidade. Neste contexto, a pessoa do supervisor é de fundamental importância para que a administração do processo educativo possa ser levado a cabo e realizado com eficiência, esperando resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem nas séries iniciais.

Cabe ao supervisor escolar sempre interagir entre o planejado e a execução do projeto pedagógico, entre a sala da direção escolar e a sala em que o professor executa sua aula, a fim de saber como ocorre o desempenho, tanto do docente quanto do discente.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. **A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor**. In: FERREIRA, Naura Carapeto (org). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, Naura Silva C. (Coord.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIANCATERINO, R. **Supervisão escolar e gestão democrática**, RJ: WAK, 2012;

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da sua escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 18 ed. Loyola: São Paulo. 2005

NÉRICI, Imídeo Guisepe. **Introdução à supervisão escolar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000;

PRZYBYLSKI, E. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre: Sagra, 2000;

RANGEL, Mary. **Supervisão Pedagógica: um modelo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

## SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

### SUSTAINABILITY IN PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Horácio Paulo Mingochi <sup>1</sup>

#### RESUMO

**Introdução:** As instituições de ensino superior são sustentadas na sua maioria se não todas em Angola por propinas provenientes da cobrança dos estudantes o que limita as fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade das instituições. **O problema:** Que alternativas devem ser optadas pelas instituições de ensino superior para garantir sustentabilidade para além das propinas?. **Objetivo:** Pesquisar os pressupostos teóricos que sustentam a sustentabilidade das instituições de ensino superior para além das propinas cobradas pelos estudantes. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva com enfoque de estudo sobre a sustentabilidade nas instituições de ensino superior privadas a ser realizado com os professores do Instituto Superior Politécnico Privado Walinga afeto ao Departamento das Ciências Económica e Empresariais. **Resultado e Discussão:** O resultado obtido do questionário direcionado aos docentes do Instituto Superior Politécnico Privado Walinga mostra que dos 100% dos professores que participaram do inquerido 67% concordam que a propina paga pelos estudantes nas instituições de ensino superior é suficiente para garantir a sustentabilidade financeira da mesma. **Considerações finais:** A sustentabilidade financeira das instituições privadas é proveniente das propinas pagas pelos estudantes segundo os dados apurados na presente pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade. Instituições de Ensino Superior e Propinas.

#### ABSTRACT

**Introduction:** Most, if not all, higher education institutions in Angola are supported by tuition fees from students, which limits the sources of funding to ensure the sustainability of the institutions. **The problem:** What alternatives should higher education institutions choose to ensure sustainability beyond tuition fees? **Objective:** Research the theoretical assumptions that support the sustainability of higher education institutions beyond the fees charged by students. **Methodology:** This is a qualitative and quantitative research, with a descriptive approach focusing on the study of sustainability in private higher education institutions to be carried out with professors from the Instituto Superior Politécnico Privado Walinga attached to the Department of Economic and Business Sciences. **Result and Discussion:** The result obtained from the questionnaire directed to the teachers of the Instituto Superior Politécnico Privado Walinga shows that of the 100% of the teachers who participated in the survey, 67% agree that the tuition paid by students in higher education institutions is sufficient to guarantee financial sustainability of the same. **Final considerations:** The financial sustainability of private institutions comes from the fees paid by students according to the data obtained in this research.

**KEYWORDS:** Sustainability, Higher Education Institutions And Tuition Fees.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Administração pela ACU - Absolute Christian University. Mestre em Administração e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto. Licenciado em Contabilidade e Administração pela Escola Superior Politécnica do Moxico. **E-mail:** paulohoracio07@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1189338648386631

## INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior são sustentadas na sua maioria se não todas em Angola por propinas provenientes da cobrança dos estudantes o que limita as fontes de financiamento para garantir a sustentabilidade das instituições. Para poder ultrapassar essa deficiente será necessário criar mecanismo que possibilitam alargar as bases de arrecadação de receitas com vista a financiar as instituições de ensino passando pela comercialização de projectos científicos produzidos pelas instituições e serem vendidos aos governos e outros parceiros sociais, venda de livros através de livrarias com matérias produzidos pelos estuantes e docentes entre outros.

A sustentabilidade a nível das instituições de ensino superior ganhou vantagem devido ao surgimento da pandemia da covid-19 que causou o encerramento temporário das instituições de ensino superior e uma vez que, muitas instituições são dependentes das propinas apresentaram na sua estrutura financeira falta de liquidez para solver os seus compromissos devido a única fonte de arrecadação de receitas. Por essa razão, surge a necessidade de alterar o actual quadro através dos qual as instituições se encontram em relação a sustentabilidade de modo que existam fonte alternativa de arrecadação de receitas.

## O PROBLEMA

Mediante as várias insuficiências constadas a nível das instituições de ensino superior fundamentalmente a sua sustentabilidade e no sentido de encontrar uma medida para colmatar essa situação determinou-se a seguinte pergunta de partida:

Que alternativas devem ser optadas pelas instituições de ensino superior para garantir sustentabilidade para além das propinas?

## OBJETIVO

Pesquisar os pressupostos teóricos que sustentam a sustentabilidade das instituições de ensino superior para além das propinas cobradas pelos estudantes.

## SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS.

### FONTES DE RECEITAS:

A universidade usa recursos para o ensino dos estudantes, para a pesquisa e para fornecer informações técnicas à sociedade. A sobrevivência de uma universidade vai depender de sua capacidade de conseguir dos contribuintes recursos monetários em quantidade suficiente para cobrir suas despesas operacionais. Se o produto da universidade for rejeitado pelo ambiente mais amplo, no qual se insere, de modo que os estudantes venham a se matricular em outros locais e os contribuintes a dar apoio a outros empreendimentos públicos, ou se a universidade gasta recursos demais, comparados ao produto, ela deixará de existir. Como a empresa, a universidade deverá fornecer o produto certo, no preço certo, se quiser sobreviver.

A estrutura de financiamento é um aspecto importante para as IES públicas, portanto, torna-se importante que essas instituições tenham diversas fontes de financiamento para não ficarem dependentes de um único provedor e garantir assim a continuidade do processo.

### DEFINIÇÕES DE PREÇOS

Para definições de preço é preciso verificar as condições de mercado e a composição de custos da instituição, não adianta ofertar um curso a um valor

competitivo em relação aos concorrentes se a margem de contribuição for negativa.

Um dos pilares da gestão de qualquer empresa é a sustentabilidade financeira, mas a busca desta sustentabilidade muitas vezes esbarra em dois fatores preliminares.

A falta de informações para o controle de mercado para análise e comparativas e fixação de metas.

Uma conta simples de se fazer para saber se o valor da mensalidade não esta gerando prejuízo é:

$$PE = \left\{ \frac{\text{(total de CF)}}{(1 - \text{percentual de CV})} \right\} + TMR$$

Para definições de preço é preciso verificar as condições de mercado e a composição de custos da instituição, não adianta ofertar um curso a um valor competitivo em relação aos concorrentes se a margem de contribuição for negativa.

Um dos pilares da gestão de qualquer empresa é a sustentabilidade financeira, mas a busca desta sustentabilidade muitas vezes esbarra em dois fatores preliminares.

A falta de informações para o controle de mercado para análise e comparativas e fixação de metas.

Uma conta simples de se fazer para saber se o valor da mensalidade não esta gerando prejuízo é:

Na formula PE= Preço de Equilíbrio, ou seja, o preço mínimo para não haver prejuízo.

CF= Custos fixos.

CV= Custos variáveis e TMR= Total de mensalidades recebidas.

O leque de soluções financeira oferecido pode ser, portanto, diversificado e bem administrado, para atender não só aos interesses e necessidades dos

alunos em potencial, como também auxiliar na gestão financeira da instituição.

As bolsas integrais, parciais ou subsidiadas pelo governo, descontos e opções para evitar desistências devem ser contempladas pela estratégia.

Ao estruturar diversas soluções, a instituição aumenta a chance de atender mais alunos e evita o risco de depender apenas de financiamentos de terceiros.

Analisando o texto já concluímos que as instituições privadas distinguem-se das IES públicas, primeiro pela administração financeira uma mantida pelo dinheiro privado, outra mantida pelo dinheiro público, as IES privadas por serem mantidas pela iniciativa privada, estas contam com a presença e interferência do gestor ou mantenedor que é uma realidade nas IES particulares e as ações são realizadas tendo em vista a relação “custo benefício” um exemplo disso diz respeito á contratação de pessoal, diferente das IES públicas cujas admissões de pessoal se da através de concurso, nas IES nem sempre é pelo mérito, pela competência, mas sim pela indicação pelo vinculo afetivo ou vinculo de aliança que serve a quem esta no poder (Poder Político).

As ações não tem por critério o profissionalismo, mas a “boa vontade” o que pode significar redução de custos e ai agradam aos mantenedores, que estão sempre preocupados com a economia, outra diferença em relação ás instituições públicas e privadas é que as públicas são mais acessíveis no caso de negociação há mais espaços, não há presença da figura considerada “dono” em suas narrativas.

Quando as IES privadas não estão atentas á integração de seus funcionários administrativos e de docentes entre si, com projeto institucional e com um único objetivo de atingir suas metas, corre o risco de agir da mesma forma com seus alunos, esquecendo drasticamente que o aluno é o dente principal da engrenagem produtiva da instituição.

A partir disso pode-se afirmar que a boa prática de transparência de gestão e relação deve formar uma estratégia de flexibilidade, qualidade e inovação nas IES.

### **A INADIMPLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

A palavra Inadimplência significa “a falta de pagamento; inadimplemento, que é o termo jurídico usado, em regra, para designar uma situação de não cumprimento da cláusula contratual; insolvência é a perda total da capacidade de pagamento”. (Teixeira & Silva, 2001, p. 19). Esse tema no ensino superior é um problema presente em todas as instituições e sabe-se que um grande aumento desse índice foi ocasionado pelo desemprego e crise econômica no país.

Devido aos transtornos causados pela inadimplência, torna-se muito importante identificar os fatores que a causam, e somente após isso pode-se criar uma estratégia de combate. No caso do aluno, torna-se inadimplente devido a oscilações constantes em sua renda. Essas variações promovem limitações orçamentárias para o consumidor, causando descontrole financeiro, assim estando propício a ser inadimplente; contudo, torna-se importante saber o perfil do mau pagador (Teixeira & Silva, 2001).

Os perfis dos inadimplentes podem ser divididos em: Verdadeiro Mau Pagador, que é aquele que tem a intenção de lesar o credor; o Mau Pagador Ocasional, sendo aquele que não tem a intenção de enganar o credor, mas por algum motivo não teve condições de pagar; e o Devedor Crônico, que é aquele que sempre atrasa o pagamento, mas sempre acaba pagando (Herling et al., 2013). Com esses três perfis é possível montar uma estratégia de tratamento com cada um, a fim de aumentar a quantidade de negociações e reduzir ao máximo a inadimplência.

Os principais vilões do setor no que diz respeito à inadimplência são a falta de adaptação das instituições à nova realidade do mercado, e os problemas de cunho social, como o desemprego. Com esse raciocínio, pode-se afirmar que há alunos que possuem dificuldades financeiras que se esforçam para pagar seus débitos, porém, por outro lado, há os ‘espertos’ que possuem condições para honrar suas dívidas e se beneficiam das leis para não pagarem, gerando ainda mais inadimplência. (Marques, 2006).

Para a IES, ao cobrar dos alunos inadimplentes é indispensável que ela adote algumas indicações, como por exemplo, possuir um contrato de prestação de serviços educacionais devidamente assinado pelos contratantes, o qual deve ser realizado com base nas leis vigentes, sendo que no contrato deve conter uma cláusula bem específica, deixando claro ao contratante as consequências oriundas do inadimplemento das mensalidades. (Herling, Moritz, Santos, & Soares, 2013).

### **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva com enfoque de estudo sobre o sustentabilidade nas instituições de ensino superior privadas a ser realizado com os professores do Instituto Superior Politécnico Privado Walinga afeto ao Departamento das Ciências Econômica e Empresariais. Além disso, foi realizada revisão da literatura a fim de obter dados para a discussão dos resultados em estudos já publicados.

O estudo conta com a participação de 6 professores. Após a recolha de dados, por meio de um questionário aplicado através do Google Formulário, as quais serão escritas e analisadas.

### **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Os resultados foram obtidos mediante aplicação do questionário com os professores do Instituto Superior Politécnico Privado Walinga do Moxico.

**TABELA 1: Relação da Propina paga pelos estudantes e a sustentabilidade financeira das instituições de ensino superior privada.**

**FONTE:** Resultado do questionário (2022).

FREQUÊNCIA DAS REPOSTAS		PERCENTAGEM
CONCORDO	4	67%
NÃO CONCORDO	2	33%
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	

O resultado obtido do questionário direccionado aos docentes do Instituto Superior Politécnico Privado Walinga mostra que dos 100% dos professores que participara do inquerido 67% concordam que a propina paga pelos estudantes nas instituições de ensino superior é suficiente para garantir a sustentabilidade financeira da mesma. O que significa dizer, que a receita proveniente da cobrança das propinas das instituições de ensino superior é suficiente para fazer cobertura das suas despesas.

**ALTERNATIVAS PARA OBTENÇÃO DE RECEITAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS PARA ALÉM DAS PROPINAS COBRADAS AOS ESTUDANTES.**

**H1:** Realização de cursos intensivos, Juros de mora, multas nos exames de atrasos.

**H2:** Rentabilização das estruturas de apoio, como bibliotecas, laboratórios, quadra desportivas, auditórios, ou ainda criação der serviços integrados como os cursos de saúde podem ter postos médicos, o da agricultora lavra ou hortas, etc.

**H3:** Antes da institucionalização deve injectar um capital para sustentabilidade. Ao longo do exercício académico, o

dinheiro vindo das propinas vai complementar os gastos. A Instituição deve ter um fundo para acudir crise de pelo menos 6 meses.

**H4:** Emolumentos, cursos de extensão universitária (criando convênio com outras instituições).

**H5:** As folhas de provas, as declarações, troca de turno, cadeiras em atraso e equivalência.

**H6:** Cursos extras curriculares com impacto imediato no contexto trabalhista actual.

**TABELA 2: Os emolumentos gerais (cartão de estudante, declarações, certificados, vendas de folhas de provas e entre outros). fonte alternativa sustentável para as instituições de ensino superior privada.**

**FONTE:** Resultado do questionário (2022).

FREQUÊNCIA DAS REPOSTAS		PERCENTAGEM
SIM	4	67%
NÃO	2	33%
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	

Partindo dos dados da tabela 2 os resultados obtido mostram-nos que dos 100% dos docentes que participaram do questionário 67% estão de acordo que os emolumentos gerais como sendo uma das fontes alternativa para captação de receita nas instituições de ensino privado.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sustentabilidade financeira das instituições privadas é proveniente das propinas pagas pelos estudantes segundo os dados apurado na presente pesquisa. Para além das receitas proveniente das propinas as instituições podem criar fonte alternativa para obtenção de receitas. Para manter sustentável uma

instituição de ensino superior deve haver uma utilização racional dos recursos obtido dos estudantes.

## REFERÊNCIA

AMARAL, N.C, Financiamento da Educação Superior; Estado X Mercado, São Paulo. Cortez, Piracicaba-SP, Editora UNIMEP, 2003.

crédito, cobrança, inadimplência e os seus tratamentos contábeis. 1 ed. Franca: Facef, 2001. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3391/3391>>.

Herling, Luiz Henrique; Moritz; Gilberto de Oliveira; Santos, Adelcio Machado; Soares. Disponível em: <https://intercostos.org/documentos/apellidos/Magagnin.pdf>

Marques, Cláudio; Marques, Kelly Cristina Mucio; Borinelli, Márcio Luiz; Rosa, Paulo. MEYER Jr.V. Financiamento do Ensino Superior no Brasil, Reflexão sobre fontes alternativas de recursos. Edição do Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, 1991

Moreira; A Importância Das Informações De Custos No Processo De Tomada De Decisão. SAURIN,V. Administração Financeira das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-2004.

Superior: um estudo de caso na instituição XZX. Periódicos UFSC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/28190>>.

Teixeira, Adriano Fernandes; Silva, Alexandre Ricardo da. Créditos de difícil recebimento; Thiago Coelho; Back, Rafael Bourdot. A inadimplência Nas Instituições De Ensino. 2021

VIANNA, Jussara Coelho. PALMEIRA, Eduardo Mauch. Gestão financeira pública e privada nas instituições de ensino superior. S.D. 2021

## RAIOS, RELÂMPAGOS E TROVÕES

### LIGHTNING, LIGHTNING AND THUNDER

João Evangelista Neto <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo está relacionado ao fato de que muita gente sabe que existem diferenças entre raios, relâmpagos e trovões, mas não sabem de maneira sucinta explicá-las. Outras nem imaginam que são fenômenos diferentes, porém interligados um ao outro. Em uma tempestade, muito provavelmente notamos que alguns dos fenômenos mais interessantes da natureza ocorrem, que são eles: raios, relâmpagos e trovões. Ao longo desse artigo pretende-se a diferença entre esses três fenômenos e o porquê eles acontecem. A metodologia utilizada foi pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva não experimental, tecendo e fomentando questões inerentes a temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raios. Relâmpagos. Trovões. Eletricidade.

#### ABSTRACT

This article is related to the fact that many people know that there are differences between lightning, lightning and thunder, but they do not know how to succinctly explain them. Others do not even imagine that they are different phenomena, but interconnected with each other. In a storm, we most likely notice that some of the most interesting phenomena in nature occur, which are: lightning, lightning and thunder. Throughout this article, the difference between these three phenomena and why they happen is intended. The methodology used was a qualitative research, with a non-experimental descriptive approach, weaving and promoting issues inherent to the theme.

**KEYWORDS:** Lightning. Lightning. Thunder. Electricity.

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura plena em Física (UNIFEG/MG), Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática e Física (UNINTER/PR), Mestre em Educação: Formação de professores (UneAtlantico/Santander, Cantabria, Espanha) e Doutorando em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-mail:** evangelistanetojoao@gmail.com. **Currículo lattes:** lattes.cnpq.br/6554157807671129

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que tudo começa no interior das nuvens. O movimento de massa nelas muitas vezes separa as cargas positivas das negativas.

Durante as tempestades, a parte inferior das nuvens segura uma grande quantidade de cargas negativas e, com isso, no seu topo estariam localizadas as cargas positivas.

Sabe-se que cargas elétricas de sinais iguais se repelem; contudo, o excesso de partículas negativas na parte inferior das nuvens repele as partículas negativas da superfície terrestre, colocando-as na parte interior da Terra. (SAMPAIO, 2003)

Percebe-se que o efeito ocorre não apenas sobre o solo, mas sobre tudo que está sobre ele; por conseguinte, o que sobra é um excesso de partículas positivas.

A medida que essas concentrações de cargas iguais aumentam, o campo elétrico próximo delas fica sempre mais forte. Uma coisa que muitos não sabem é que todo isolante pode se tornar um condutor. Para que isso aconteça, basta apenas que um determinado campo elétrico seja intenso o suficiente e atue sobre ele.

É importante destacar descarga elétricas podem aquecer muito o ar por onde elas passarem. Tal temperatura pode chegar a  $2,5 \cdot 10^4$  °C, isso é cinco vezes mais quente que a superfície solar. Essa alta temperatura deve-se a ao ar, ao superaquecer, acaba emite uma radiação luminosa na faixa visível do conhecido espectro magnético, e é essa luz que causa os clarões que vemos no céu, que chamamos relâmpagos. (PARANÁ, 2003)

Vale destacar que quando determinado gás é aquecido ele é expandido, aumentando assim seu volume. Na eminência dos raios, a expansão do ar é extremamente forte, gerando assim ondas de som que chamamos de trovões.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva não experimental, tecendo e fomentando questões inerentes a temática.

## DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que quando temos uma ddp, ou seja, diferença de potencial muito grande entre as nuvens ou entre nuvens e solo, gera o que nós denominamos de uma descarga elétrica. E com isso damos o nome de raio.

Segundo Yamamoto (2008), dentro das nuvens ocorre as correntes de convecção, que é um deslocamento de massa de ar devido a diferença da sua temperatura. Na maioria das vezes, essas correntes de ar, ou seja, ventos são muito fortes e, temos as colisões entre o granizo e os cristais de gelo dentro da nuvem eletrizando os cristais com carga positiva e o granizo com carga negativa.

Caso essa eletrização seja altíssima, ocorre a indução de uma carga positiva na superfície terrestre, estabelecendo o que denominamos campo elétrico. Ainda não é um raio:



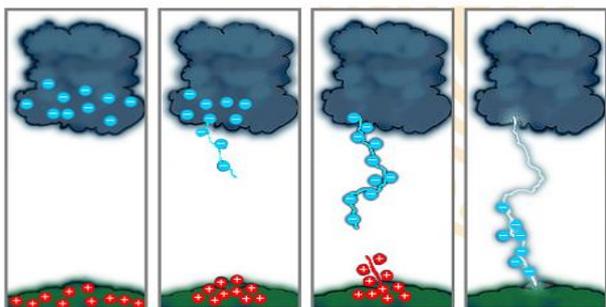
**FONTE:** Imagem disponível em: [https://www.google.com/search?q=raios+relampagos+e+trovoes&sxsrf=AOaemvLFi7iWHENRz4MIGwhuOWQf1ZGxJQ:1642592581629&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjTotqa3r31AhXDgbkGHS5qAC4Q\\_AUoAXoECAEQAw&biw=1511&bih=730&dpr=0.9#imgsrc=r3W-SMrE31sFoM](https://www.google.com/search?q=raios+relampagos+e+trovoes&sxsrf=AOaemvLFi7iWHENRz4MIGwhuOWQf1ZGxJQ:1642592581629&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKEwjTotqa3r31AhXDgbkGHS5qAC4Q_AUoAXoECAEQAw&biw=1511&bih=730&dpr=0.9#imgsrc=r3W-SMrE31sFoM), acesso em 17 de janeiro de 2022, às 11h45.

Entende-se que basta que essa diferença de carga seja grande ou o campo elétrico seja intenso ao ponto de superar a capacidade dielétrica do ar. Sendo

assim a capacidade dielétrica da atmosfera é superada e o ar torna-se um condutor.

Então tem-se uma enorme diferença de carga elétrica entre as nuvens e o solo, ligadas por um condutor, e é inevitável que uma imensa descarga elétrica apareça entre nuvens e o solo, isso denominamos o que chamamos de raio.

Sabe-se que quando ocorre um raio, grande parte da energia é liberada por ele, e também devido a ionização do ar, que é convertida em luz. Essa parte visível geralmente toma trajetórias com muitas ramificações, que é o que chamamos de relâmpago. De uma forma bem clara, pode-se dizer que o relâmpago é o que conseguimos ver de um raio, ou seja, o brilho, a luz, o clarão.



**FONTE:** Imagem disponível em: [https://www.google.com/search?q=raios+relampagos+e+trovoes&sxsrf=AOaemvLFI7iWHENRz4MIGwhuOWQf1ZGxJQ:1642592581629&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKewjTotqa3r31AhXDGbkGHS5qAC4Q\\_AUoAXoECAEQAw&biw=1511&bih=730&dpr=0.9#imgsrc=pePOHwXBL-da2M](https://www.google.com/search?q=raios+relampagos+e+trovoes&sxsrf=AOaemvLFI7iWHENRz4MIGwhuOWQf1ZGxJQ:1642592581629&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=2ahUKewjTotqa3r31AhXDGbkGHS5qAC4Q_AUoAXoECAEQAw&biw=1511&bih=730&dpr=0.9#imgsrc=pePOHwXBL-da2M), acesso em 19 de janeiro de 2022, às 08h23.

Quando um raio é muito forte, temos uma descarga elétrica muito alta. Na maioria das vezes, essa descarga é tão forte que acaba aquecendo de maneira muito rápida os gases por onde o raio desloca.

Esse aquecimento súbito, funciona como se fosse uma explosão, que chamamos de ondas mecânicas. Percebe-se, então, que o estrondo que ouvimos após vermos um relâmpago denomina-se trovão, que é uma consequência direta do aquecimento dos gases da atmosfera quando um forte raio passou por ali.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesse presente artigo que, os raios são simplesmente descargas elétricas que acontecem entre uma nuvem e o solo terrestre, entre nuvens ou simplesmente dentro de uma mesma nuvem. Já os trovões são meramente sons gerados por essas descargas elétricas e que além desse som, esses eventos geram uma claridade, que denominamos relâmpagos.

É importante destacar que existem dois tipos de relâmpagos: relâmpagos na nuvem e relâmpagos no solo. Os relâmpagos no solo podem ser formados dentro do que chamamos nuvem-solo ou solo-nuvem. Segundo algumas pesquisas, mais de 99% dos relâmpagos no solo são relâmpagos nuvem-solo e, relâmpagos na nuvem originam-se dentro das nuvens e propagam-se dentro ou fora da nuvem rumo à outra nuvem ou, simplesmente ainda, fora da nuvem numa direção qualquer. Cerca de 70% do total de relâmpagos são do tipo intra nuvem. (ALVARENGA, 2006).

Conhecemos bem os termos raios, relâmpagos e trovões, mas pouco sabíamos sobre o significado desses fenômenos da natureza, ao qual pôde-se entender nesse artigo. Nota-se que as nuvens são compostas por cargas elétricas e, quando ficam muito próximas, ocorre uma troca de energia e, isso é conhecido como descarga elétrica.

Por fim, sabe-se que a luz, que nós vemos primeiro, é o raio ou o relâmpago, que acabam sendo a mesma coisa e o som, que ouvimos depois, é o trovão. E essa pequena diferença existente entre o raio ou relâmpago e o (trovão) acontece porque a velocidade da luz é bem mais rápida que a do som, por isso chega antes até nós na Terra.

#### REFERÊNCIAS

- PARANÁ, Djalma Nunes da Silva. **Física – Série Novo Ensino Médio**. Vol. Único, 6ª edição, Ed. Ática, São Paulo: 2003.
- SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. **Física: Ensino Médio Atual**. Vol. Único, 1ª edição, Ed. Atual, São Paulo: 2003.
- YAMAMOTO, Kazuhito; FUKE, Luiz Felipe. **Física para o Ensino Médio**. Vol. 1, 2 e 3. 1ª edição, Ed. Saraiva. São Paulo: 2

## ANÁLISE SISTEMÁTICA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

### SYSTEMATIC ANALYSIS OF LINGUISTIC PREJUDICE IN BRAZILIAN SOCIETY

Antônio Vieira Passos Neto <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente trabalho procura enfatizar um dos temas mais discutido atualmente entre os gramáticos e linguistas, que é, o preconceito linguístico na sociedade brasileira. O mesmo apresentará os principais conceitos de preconceito linguísticos, apontados por especialistas como Bagno (2011) e Possenti (1996), além de definições vistas e entendidas pelo senso comum. A pesquisa apresentará algumas causas que tem instigado a cada dia o aumento do mesmo, como, a desvalorização das classes de falantes, o mal uso dos livros didáticos e a falta de compreensão da população em massa. Além disso, também será apresentado com base nos estudiosos, as principais maneiras de encerrar o preconceito linguístico na sociedade brasileira, superando este fenômeno que vem crescendo paulatinamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preconceito. Falantes. Língua.

#### ABSTRACT

The present work seeks to emphasize one of the most discussed subjects among grammarians and linguists, that is, linguistic prejudice in Brazilian society. The same will present the main concepts of linguistic prejudice, pointed out by experts such as Bagno (2011) and Possenti (1996), besides definitions seen and understood by common sense. The research will present some causes that have instigated each day the increase of the same, as the devaluation of the classes of speakers, the misuse of textbooks and the lack of understanding of the population in mass. In addition, it will also be presented on the basis of scholars, the main ways to address linguistic prejudice in Brazilian society, overcoming this phenomenon that has been growing gradually.

**KEYWORDS:** Preconception. Speakers. Language.

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia, pela Faculdade Integrada do Brasil – FAIBRA e Mestrando em Educação, pela Logos University Internacional. **E-mail:** netao250studio@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6006428685556524

## INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira existe um tipo de comportamento que quase não é percebido, mas que, aos olhos dos linguistas e gramáticos é bem perceptível. Esse tipo de comportamento chama-se, preconceito linguístico. É sabido que, o modo como se fala, indica como a pessoa é, de onde veio, qual sua origem, gênero, sua faixa etária etc.

É evidente que, por traz da fala de cada indivíduo, existe uma série de coisa que cercam seu convívio social, pois é impossível explicar a linguagem desvinculada de sua vertente social.

É por meio da linguagem que o homem organiza e estrutura seu pensamento, estabelece relações interpessoais ao se comunicar, expressar seus pensamentos e intenções, defender seus pontos de vista. É mais do que claro que, por meio da linguagem o homem produz conhecimento, uma vez que ela é à base da realização das ações humanas.

E é por meio da língua, sistema de signos histórico e social específico aos membros de uma determinada comunidade, que a faculdade da linguagem se realiza solida e plenamente, permitindo ao homem dar significado ao seu contexto e ao mundo como um todo.

Neste presente trabalho será conhecido as formas visíveis do preconceito linguístico na sociedade brasileira, como ela vem se expandindo a cada ano e quais ações podem ou devem ser tomadas para despertar os profissionais da área educacional que trabalham com uma diversidade de alunos, os especialistas que a cada momento veem buscando soluções para desvincular essa errônea visão social, e a todos os estudantes e serem sociais que a cada dia vivenciam o preconceito linguístico no seu cotidiano.

### O QUE É O PRECONCEITO LINGUÍSTICO?

Sabe-se que preconceito é um pensamento, posição, ou tese formada a partir de uma ideia ou de

uma visão daquilo que se conceitua antes mesmo de uma avaliação. É um tipo de conceito premeditado. Esse é o que se define pelo senso comum. Porém, segundo alguns especialistas como Larrosa e Skliar (2001, p. 11), afirmam que, a palavra preconceito, tal como as palavras democracia, comunidade, diálogo, diversidade, inclusão e respeito, dentre outras, nos remete a significados ambíguos, como nos alertam.

Dentro do tema abordado, para se entender o que é o preconceito linguístico, BAGNO (2011) esclarece:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerado, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português” (BAGNO, 2011, p. 56).

Percebe-se pelas palavras do autor que, por traz do preconceito linguístico, há um preconceito amplamente social, onde envolve classes de poderes, tanto aquisitivos como intelectual, realizado por pessoas de auto nível de formação acadêmica.

Nesse caso, o preconceito linguístico é decorrência de um profundo e arraigado preconceito social que recai não sobre a maneira de falar de uma determinada pessoa, mas sim sobre a própria pessoa em sua identidade individual e social.

O mesmo exemplifica:

Se dizer Cráudia, praca, pranta é considerado “errado”, e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a um questão que não é linguística, mas social e política – as pessoas que dizem Cráudia, praça, pranta pertencem a camadas sociais

desprestigiadas, marginalizadas, excluídas, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sobre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada "feia", "pobre", "carente", quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola (BAGNO, 2011, p. 58).

Ainda sobre essa questão, Possenti (1996) assinala que:

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente (POSSENTI, 1996, p. 29).

Não há como negar que, preconceito linguístico é tão comum que chega ao ponto de muitos nem se quer, se importarem mais com esse tipo de coisa, mas, isso é de fato algo que tem que ser combatido, para que não traga prejuízos aos falantes da língua portuguesa, língua está que faz parte de nove países independentes, e que no Brasil carrega um histórico rico para a população.

De acordo com BAGNO (2011):

[...] os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. E o tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação à outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma (BAGNO, 2001, p. 96).

Percebe-se nas palavras de Bagno (2011) que, o preconceito linguístico está na mente dos indivíduos, formando uma espécie de ideologia capaz de violentar psicologicamente o próprio pensante, pois, o mesmo sente-se excluído ao não ter o pleno domínio das normas exigidas pela gramática.

## CAUSAS DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Sobre o preconceito linguístico (fenômeno social que vem crescendo paulatinamente), os cientistas da linguagem veem apresentando algumas causas que geram esta ação em vigor.

Uma das principais causas que tem gerado o crescimento do preconceito linguístico na sociedade brasileira é a falta de compreensão sobre o falar diferente e a desvalorização da língua que se fala no Brasil.

Sobre isso, BAGNO (2003) articula que:

[...] se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, Campina Grande, REALIZE Editora, 2012 empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os sem-língua. (BAGNO, 2003, p. 16).

Percebe-se que existe hoje em vigor, uma grande dificuldade dos indivíduos em valorizar a linguagem usada no meio social pelos diversos grupos existentes.

É relevante pontuar que, na sociedade atual, um dos problemas que geram esse embate é o de que, além das pessoas que não tem um grau de estudo, há ainda aqueles que, mesmo após ter adquirido formação carregam dificuldade em dominar a língua padrão, e por conta disso, são discriminado por outros formandos que estão se desenvolvendo rápido no âmbito de domínio

da língua culta, e esse é um dos motivos que geram o preconceito linguístico na sociedade brasileira.

Outra causa que da margem ao preconceito linguístico na sociedade brasileira é, o tipo de ensino abordado nos livros didático sobre a linguagem no cotidiano das pessoas.

Sabe-se que, o estudo da língua portuguesa apresentado pelos livros didáticos, até pouco tempo, baseava-se na tendência linguística derivada da abordagem estrutural, que trata as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura.

Essa característica deixava clara a insuficiente importância dada, nesse recurso didático, ao tratamento da língua em seu uso real, de forma a admitir a variação e a mudança linguística inerente à língua.

Importa destacar que, com o avanço dos estudos linguísticos e a reformulação da legislação educacional, a qual tem, em um de seus pilares, respeitar diversidades, regionais, culturais e políticas que existem no país, foi introduzida nos livros didáticos de português uma nova visão do fenômeno linguístico, que deixa de ser o de apresentar uma única estrutura invariável para permitir manifestações flexibilizadas, que levam em conta a situação linguística, o contexto social da comunicação.

Ao concordar com o que fora dito acima, BAGNO (2007), enfatiza a questão discutida sobre os livros didáticos. O mesmo afirmar que:

Um dos principais problemas encontrados nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais 'correto', mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007, p. 15).

Pelo que se pode ver hoje, diante dessa questão, é que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, já que as variedades existentes do português brasileiro são formas comunicativas que servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidos de maneira diferenciada pela sociedade.

O estudante deve ter sua variedade de uso respeitada e também ter acesso à norma de prestígio, para que se consiga uma escola democrática e um ensino de língua eficiente, como o proposto pelos documentos oficiais.

Ainda tratando em apresentar algumas causas que geram o preconceito linguístico na sociedade brasileira, é importante salientar que, um dos principais problemas que impulsiona maioria das pessoas a praticarem o preconceito linguístico, é não saberem diferenciar a língua escrita, a qual é regida pelas regras da gramática normativa, da língua falada, a qual é vinculada e dependente do meio social a qual a mesma está inserida.

Na gramática normativa, a língua nos é mostrada em formas de regras e modelos que devem ser seguidos, não nos fornecendo uma explicação sobre o seu funcionamento. Ainda segundo esses compêndios, a língua se comporta igualmente nas modalidades de fala e escrita, já que prescreve regras que devem ser seguidas em todos os contextos.

CALLOU (2009) esclarece:

Não são poucas as pesquisas que levaram à conclusão de que não existe uma norma única, mas sim uma pluralidade de normas, normas distintas segundo os níveis sociolinguísticos e as circunstâncias de comunicação. É necessário, portanto, que se faça uma reavaliação do lugar da norma padrão, ideal, de referências a outras normas, reavaliação essa que pressupõe levar em conta a variação e observar essa norma padrão como o produto de uma hierarquização de múltiplas formas variantes possíveis, segundo uma escala de valores baseada na adequação de uma forma linguística,

com relação às exigências de interação. (CALLOU, 2009, p. 17).

Existem diversas formas de uso em uma mesma língua, mas isso não quer dizer que a língua passa por dificuldades, ou por uma crise.

O problema existiria se a língua portuguesa não apresentasse diversidades nas suas formas de uso. [...] Uma vez que uma língua se define como língua na medida em que seus usuários se comunicam por meio dela para conviverem socialmente, e os contatos sociais são, por sua vez, de natureza plural.

Provando que, as línguas não são homogêneas, mas heterogêneas, assim como Bagno, CALLOU (2009) esclarece ao mostrar que, com a língua portuguesa, não há nenhuma diferença:

A língua é infinitamente variada e os ideais lingüísticos do final do século XIX e começo do século XX não podem permanecer os mesmos, uma vez que a sociedade atual se estrutura de modo totalmente diverso e as relações que se estabelecem entre os diversos níveis da pirâmide social são hoje muito mais intensas e profundas, graças aos meios de comunicação de massa. (CALLOU, 2009, p. 22).

Sabe-se que, a gramática surgiu para fixar normas, o que pode ser extremo em muitas situações, pois essas regras foram baseadas na livre expressão comunicativa de escritores renomados do nosso passado, a gramática depende da língua e não o inverso, como se procura pressupor:

Bagno (1999), trata sobre isso, esclarecendo que:

[...] Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a

água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renova quando vier a próxima cheia. (BAGNO, 1999, p. 82).

Deve-se compreender que, a língua é estruturada, um sistema totalmente organizado, e possibilita aos falantes expressarem um mesmo conteúdo de diferentes formas com lógica e coerência. Ela nunca está pronta, acabada, a todo o tempo se renova, se modifica, no entanto, nunca deixa de possibilitar aos falantes a sua plena interação social e cultural.

A questão é que muitos confundem o falar deferente com o erro, e por falta de entendimento, ou até mesmo, um conhecimento organizado para tal julgamento, acabam que, erroneamente, rotulando o falar diferente de “falar errado”, quando na verdade, como já foi apresentado anteriormente, e vem sendo mostrado através de pesquisas e trabalhos sérios que, tudo isso é apenas um fenômeno conhecido como variações linguísticas e não um erro por parte de uma classe social de falantes.

### COMO ENCARAR O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA?

O preconceito linguístico deve ser encarado com seriedade, buscando soluções eficazes, que tenham como objetivo mudar esta errônea concepção preconceituosa que se vivencia na sociedade brasileira.

No ambiente educacional por exemplo, o que deve ser feito é documento, destaca-se o papel da escola em defesa do português, procurando combater o preconceito linguístico [...]” (BRASIL, 1998, p. 33), e ainda:

[...] reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades [...] (BRASIL, 1998, p. 5).

Sabe-se que, na luta contra o preconceito linguístico, muito se tem discutido sobre o ensino nas escolas e sobre os livros didáticos da língua portuguesa, usados para o ensino da língua padrão.

É sabido que, o estudo da língua portuguesa apresentado pelos livros didáticos, até pouco tempo, baseava-se na tendência linguística derivada da abordagem estrutural, que trata as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura.

Essa característica deixava clara a insuficiente importância dada, nesse recurso didático, ao tratamento da língua em seu uso real, de forma a admitir a variação e a mudança linguística inerente à língua.

Todavia, vale ressaltar que, com o avanço dos estudos linguísticos e a reformulação da legislação educacional, a qual tem, em um de seus pilares, respeitar diversidades, regionais, culturais e políticas que existem no país, foi introduzida nos livros didáticos de português uma nova visão do fenômeno linguístico, que deixa de ser o de apresentar uma única estrutura invariável para permitir manifestações flexibilizadas, que levam em conta a situação linguística, o contexto social da comunicação.

Pelo que se pode ver hoje, diante dessa questão, é que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas, já que as variedades existentes do português brasileiro são formas comunicativas que servem a propósitos comunicativos distintos e são recebidos de maneira diferenciada pela sociedade.

O estudante deve ter sua variedade de uso respeitada e também ter acesso à norma de prestígio, para que se consiga uma escola democrática e um ensino de língua eficiente, como o proposto pelos documentos oficiais.

Fica evidente que, acreditando ser a escola um espaço em que o estudante tenha acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da

cidadania, e considerando o livro didático um importante instrumento do trabalho docente, faz-se necessária a verificação de como este suporte metodológico tem abordado a variação linguística do português.

Dentro desse contexto, na visão de COELHO, A função da escola e, sobretudo, do professor de português é ajudar o discente a:

[...] compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. -, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais. (COELHO, s/d, p. 2473).

Nota-se que, é importante refletir sobre a variação linguística no contexto escolar, levando em consideração o papel relevante exercido pelo livro didático no processo de ensino e aprendizagem, e na construção do pensamento crítico dos discentes, pois na maioria dos casos, o preconceito linguístico inicia dentro do ambiente escolar, por conta da falta de conhecimento sobre a língua portuguesa, a qual é completamente heterogênea.

É sabido que, diversos trabalhos acadêmicos já foram produzidos acerca desse tema. Contudo ainda é possível encontrar em diferentes autores de materiais didáticos destinados ao ensino básico uma abordagem resumida e/ou distorcida da variação linguística do português brasileiro. Isso se dá por falta de embasamento teórico mais preciso e de reflexões mais solidamente apoiadas nos postulados da sociolinguística e da sociologia da linguagem. Essas duas disciplinas que lidam com o fenômeno da variação e da mudança linguísticas e suas consequências sociais, culturais, políticas e pedagógicas.

Segundo Bagno (2007), é comum que os LDP tratem da variação linguística restringindo-a ao sotaque

e ao léxico. O livro analisado não é exceção a essa regra. Segundo o autor, a variação morfossintática é o nível mais profundo de variação linguística e, por isso, deveria ser o principal foco no ensino de língua, já que dele depende todo o trabalho de letramento que a escola deve explorar com seus estudantes.

A comparação do uso dos recursos gramaticais pelos diferentes grupos sociais é de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Porém, nenhuma das atividades apresentadas pelo LDP em questão faz menção à variação linguística no nível destacado por Bagno (2007).

Tratando-se da visão de BAGNO (2003), sobre como a escolar tem ensinado em sua forma tradicional, o mesmo esclarece:

[...] a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização. (BAGNO, 2003, p. 15).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os falantes da língua portuguesa, em específico, os professores da língua, devem compreender que, a gramática normativa ensinada nas escolas observa a língua como homogênea e o ensino da língua nativa se baseia nas noções entre certo e errado, por isso que diversos discentes afirmam que não sabem nada de português. Todo falante nativo de uma língua já possui uma gramática internalizada, e quando entra na escola ele deve ampliar a sua capacidade comunicativa nas diversas situações de fala e escrita, e também entender o funcionamento da sua língua. O ensino de português deve ultrapassar a concepção de “certo” e “errado”, e não centrar-se apenas em exercícios gramaticais.

O que fica claro para os estudiosos da linguagem é que, devemos mais reforçar a ideia de uma língua homogênea no trabalho em sala de aula, ao contrário, é

preciso observar essa diversidade, auxiliando a compreensão do tratamento dado a ela, pois, como já foi elucidado, o preconceito linguístico trabalha com a concepção que existe apenas uma única língua portuguesa que merece ser seguida e ensinada nas escolas, esta língua seria aquela que está presente nas gramáticas e nos dicionários e que qualquer manifestação que esteja diferente desta língua tradicional deve ser abolida, pois é considerada, pela visão do preconceito linguístico, como feia, estropiada, errada, deficiente.

Alguns linguistas dizem que, é necessário que se abandone o ensino tradicional baseado apenas em regras gramaticais e que se leve os discentes a ler e a escrever. Os alunos devem ser instigados ao prazer pela leitura, devem perceber os implícitos, e os não-ditos presentes nos textos, só assim poderão se tornar leitores competentes e dessa forma ampliar os seus conhecimentos de mundo.

A ideia mais apoiada entre os estudiosos da linguagem é que, para acabar com o preconceito linguístico é necessário que os docentes abandonem a prática da repetição das normas gramaticais na sala de aula e comecem a investigar o funcionamento da sua língua e produzir o seu próprio conhecimento. Também se deve mostrar que a língua evolui, passa por mudanças e que devemos acompanhar essas mudanças. Enquanto sobre os livros didáticos, é necessário, portanto, que os livros didáticos levem os discentes a fazerem reflexões sobre a língua e não simplesmente exercícios gramaticais baseados na metalinguagem, que nada contribuem para ampliação dos conhecimentos desses alunos.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. Nada na língua é por acaso: **por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.
- CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. **O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de português**. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_300.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_300.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2010.

## SAÚDE DO TRABALHADOR: AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE DUAS SERRAS-ANTAS BAHIA- BRASIL

### WORKER HEALTH: COMMUNITY HEALTH AGENTS FROM TWO SERRAS-ANTAS BAHIA- BRAZIL

Manoel Messias Gama Silva <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este trabalho relata a história dos trabalhadores Agentes Comunitários de Saúde de Duas Serras Antas Bahia- Brasil é considerado a função mediadora desempenhada dos mesmos. O estudo possibilitou o conhecimento das práticas dos Agentes Comunitários de Saúde que é fundamental para o modelo assistencial para corresponder às necessidades da população aproximando dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), integralidade, equidade, universalidade e participação popular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde dos Agentes Comunitários de Saúde. Equipe. Direito.

#### ABSTRATCT

This work reports the history of Community Health Agents workers from Duas Serras Antas Bahia- Brazil is considered the mediating function performed by them. The study made it possible to know the practices of Community Health Agents, which is fundamental for the care model to meet the needs of the population, approaching the principles of the Unified Health System (SUS), integrality, equity, universality and popular participation.

**KEYWORDS:** Health of Community Health Agents. Team. Law.

<sup>1</sup> Graduado em Letras português e inglês pela FTC ead em Cicero Dantas- Bahia- Brasil, Mestrando em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absoulute Christian University. **E-mail:** messiasgamasilva@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7813162397439315

## INTRODUÇÃO

A partir de 1997, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), no mesmo ano a comunidade contou com a presença de quatro (04) Agentes Comunitários de Saúde, hoje são oito (08) Agentes Comunitários de Saúde.

É inserido na equipe de Estratégia saúde da Família II (ESF II) junto com demais profissionais atendendo a população sendo elo do Ministério da Saúde e a equipe de saúde local.

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são fundamentais na Atenção Primária à Saúde (APS) possuindo atributos e seu trabalho e suas competências culturais, orientação comunitária, cadastros das famílias em sua área de atuação, acompanhamento entre outras.

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) com seu papel fundamental para atuar na comunidade interligando os serviços de saúde à população. É importante que esses profissionais tenham qualidade de vida.

É com trabalho digno possibilitando ter bem-estar proporcionando maior qualidade na prestação de suas atribuições, exercendo na área de atuação do trabalho diário.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) prioriza e organiza a atenção básica por intermédio dos preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS), também são considerados pelo Ministério da Saúde, gestores Estaduais e Municipais.

Regulamentados pela Lei nº 13.595, de 05 de janeiro de 2018, que altera a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, que suas atividades são exclusivas dentro do Sistema Único de Saúde. Assim a classe ganha espaço na área da Saúde da Família.

A regulamentação da lei e seus incisos, vemos que esses profissionais influenciam na criação, promoção e manutenção de comportamentos saudáveis. Como declara o artigo 3º da constituição:

O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção à saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

O diagnóstico demográfico e sociocultural; o detalhamento das visitas domiciliares com coleta e registro de dados que fazem parte das atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que devem ter o planejamento de saúde em todos os níveis na gestão de saúde em todas as esferas e em cada unidade de saúde.

Esse contexto insere-se a necessidade e o desafio de preparar os Agentes Comunitários de Saúde para o desenvolvimento de vigilância em saúde do trabalhador (VISAT) identificando processos produtivos geradores de risco para a saúde.

É importante identificar o perfil ocupacional, realizar orientações e ações educativas de cada servidor esses são exemplos, utilizando essas informações para o planejamento de ações de cuidado aos trabalhadores pela equipe de saúde.

A decorrência de estar buscando caminhos pedagógicos para a qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde em vigilância a saúde do trabalhador, o estudo apresenta os objetivos na construção da proposta pedagógica com base na percepção dos enfermeiros das equipes saúde da família e dos Agentes Comunitários de Saúde.

A construção da proposta pedagógica está em acordo com a Política de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) do Sistema Único de Saúde (SUS), e com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da

Trabalhadora (PNST) vigentes a valorização e qualificação dos trabalhadores da saúde.

De acordo com Ceccim e Ferla (2006), a EPS não é só um processo didático-pedagógico; é um processo político-pedagógico que trata de mudar o cotidiano do trabalho na saúde e de colocar o cotidiano profissional em invenção, em equipe e com usuários, a mesma apoia o ensino-aprendizagem embasado na produção de conhecimentos.

A vigilância em saúde e atualmente, um dos grandes desafios para o SUS e para a AB, devendo ser feita de modo articulado com as vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e da saúde do trabalhador (BRASIL, 2009).

Alguns profissionais de saúde local identificam que os Agentes Comunitários de Saúde não tem preparação previa especifica para lidar com as questões que envolvem suas atividades, o que recorremos aos saberes do senso comum ou saberes adquiridos em experiências anteriores para orientarem o encaminhamento dos problemas.

As especificidades quanto ao trabalho dos ACS, são essenciais para a manutenção de condições adequadas de trabalho, uma vez que estas não se resumem na realidade do trabalho, mas também se relacionam com tudo que esta em torno do trabalho.

É evidente que o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde tem acarretado consequências danosas a sua saúde. Estas são provenientes das cargas de trabalho nos quais estão envolvidos nos processos de desgastes.

É importante discutir as cargas de trabalhos nas quais os trabalhadores homens e mulheres são submetidos, portanto dizem respeito a um conceito importante na relação entre trabalho de saúde. Neste sentido deve estudar e virem a conhecerem como os ACS é supercarregados em suas funções.

Essas considerações em vista no presente estudo têm como objetivos conhecer a percepção dos Agentes

Comunitários de Saúde acerca das cargas de trabalho presentes na sua atuação.

Vendo essas considerações, objetivou-se investigar os custos humano físico, cognitivo e social no trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e a relação destes com possíveis danos à saúde.

## OBJETIVO

Buscar estratégias de melhoria da qualidade de vida e trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde de Duas Serras- Antas- Bahia- Brasil.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório de abordagem qualitativa e quantitativa, realizado com os Agentes Comunitários de Saúde de Duas Serras – Antas – Bahia- Brasil, realizado no período de novembro de 2021. A área de estudo correspondeu a Unidade Saúde da Família II de Duas Serras.

Foi agendada a coleta de dados por telefone e entrevistas a todos Agentes Comunitário de Saúde, buscando melhoria de trabalho e reconhecimento por parte da gestão de saúde.

As variedades estudadas foram sexo, idade, cor de pele, escolaridade, renda, situação conjugal, relacionada à caracterização do emprego como vinculo de emprego, tempo de trabalho, jornada de trabalho, atividades compatíveis com cargo, grau de satisfação com o trabalho, todos responderam com muita atenção e respeito.

Os dados encontrados foram colocados em tabela, os Agentes aceitaram o estudo realizado em prol da melhoria da situação do trabalho dos mesmos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**TABELA 01** - Comparativo de idade, sexo e escolaridade dos ACS.

IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE
40 anos a 45anos - 04	02 homens	Mestrando- 01
46 anos a 50anos - 02	06 mulheres	Graduada- 01
51 anos a 65 anos - 02		Ensino médio- 05
		Ensino fundamental- 01

Ao observamos a tabela 01 há diferenças de idades, sexo e escolaridade.

São pessoas maduras para exercer o cargo de Agentes Comunitários de Saúde. Como trabalhamos em equipe uma ajuda o outro nos trabalhos que a secretária de saúde precisa, como por exemplo: peso do Programa Bolsa Família, vacina de idosos em domicílios, etc.

A diferencia entre os sexos nota-se que o feminino predomina em união todos trabalha com respeito, ajudando uns aos outros sendo elos do Sistema Único de Saúde (SUS) dos usuários a Estratégia saúde da Família (ESF).

As desigualdades entre a escolaridade é muito forte, pois as maiorias pretendem continuar com os estudos, buscando aprendizagens para melhor servir a população.

**TABELA 02** - Comparativo entre cor de pele dos ACS

CONSIDERADOS BRANCOS	CONSIDERADOS NEGROS	CONSIDERADOS OUTRAS RAÇAS
07	01	00

Vejamos na tabela 02 como ainda existem desigualdades sociais, porém entre os profissionais há muito respeito.

Devido à comunidade não ter muitas pessoas da cor negra, o espaço dos empregos na comunidade vão para as pessoas brancas.

**TABELA 03** - Comparativo entre a renda dos ACS

RENDA	Acima de 01 salário	02 salários	03 salários	04 salários
	01	03	02	02

Devido o tempo de serviço a escolaridade cada um tem seu salário diferenciado devido o plano de carreira Municipal.

Vejamos a importância de estudar, buscando novos conhecimentos e aprendizagens e melhorando a qualidade de vida.

A gestão em saúde precisa melhorar cada vez, mas o plano de cargo de carreira dos servidores, assim trabalhamos com, mas autoestima.

Quando à gestão se preocupa com seus servidores a comunidade e as famílias só tem a ganhar com salario digno e construir seus objetivos.

**TABELA 04** - Comparativo entre a situação conjugal dos ACS

SITUAÇÃO CONJUGAL	CASADOS	SOLTEIROS	VIÚVO	SEPARADOS
	04	00	02	02

Os Agentes Comunitários de Saúde tem família, todos com filhos e todos dedicam seu tempo para os mesmo, intercalando e não deixando suas responsabilidades no trabalho.

Os guerreiros da saúde que não se cansa em prol da melhoria de saúde da sua comunidade, realizando e fazendo saúde coletiva.

Não se deixam abater pelos desafios que a vida oferece, mas sempre lutamos para dar um futuro melhor para nossos filhos e melhoria em nossos trabalhos.

**TABELA 05** - Comparativo entre tempo de trabalho dos ACS e a jornada de trabalho são iguais

TEMPO DE TRABALHO	JORNADA DE TRABALHO
03 ACS 24 anos	Todos com 40h semanais
02 ACS 17 anos	
01 ACS 12 anos	
02 ACS 09 anos	

Os três (03) primeiros Agentes Comunitários de Saúde Começaram a trabalhar logo que foi instituído o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), há vinte e quatro (24) anos atrás servem a comunidade com amor, buscando sempre melhoria de qualidade de vida.

Os Agentes Comunitários de Saúde que tem dezessete (17) anos fizeram processo seletivo, dedicadas à função veio complementar o serviço dos anteriores.

Em 2008 a prefeitura realizou concurso público e tinha uma vaga para Agente Comunitário de Saúde no qual foram aprovados três (03) candidatos o1 foi chamado em 2009 contribuído para a gestão em saúde, dando continuidade ao serviço de saúde.

Com a saída de uma Agente de Saúde por conta de um acidente, foi chamado ou dois (02) Agentes Comunitários de Saúde para assumir o lugar da que teve o acidente e a outra por conta da popularidade que cresceu.

Todos tem a mesma carga horária e vem lutando por melhoria de trabalho a cada dia, que a gestão em saúde possa continuar dando os devidos valores que esses profissionais têm.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde em Substituição Tributária (ST) é encarada como desafio, A gestão em saúde considera que os agentes podem desenvolver ações no campo de saúde do trabalhador, identificar o perfil da população trabalhadora, reconhecer sinal de risco a saúde do trabalhador e realizar ações educativas.

É necessária a criação e a consolidação de estratégias locais de organização e de gestão dos processos do trabalho dos Agentes Comunitários de saúde de Duas Serras Antas- Bahia - Brasil com intuito de valorizar seu trabalho.

É importante modificar o quadro de insatisfação existente, fortalecendo a discursão a respeito da saúde dos trabalhadores.

Sugerimos a realização de outros estudos, com diferentes enfoques metodológicos, par que sejam investigados os fatores relacionados à insatisfação com o trabalho.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria n. 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como Estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 13 fev. 2004. Seção 1, p. 37-41.

BRASIL. Portaria n. 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 20 ago. 2007. Seção 1, p.34-38.

BRASIL. Portaria n. 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 23 de dez. 2009. Seção 1, p. 65-69.

BRASIL. Portaria n. 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 23 ago. 2012. Seção 1, p. 46-51.

BRASIL. Portaria n. 2.488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 24 out. 2011. Seção 1.

CECCIM, Ricardo B.; FERLA, Alcindo A. Educação permanente em saúde. In: PEREIRA, Isabel B.; LIMA, Júlio C. F. (orgs.). Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006. p. 107-112.

## MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### MUSICALITY IN CHILDHOOD EDUCATION

Patrícia Aparecida Morais Alves Chaves <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A dedicação para compreender os benefícios que a aprendizagem de música tem proporcionado, já é alvo de inúmeros estudos, aliás, já faz algum tempo que as pesquisas vêm ocorrendo. Os estudos têm percebido que, além da música proporcionar momentos de lazer, descontração e prazer, o aprendizado absorvido da música tem contribuído fortemente no desenvolvimento dos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, promovendo o bem-estar do indivíduo. A música no Brasil ganhou e surgiu com mais força quando houve uma mistura de elementos europeus, africanos e indígenas, trazidos pelos próprios colonizadores portugueses, escravos e os padres jesuítas que a usava em cultos religiosos e para atrair atenção à fé cristã. **OBJETIVO:** Analisar as principais contribuições que o ensino de música pode oferecer para melhoria do desenvolvimento das crianças na educação infantil. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo foi a bibliográfica, aproveitando-se de renomados autores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** As músicas fazem parte do repertório infantil e são alternativas importantes para manter as crianças envolvidas nas atividades ilustradas pelos professores. Nesse estudo ficou claro que a música pode ser utilizada com intuito didático, contemplando o alfabeto e os números, e ainda para propiciar momentos de brincadeiras para as crianças, confirmando seu caráter lúdico. Destaca-se ainda a relevância da linguagem musical para o desenvolvimento infantil, tem o poder de abrir a possibilidade para o desenvolvimento da linguagem, o movimento, a compreensão dos conteúdos didáticos, as trocas sociais, a relação afetiva entre os sujeitos escolares, bem como para tornar o ambiente escolar lúdico e acolhedor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música; Educação Infantil; Interação; Aprendizado.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The dedication to understand the benefits that music learning has provided has been the subject of numerous studies, in fact, research has been taking place for some time. Studies have noticed that, in addition to music providing moments of leisure, relaxation and pleasure, the learning absorbed from music has strongly contributed to the development of cognitive, emotional and social aspects, promoting the individual's well-being. Music in Brazil gained and emerged with more force when there was a mixture of European, African and indigenous elements, brought by the Portuguese colonizers themselves, slaves and the Jesuit priests who used it in religious services and to attract attention to the Christian faith. **OBJECTIVE:** To analyze the main contributions that music teaching can offer to improve children's development in early childhood education. **METHOD:** The methodology used to achieve this objective was the bibliography, taking advantage of renowned authors. **FINAL CONSIDERATIONS:** The songs are part of the children's repertoire and are important alternatives to keep children involved in the activities illustrated by the teachers. In this study it became clear that music can be used for didactic purposes, contemplating the alphabet and numbers, and also to provide moments of play for children, confirming its playful character. The relevance of musical language for child development is also highlighted, it has the power to open the possibility for the development of language, movement, understanding of didactic contents, social exchanges, the affective relationship between school subjects, as well as to make the school environment playful and welcoming.

**KEYWORDS:** Music; Child Education; Interaction; Apprenticeship.

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestra em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Cursando Licenciatura em Matemática na UniFael; Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT; Especialista em Aprendizagem e Autoria na Educação Infantil e Ensino Fundamental pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA; **E-mail:** patyamchaves@gmail.com; **Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5492562189364059>.

## INTRODUÇÃO

A música segue uma rotina diária na vida das pessoas, ela sempre está presente, direta ou indiretamente. Além disso, tem feito parte de inúmeras culturas e vem acompanhando a história da humanidade e se fazendo presente em diferentes lugares do mundo. Trata-se de uma forma de expressão, tanto no campo popular, como no erudito (OLIVEIRA; LOPES; OLIVEIRA, 2020).

A linguagem musical já faz parte do Brasil, principalmente no que diz respeito a diversas áreas sociais, ou seja, está em toda parte, além de estar presente também nas manifestações religiosas que atingem por todo o país. A música também tem o poder de promover e fortalecer relações interpessoais em suas comunidades, bairros e cidades (SOUZA; BROOCK; LOPES, 2020).

A relação com a música, às vezes, começa a ser construída no ventre materno e segue no decorrer da sua infância. Além disso, nas brincadeiras infantis, são os momentos talvez, em que as crianças mais se usam a música como forma de expressão e também para estabelecer regras, relações sociais, diversão, alegria e aprendizagem, ela consegue estabelecer laços incríveis. Assim, esses são apenas pequenos exemplos que mostram a grande importância da música na educação infantil, seja ela no meio escolar ou da família. (COTRIM; HENRIQUES, 2020).

Compreender toda a importância da música na educação infantil e seus benefícios é o objeto central deste estudo, mas também foi abordado outros assuntos que rodeiam o processo ensino aprendizagem na educação infantil (ALVES; SANTANA; PURIFICAÇÃO, 2020).

O motivo pela escolha do tema Musicalidade na Educação Infantil deu-se através de observações realizadas no próprio ambiente de trabalho, além disso, a afinidade com o tema também foi fundamental para desenvolvê-lo.

O tema possui extrema relevância, pois as aulas têm sido rotineiras e repetitivas, espera-se com esse trabalho despertar nos próprios professores o desenvolvimento de novas metodologias que façam uso da música.

## OBJETIVO

Analisar as principais contribuições que o ensino de música pode oferecer para melhoria do desenvolvimento das crianças na educação infantil.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo foi a bibliográfica, aproveitando-se de renomados autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### A HISTÓRIA DA MÚSICA

A música sempre esteve presente, não importante a raça, cor ou religião dos povos, na antiguidade já era assim, como nos gregos, egípcios e árabes. A palavra música tem origem na mitologia grega e significa “a arte das musas”. As musas eram seres celestiais ou divindades praticamente intocáveis, inspirando as artes e as ciências e tinham Orfeu, filho de Apolo, como seu deus maior. Afirmam estudos que Orfeu foi, na mitologia grega, o deus da música (DUARTE; CASTRO; FERREIRA, 2020).

Já na Roma antiga, a música não conseguiu atingir um desenvolvimento considerável, como pode ser comprovada na obra “História da música”, de Ellmerich (1973 p. 26-27), em que diz: “os romanos não alcançaram grande desenvolvimento nas artes em virtude de sua tendência guerreira e de constantes preocupações nas lutas de conquista. Assim o florescimento artís-

tico romano começa com subjugação da Grécia em 146 a.C”.

Dando um pouco mais de continuidade a história da música, adentra-se na Idade Média onde é possível ser encontrado um mundo dominado pelo fanatismo religioso. Luis Ellmerich (1973, p. 25) escreve que:

Esse cenário de fanatismo extremo levou àquele período histórico quase total estagnação. A música ganha a pauta de quatro linhas (nos dias de hoje usamos uma pauta de cinco linhas que é a da música clássica convencional), criada pelo monge italiano Guido D’Arezzo, hoje esse sistema é usado no canto gregoriano e a ele é atribuído o sistema silábico que nominava as notas musicais.

O chamado canto gregoriano recebeu esse nome por causa de uma homenagem ao bispo Gregório Magno. A necessidade principal da igreja católica naquele momento histórico era de sistematizar esse rito religioso, para não haver desagregação mesmo nas regiões mais distantes. Esse tipo de música era bastante simbólica, ou seja, utilizava-se de símbolos quando cantada nos cerimoniais da igreja Romana. Funcionava da seguinte forma, os fiéis cantavam-na numa mesma melodia em uníssono, de forma aguda e bem alta, ilustrando o encontro com o altíssimo, isto significava a unidade da igreja (GARCIA; SANTOS, 2020).

O protestantismo também tinha suas estratégias, utilizando a música nos seus cultos religiosos em sinal de comunhão e adoração. Dessa forma, naquele momento havia uma disputa por fiéis entre as duas igrejas, a católica e a protestante, a “reforma protestante”, como foi chamada a divisão da igreja católica romana, que acabou dando origem à igreja luterana, liderada por Martinho Lutero, usava a música alcançar pessoas (MAURER; GUEDES; RITTER, 2021).

Todas essas mudanças religiosas levam a igreja de Roma à “Contra Reforma” que transformou em muito os dogmas da igreja de Roma, que refletiu definitivamente na música daquela época, pois a igreja católica

liberava a música não Gregoriana em seus cultos, isso fica mais claro nas palavras de Ellmerich (1973, p. 32) quando expressa que: “no célebre Concílio de Trento (reunião de altos dignitários da igreja católica para tratar assuntos dogmáticos), ficou decidido, ainda, que o canto não Gregoriano também faria parte nas igrejas, contanto que sua música fosse simples e o texto bem compreensível”.

O autor ainda escreve que:

A música barroca substituiu o estilo renascentista que se caracterizava predominantemente em corais de vozes usados nas igrejas, e ainda os resquícios da idade média. Após o século XVII a música barroca dominou a cena europeia até cerca de 1750.

Aliás, ainda surgiria a ópera como uma das mais importantes novidades em forma musical, seguida de perto pelo oratório. A música italiana barroca atingiu os pontos altíssimos, principalmente por causa das obras de Antônio Vivaldi (RAMOS, 2020).

O romantismo introduz toda a sua força da expressão e substitui o refinamento que faltava em suas obras. Alguns compositores renomados surgiram neste momento histórico, um deles era Beethoven, que apesar de ser um mestre das formas clássicas, afastava-se delas, deixando sua música mais popular (MACHADO, 2019).

O presente período acabou sofrendo algumas mudanças em toda a Europa, pois esse momento histórico acontece logo após a revolução francesa. Ellmerich (1973, p. 18) enfatiza que “o romantismo significava o abandono às regras e a disciplina do classicismo, que expressa por sua arte, nesse caso, na música a emoção que sente o compositor”.

Entretanto, mesmo com tantos avanços e expansões, a música ainda não havia sido direcionada ao ensino escolar, ou envolvida na educação de crianças. Ainda estava intimamente ligada a igreja, tanto católica

romana como a protestante de Martinho Lutero (SANTOS, 2020).

O primeiro registro do encontro da música com a educação no Brasil aconteceu entre 1658 e 1661, quando, pela “Lei das Aldeias Indígenas”, foi ordenado o ensino de canto. Este não se restringia somente às músicas religiosas e incluía as canções populares como as “modinhas” portuguesas. De lá para cá, muitos são os registros de tentativas de inserção da música na educação, mas aparentemente nenhuma delas teve representação (CARNEIRO, 2019).

Em meados do século XIX, sua presença nos currículos escolares do ensino público aconteceu pelo Decreto Federal nº 331A, de 17 de novembro de 1854. O documento estipulava a presença de “noções de música” e “exercícios de canto” em escolas primárias de 1º e de 2º graus e Normais (Magistério).

## A MÚSICA NO BRASIL

A música no Brasil ganhou e surgiu com mais força quando houve uma mistura de elementos europeus, africanos e indígenas, trazidos pelos próprios colonizadores portugueses, escravos e os padres jesuítas que a usava em cultos religiosos e para atrair atenção à fé cristã (MANTOVAN, 2019).

Entretanto, em território nacional, os primeiros indícios e manifestações musicais, que valeram registrar na história, são conseqüentemente dos padres jesuítas, que, naquele momento, queriam uma maior quantidade de fiéis para sua igreja do que promover educação ou manifestações artísticas por meio de sua música (BITENCOURT, 2019).

França aponta esse contexto histórico em sua obra *A Música no Brasil* (1953, p. 7):

O coral Gregoriano mágico instrumento de conversão de que se utilizou o jesuíta José de Anchieta, aquela magnífica figura de evangelizador. E com ele os jesuítas Aspiciueta Navarro e Manuel de Nóbrega. Este dizia que: „com a música e a harmo-

nia, atrevo-me a atrair para mim todos os indígenas da América”.

Dessa forma, não teve como evitar a ligação dos índios com os jesuítas, pois a música e tudo que ela envolvia acabava aproximando ambas as partes. Logo após sua chegada, os jesuítas construíram aldeamentos que chamavam Missões ou Reduções, esses locais serviam para levarem sua fé aos índios (BELO, et al, 2020).

Davidoff (1994, p. 42) caracterizou como eram estruturadas as Reduções jesuítas: “O armazém geral, a casa de hóspedes e a casa das moças eram mais pobres e os alojamentos indígenas consistiam de longos edifícios de pau-a-pique ou adobe, abertos para uma varanda coberta”.

No período colonial e primeiro império no Brasil começou a receber ritmos, como, por exemplo, as valsas, polcas, tangos e outras diversas manifestações musicais estrangeiras, que nos Brasil achavam veículo de expressão (OLIVEIRA; LOPES; OLIVEIRA, 2020).

Em relação a isso, Almeida (2014, p. 2) expressa em seu livro *A História da Música Brasileira*:

Queremos dizer que, na nossa música popular, é fácil distinguir as origens rítmicas, embora não se conservem exatas e essenciais. Um mundo de influências e interferências, o clima, o caldeamento do sangue, o cultivo e as condições de vida de lugar a lugar, tudo isso, que a arte popular reflete, refrangendo no prisma de suas intenções fez com que os cantares fossem variando dia por dia, contornando-se, modificando-se, mas sem perder o caráter básico e definitivo do ritmo.

Aos africanos trazidos ao Brasil como escravos, é importante ressaltar sua grande contribuição para a formação da nossa música popular. Foi, certamente, o contato com o povo africano responsável pelo enriquecimento da parte rítmica da música feita no Brasil (OLIVEIRA; LOPES; OLIVEIRA, 2020).

A música envolve uma forte presença no povo brasileiro em todas as suas classes sociais, Andrade

(1980, p. 163) diz: “[...] o estudo científico da música popular brasileira ainda está por fazer. Não há sobre ela senão sínteses mais ou menos fáceis, derivadas da necessidade pedagógica de mostrar aos estudantes a evolução histórica da música brasileira”.

Diante disso, compreende-se que, antes de qualquer coisa, é preciso estudar a música e entendê-la de fato, para levar à música a escola com propriedade de conhecimento.

Em relação ao ensino de música, do descobrimento até meados do século XX, este acontecia de forma geral e aleatória, sem conotação educativa, sem registros que esclareçam uma organização pedagógica no seu uso. Era utilizada na perspectiva de ensinar a tocar instrumentos (cravo, piano, violão) ou para professar a fé cristã pelos padres jesuítas e como manifestação cultural (ANDRADE, 1980, p. 164).

Mas, somente em 1854, por conta de um decreto real é que houve um regulamentado para o ensino de música no Brasil, mas não havia formação compatível, principalmente por parte dos professores, e a música era usada para o controle dos alunos. Loureiro (2003) explica que “nessa fase era dada pouca ênfase aos aspectos musicais pela escola”.

No que diz respeito à visão de trabalhar na educação musical os aspectos culturais extraídos dos alunos, o meio como a música como elemento de interação entre as outras disciplinas escolares promove tudo isso, surgiria na história a partir da metade do século XX, junto à evolução da educação infantil como instituição educativa (SOUZA; BROOCK; LOPES, 2020).

## **A MÚSICA NO MEIO EDUCACIONAL:**

### **A LEI 11.769/2008**

A construção da Lei 11.769 (determina a obrigatoriedade da música na escola), aprovada em agosto de 2008, teve início em 2006, a partir da iniciativa de “educadores, músicos, artistas, estudantes, pais, sindicatos, professores e cidadãos em geral” (BRASIL, 2008,

p. 2) direcionada seu objetivo para incluir a música na escola como ferramenta de trabalho. Sua tramitação começou no Senado, no mesmo ano já havia apresentando justificativa para os principais pontos em defesa dessa nova linguagem ou nova metodologia de ensino.

A música é uma prática social, que constitui instância privilegiada de socialização, onde é possível exercitar as capacidades de ouvir, compreender e respeitar o outro. Estudos e pesquisas mostram que a aprendizagem musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e afetivo e, principalmente, para a construção de valores pessoais e sociais de crianças e jovens. A educação musical escolar não visa a formação do músico profissional, mas o acesso à compreensão da diversidade de práticas e de manifestações musicais da nossa cultura, bem como de culturas mais distantes (SARNEY, 2006, p. 12).

A Senadora Roseana Sarney falava sobre o músico profissional e, citando as capacidades que a música tem de desenvolver em crianças, jovens e adultos, habilidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais – afirma sua importância “para se alcançar as finalidades educacionais almejadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (SARNEY, 2006, p. 13).

Todavia, a senadora reconhece que ainda há problemas na formação de professores quando diz que:

Há, portanto, uma incoerência entre as demandas de docentes por parte das instâncias públicas e privadas e o que está acontecendo na prática de formação de professores. Como forma de solucionar a questão, apresento o projeto de lei em tela, propondo a implantação gradativa da obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, a ser ministrado por professores com formação específica na área (SARNEY, 2006, p. 14).

Quando chegou à Câmara dos Deputados em janeiro de 2008, o relator responsável foi o deputado Frank Aguiar, que, entre outras manifestações favoráveis, abordou e reforçou a importância de todos em constituir o projeto de Lei n. 2.732, que após a aprova-

ção nas comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania, foi para a presidência (SOUZA; BROOCK; LOPES, 2020).

São trazidas as alterações sugeridas pelo projeto de Lei 2.732/2008:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§: "Art. 26 [...] § 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º. § 7º O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área." (NR) Art. 2º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas no art. 1º. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2008, p. 5).

Logo depois de sua aprovação, a Lei n. 11.769/2008 foi incorporada na LDB n. 9.394/96, alterando o artigo 26 da seguinte forma: "§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo" (LDB n. 9.394/96), ou seja, nesse momento já estava determinado a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

No processo de aprovação o artigo 2º da Lei 11.769, onde estava previsto a contratação de profissionais com formação específica na área, o projeto foi barrado e o artigo 4º determinou que os sistemas de ensino terão 3 anos letivos, a partir da sua publicação, tem um período para se adaptarem às exigências que forma estabelecidas (SOUZA; BROOCK; LOPES, 2020).

O artigo 26 da LDBEN vigente trata dos currículos na educação básica e determina, no parágrafo 2º, que "o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (LDB n. 9.394/96). Sobre esse fator, na justificção do Senado para a obrigatoriedade da música nas escolas, o projeto de Lei informa que:

Todavia, a LDB, embora indique a obrigatoriedade do ensino de arte, é ambígua em seus termos. A expressão "ensino de arte" permite uma multiplicidade de interpretações, o que tem acarretado a manutenção de práticas polivalentes de educação artística e a ausência do ensino de música nas escolas. Muitos concursos públicos recentes, realizados para o magistério em diversas regiões do país, persistem em buscar professores de "educação artística", embora a educação superior já possua formação de professores específica em cada uma das expressões de arte (visuais, música, teatro e dança) (SARNEY, 2006, p. 16).

De acordo essas colocações ficam estabelecidas que o cenário do ensino da arte no Brasil, deve dar total apoio a música como linguagem da arte, contribuindo assim para o desenvolvimento cultural de todas as crianças e jovens que frequentam a educação básica (SOUZA; BROOCK; LOPES, 2020).

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia fica estabelecido também sobre a responsabilidade dos pedagogos e pedagogas em trabalhar a música já que no artigo 5º, inciso VI, o documento diz que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a "ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano". (BRASIL, 2006, p. 2).

## A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeiramente, para conseguir compreender como a música se manifesta na educação infantil é necessário, antes de tudo, compreender sua trajetória histórica e analisar seus antecedentes no Brasil. É um pouco complicado pensar a educação musical aplicada nos na modalidade que esse trabalho a propõe, pois nos primórdios da educação infantil no Brasil, já que essa tinha cunho estritamente assistencialista (COTRIM; HENRIQUES, 2020).

“Na esfera pública, o atendimento as crianças de 0 a seis anos, começa, em 1899, com a criação neste mesmo ano do Instituto de Proteção e Assistência a Infância no Brasil” (KRAMER, 2003, p. 23).

Na história da Educação no Brasil, o ato do cuidar das crianças surgia como ideia pouco interessante para os olhos da sociedade, e ainda iria se arrastarem por muitos longos anos, as mudanças ocorriam, mas de maneira bem lenta e gradativa, mas a ênfase principal seria manter a ordem em sala de aula (COTRIM; HENRIQUES, 2020).

Como diz Loureiro (2003, p. 19) que para a escola, “o que importava era utilizar o canto como forma de controle e integração dos alunos, desse modo, pouca ênfase era dada aos aspectos musicais na perspectiva pedagógica”.

As leis e normas que regulariam a educação infantil apresentam de forma bastante transparente como a criança foi tratada em nossa educação por tantos anos. Mas, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) instituída como Lei nº 9.394/96, se contemplaria o ensino de artes no seu Art. 26, da seguinte forma: “componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma que promova desenvolvimento cultural dos alunos”.

Dessa forma, a música passa a ser uma linguagem possível na educação infantil e hoje já faz parte da educação básica, conseguindo despertar e desenvolver habilidades nas crianças. A construção de uma metodologia para trabalhar a música na educação infantil está legalmente aberta (ALVES; SANTANA; PURIFICAÇÃO, 2020).

Ressalta-se que uma grande ferramenta trabalhada na área da educação infantil é a música. Através desta ferramenta é possível descobrir e desenvolver as habilidades da criança. O trabalhar com a música, tem como finalidade de despertar o senso de curiosidade no qual gera o conhecimento, que levam as imaginações e assim sucessivamente. Tornando suas criatividade bem

mais interessantes dentro do seu ensino e aprendizagem (ALVES; SANTANA; PURIFICAÇÃO, 2020).

A música é uma fonte de interação social, é um recurso pedagógico, que despertam nas crianças a vontade de participação. Sejam nas danças, nos cânticos ou na realização do seu ensino.

Observando os seus orientadores, pelos gestos e expressões se arriscam a fazerem os mesmos. E assim vão se habituando e se interagido na sala de aula na hora da recreação e até mesmo em casa. Pois tudo o que absorvem na escola querem também compartilhar com os pais e familiares.

Papel que a música tem na aprendizagem da criança se mostra fundamental, pois é preciso entender que a criança precisa de sons e músicas para o desenvolvimento da fala, da imaginação e da construção de demonstrações de dores ou sentimentos. Na iniciação da fala, por exemplo, a criança costuma brincar com sons para criar novas palavras, balbuciar, gorgolejar, realizando emissões vocais em diferentes situações, imitando o fraseado rítmico e melódico de adultos e de outras crianças (LINO, 2006, p. 73).

De acordo com a opinião do autor, de fato é de suma importância. Ele menciona sobre o papel que a música tem na aprendizagem e que a criança precisa de sons musicais para o desenvolvimento de falas e demais. Pois quanto mais cedo à criança ouvir e for incentivada, melhor será para o seu desempenho (ALVES; SANTANA; PURIFICAÇÃO, 2020).

Para que a criança aprenda música não precisa exatamente de um professor especialista na área. Basta somente os orientadores serem ativos e criativos de como manejar a aula. Exemplo: colocar um bom cd que influi no aprendizado. Que envolve letrinhas alfabéticas, números, animais, cores e historinhas. E assim eles vão cumprindo as atividades do dia a dia. “Sendo a Escola a instituição responsável pela formação cultural da criança, cabe a ela também proporcionar esse conhecimento” (SILVA, 1992, p. 92).

Entrando no contexto mais detalhado sobre a finalidade da música na educação infantil. Observar-se várias formas e estratégias da criança se envolver juntamente com a participação de seus colaboradores (ALVES; SANTANA; PURIFICAÇÃO, 2020).

No portal do professor (portaldoprofessor.mec.gov.br), podem-se encontrar várias estratégias e dinâmicas que envolvem os alunos e assim proporcionam benefícios adquiridos em sala de aula, como por exemplo, socialização e integração com as demais crianças; desenvolvem o brincar, dançar e utilizar o esquema corporal, além de aprender os nomes dos colegas.

A música pode alcançar, se utilizada de maneira coerente com o público que se trabalha, grandes proporções e resultados impressionantes durante o ano letivo, pois a criança já está cansada de aulas monótonas e precisa urgentemente de novas metodologias de ensino.

### **OS BENEFÍCIOS DO USO DA MÚSICA NA SALA DE AULA**

A música atribui muito no ciclo de vida da criança. Ela vai de encontro com suas coordenações motoras e cognitivas. Estimulando também no meio social. Isso é a função da musicalização. Musicalizar é um fator no qual atribui para a criança desenvolver a sensibilidade (ALVES; SANTANA; PURIFICAÇÃO, 2020).

Musicalizar ao mesmo tempo significa desenvolver o senso musical das crianças, sua sensibilidade, expressão, ritmo, “ao que denominados ouvido musical”, ou seja, uma estratégia de inserção das crianças no mundo musical, sonoro. O processo de musicalização proporciona a criança tornar-se um ouvinte sensível de música, com um amplo universo sonoro, diferente de outras crianças que não usufruem dessa prática (DUARTE; CASTRO; FERREIRA, 2020).

Um aspecto precisa ser absorvido, o que a musicalização visa desenvolver a musicalidade que já está dentro da criança, pois a música faz parte da cultura

humana e, por isso, todas as pessoas tem acesso livre a esse produto ou ferramenta (DUARTE; CASTRO; FERREIRA, 2020).

Não podemos, de qualquer forma, conceituar que a musicalização age como “educação pela música”, que significa utilizar a música para desenvolver e aperfeiçoar outras áreas de conhecimento como a alfabetização, o raciocínio lógico matemático, a socialização, entre outras.

Acredita-se que o processo de musicalização deve acontecer na escola, pois “(...) sendo a Escola a instituição responsável pela formação cultural da criança cabe a ela também proporcionar esse conhecimento (...)” (SILVA, 1992, p. 92).

Dessa forma, o papel da escola é resumido em incentivar as aulas de música e proporcionar as condições mínimas para que de fato aconteçam, ou seja, a compra ou aquisição de instrumentos até um espaço favorável para a realização das aulas (DUARTE; CASTRO; FERREIRA, 2020).

Um dos requisitos mínimos é que se consiga uma sala destinada a essas aulas, e não somente no que diz respeito ao espaço para os alunos, mas também para os instrumentos e outros materiais necessários, que a sala adequada tenha espaço suficiente para os alunos movimentarem-se e esteja livre de sons externos que possam distrair os alunos ou importunar a paz de outras pessoas.

De acordo com Snyders (1994, p. 66), “a escola deve proporcionar, além de preparação para o futuro, alegria para o presente, e esse é um dos papéis da música na escola”.

A citação trata de uma realidade, a aula diferenciada ou uma metodologia que proporcione um aprendizado mais descontraído, chamando a atenção dos alunos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho em questão buscou entender quais as vantagens ou benefícios que a música pode proporcionar as crianças na educação infantil, bem como verificar sua real importância no que diz respeito ao aprendizado, desenvolvimento, interação, enfim, contribuição na socialização das crianças e perceber as formas de interação da música com as atividades aplicadas em sala de aula.

Um dos pontos inicialmente abordados, de forma bastante detalhada, foi a educação infantil, como tudo começou, suas definições e etc, logo em seguida abordou-se o processo de aprendizagem, observando a visão de Piaget com relação ao desenvolvimento do aprendizado das crianças. Somente a partir de então o estudo centralizou-se na música, principalmente no contexto escolar, além de seus inúmeros benefícios, e por fim a construção da Lei 11.769, aprovada em agosto de 2008, teve início em 2006, a partir da iniciativa de “educadores, músicos, artistas, estudantes, pais, sindicatos, professores e cidadãos em geral” (BRASIL, 2008, p. 2) seu objetivo foi fazer com que a música estivesse presente na escola, de maneira sistemática.

Com a realização dessa pesquisa, pode-se comprovar que a música deve ser trabalhada com brincadeiras e canções, inclusive algumas atividades que envolvem diretamente a música com o aprendizado foram mostradas durante o desenvolvimento teórico do mesmo, além de precisar de um líder ou mentor para administrar essas brincadeiras inteligentemente.

É com base no dia a dia com a música na sala de aula, com a participação dos professores portando suas respectivas atividades no cotidiano da educação infantil e das experiências pessoais com a música, que será promovida uma prática pedagógica que utilize realmente a música como elemento importante que venha a colaborar com o trabalho e o desenvolvimento da criança.

Conclui-se esse trabalho de pesquisa destacando que é preciso ainda debater bastante o uso da música na educação infantil e o caminho como precisa ser

dirigida, pois um leque de obrigações precisa ser respeitado, principalmente a formação do professor no período da graduação talvez seja importante.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato. **A História da Música Brasileira**. Universidade do Texas, F. Briguiet: 1926.

ALVES, Angélica Ferreira; SANTANA, Maria Sílvia Rosa; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. O espaço da música na educação infantil: a escola de 2020. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.33. 2020.

ANDRADE, Mário. **Pequena História da Música**. Martins Editora, 1980.

BITENCOURT, Jhonatas Bitencourt e. A contribuição da música na educação infantil: uma ferramenta auxiliar na aprendizagem cognitiva e psicomotora dos educandos. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Abaetetuba, 2019.

BELO, Bianca Sabrine Gonçalves Nascimento, et al. **Contribuições da música no desenvolvimento psicossocial e cognitivo da criança na etapa da educação infantil**. CONEDU – VII Congresso Nacional de Educação. 15, 16 e 17 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB Lei n.9.394/96**. Brasília: DF, MEC/SEF, 1996.

CARNEIRO, Francilene Pereira. A importância da música no desenvolvimento infantil. **Trabalho de conclusão de curso**. Catolé do Rocha, 2019.

COTRIM, Ronaldo Murinho Braga; HENRIQUES, Wasti Silve#rio Ciszewski. A música como lugar de encontro e afeto com as crianças da educação infantil do colégio Pedro II durante a quarentena. **Revista Práticas em Educação Infantil** – vol. 5; nº 6, 2020.

BRASIL. **Lei n.11.769 de 18 de agosto de 2008**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2008.

DAVIDOFF, Carlos. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense 8ª ed, 1994.

DUARTE, Neidiane Barbosa; CASTRO, Doriane Pereira; FERREIRA, Erenita Fernandes. **A musicalidade e sua importância no processo de alfabetização**. Anais do 3º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsona. 2020

ELMERICH, Luis. **História da música**. São Paulo: Editora Fermata do Brasil, 1973.

FRANÇA, Eurico Nogueira. **A música no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

GARCIA, Vitor Ponchio; SANTOS, Renato dos. **A importância da utilização da música na educação infantil**. Efdesportes. 02/08/2020

KRAMER, Sônia. **A Política do pré escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2003.

LINO, Dulcimarta Lemos. Música é... cantar, dançar... e brincar! Ah, tocar também. In: CUNHA, Susana Rangel Vieira da.(Org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. 6. ed Porto Alegre: Mediação, 2006.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino da música na escola fundamental**. São Paulo: Papirus, 2003.

MACHADO, Joice Kelle Dias. Musicalidade na educação infantil: uma proposta pedagógica rica em ludicidade. **Monografia**. São Luís, 2019.

MAURER, Monique; GUEDES, Lucila; RITTER, Carla Eliana Toderó. A Música e a Criança Entrelaçadas pela diversidade. **Revista Conectus**, Caxias do Sul, RS, v.1 n.4, set./out. 2021.

MANTOVAN, Paulo. **Musicalidade na educação infantil**. Educar FCE / Faculdade Campos Elíseos Vol. 19, n. 01 (Abril, 2019), SP Volume 19, n.01 (Abril, 2019).

OLIVEIRA, Ana Paula Gomes de; LOPES, Yan Karen Silva; OLIVEIRA, Bárbara Pimenta de. A importância da música na educação infantil. **Revista Educação & Ensino**. Fortaleza, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020.

RAMOS, Joyb. Música na educação infantil: um estado do conhecimento. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Rio Branco-AC, 2020.

SANTOS, Kátia Luciana dos. A música como estratégia pedagógica no processo ensino-aprendizagem na educação infantil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Taperoá-PB, 2020

SARNEY, Roseana. **Projeto de Lei na Câmara**. 2006. Disponível em: [http://www.queroeducacaomusicalnaescola.com/o\\_projeto\\_de\\_lei.htm](http://www.queroeducacaomusicalnaescola.com/o_projeto_de_lei.htm). Acesso em: 07 fev. de 2022.

SILVA, Leda Maria Giuffrida. A expressão musical para crianças de pré-escola. **Revista Ideias**. São Paulo: n. 10, p. 88-96, 1992.

SOUZA, Isaac; BROOCK, Angelita; LOPES, Helena. **Musicalização on-line para a primeira infância em tempos de pandemia: reflexões sobre práticas em construção**. XII Encontro Regional Sudeste da Associação Brasileira de Educação Musical. A Educação

Musical Brasileira e a construção de um outro mundo: proposições e ações a partir dos 30 anos de lutas, conquistas e problematizações da ABEM, 09 a 20 de novembro de 2020.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 3º ed. São Paulo: Cortez, 1994.

## SAÚDE COMO BASE NA FAMÍLIA: VULNERABILIDADE SOCIAL E O ADOECIMENTO

### HEALTH AS A FAMILY BASIS: SOCIAL VULNERABILITY AND ILLNESS

Rogério de Oliveira <sup>1</sup>

#### RESUMO

A saúde do conjunto familiar funciona como matriz para a comunidade. Quando a família está em vulnerabilidade social e especificamente em saúde, conseqüentemente aquele ciclo social aporta reflexos que atingem por extensão a cidade e o estado, desembocando na saúde coletiva brasileira. Sendo a família a principal rede de apoio para o jovem e adolescentes, diante da ausência desse suporte, essa lacuna reflete na comunidade, gerando um ciclo de precariedade que se expande no ambiente da periferia. O adoecimento na família resulta em revezes que se estendem ao âmbito profissional e estudantil com viés socioeconômico. Boa alimentação, saneamento básico e segurança são fatores para a qualidade de vida relacionada à saúde, compreendendo que as doenças influenciam diretamente no bem estar social e da família. Situações onde as mazelas sociais são combinadas a enfermidades levam a concluir que condições de vida deficitárias estão relacionadas à condição de vulnerabilidade social. Questões sociais que caracterizam a vulnerabilidade como baixa escolaridade, a falta de saneamento básico, má alimentação e risco socioeconômico aumentam a ocorrência de doenças. A alimentação deficitária aliada a precárias condições de saneamento básico são fatores diretos geradores de problemas de saúde em crianças e por consequência em adultos e famílias em condições de vulnerabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde 1. Família 2. Saneamento básico 3. Rede de Apoio 4. Vulnerabilidade Social 5.

#### ABSTRACT

The health of the family group works as a matrix for the community. When the family is in social vulnerability and specifically in health, consequently that social cycle brings reflexes that reach, by extension, the city and the state, leading to Brazilian collective health. As the family is the main support network for young people and adolescents, in the absence of this support, this gap reflects on the community, generating a cycle of precariousness that expands in the periphery environment. Illness in the family results in setbacks that extend to the professional and student spheres with a socioeconomic bias. Good nutrition, basic sanitation and safety are factors for health-related quality of life, understanding that, as diseases, they directly influence the social and family well-being. Situations where social ills are combined with illnesses lead to deficient living conditions related to the condition of social vulnerability. Social issues that characterize vulnerability as low education, lack of basic sanitation, poor diet and socioeconomic risk increase the occurrence of diseases. Poor food, combined with poor basic sanitation conditions, are direct factors that generate health problems in children and, consequently, in adults and families in vulnerable conditions.

**KEYWORDS:** Health 1. Family 2. Basic sanitation 3. Support Network 4. Social Vulnerability 5.

<sup>1</sup> Mestrando em Administração pela ACU – Absolute Christian University. E-mail: oliveirarogeriodejesus33@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As condições de vida e saúde vem melhorado continuamente na maioria dos países em detrimento aos avanços políticos, econômicos e sociais, em paralelo ao avanço da saúde pública e da medicina no decorrer do anos. Contudo ainda existem muitos fatores limitantes as boas práticas de saúde sobretudo em comunidades compostas por famílias majoritariamente em situação de vulnerabilidade econômica e social. A desigualdade na condição de vida geral é observada como um elemento depressor da qualidade de vida da família que enfrenta um processo de adoecimento; A criança mal alimentada e com a saúde debilitada atenua as oportunidades para a classe mais pobre da periferia ficando distante para concorrer com igualdade com os mais abastados da sociedade. (BUSS, 2000).

Apresentando uma desigualdade social alarmante, o Brasil sendo um país com dimensões continentais apresenta-se classificado em décimo lugar no ranking entre os mais desiguais do mundo .O Brasil tem cerca de 45 milhões de adolescentes, e é especificamente na Região Nordeste onde são referidos os mais baixos indicadores sociais dessa idade. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, a faixa etária que menos procura por assistência e atendimento de saúde são os adolescentes entre 15 a 19 anos, que correspondem a idade identificada como mais propícia a uma conduta atrelada a riscos relacionados a adoecimentos por causas externas, além do uso abusivo de drogas e de comportamento sexual descuidado que são fatores pontuais que geram risco à saúde.(OLIVEIRA, 2020; PEIXOTO,2021)

Dentro desse contexto de desigualdade e suas implicações a saúde do jovem da periferia, o termo vulnerabilidade em saúde (VS) levanta consigo o abrangente conceito que abarca uma série de qualificações, cujas definições apresentam especificidades. Esse conceito em si perpassa por concepções sociológicas, psicológicas entre outras

diversas áreas do conhecimento, tendo em comum o fato de que a VS tem como cenário as comunidades. Apesar de políticas públicas estarem em evolução quanto a tais assuntos, não trazem consigo a clareza da conceituação do que é vulnerabilidade social ou mesmo o risco social; comumente apresentados como sinônimos, mesmo sendo conceitos próximos quanto a temática, os quais, claramente, são distintos (FLORENCIO,2021; BRASIL, 2004, p. 27).

Acerca das discussões socioeconômicas levantadas é preciso identificar os fatores que sinalizam a vulnerabilidade: As iniquidades sociais, situações que podem se qualificar enquanto vivências experienciadas por uma parcela específica da população, onde é possível perfilar o jovem negro, de sexo masculino, com origem familiar na periferia, que enquanto sujeito e vítima representa uma preocupação tanto no contexto da cidade de Salvador - Ba quanto global. É evidente a existência de uma correlação entre as condições em que as pessoas nascem, vivem, se alimentam e trabalham, compreendendo que, compreendendo-os enquanto fatores oriundos das desigualdades econômicas e sociais se expressam em aspectos relacionados ao processo saúde-adoecimento.(OLIVEIRA, 2020)

Buscando compreender quais os fatores presentes na relação entre o adoecimento consequente da baixa estrutura socioeconômica e a correlação desse a estrutura familiar. Esse presente estudo tem como objetivo Geral: Analisar a relação da condição doença/saúde junto a estrutura da família em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apresentando como objetivo específico: Relacionar as condições de vida e saúde ao declínio da qualidade de vida da família em condição de vulnerabilidade socioeconômica associada ao adoecimento.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O termo vulnerabilidade vem sendo amplamente aplicado em diversos nichos ao longo dos

anos, contudo sua presença no contexto das práticas na área da saúde tem registros posteriores. Às apreensões acerca da vulnerabilidade entraram em plena vigência nas questões da saúde a partir de 1980, época da epidemia da Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS). O vocábulo é levantado nesse contexto como fator na busca por uma interpretação mais clara e acessível para compreensão da relação entre saúde e doença, tencionando portanto, auxiliar na resposta dos fatores sociais de modo mais efetivo e integral.(MOREIRA,2021)

No processo de reconhecer a vulnerabilidade do outro pensa-se sobre a própria vulnerabilidade e apesar das semelhanças e diferenças reflete-se acerca da transitoriedade inerente à condição de vida humana. É nessa instância onde o status econômico e social apresenta-se como sinônimo de risco social, fragilização e precariedade. Dentro de um contexto familiar, onde as realidades individuais se encontram em um conjunto social, a vulnerabilidade social assim como a qualidade de vida se distinguem e se polarizam por meio desses aspectos. Quando a família passa a vivenciar uma crise provocada pela doença ou mesmo uma hospitalização,por sofrer em paralelo à retirada das possibilidades de escolha, sente-se de fato vulnerável, sendo inevitável se submeter à situação. Há um hiato nas relações familiares autênticas bloqueadas pela desigualdade e o distanciamento. (PETTENGILL,2005;RIBEIRO,2017)

Uma grande parcela da população do Brasil assim como de outros países da América Latina têm em comum realidades como a má distribuição de renda, o analfabetismo, baixo grau de escolaridade e também condições precárias de habitação, sendo o ambiente e as condições de vida pontos que figuram um papel muito importante na qualidade de vida relacionada à saúde. Assim pode-se perceber que as diferenças econômicas entre os países funcionam como um sinalizador para as variações nos índices gerais qualitativos, evidenciando a discrepância entre os

indicadores básicos de saúde e desenvolvimento humano em referênciaao de países mais desenvolvidos. (BUSS, 2000)

E essa conjuntura que é delimitada enquanto precariedade e pode apresentar-se de diferentes formas, na situação de saúde familiar se evidencia inicialmente pela dificuldade da manutenção de vida e saúde e/ou complicação de doenças que poderiam prontamente ser atenuadas por melhores condições de vida, fato esse que afeta a qualidade de vida e a saúde psicológica. Por conseguinte pode se configurar na esfera de iniquidades sociais, além das malezas evidentes, a questão das relações de poder que também representam a precariedade; as concepções mais profundas acerca da precariedade deixam claro o fator de impotência em relação a arranjos acessíveis a outros por remeter uma situação de viés político pela qual determinadas parcelas da população são assimetricamente expostas a violência, perigo, enfermidade, migração forçada, pobreza, ou morte. (MOREIRA,2021)

E, enquanto um status ativo que configura um processo em movimento, a precariedade reforça situações de vulnerabilidade Social que reciprocamente se mantém, reforçando a fragilidade do valor das vidas sob a perspectiva do Estado e de grupos de grande poder político e econômico. Em contraponto a marginalização do estereótipo de marginalidade do jovem negra da periferia situações como a redução na mortalidade infantil, o incremento na esperança de vida, o acesso à água e ao saneamento básico, o gasto em saúde, a fecundidade global e o incremento na alfabetização de adultos respondem efetivamente ao Produto Nacional Bruto de qualquer país, pontos que ao poder corroborar para a melhor qualidade de vida de famílias em vulnerabilidade concomitantemente a melhorias enquanto nação.(MOREIRA,2021; BUSS, 2000).

## DESENVOLVIMENTO

A família tem papel fundamental na partilha funcional da sociedade e apresenta como principais objetivos a sobrevivência, a união social, o desenvolvimento de seus integrantes mantendo a identidade familiar, a concepção de papéis sexuais, a educação geral, o apoio e o desenvolvimento mútuo. É esperado no núcleo familiar a função de proteger, orientar e preservar a espécie, delimitar padrões para seus membros sobre a forma questões gerais em todas as situações, inclusive em situações de enfrentamento e ou de perigo, como o adoecimento de um de seus familiares, quando o grupo consanguíneo ou não precisa adquirir novas regras em torno da nova realidade que se apresenta, e modificando os papéis usuais e o fluxo cotidiano para suprir as demandas decorrentes da enfermidade. (MELO,2012)

Quando a estrutura familiar não acompanha as necessidades do desenvolvimento de seus membros ao decorrer dos tempos, vão se desenvolvendo paralelamente comportamentos sintomáticos. Famílias em situações de vulnerabilidade social têm diante de si uma ampla gama de possibilidades de vivenciar eventos estressores inesperados; reverses como o desemprego, perda da moradia, o desaparecimento de algum membro familiar, exposição à violência e privações relacionadas à pobreza, situações em que as demandas notadamente superam os recursos. Torna-se factual que esse acúmulo de estressores tende a dificultar os processos de reorganização da família. Os processos familiares apresentam repercussões na forma como seus membros enfrentam as dificuldades gerais da vida, aumentando ou mesmo abalando sua segurança em relação a desafios futuros (CAVALHIERI,2017).

Apesar das transformações que ocorrem nas relações humanas, a família permanece a mais simples conformação social composta por dois ou mais indivíduos que se associam para objetivando compartilhar a vida e suas funções. Para compreender como funciona um país ou um segmento social, é preciso analisar como está disposta a vida em família,

para antever o futuro de uma sociedade. Apenas observando os processos familiares e as famílias é possível destrinchar o modo como a identidade pessoal se apresenta no coletivo, por que agimos de tal modo ou não agimos de outro, seja em momentos cotidianos ou situações conflituosas.(MONTEJO,2017)

O processo de adoecimento afeta diretamente as famílias, sobretudo quando se trata de doença crônicas como o câncer, pois traz a vivência do adoecimento para o cotidiano, seja através do tratamento de maneira ou por meio das modificações e reorganizações que a estrutura da vida em coletividade a fim de suprir as demandas do parente em acompanhamento. É válido destacar que operam também estigmas sociais sobre as doenças crônicas e a perspectiva de vida dos familiares do portadores de uma doença, abalando e afetando a longo prazo por meio de sentimento de temor sobre o futuro frente às experiências indesejadas. O diagnóstico do câncer, da diabetes tipo II, Cardiopatias graves ou mesmo de IST's frequentemente causando um choque que é percebido por desesperança na família que acreditam ser esta uma doença incurável e ou com relação de estado que inspire cuidado constante ou mesmo de morte.(10)

Como resposta de enfrentamento e sobretudo a atitudes que reflitam a competência emocional das pessoas para lidar com os conflitos imbuídos pelas mudanças, tanto podem proporcionar o temor a desagregação como resultado ou podem também despontar uma nova vertente revestida de criativas possibilidades. O surgimento de doenças, como o câncer, que trazem consigo arraigados preconceitos, mitos e estigmas, podem se levantar como uma ameaça ao funcionamento familiar, acarretando até mesmo danos psíquicos capazes de perdurar por muitas gerações (MELO,2012).

Enquanto um sistema social, a família orienta seus membros quanto ao modo de pensar e interagir. As famílias movem-se através do tempo e essas transições são ocasionadas por mudanças que trazem

demandas morais e sobretudo sociais, essas novas circunstâncias proporcionam mudanças na sua dinâmica. Ao enfrentar situações de doença ou mesmo privação de assistência, a família pode adaptar-se, evoluir ou paralisar-se onde hábitos impróprios como resposta à nova situação causam problemas ainda mais graves. Apesar de ser a principal fonte de apoio, o grupo familiar pode, portanto, agir provocando impactos negativos no processo de aceitação da doença. E isso pode ser altamente prejudicial, uma vez que os familiares ponto de partida do indivíduo para o mundo. (MELO, 2012; LIMA, 2016).

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa, na qual contribuiu para a análise e discussão dos conceitos encontrados. Este método foi escolhido por partilhar uma análise referencial do tema, contribuindo diretamente na compreensão, sistematização dos resultados e embasamento por meio de estudos anteriores.

Como plataforma de busca, utilizou-se o portal Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), filtrando os artigos dispostos na base de dados do Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e o Google Acadêmico. Dentre os critérios de inclusão adotados estão: artigos disponíveis na íntegra e online; publicados nos idiomas português e inglês; no período de 2015 a 2021 e que abordassem a temática escolhida. Outrora, para exclusão foram estabelecidos como critérios: artigos repetidos nas bases de dados.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

As famílias em vulnerabilidade social relacionada à saúde se configuram enquanto as que têm experiências em que um ou mais membros

adoecem enquanto a família se encontra em situações de precariedade socioeconômica associada ao uso de drogas, violência doméstica e outras condições que depreciam ou detenham o processo desenvolvimento saudável desse grupo social. O termo caracteriza famílias expostas a fatores de risco, tanto de natureza pessoal, quanto social decorrentes do ambiente onde vivem, e que ocasionam maior probabilidade de que seus membros sofram inerente a perturbações psicológicas. Uma vez que tais riscos estão associados a eventos cotidianos negativos, que potencializam disfunções de ordem física, social e emocional. (CAVALHIERI, 2017)

Diante dos desafios e mudanças que se apresentam na vida devido aos múltiplos fatores geradores de ansiedade ou estresse no sistema familiar está em constante adaptação. Entre esses geradores encontramos doenças crônicas de ordem genética ou adquirida, que podem alterar o funcionamento familiar, gerando até mesmo uma falta de adesão ao tratamento terapêutico. Isto reafirma a importância da família para o indivíduo, para a sociedade enquanto coletivo e sobretudo par terapêuticos incluem conformidade com fatores psicológicos e socioambientais, compreendendo que o suporte familiar, assim como exercício físico, dieta, controle médico, higiene e autocuidado são essenciais as boas práticas de saúde. (MONTEJO, 2017)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o perfil da família brasileira e as questões imbuídas na vulnerabilidade social que atinge um grande contingente de cidadãos brasileiros, é possível concluir que o adoecimento está ligado ao rompimento, ainda que temporário do equilíbrio do ciclo social vivenciado na família. É válido ressaltar a importância da compreensão dos efeitos do adoecimento na família e na sociedade uma vez que enquanto profissionais de saúde, o psicólogo se deparam não apenas com o adoecimento do indivíduo

mas com a resposta do seu núcleo familiar, compreendendo que as demandas recorrente ao estado doença-saúde afetam toda a família mesmo quando apenas um familiar está adoecido. Considera-se também a necessidade de uma maior atenção aos grupos sociais vulneráveis a partir da formulação e implementação de políticas públicas, de programas de desenvolvimento social e ações efetivas do Estado e sociedade civil quanto ao acompanhamento psicológico como uma assistência necessária à saúde da família e para isso a integração do profissional e maior número na assistência primária.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BUSS, PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. Revista Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, 2000.
- CAVALHIERI, KE. et al. Influência do segredo na dinâmica familiar: contribuições da teoria sistêmica. Pensando em famílias, Porto Alegre, v. 21, n. 2, t. 134-148, dez. 2017. Acesso em: 28 fev. 2020.
- LIMA, SF; SKLAN, RGM; REIS, LMCB; SILVA, UC. Representações sociais sobre o câncer entre familiares de pacientes em tratamento oncológico. REME- Revista Mineira de enfermagem Vol: 20:e967, Minas Gerais, 2016.
- MELO, CB; BARROS, MN; CAMPELLO, EVA; FERREIRA, MCQL; ROCHA, LLC; SILVA, LMG; IZABELLA, C; NELSE, TFS. O funcionamento familiar do paciente com câncer. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 78-89, abr. 2012. Acessos em 17 nov. 2021. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2012v18n1p73>.
- MONTEJO, CA; VÁZQUEZ, RZ; RAMÓN, L; ZARRACINO, EZ. Adherencia terapéutica y funcionalidad familiar en pacientes con enfermedades hematológicas Therapeutic DOI: 10.19136/hs.a17n3.2007 - 2017.
- MOREIRA, FRS; MAGALHÃES, TM. Modelo de vulnerabilidade em saúde: esclarecimento conceitual na perspectiva do sujeito-social. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2021, v. 34 [Acessado 31 Outubro 2021], eAPE00353.
- OLIVEIRA, E. et al. Contribuição da interseccionalidade na compreensão da saúde-doença-cuidado de homens jovens em contextos de pobreza urbana. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2020, v. 24 [Acessado 24 Outubro 2021]. <https://doi.org/10.1590/Interface.180736>.
- PEIXOTO, AMCL et al. Procura por serviços ou profissionais de saúde entre adolescentes: um estudo multinível. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, n. 07 [Acessado 31 Outubro 2021], pp. 2819-2827. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08582021>. Epub 02 Jul 2021. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08582021>.
- PETTENGILL, MAM; ANGELO, M. Vulnerabilidade da família: desenvolvimento do conceito. Revista Latino-Americana de Enfermagem [online]. 2005, v. 13, n. 6 [Acessado 24 Outubro 2021], pp. 982-988. Epub 26 Jan 2006. ISSN 1518-8345. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000600010>.
- RIBEIRO, VM; VÓVIO, CL. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. Fundação Tide Setúbal e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - MCTI/CNPq. Educar em Revista [online]. 2017, n. spe.2 [Acessado 16 Novembro 2021], pp. 71-87.

**TOXINA BOTULÍNICA NA ESTÉTICA FACIAL:  
UMA ABORDAGEM GERAL DO USO NA ESTÉTICA FACIAL**

**BOTULIN TOXIN IN FACIAL AESTHETICS:  
A GENERAL APPROACH TO THE USE IN FACIAL AESTHETICS**

Samaíra Raquel Ferreira Lima <sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** Se tratando da Toxina Botulínica na estética facial colocaremos os aspectos mais importantes e relevantes na estética facial **OBJETIVO:** Verificar o uso de forma devida, seus benefícios e suas complicações. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa para fins de conhecimento acadêmicos com ênfase no desenvolvimento profissional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Dentro das pesquisas conclusa, podemos verificar pontos específicos e relevantes do uso da toxina botulínica na estética facial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Botox. Toxina Botulínica. Rejuvenescimento.

**ABSTRATCT**

**INTRODUCTION:** When dealing with Botulinum Toxin in facial aesthetics, we will highlight the most important and relevant aspects of facial aesthetics. **OBJECTIVE:** To verify its proper use, its benefits and its complications. **METHODOLOGY:** This is a research for academic knowledge purposes with emphasis on the development professional. **FINAL CONSIDERATIONS:** Within the concluded research, we can verify specific and relevant points of the use of botulinum toxin in facial aesthetics.

**KEYWORDS:** Botox. Botulinum Toxin. Rejuvenation.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absoulute Christian University, Especialista em Docência Universitária pela Uniasselvi – GO, Especialista em Estética avançada pela Educaminas –MG, Tecnóloga em Estética e Cosmetologia pela Faculdade Claretiano–GO. **E-mail:** samararaquel@hotmail.com. **Currículo Lattes** lattes.cnpq.br/2776089617364019.

## INTRODUÇÃO

A Toxina Botulínica (BOTOX) é uma substância que revela um crescimento constante em nossa sociedade. Sendo um aliado na busca constante da beleza e do rejuvenescimento do Mundo. Este assunto foi escolhido devido sua popularidade na atualidade, à curiosidade que a substância desperta devido aos seus efeitos serem praticamente imediatos e aos cuidados sobre as consequências da sua aplicação.

A toxina botulínica se tornou um dos procedimentos injetáveis mais populares em todo mundo, considerado uma técnica minimamente invasiva, aplicada via intramuscular que previne o envelhecimento, no qual se destaca com a paralisação das rugas dinâmicas. A aplicação da toxina botulínica avoca riscos e preveem aumentar os cuidados na sua execução, devido à várias complicações que em sua maioria são de forma passageiras como ptose palpebral, edema, eritema e outras, que surge devido aos erros ligados ao produto ou na técnica de aplicação. Apresenta eficácia clínica satisfatória, posto que repetidas aplicações possam levar à limitação destes efeitos por imunização em alguns casos.

Os efeitos adversos relatados são pouco severos e estão relacionados com a reação inflamatória da aplicação ou com a inativação da toxina. O presente trabalho tem como objetivo, elucidar os cuidados constantes na aplicação desta toxina, de forma a minimizar os episódios de possíveis complicações.

## OBJETIVO

Demonstrar os efeitos benéficos, as reações adversas e ampliar os estudos científicos.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi elaborada através de buscas em literaturas atualizadas entre 2019 à 2021, artigos

acadêmicos publicados em revistas científicas com leituras e abordagens sólidas e transparentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O envelhecimento cutâneo é um processo que afeta não só a aparência, mas também a função da pele, isso ocorre porque há alteração do material genético e ocorre a diminuição da proliferação celular, que ocasiona a perda de elasticidade, diminuição da replicação dos tecidos e do metabolismo. Pesquisadores apontam o desequilíbrio do mecanismo de defesa antioxidante do organismo como o principal causado por envelhecimento cutâneo. Alguns outros fatores também conhecidos são: idade, hábitos alimentares, sedentarismo, stress, tabagismo, alcoolismo, excesso de sol sem o protetor solar e a poluição. As contrações musculares, apesar de serem as responsáveis pelas expressões do rosto, também são um dos grandes causadores de rugas, conhecidas como vincos, as mesmas podem ser classificadas de duas maneiras: estáticas ou dinâmicas. As estáticas são visíveis na pele mesmo quando não há contração da musculatura, são originados pelo excesso da contração muscular, já os vincos dinâmicos aparecem apenas quando há uma contração muscular.

A flacidez tegumentar é um problema que vem com o envelhecimento, ocorre devido à perda de elasticidade e do tônus do tecido. A flacidez ocorre não só decorrente do envelhecimento, mas também por perda de peso, hábitos alimentares, exposição excessiva ao sol e etc. A flacidez tem como fonte a alteração e diminuição das estruturas profundas, mas a consequência ocorre na superfície. Na derme, as fibras colágenas ficam mais espessas e as fibras elásticas ficam sem a sua elasticidade em consequência a diminuição do número de fibroblastos. Na pele ocorre a diminuição de gordura. Ocorre também diminuição do trofismo e tônus muscular e em fase mais tardia, a massa muscular esquelética começa a ser perdida e substituída por

gordura, como exemplo na região submentoniana no pescoço). A frouidão tecidual provoca a flacidez facial, fazendo com que a pele perca a sua firmeza.

### EFEITOS COLATERAIS

A aplicação do botox é muito procurada porque não oferece tantos riscos quanto as cirurgias plásticas e seus efeitos colaterais são raros. Contudo, eles existem. Nas primeiras 24 horas após o tratamento, é possível haver sintomas parecidos com o da gripe ou leves dores de cabeça. O problema mais comum é a assimetria facial, ou seja, ficar com uma sobrancelha mais erguida do que a outra, uma parte do rosto mais enrijecida ou até mesmo um olho mais fechado do que o outro. Essa diferença só diminui quando a toxina perde efeito, o que pode demorar de quatro a seis meses. Além de alterar a expressão do rosto, o uso indevido do botox pode causar ptose, que é a queda das pálpebras. Muitos médicos desaconselham a aplicação nas têmporas ou na parte lateral da testa. Costuma-se contra indicar a toxina também para pessoas que possuem flacidez acentuada na pele do rosto, pois isso pode agravar ainda mais o problema.

O botox é contra indicado também para mulheres grávidas ou que estejam amamentando. É importante informar ao médico também sobre casos de alguma doença auto imune ou neuromuscular, como distrofia muscular, miastenia gravis, miopatias, entre outras. Como as aplicações são feitas em músculos, é importante que o profissional conheça bem a anatomia facial e o produto a ser utilizado. Os dermatologistas e cirurgiões plásticos são os mais indicados no caso dos procedimentos cosméticos, que são técnicas que privilegiam a estética e a aparência do paciente.

Existem muitas marcas das toxinas para uso estético. Como algumas têm ação mais ampla do que outras, podem paralisar a região ou atingir um músculo indesejado se forem aplicadas além do necessário.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tratamentos com toxina botulínica tipo A (TBA) tem sido considerados eficazes, seguros, apresentando resul-

tados satisfatórios. As aplicações da TBA para rejuvenescimento facial têm sido bem estabelecidas em todo o mundo, especialmente, para o tratamento de rugas. Estudos estão identificando e demonstrando o uso da TBA para outros fins, tanto no campo estético quanto no terapêutico, tais como para o tratamento da hiperidrose, melhora de cicatrizes cutâneas e de patologias dermatológicas. O uso da TBA em procedimentos estéticos faciais, apresentam altas taxas de melhora com rápido início de ação e longaduração de ação (mais de 4 meses para a maioria dos pacientes) quando comparado ao placebo. As micro doses da TBA (microbotox) se mostraram mais eficazes para o tratamento de rugas na testa e nos olhos, dando um aspecto mais natural ao paciente, quando comparado ao botox. A TBA tem sido muito usada por pacientes para diversos tratamentos e está sendo muito bem aceita e quando usada da forma correta, satisfazendo os pacientes.

O uso eficaz e seguro da TBA requer um entendimento abrangente da anatomia corporal, experiência prática do profissional, bem como conhecimento e prática sobre a técnica de injeção, localização das aplicações e dosagens adequadas para as áreas a serem tratadas.

Estudos demonstraram que as diferentes indicações estéticas da aplicação da TBA estão associadas a níveis consistentes e significativamente elevados de satisfação dos pacientes, o que se correlaciona com a eficácia do tratamento e a incidência de efeitos adversos que é, relativamente, baixa.

### REFERÊNCIAS

ALLERGAN, produtos farmacêuticos Ltda. BOTOX, Bula para o profissional da saúde. Ed 2014. Disponível em <https://www.allergan.com.br>, consulta 10/01/2022.

FLÁVIO, A. Botulinum Toxin for Facial Harmony. [S. l.]: Quintessence, 2018

NOGUEIRA, C. L. C. A aplicação da toxina botulínica tipo A no tratamento dos sinais de envelhecimento cutâneo facial. 2016. 46f. Monografia (especialização em Biomedicina Estética). Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa – Centro de Capacitação Educacional, Recife, 2016.

UEBEL, M. R. Uso da toxina botulínica na prevenção de rugas dinâmicas – uma revisão da literatura. 2019.11f.

Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Farmácia Estética) - Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Lajeado, 2019.

## FORMAÇÃO DOCENTE: A IMPORTÂNCIA DE INSERIR TÉCNICAS DE ENSINO VOLTADAS A TECNOLOGIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

### TEACHER TRAINING: THE IMPORTANCE OF INSERTING TECHNOLOGY-ORIENTED TEACHING TECHNIQUES IN INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICE

Teane Frota Ribeiro <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo aborda sobre a importância do docente favorecer estratégias de ensino que irão contribuir de forma significativa para a formação dos futuros profissionais docentes, favorecendo assim o incentivo a inovações didáticas inserindo recursos tecnológicos, inovando técnicas que irão contribuir de forma significativa no ensino, tendo em vista que hoje a tecnologia se faz tão presente e precisa ser trabalhada de forma adequada contribuindo assim com o processo de ensino-aprendizado dos alunos. A tecnologia nos dias atuais vem crescendo, e como ela as oportunidades de inserir e trabalhar com novas metodologias como apoio para um ensino significativo, sendo essencial compreender a postura do educador frente ao desafio do uso dessas novas tecnologias na sua prática pedagógica, e favorecer reflexões sobre as mudanças na postura docente frente ao manuseio da tecnologia, e de como se dá a utilização das tecnologias e de como é possível favorecer a abordagem de técnicas de ensino mediante a formação acadêmica do professor, e dessa forma levar o conhecimento sobre Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e como esse processo pode ser desenvolvido de forma inclusiva, já que percebe-se que na sala de aula é possível se deparar com crianças que possam apresentar diferentes tipos de dificuldades de aprendizagem. Portanto, a intenção do trabalho aqui desenvolvido é de demonstrar a realização de um Projeto idealizado junto aos discentes que teve por finalidade favorecer experiências para que os mesmos pudessem refletir sobre a importância da busca constante pela formação continuada inserindo a tecnologia no atual contexto educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologia Assistiva; Inclusão; Formação de professores

#### ABSTRACT

This article discusses the importance of teachers favoring teaching strategies that will significantly contribute to the training of future teaching professionals, thus favoring the encouragement of didactic innovations by inserting technological resources, innovating techniques that will significantly contribute to teaching, having considering that today technology is so present and needs to be worked properly, thus contributing to the teaching-learning process of students. Technology nowadays has been growing, and with it the opportunities to insert and work with new methodologies as a support for a meaningful teaching, being essential to understand the educator's posture in the face of the challenge of using these new technologies in their pedagogical practice, and to favor reflections about the changes in the teaching attitude towards the handling of technology, and how technologies are used and how it is possible to favor the approach of teaching techniques through the academic training of the teacher, and in this way take the knowledge about New Technologies of Information and Communication and how this process can be developed in an inclusive way, since it is clear that in the classroom it is possible to come across children who may have different types of learning difficulties. Therefore, the intention of the work developed here is to demonstrate the realization of an idealized Project with the students whose purpose was to favor experiences so that they could reflect on the importance of the constant search for continuing education by inserting technology in the current educational context.

**KEYWORDS:** Assistive Technology; Inclusion; Teacher training.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Ideal Faculdade, FAMEV. Especialização em Administração Escolar - Orientação e Supervisão pela Ideal Faculdade, FAMEV. Especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade Nilton Lins, UNINILTON. Graduação em Pedagogia pela Universidade Nilton Lins, AM E-mail: teanefrotateane@gmail.com. Currículo Lattes: [lattes.cnpq.br/6788477785541067](http://lattes.cnpq.br/6788477785541067)

## INTRODUÇÃO

Este relato de experiência surgiu através de um projeto idealizado por mim durante minha prática docente na Instituição Nilton Lins, localizada na cidade de Manaus, cuja finalidade principal foi de favorecer aos discentes do 2º período de formação de professor a reflexão sobre métodos de ensino inserindo a tecnologia com abordagem na inclusão, unindo assim teoria e prática.

A proposta de trabalho se iniciou com uma atividade, dando sequência a um projeto cujo nome é “Tecnologia Assistiva e Inclusão”, onde a finalidade do mesmo foi apresentar através das metodologias ativas conhecida como Tecnologia Assistiva, utilizando o recurso Low Tech (produção de materiais pedagógicos) com um novo olhar para a inclusão.

Quero através desse trabalho poder demonstrar sobre a importância docente de criar meios que possam favorecer ao discente perceber que com o apoio de determinados instrumentos pedagógicos, se faz possível facilitar e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem inserindo a tecnologia no trabalho inclusivo.

## METODOLOGIA

Compreendendo que a tecnologia se faz presente e acreditando que o profissional docente precisa assumir o novo perfil e uma formação adequada para que possam utilizar as novas tecnologias de forma positiva para uma educação de qualidade, apresento um trabalho que considero relevante para um aprendizado significativo.

O trabalho proposto foi realizado e executado com a turma de 2º período composta por 44 discentes, atuantes na disciplina Educação mediada por Tecnologia, cuja a mesma faz parte da grade curricular do curso de Pedagogia.

Após elaboração e aprovação do projeto pela instituição de ensino na qual o mesmo foi realizado, foi dado o início a dinâmica do mesmo.

1. No primeiro momento, realizei uma abordagem sobre técnicas de ensino e recursos tecnológicos voltados a inclusão, oportunizando assim um debate de reflexão aos discentes sobre a Tecnologia Assistiva e a produção de recursos pedagógicos que pudessem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades especiais assim como os diferentes tipos de problemas relacionados a aprendizagem.

2. No segundo momento, apresentei aos discentes através de materiais didáticos pedagógicos como (artigos- livros), assim como recursos tecnológicos para apresentação de slides, imagens e assuntos como forma de demonstrar que a tecnologia pode ser utilizada através de diferentes técnicas de ensino, onde a Tecnologia Assistiva e o recurso Low Tech (produção de materiais pedagógicos) seria uma delas, em seguida sugeri uma roda de conversa para que houvesse uma interação e compreensão do assunto abordado.

3. No terceiro momento, dando início a atividade, solicitei que fosse formado grupos para a elaboração de um plano de aula com tema e recurso pedagógico voltado a inclusão, pois a técnica utilizada foi Tecnologia Assistiva e o recurso Low Tech (produção de materiais pedagógicos), e dessa forma foi possível unir técnicas de ensino inserindo tecnologia e inclusão.

4. No quarto momento, cada equipe apresentou as ideias propostas no plano de aula, assim como o recurso pedagógico que seria utilizado dentro do tema escolhido. Os temas trabalhados foram sobre: dislexia, disgrafia, autismo, deficiência visual, deficiência intelectual, cuja finalidade era de demonstrar estratégias de ensino que pudessem favorecer a inclusão dessas crianças de forma participativa.

5. No quinto momento, após a apresentação e análise do trabalho realizado, demos início ao projeto apresentado no evento que ocorreu no Hall da

Universidade Nilton Lins (Semana de Licenciaturas), e contou com a participação de todos os estudantes envolvidos.

6. No sexto momento, os estudantes que já tinham suas equipes formadas, organizaram stands com exposições dos recursos pedagógicos de acordo com o tema trabalhado. Foram produzidos dentre os recursos pedagógicos: Material dourado; Imagens de materiais utilizados para trabalhar sequência lógica; Sacolacriativa; Jogos educacionais; Memória tátil; Dominó tátil; Alfabeto em LIBRAS; Relógio com números em LIBRAS; Dominó em alto relevo; Números com textura; Mapa em alto relevo. Todos os recursos foram apresentados e demonstrados na prática para os convidados que participaram do evento.

7. No sétimo momento, todos os materiais pedagógicos produzidos foram doados para auxiliar crianças no processo de ensino- aprendizagem e que apresentam diferentes tipos de dificuldades de aprendizagem como (Dislexia, Disgrafia, Discalculia, Hiperatividade) dentre outros.

Além dos convidados que prestigiaram os trabalhos expostos, houve a participação dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental da Escola Nilton Lins, onde os mesmos interagiram e participaram de dinâmicas feitas através dos recursos pedagógicos. Ao final das apresentações e dinâmicas, os participantes receberam kits pedagógicos, assim como folders com informações dos trabalhos expostos no evento.

O trabalho realizado, obteve um retorno positivo tanto dos acadêmicos envolvidos, quanto dos participantes que fizeram parte na execução das atividades propostas.

Os professores de ensino superior devem utilizar meios avançados de tecnologia e preparar seus alunos sempre com atividades práticas, mostrando a eles que o mercado de trabalho exige pessoas com capacidade de saber aliar a teoria com a prática e com experiência em prática, mostra-se então a necessidade

da prática no ensino superior antes de sair da graduação(PEREIRA, 2011).

Sendo assim, a finalidade do projeto, foi fazer com que os futuros profissionais do curso de formação de professores pudessem vivenciar práticas de ensino, e dessa forma trazer a reflexão sobre a importância de desenvolver métodos em conjunto com a tecnologia, assim como fortalecendo o trabalho inclusivo de forma lúdica contribuindo de modo significativo no processo de ensino-aprendizagem com a utilização de metodologias ativas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho realizado despertou um grande interesse tanto dos participantes do evento, quanto das crianças que puderam através do recurso pedagógico aprender de forma lúdica, bem como dos acadêmicos que fizeram parte de todo o processo, demonstrando satisfação e agradecimento por todo aprendizado adquirido na conclusão do projeto.

Os resultados da coleta e análise que se iniciou com temáticas na sala de aula com atividades reflexivas sobre didáticas inserindo a tecnologia e a prática docente na elaboração de recursos pedagógicos voltados a tecnologia tendo como proposta o recurso Low Tech (produção de materiais pedagógicos) com abordagem inclusiva, e em seguida dando continuidade com o Projeto 'Tecnologia Assistiva e Inclusão', favoreceu aos discentes a oportunidade de unir teoria e prática através das dinâmicas realizadas durante a realização do projeto.

Uma das principais finalidades do trabalho proposto foi de abordar aos discentes que as tecnologias digitais estão em constantes transformações, apresentando-se como uma gama de possibilidades para a interação, para comunicação, para a busca de informações, para o entretenimento e para a produção do conhecimento.

Desse modo, é preciso repensar as formas de ensino para que se assegure, realmente, a aprendizagem dos alunos, repensar isso perpassa pela formação inicial e continuada do professor.

Formar professores para a utilização da tecnologia educacional segundo Valente e Almeida (1997, p. 08) requer:

[...] condições para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica e seja capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica.

Considerando essas questões, a formação continuada do professor deve ter como perspectiva alcançar um ambiente inovador e de qualidade, com a inserção das tecnologias digitais nos processos educativos.

A tecnologia facilita a transmissão da informação, mas o papel do professor continua sendo fundamental na escolha e na utilização desse meio. Por isso, é importante buscar uma transformação cultural que envolva o treinamento de professores e o engajamento de alunos.

A importância de se trabalhar a (TA) Tecnologia Assistiva com abordagem inclusiva através de projetos contribuindo assim para a formação continuada dos discentes:

A finalidade do projeto realizado foi de demonstrar aos futuros profissionais docentes sobre a importância de inserir didáticas voltadas ao manuseio da tecnologia com abordagem na (TA), e assim demonstrar que a Tecnologia pode ser trabalhada de diferentes formas auxiliando de forma positiva o trabalho inclusivo de crianças com diferentes distúrbios ou dificuldades relacionados a aprendizagem.

Assim sendo, falar de produtos de Tecnologia Assistiva (TA) é falar de um horizonte muitíssimo amplo de

possibilidades e recursos que podem contribuir de forma significativa no trabalho inclusivo. Porque os “objetivos da Tecnologia Assistiva, apontam normalmente para recursos que geram autonomia pessoal e vida independente do usuário” (GALVÃO, 2009 p.149).

A atualização do professor é uma prática necessária ao exercício da atividade docente, pois atualizar significa estar aprendendo sempre, conhecendo novos saberes. Portanto, é essencial que o docente durante a sua atuação profissional possa buscar inovações no ensino que possa auxiliar na inclusão de forma positiva.

Durante todo o processo era abordado ao discente que o mesmo deve estar sempre em busca de formação continuada, compreendendo que o ensino muitas vezes propõe desafios, e quando esse desafio é a inclusão no ensino, se faz relevante saber utilizar técnicas adequadas buscando o aprimoramento através de recursos que possam auxiliar na dificuldade de aprendizado que a criança possa apresentar na sala de aula, pois é fundamental compreender que os alunos com dificuldade de aprendizagem não são incapazes de aprender.

Entende-se que a formação continuada deve ocorrer de forma a provocar uma reflexão crítica e criativa sobre a prática docente. Por isso, esses momentos não devem ser ocupados apenas com vistas a oferecer meios necessários profissionais para o uso de um determinado recurso tecnológico de modo fragmentado e desvinculado da prática, e sim favorecer subsídios para que os mesmos possam vivenciar práticas pedagógicas unindo assim teoria e prática.

A relação teoria e prática promove o compromisso do professor pela melhoria do ensino, a disponibilidade que o ensino possui para melhorar a prática no dia a dia vem a ser um ponto principal para realização da mesma (LEMES et al., 2011).

Nesse contexto, nota-se que o educador é um agente produtivo, portanto, deve trabalhar com o aluno

de forma envolvente, de modo que possa despertar no aluno sua criatividade, sua capacidade de assimilar o que está sendo proposto.

Considerando como aspecto importante da formação continuada, a mudança segundo Hargreaves (2002) nos diz que ela é um processo que envolve aprendizado, planejamento e reflexão. Envolve valores, propósitos e conceitos associados ao que está sendo modificado. Há dessa forma, a necessidade de se fazer parte integrante dessas mudanças e as elaborando dentro de um contexto mais amplo de reflexão. Desta forma:

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula. (HARGREAVES, 2002, p.114).

Denota-se, portanto que a formação continuada se faz relevante para que o trabalho docente possa trazer inovações constantes no ensino, onde a mesma deve ser encarada como uma grande aliada dos educadores, uma vez que contribui para a evolução constante do trabalho do docente. Através da educação continuada é possível favorecer a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando novo significado às práticas pedagógicas. De forma positiva, onde as técnicas de ensino apresentadas no decorrer do trabalho, tiveram como principal função favorecer aos discentes a oportunidade vivenciar práticas pedagógicas que irão contribuir para a sua formação e capacitação docente.

Portanto, é essencial que durante a formação acadêmica os discentes possam vivenciar métodos de ensino que favoreça de forma positiva práticas pedagógicas que irão contribuir de forma positiva para que os mesmos desenvolvam habilidades durante sua atuação docente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados e observações realizadas durante minha prática docente, foi possível constatar que é perceptível a importância da formação acadêmica elaborada. O objetivo de elaborar e trabalhar junto aos discentes a realização do projeto “Tecnologia Assistiva e Inclusão” foi desafiador, mais ao mesmo tempo motivador, isso porque acredito que todo o trabalho realizado oportunizou a reflexão e contribuição para a formação continuada dos discentes, levando em conta que até a conclusão do projeto, houve um trabalho realizado por etapas, onde o mesmo propiciou utilizar na prática o que foi visto na teoria.

A escolha do tema inserindo tecnologia e inclusão, e que teve como principal abordagem Tecnologia Assistiva e o recurso Low Tech (produção de materiais pedagógicos), teve como principal finalidade demonstrar através do trabalho realizado que a Tecnologia pode ser trabalhada de diferentes formas e obter um resultado satisfatório no processo inclusivo.

Deste modo, os profissionais da educação precisam aprender a utilizar os recursos tecnológicos em todo o seu potencial de flexibilidade, colaboração, apropriação e produção de conhecimento.

Considero que as aulas práticas no Ensino Superior se faz de extrema importância para fazer com que os discentes possam exemplificar, ilustrar o que foi ministrado em aula teórica, e assim correlacionar os conceitos à realidade do que foi trabalhado na prática favorecendo com que os mesmos desenvolvam uma postura docente positiva relacionada ao processo de ensino-aprendizado.

É importante que profissional docente esteja sempre inovando e acreditando que através da formação continuada se faz possível que essas inovações ocorram de forma positiva.

Todo o processo da 1ª Edição do Projeto “Tecnologia Assistiva e Inclusão” foi concluído com sucesso, pois foi notório a participação ativa e aprendizado de todos os acadêmicos envolvidos, onde os mesmos relataram que aprenderam bastante através das dinâmicas e experiências vivenciadas durante a prática do trabalho proposto, citando sobre a importância que foi para eles unir teoria e prática durante todo o processo.

O trabalho realizado, obteve um retorno satisfatório tanto dos acadêmicos envolvidos, quanto dos que fizeram parte na execução das atividades propostas.

Tendo em vista o sucesso e aprovação do projeto, o mesmo terá outras edições, e os materiais produzidos irão ser doados para as instituições selecionadas após a conclusão do mesmo.

Portanto, devemos como profissional docente incentivar, motivar, estimular e através do ensino motivacional abordar a Tecnologia e as suas utilidades como forma de contribuir para um processo de ensino-aprendizado positivo.

Enfim, depois de todo o processo realizado e com retorno positivo, acredito que o profissional docente deve auxiliar de forma positiva na formação dos futuros professores, inovando nos métodos para que os mesmos possam ser profissionais que estejam preparados para inovações no ensino.

## REFERÊNCIAS

BERSCH, R. C. R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. 2017. Texto complementar distribuído em cursos Tecnologia Assistiva. Disponível em: Acesso em: 12 fev. 2018.

GALVÃO-FILHO, T. A. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva**: Apropriação, Demandas e

Perspectivas. 2009, 346 p. Tese(Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, Bahia, 2009.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E A CRIMINALIDADE CONTEMPORÂNEA

### THE PHENOMENON OF GLOBALIZATION AND CONTEMPORARY CRIMINALITY

Inácio Mulenga Wimbo Katulumba <sup>1</sup>

#### RESUMO

Na esteira de RÔMULO (p. 3), a ideia de globalização traduz uma internacionalização das relações entre os povos, um inter relacionamento entre os Estados nacionais, de molde a identificarmos, ao lado destas micro realidades, uma só região, um só mundo, ou, como dizem muitos, uma “aldeia global”. A ideia global vive os acontecimentos em tempo real. As fronteiras tradicionais perderam o seu alcance porque o espaço físico deixou de ser um problema de lidar com o mundo. As distâncias foram diminuídas com meios de transporte que podem atingir velocidade cruzeira, internet em bandas largas, comunicação via satélite. A civilização deu passos galopantes. Este processo em marcha desde os anos 1450 com os primeiros contatos entre os povos do mundo, Ásia, Africa e Américas trouxe inúmeras vantagens mas de admitir também vários males. A globalização se reflete na economia, na política, nos negócios, no direito, na sociologia, antropologia cultural, gnosologia, ciência, tecnologia etc. Como disse VICO (2008; p. 256) cada mentalidade deve ser analisada de acordo a sua época, e cada época traz os seus próprios desafios. A globalização no seu estágio atual apresenta grandes desafios. Com o crescimento dos internautas e com as facilidades indiscutíveis trazidas pela rede, um novo desafio surgiu no fenómeno criminal em Luanda - Angola. Esta é uma realidade da qual não se pode fugir. A internet, ao lado de representar um avanço no desenvolvimento da humanidade, indiscutivelmente, permitiu o aparecimento de uma nova criminalidade, aliás, muito mais difícil de ser combatida.

**PALAVRAS-CHAVES:** Globalização. Criminalidade organizada. Perdas. Estado. Investigação e policiamento.

#### ABSTRACT

According RÔMULO (p. 3), the idea of globalization translates an internationalization of relations between peoples, an inter-relationship between national States, in order to identify, alongside these micro realities, a single region, a single world, or, as many say, a “global village”. The global idea lives events in real time. Traditional borders have lost their reach because physical space is no longer a problem for dealing with the world. Distances have been reduced with means of transport that can reach cruising speed, broadband internet, satellite communication. Civilization has taken galloping steps. This process, underway since the 1450s, with the first contacts between the peoples of the world, Asia, Africa and the Americas, has brought numerous advantages but also admits of several evils. Globalization is reflected in economics, politics, business, law, sociology, cultural anthropology, gnosiology, science, technology, etc. As VICO (2008; p. 256) said, each mentality must be analyzed according to its time, and each time brings its own challenges. Globalization in its current stage presents great challenges. With the growth of internet users and with the indisputable facilities brought by the network, a new challenge has arisen in the criminal phenomenon in Luanda - Angola. This is a reality that cannot be escaped. The internet, in addition to representing an advance in the development of humanity, indisputably allowed the emergence of a new criminality, in fact, much more difficult to combat.

**KEYWORDS:** Globalization. Organized crime. Losses. State. Investigation and policing.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Jurídicas pela ACU - Absolute Christian University; Pós-Graduação Lato Sensu em Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília; Licenciado em Ciências Jurídico-Forenses pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. **E-mail:** Katulumba79@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3973810228894231

## INTRODUÇÃO

O homem é um animal social por natureza afirmou Aristóteles (MODIN, 2008, p. 110). A sociabilidade humana é um factor incontornável para se ser homem. Não é possível separar aquilo que o homem é individualmente do que é socialmente. Desde o nascimento, o homem é ser social. O homem é produto da sociedade e o que o distingue dos outros humanos é resultado do processo de socialização e do processo de comunicação. BARATA (2002), o comportamento desviante com relevância penal, tem a sua génese e sua função no interior de uma dada estrutura social.

A vivência e convivência entre os homens em sociedade devia ser de colaboração, aceitação, respeito pelos bens jurídicos fundamentais: vida, liberdade e património. Porém, esta visão é uma miragem. O crime não se produz só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades, qualquer que seja o tipo destas. Não há nenhuma em que não haja criminalidade. Muda de forma, os atos assim classificados não são os mesmos em todo o lado; mas em todo o lado e em todos os tempos existiram homens que se conduziram de tal modo que a repressão penal se abateu sobre eles. O comportamento delinquente tem de ser entendido como um processo que está ligado ao processo de socialização. A sociedade é produtora da norma e do desvio (FABRETTI, apud Durkheim (2015, p. 16).

A criminalidade contemporânea ultrapassa as fronteiras físicas e os lucros do crime são dificilmente perseguidos e rastreados. Atualmente uma das maiores ameaças à segurança humana, o crime organizado transnacional é um negativo e multifacetado que impede o desenvolvimento político, económico, social e cultural da sociedade. Observa-se ainda que o ordenamento jurídico dos países democráticos também é afetado com recurso a fraude a lei. Os criminosos aproveitam todas as brechas das normas jurídicas para burlar o aparato legal. Ainda mais, procuram

internacionalizar suas ações em países onde as punições sejam leves e de preferência que não haja extradição. Transferem os lucros do crime em paraísos fiscais (SADRONI, p. 3).

## OBJETIVO

Apresentar uma contribuição a respeito da globalização e a criminalidade organizada bem como os mecanismos de combate no ordenamento jurídico angolano.

A criminalidade organizada pode ser vista como um grupo bem organizado a estilo de uma empresa ou em forma de máfias. Tanto o grupo de criminalidade organizada quanto a máfia que na essência é uma das modalidades de criminalidade organizada, ambas são estruturas organizadas com vista a prática de atos ilícitos. Nos termos do art.º 2.º, al. a) da Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, um grupo criminoso organizado é aquele que está estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e actuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infracções estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, directa ou indirectamente, um benefício económico ou outro benefício material.

## PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE UM GRUPO DE CRIMINALIDADE ORGANIZADA E UMA MÁFIA

Tanto o grupo de criminalidade organizada quanto a máfia que na essência é uma das modalidades de criminalidade organizada, ambas são estruturas organizadas com vista a prática de atos ilícitos. Nos termos do art.º 2.º, al. a) da Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, um grupo criminoso organizado é aquele que está estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e actuando

concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infracções estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, directa ou indirectamente, um benefício económico ou outro benefício material.

Não obstante a característica comum que acima apresentamos, existem diferenças claras entre um grupo de criminalidade organizada e uma máfia.

O grupo de crime organizado tenta controlar a exportação de um bem ilícito. Podendo incluir muitas coisas diferentes como tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos humanos, tráfico de animais proibidos, tráfico de metais preciosos (ouro, diamantes, rubi etc.), tráfico de drogas, prostituição etc. Tende a ter um único mercado interno e sob controlo.

A máfia como dissemos, é também um grupo de criminosos que tem por objectivo fornecer protecção a outros grupos criminosos ou melhor, tenta governar o submundo do crime mediante extorsão acima de muitas atividade do crime organizado. As máfias exigem “propinas” dos operadores do mercado do submundo do crime com garantias de protecção.

#### **MODALIDADES DE POLICIAMENTO NA CRIMINALIDADE, COMUM, E O POLICIAMENTO DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL**

A diferença do policiamento da criminalidade comum e da criminalidade organizada transnacional reside no paradigma. O policiamento da primeira consiste em medidas internas de cada Estado no que consiste na política, sociologia e geografia criminal e, a forças policiais fazem uma atuação preventiva nas zonas negras desta criminalidade. É um processo rápido em comparação com o policiamento da criminalidade organizada no seu cômputo geral. Diferente da criminalidade comum é a criminalidade organizada transnacional que por nossa iniciativa a equiparamos a uma doença grave. Estrategicamente falando, as doenças graves precisam de remédios mais fortes. Por

isso, este tipo de criminalidade está fora da competência dos agentes tradicionais da justiça criminal de investigação.

Desde já, para a criminalidade organizada transnacional é necessária a existência de legislação especial para estas atividade. No ordenamento jurídico angolano vigora a Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, lei n.º 11720, de 23 de Abril, Lei da Identificação ou Localização Celular e da Vigilância Electrotónica, Lei n.º 10/20, de 16 de Abril, Lei das Acções Encobertas para Fins de Prevenção e Investigação Criminal. Parte-se da tese de que o crime organizado veio para ficar, que não vai desaparecer após uma ou duas operações policiais MINGARDI (2006, p. 51). Para controlar e reprimir as organizações criminosas é imprescindível a intervenção de uma inteligência ao serviço da polícia para o acesso e a disponibilização de informações confiáveis e utilizáveis. A este respeito, em Angola para além do Serviço de Investigação Criminal, SIC, regulado pelo Decreto Presidencial n.º 179/17, de 9 de Agosto, desdobrado em várias especialidades em formas de Departamento: anti droga, crimes contra o património, contra a vida, contra a integridade física, crimes financeiros e económicos e outros, são auxiliados pelo Serviço de Informações e Segurança do Estado, SINSE, regulado no Decreto Presidencial n.º 144/19 de 22 de Abril.

No entanto, os investimentos, integração, treinamento, suporte legislativo, apoio institucional e especialização no combate ao crime organizado transnacional são ferramentas imprescindíveis no serviço de inteligência; embora esgotáveis e limitados, não podem ser dispensados para o bom andamento dos trabalhos nas diversas unidades estatais.

A legislação é um dos sectores chaves porque se a legislação for fraca, certas ofensas aos bens jurídicos não podem ser combatidos. Os criminosos facilmente usarão o território com legislação fraca para

branqueamento de capitais e servir de rota privilegiada do tráfico.

GOMES (2009, p. 3). A inteligência aplicada aos serviços de polícia judiciária e de segurança pública, em geral, provêem informações de irrefutável interesse no enfrentamento e investigação de ações de organizações criminosas: identificação de grupos criminosos, do modus operandi e da divisão de tarefas; individualização de seus integrantes e comandos hierárquicos; plotagem da localidade ou região de atuação; traçado de tendências criminosas; monitoramento e documentação da atuação criminosa e do eventual informante (interceptação telefónica combinada com ação controlada, com recurso à vigilância electrónica, móvel ou fixa); identificação do indivíduo criminoso mais propenso para cooperar com a investigação policial ou para ser oferecida a delação premiada; prevenção de crimes; proteção de testemunhas.

### **O DILEMA DO COMBATE DO CRIME ORGANIZADO**

Os Estados têm que cooperar entre si para procurarem combater, pontos negros, podendo fazer recurso as agências existentes como a Interpol, Europol e outras agências nacionais ou internacionais de combate a criminalidade organizada transnacional. Estas estratégias devem ser seguidas de boas práticas de justiça penal.

No policiamento da criminalidade organizada transnacional (high policing) são utilizados todos os recursos e métodos admissíveis tanto pelo direito interno como ao resultante de convenções como as escutas telefónicas; informadores; infiltrados tanto os agentes policiais ou delatores em ativo nas organizações criminosas; confiscação de bens. Mais do que serem detidos e levados a justiça penal, a confiscação de bens constitui a medida mais desestabilizadora do crime organizado. Um meliante a cumprir pena pesada com fortunas fora ainda pode encoraja-lo a continuar a delinquir e o contrário pode levá-lo a desistir. Esta

medida visa fazer perceber aos meliantes que o crime não compensa.

Responsabilização do sector privado, isto é, aplicação de multas pesadas as empresas que lidem ou facilitem as actividades da criminalidade organizada.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Da apresentação acima, conclui-se que o combate às redes criminosas e de tráfico transnacionais requer uma estratégia multidimensional que proteja os cidadãos, quebre a força financeira das redes criminosas e terroristas, desorganize as redes de tráfico ilícito, derrote as organizações criminosas transnacionais, combata a corrupção governamental, fortaleça o Estado de Direito, reforce os sistemas judiciais e melhore transparência. Embora esses sejam grandes desafios, os Estados Unidos serão capazes de conceber e executar uma estratégia coletiva com outras nações que enfrentam as mesmas ameaças (National Security Strategy, May 2011, tradução pessoal).

O UNODC está a seguir uma estratégia tripla na sua resposta ao crime transnacional organizado: (a) promoção da ratificação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional Organizado e dos seus Protocolos e oferta de assistência técnica aos Estados que pretendem aplicá-la. O objectivo é a ratificação universal e total cumprimento dos textos; (b) melhoria da cooperação judicial e assistência jurídica mútua. Devido ao carácter cada vez mais globalizado da criminalidade organizada, a investigação, a acusação e condenação do crime organizado transnacional não pode estar limitadas a um só Estado. Por isso, a Convenção contém disposições amplas sobre a cooperação internacional em matéria penal; e (c) medidas de cooperação técnica específicas para lidar com o crime organizado, sobretudo reforçando a capacidade das instituições no que se refere a recolher e analisar os dados relevantes e dando formação aos agentes da polícia judiciária para investigarem e

resolverem os casos no respeito pelo princípio do primado do direito.

## REFERÊNCIAS

AA. VV. **Addressing Converging Threats To Nations Security**: July, 2011.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **A Teoria do Crime e da Pena em Durkheim: Uma Concepção Peculiar do Delito**: in: Texto de Apoio do curso de Segurança Interna, COGNOS, 2021

GOMES, Rodrigo Carneiro. **Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento**: in: Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 21, n. 8, ago. 2009.

MODIN, Battista. **Curso de Filosofia**: Paulus, 2008.

SANDRONI, Gabriela Araújo et alli. **A Convenção de Palermo e o Crime Organizado Transnacional**: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – Campus Franca.

## OS MEIOS ATÍPICOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM SEDE DE INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA THE ATYPICAL MEANS OF OBTAINING EVIDENCE IN PREPARATORY INSTRUCTION

Inácio Mulenga Wimbo Katulumba <sup>1</sup>

### RESUMO

Os estados democráticos de direito, de um momento para o outro, na viragem do paradigma causado pela globalização, viram-se à mercê de uma criminalidade que tardiamente identificavam e dificilmente controlavam e, o enquadramento dos sistemas de investigação ao contexto é uma necessidade real e sentida. O Estado angolano, em termos dessa análise, reconhece que para grandes problemas são necessárias grandes soluções. Fez surgir no Código Penal Angolano os termos de organização terrorista, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento ao terrorismo. A investigação desses crimes exige mais meios do que os habituais. O legislador, pela sensibilidade da matéria, autonomizou-a. Os Estados fazem recurso a grandes investimentos na área da perícia criminal, quer através do surgimento de novas equipas forenses cada vez mais especializadas e multidisciplinares nesse campo, quer na área científica, numa série de acções de formação, investigação e tecnologia quer pelo uso das técnicas operativas e diligências mais dinâmicas com métodos de interferência. Ao serviço do Direito e da Justiça estão também vários ramos das engenharias e das tecnologias que interpelaram as formas clássicas de investigação que hoje são quase inevitáveis. Destacamos, nesta abordagem, aquelas que reclamam por um novo quadro legal, como as técnicas de localização satélite, Global Positioning System, GPS, escutas telefónicas, seguimentos e vigilância, fixação e registo fonográfico e videográficos, rastreamento electrónico, condicionamento de comunicações, agentes infiltrados, entregas controladas, captações ambientais de sinais electromagnéticos, a quebra do sigilo bancário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meios atípicos. Prova. Ações encobertas. Agente provocador.

### ABSTRACT

The democratic states of law, from one moment to the next, in the paradigm shift caused by globalization, found themselves at the mercy of a criminality that they belatedly identified and hardly controlled, and the framing of research systems to the context is a real and felt. The Angolan State, in terms of this analysis, recognizes that great solutions are necessary for great problems. It brought up in the Angolan Penal Code the terms of terrorist organization, terrorism, international terrorism and terrorist financing. The investigation of these crimes requires more means than usual. The legislator, due to the sensitivity of the matter, made it autonomous. States make large investments in the area of criminal expertise, either through the emergence of new forensic teams that are increasingly specialized and multidisciplinary in this field, or in the scientific area, in a series of training, research and technology actions or through the use of more dynamic procedures and diligences with interference methods. At the service of Law and Justice are also several branches of engineering and technologies that challenged the classic forms of investigation that are now almost inevitable. In this approach, we highlight those that demand a new legal framework, such as satellite location techniques, Global Positioning System, GPS, telephone tapping, tracking and surveillance, phonographic and videographic recording and recording, electronic tracking, communications conditioning, undercover agents, controlled deliveries, environmental capture of electromagnetic signals, breach of bank secrecy.

**KEYWORDS:** Atypical means. Proof. Covert actions. Provocateur.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Jurídicas pela ACU - Absolute Christian University; Pós-Graduação Lato Sensu em Filosofia e Existência pela Universidade Católica de Brasília; Licenciado em Ciências Jurídico-Forenses pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. E-mail: Katulumba79@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/3973810228894231

## INTRODUÇÃO

É indubitável que o recurso aos meios técnicos na investigação amplia a capacidade investigatória, com maior tónica nos meios de obtenção de prova; meios estes que, em prol da eficácia, se movem, por vezes, na zona limítrofe do ilícito. Por esta razão, afirma-se que o ritmo da velocidade entre o crime e a reacção ao crime na era da globalização não admite silêncio e lacunas (SOARES, 2017, p. 101). Reivindicação de novas soluções normativas próprias, que estejam à altura da disciplina probatória processual penal angolana é legítima sob pena do direito a investigação das partes se inquinarem na esfera de desigualdade de armas e garantias legais.

No entender de BRITO (2018, p 219), deverão ser os princípios jurídico-constitucionais a primeira e essencial forma de adaptação do sistema aos desafios da era digital, no sentido de expansão da área de tutela típica dos direitos fundamentais.

No entanto, na busca da prova para responsabilização criminal não serve o adágio “se não consegue escalar a montanha a contorne”. A instrução de um processo não se contorna. A instrução galga a montanha em toda a sua altitude e graus (passando pela análise, correcção e síntese) para a prova material ter valor.

Toda a investigação criminal gira em torno de pessoas e de coisas. Somente as pessoas cometem crimes, mas fazem-no, invariavelmente, através das coisas. Nesta lógica, se, por um lado, a investigação circunscreve o seu palco nas pessoas, coisas e num espaço que pode ser físico ou virtual, por outro lado, a esfera pessoal e patrimonial de qualquer pessoa é inviolável. Bem o sufraga a CRA, ao considerar inviolável tanto a vida humana como a integridade moral e física das pessoas, a inviolabilidade do domicílio, correspondência, sigilo, intimidade da vida privada salvo sob decisão de autoridade judicial competente (arts. 30.º, 32.º, 31.º, 33.º e 34.º).

Em consonância com os arts. 5º e 12º, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, arts. 4.º e 5.º da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, e art.º 7.º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, pode-se depreender que “todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações” não são atendíveis. A eles se aplica o regime mais gravoso no campo das invalidades dos sistemas jurídicos, isto é, a nulidade.

## OBJETIVO

Propor-se a elaboração de um guia teórico integral sobre as acções que ajudam a investigação criminal, desde uma perspectiva metodológica, constitucional e processual penal para facilitar a efectividade da recolha de provas às entrevistas, meios ocultos e medidas policiais na investigação criminal que tributam ao direito e processo penal angolano.

## ENQUADRAMENTO LEGAL DOS MEIOS DE PROVA NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL ANGOLANO

Num Estado Democrático de Direito, como é o caso de Angola (vide art.º 2.º da CRA), a realização da justiça e a averiguação da verdade material deverão encontrar limites. Estes limites estão colocados, por um lado, pelos influxos dos ideais do Iluminismo e do Liberalismo do século XIX, que influenciaram decisivamente a matriz do Direito Processual Penal contemporâneo MATA-MOURO (2011, pp. 13-14). Com o surgimento da garantia de intervenção mínima do direito penal como *última ratio*, da qual se faz derivar, entre nós, no n.º 1 do art.º 57.º da Constituição da República de Angola, a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos naquele diploma legal, devendo as restrições

limitar-se ao necessário, proporcional e razoável numa sociedade livre e democrática, para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos. Em completo, o n.º 2 do artigo referido dispõe: “As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão nem o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais”.

Na investigação criminal, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 146.º do Código de Processo Penal Angolano, prevalece o princípio da liberdade da obtenção da prova, segundo o qual “são admissíveis todos e, quaisquer meios de prova, mesmo atípicos (que não constem do elenco legal), desde que não proibidos por lei”. O critério estabelecido pelo legislador é de exclusão de parte, isto é, se não é proibido, é permitido.

Na hermenêutica da *ratio legislatoris* da exclusão de partes feita pelo legislador, facilmente se pode entender a jogada tática ao estabelecer a *regra de permissão condicionada*. Esta formulação pode influenciar o investigador criminal imbuído num pensamento maquiavélico, ao recurso a um meio de prova cujos fins justifiquem os meios, bastando para o efeito não ser proibido por lei. Ora vejamos, é consensual que o “processo penal não versa apenas sobre matérias técnico-jurídica, mas abrange uma alta significação ética por ser nele onde se revela mais nitidamente a coordenação do Estado e do indivíduo. A questão ultrapassa o plano da temática em análise, mas pode ser um verdadeiro *doping* processual penal”, na medida em que coloca na sombra dos meios de prova previstos no Código de Processo Penal Angolano (revistas e buscas art.º 212.º a 222.º – apreensão art.º 223.º a 237.º – escutas telefónicas art.º 241.º a 241.º) outros meios desde que não proibidos.

As alíneas a); b) e c) do art.º 209.º, do Código de Processo Penal Angolano, retomam o alargamento dos meios de obtenção de prova atípicas *pro legem* para

salvaguardar todos os vestígios no cenário do crime e facilitar as vias de recolha (art.º 145.º, n.º 1 do mesmo diploma legal).

### MEIOS ATÍPICOS DE OBTENÇÃO DA PROVA EM PROCESSO PENAL E SUA ADMISSIBILIDADE

A convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional, ou UNTOC, (Convenção de Palermo), ratificada pela resolução da Assembleia Nacional n.º 21/10, de 22 de Junho, no n.º 1 do seu art.º 20.º, refere: “se os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico nacional o permitirem, cada Estado Parte, tendo em conta as suas possibilidades e em conformidade com as condições prescritas no seu direito interno, adoptará as medidas necessárias para permitir o recurso apropriado a entregas vigiadas e, quando o considere adequado, o recurso a outras *técnicas especiais de investigação*, como a vigilância electrónica ou outras formas de vigilância e as acções encobertas, por parte de autoridades competentes no seu território, a fim de combater eficazmente a criminalidade organizada”.

Também o Conselho da Europa se pronunciou sobre o recurso a estas *special investigations technics*, que envolve a “actuação das autoridades competentes em matéria de perseguição criminal, com os fins de detenção e investigação dos crimes mais graves e dos suspeitos que os praticam, tendo por escopo a recolha de informações de modo a não alertar os visados”.

No âmbito destas técnicas de investigação, enquadram-se na definição dada pelo Conselho da Europa (CdE) entre outros, os mecanismos processuais atinentes à “recolha de voz e imagem, as vigilâncias e seguimentos, as intercepções nas comunicações e as operações de infiltração” no meio criminal (entenda-se acção encoberta), de acordo com SILVA (301, pp. 37-38).

Rigorosamente, não se trata de meios atípicos de obtenção da prova, mas sim de métodos ocultos de

obtenção de prova. É na verdade uma filosofia de trabalho investigativo *high policing*. Estes caracterizam-se pela intromissão nos processos de acção, interacção e comunicação das pessoas concretamente visadas (alvo de investigação criminal), sem que estas tenham conhecimento do facto nem o percebam. Por causa disso, continuam a agir, interagir, a expressar-se e a comunicar de forma inocente, fazendo ou dizendo coisas de sentido, muitas vezes, auto-incriminatório ou incriminatório daqueles que com elas interagem ou comunicam. De forma simplificada e reducionista, os meio ocultos de investigação levam as pessoas atingidas — normalmente o suspeito — a “ditar” inconscientemente para o processo “confissões” não esclarecidas nem livres.

Na alçada da procura da verdade material, as partes processuais, perante uma relação jurídico-material controvertida, apresentam as suas razões (prova e contraprova), trazendo nos autos a matéria que de facto entendam oportuna e necessária a servir de base e fundamento à decisão judicial. De sorte que o julgador, vinculado ao princípio da limitação objectiva da decisão, apenas aprecia e decide com base na matéria de facto trazida aos autos pelas partes, sabatinada pelo princípio da mediação que coloca a prova à prova.

No entanto, da permissão condicionada por habilitação legal dos meios de prova (*law in book*), podem surgir ensaios (*law in the action*) de vias ocultas admissíveis de como enfrentar o novo paradigma do crime em “acções fora do tecido normativo existente”. Esta temática abre naturalmente várias frentes de espanto e problematização e oferece diferentes linhas de reflexão e de enquadramento teórico-doutrinal, nessa medida, deixando adivinhar juízos de concordância/discordância, de onvergência e afastamento mais ou menos pronunciados em relação ao limite tangível da admissibilidade condicionada.

## ACÇÕES ENCOBERTAS ENQUANTO MÉTODO DE OBTENÇÃO DE PROVA

Do adágio claudicante “cada doença com seu medicamento”, se estabelece o ponto *ad quo* face ao flagelo da moderna forma de criminalidade. Em Angola, não é novidade a expressão “agente de baixa visibilidade, colaborador”. Porque são assim denominados? A resposta pode ser outra. Porém, a mais assertiva tem a ver com a actuação dos agentes, não podendo de antemão serem identificados como agentes policiais sob pena de não lograrem êxitos nas suas missões. “O crime é um fenómeno social vivo e complexo, multifactorial e em permanente mutação; exprime-se num quadro multiforme de representações sociais, condicionado por inúmeras variáveis, e revela uma notável capacidade de adaptação aos intensos ritmos de mudança social que estão na ordem do dia”, de acordo com BRAZ (2017, p. 400).

Vivemos, indubitavelmente, uma intensa revolução tecnológica que alterou completamente as noções de tempo, distância e espaço, conduzindo a novos modelos societários. Da controvérsia *law in the book* e *law in the action*, interessa um relance, ainda que breve, sobre o fenómeno do homem de confiança, “as fontes” na terminologia dos investigadores criminais.

A relevância destes meios de obtenção de prova mostra-se inevitável. Porém, os direitos fundamentais são o ápice da ordem jurídica de um Estado, por esta razão antropro-jurídica a sua restrição e harmonização tem de obedecer a determinados critérios constitucionalmente previstos. Os arts. 57.º e 58.º da Constituição da República de Angola, excluem inequivocamente uma cláusula geral de restrição, resultando dessa hermenêutica que os direitos fundamentais só podem ser restringidos ou limitados quando tal for necessário e indispensável, isto para salvaguardar outros direitos e interesses com tutela constitucional.

Na verdade, há aqui um conflito ético-jurídico “o bem e o bem maior”. A resposta é que neste conflito a conduta humana/Estado deve dar privilégio ao bem maior. Parafraçando SILVA (1994, p 254), os agentes infiltrados só são admissíveis quando a inteligência dos agentes da justiça ou os meios sejam insuficientes para afrontar com sucesso a actividade dos criminosos e a criminalidade ponha gravemente em causa os valores fundamentais que à justiça criminal cabe tutelar, desde que o funcionário de investigação criminal não induza ou instigue o sujeito à prática de um crime que de outro modo não praticaria, ou que não estivesse já disposto a praticar, antes se limite a ganhar a sua confiança para melhor o observar e a colher informações a respeito das actividades criminosas de que ele é suspeito. Neste caso a prova não é proibida.

Quanto ao “agente provocador”, importa realçar o já dito supra que a investigação criminal “deve apresentar como primeiro patamar da tutela dos direitos e liberdades individuais contra os abusos *do jus puniendi* do Estado, assim se exige que qualquer processo se execute segundo as regras da transparência democrática. A investigação criminal, deve decorrer de forma transparente sem qualquer subterfúgio capaz de conduzir o cidadão mais incauto a actos ilícitos VALENTE, citado por BELEZA & PINTO (2017, pp. 140-241).

Logo, é inquestionável a inadmissibilidade da prova obtida por agente provocador, pois seria imoral que, num Estado de direito, se fosse punir aquele que um agente estadual induziu ou instigou a delinquir. Uma tal desonestidade seria de todo incompatível com o que, num Estado de direito, se espera que seja o comportamento das autoridades e agentes da justiça penal, que deve pautar-se pelas regras gerais da ética, como afirma SOUSA (2003, pp. 1207-1235).

#### **ACÇÕES ENCOBERTAS E O ÂMBITO DAS PERMISSÕES**

A Constituição da República de Angola não apresenta um artigo que proíba de forma expressa, tal como o faz o n.º 8 do art.º 32.º da Constituição da República Portuguesa, “são nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”, mas aparece recortado em várias disposições legais (art.º 56.º, n.º 1 do art.º 57.º, n.º 1 e al. c) do art.º 58.º, arts. 60.º e 72.º, todos da Constituição da República de Angola). Quando preterido este princípio, à prova redundante na chamada teoria (doutrina) do *Fruits of Poisonous Tree* (fruto da árvore contaminada). Segundo essa doutrina, qualquer informação ou evidência obtida a partir ou em resultado daquela que houvera sido obtida ilegalmente, portanto, também seria ilegal, porque provinha de uma fonte “contaminada”, visto que contamina todos os seus frutos. Há que se ressaltar que a teoria objectivava definir que os frutos decorrentes daquela árvore deveriam ser considerados contaminados.

Ainda neste pensamento, o entendimento muito mais relevante daquele acima, é o consagrado no n.º 3 do art.º 138.º do Código de Processo Penal Angolano, na afirmação da autonomia dos meios de obtenção da prova. Resultando dali que a proibição dos meios de prova não se confunde com nulidade, mas sim com a impossibilidade de ser utilizada. As nulidades definem-se segundo os critérios de validade, as proibições da prova aferem-se, antes de mais nada, numa perspectiva de admissibilidade.

E afirma categoricamente SILVA (1994, p. 140), “se os direitos do cidadão são violados, as provas que se obtenham através de tal violação não poderão ser atendidas no processo, são proibidas. Pretende-se com tal proibição evitar o sacrifício de direitos das pessoas por parte das autoridades judiciais, dos órgãos de polícia criminal ou dos particulares, privando de eficácia as provas obtidas ou produzidas ilegalmente: as provas

proibidas não podem ter efeitos no processo. É manifesto que com a proibição de prova se pode sacrificar a verdade, já que a prova produzida, seja qual for a causa da proibição, pode ser de extrema relevância para a reconstituição do facto histórico, pode mesmo ser a única”. Todavia, o Código de Processo Penal não considera a busca da verdade como um valor absoluto e por isso não admite que a verdade possa ser procurada, usando de quaisquer meios, mas tão-só através de meios justos, ou seja, de meios legalmente admissíveis. A verdade processual (...) não tem de ser investigada a qualquer preço, mormente quando esse “preço” é o sacrifício de direitos fundamentais das pessoas”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema apresentado neste artigo científico, apresenta-se como clamor diante de uma criminalidade mais complexa, violenta, grave e organizada, cuja abordagem tradicional pelas instâncias formais de controlo não se mostra eficaz, tem merecido por parte dos Estados a legitimação de operações policiais encobertas. No entanto, no prisma legislativo e jurisprudencial em Angola não há ecos de se olhar o assunto como grave e merecedor de atenção.

A legislação que consagre o emprego do meios atípicos, muito recorrido pela polícia de investigação criminal, SIC, e outros agentes que intervêm no processo de policiamento “*high policing*” no sentido de dar respostas, quer preventivas, quer repressiva, ainda é deficitária. O instituto do agente infiltrado como meio de aquisição de prova no processo penal oferece matéria-prima de inigualável densidade, entre qualquer outro meio de prova (SILVA, op. cit, p. 38), e deve suscitar reflexão e abordagem pela comunidade académica e pesquisadores angolanos.

### REFERÊNCIAS

BRITO, Maria Beatriz Seabra de. **Novas Tecnologias e legalidade da Prova em processo penal: natureza e enquadramento do GPS como método de obtenção de prova**: Almedina, 2018.

SILVA, Daniel. **Ações Encobertas no Estado de Direito Democrático**, in: 5 Ensaio e Estudo de Investigação Criminal. PJ, 2013.

BRÁZ, José. **Investigação Criminal – A organização, O Método E A Prova – Os Desafios da Nova Criminalidade**. 3.ª ed.: Almedina, Fevereiro, 2017.

SILVA, Germano Marque. **Bufos, Infiltrados e Arrependidos. Os Princípios Democrático e da Lealdade em processo penal**, in: **Direito e Justiça**, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica. Vol. II, 1994.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Teoria geral do direito policial**. 4ª Ed.: Coimbra, Almedina, 2014.

SOUSA, Susana Aires de. **Agent provocateur e meios enganosos de prova, algumas reflexões, Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias**: Almedina, 2003.

SILVA, Luciano André da Silveira. **O Agente Infiltrado: Estudo Comparado da Legislação da Alemanha**. Brasil e Portugal, Junho, 2015.

## AS DEBILIDADES DO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE ENSINO PRIMÁRIO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO SOYO

### THE WEAKNESSES OF THE CURRICULUM OF INITIAL TRAINING OF PRIMARY EDUCATION TEACHERS AT THE INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO SOYO

Alexandre Filipe Juliana Neto <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Se fez uma análise das debilidades do currículo de formação inicial de professores, para o Ensino Primário (EPRI) do Instituto Superior Politécnico do Soyo (ISPS), que apresenta limitações no desenvolvimento de um perfil profissional que se adequa aos atuais desafios da reforma Educativa no contexto Angolano. **OBJETIVO:** Identificar e descrever as debilidades do actual currículo de formação inicial de professores para o Ensino Primário no Instituto Superior Politécnico do Soyo. **METOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa documental, com enfoque exploratória e descritiva, realizada através da análise dos documentos como: Caderno de informações académicas da Universidade 11 de novembro/Angola, Lei de Base do Sistema Educativo de Angola (Lei nº13/01 e a lei nº32/20), Relatório de Monitorização sobre Educação para Todos/ Angola, livros, artigos, Teses de Mestrado e de Doutoramento. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Após termos revisado a bibliografia existente e examinado o currículo de formação inicial de professores para Ensino Primário (EPRI) do ISPS, se constatou que, o referido currículo, limita os estudantes - futuros professores ter um perfil profissional que se adequa aos atuais desafios da reforma educativa no contexto angolano, por faltar disciplinas de formação específica ligadas à sua futura profissão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Debilidades. Currículo. Formação Inicial. Professor. Ensino Primário.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** An analysis was made of the weaknesses of the initial teacher education curriculum for Primary Education (EPRI) of the Instituto Superior Politécnico do Soyo (ISPS), which has limitations in the development of a professional profile that suits the current challenges of the reform Educational in the Angolan context. **OBJECTIVE:** To identify and describe the weaknesses of the current curriculum for initial teacher education for primary education at the Instituto Superior Politécnico do Soyo. **METHODOLOGY:** This is a documentary research, with an exploratory and descriptive focus, carried out through the analysis of documents such as: Academic information booklet of the University 11 de Novembro/Angola, Basic Law of the Educational System of Angola (Law nº13/01 and law nº 32/20), Monitoring Report on Education for All/ Angola, books, articles, Master's and Doctoral Theses. **FINAL CONSIDERATIONS:** After having reviewed the existing bibliography and examined the ISPS initial teacher education curriculum for Primary Education (EPRI), it was found that the curriculum limits students - future teachers to have a professional profile that suits the current challenges of educational reform in the Angolan context, due to the lack of specific training subjects linked to their future profession.

**KEYWORDS:** Weaknesses. Curriculum. Initial Training. Teacher. Primary Education.

<sup>1</sup> Licenciatura em Ciências de Educação, opção História, pela Universidade Agostinho Neto (Angola). Mestre em Ciências de Educação, opção Currículo e Administração, pela Universidade Católica de Maule, Talca, Chile. Doutorando em Ciências de Educação, pela ACU - Absolute Christian University. Docente do Instituto Superior Politécnico do Soyo, Zaire (Angola), desde de 2011. **E-mail:** alexandre.neto@live.com.pt. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8715005024531968

## INTRODUÇÃO

Historicamente, segundo ÁVILA DE AZEVEDO (citado em VIEIRA, 2007), a linha de força para a criação da história da educação de Angola foi através do decreto de Joaquim José Falcão, publicado em 14 de agosto de 1845. Foi este que instituiu oficialmente o Ensino Público em Angola, embora caracterizado por proselitismo religioso e por uma formação de baixa qualidade. Em 1977 foi aprovado o primeiro Sistema Educativo e de Ensino em Angolano pós – independência. Em 2001, o governo de Angola assumiu uma estratégia para a melhoria do Sistema Educativo, desenvolvendo uma política de educação pública gratuita e de qualidade para todos sem exceção, baseando-se no aperfeiçoamento permanente do pessoal docente (CONSELHO DE MINISTROS DE ANGOLA, 2001). A palavra Reforma tem a ver com as mudanças, modificações ou alterações que ocorrem numa coisa. O conceito da Reforma Educativa refere-se as modificações do operadas no Sistema Educativo e de Ensino, com objetivo de melhorá-lo (MADUREIRA, 2011).

A literatura consultada mostra que, grande parte dos países do mundo têm a consciência, de que para o êxito das suas políticas educativas devem ter uma atenção especial na formação inicial de professores com um perfil que se adequa ao contexto educativo vivenciado. A formação inicial de professores que se adequa ao contexto educativo vivido influi na efetivação dos sistemas educativos. Uma série de estudos internacionais publicados nos últimos anos segundo “Teachers Matter” da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE,2005) relatam sobre a pertinência na formação inicial de professores (SEPUIVEDA, 2016).

O Ensino Superior Pedagógico contempla estudantes de Pedagogia de Ensino Primário, uma formação integral, de maneira que sejam capazes de materializar o currículo do nível primário em situações

concretas, proporcionando uma aprendizagem sólida e significativa aos alunos. E o Ministério da educação de Angola reconhece a contribuição fundamental de um sistema eficaz e eficiente de formação de professores para a melhoria da qualidade de educação e do desenvolvimento nacional. A formação inicial de professores tem por objeto desenvolver competências básicas e específicas, para responder as necessidades da Reforma Educativa do país (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – INIDE-ANGOLA, 2003). E o Ensino Superior Universitário tem a responsabilidade de ingressar profissionais competentes ao mundo laboral (MONSALVE,2016).

O Ensino Superior pedagógico, implica uma visão transdisciplinar, para melhorar a reflexão dos futuros professores em diferentes áreas de conhecimentos. Assim, a formação inicial de professores deve acompanhar as mudanças e inovações curriculares que regulam o processo educativo do país (INIDE-ANGOLA, 2003).

A formação profissional é entendida como um processo permanente de mudanças que começa quando o futuro professor tem acesso a formação inicial. Assim, considera-se que a formação inicial de professores deve basear-se num projeto curricular que seja capaz de dar conhecimentos, habilidades e técnicas profissionais aos professores de Ensino Primário a formar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, 2007).

Na sua linha de força sobre o desenvolvimento profissional SÁNCHEZ (2013, p.27) defende que é desejável que os professores sejam capazes de compreender as situações do seu trabalho. Com isto, os atuais desafios da educação esperam do professor competências para um eficiente desenvolvimento do processo educativo, em qualquer disciplina que venha a ensinar.

Desde a implementação a implementação da Reforma Curricular no Subsistema de Ensino Primário, há mais de 15 anos os professores de Ensino Primário continuam a enfrentar dificuldades relacionadas com a

didática das novas disciplinas curriculares introduzidas pelo Ministério da Educação no âmbito da Reforma educativa em Angola. Diante da situação anterior fez-se uma reflexão sobre o plano curricular de formação inicial de professores do Instituto Superior Politécnico do Soyo (ISPS) que seja mais realista ao atual contexto Educativo Angolano. É sabido que o êxito de todo processo educativo, depende da qualidade dos professores na sala de aula. Isto é dizer que, em qualquer sistema educativo, o professor constitui o epicentro para que haja qualidade no processo de ensino- aprendizagem. A Reforma Curricular representa esforços e desafios que implicam definições do que ensinar e aprender; de como ensinar e aprender (tem a ver com a formação de professores) e quem vai ensinar para que aprendizagem seja efetiva (tem a ver com o professor), quem vai aprender (tem a ver com os alunos) são os procedimentos a seguir quando se operacionaliza uma reforma educativa num país (CASTRO, CORREA e LIRA,2014).

A ideia chave desta pesquisa é a identificação, descrição (e reformulação) das debilidades do currículo como meio para alcançar a formação do professor com um perfil profissional que adequa aos desafios da monodocência no Ensino Primário no atual contexto Educativo Angolano. O pensamento da Reformulação curricular é para reforçar que os estudantes em formação desenvolvam habilidades necessárias para o seu enquadramento no contexto social e profissional. Toda mudança curricular está sempre implícitas novas concepções de aprendizagem vinculadas ao contexto educativo vivenciado pelo estudante futuro - professor.

O IX Congresso Estadual Paulista sobre a Formação de Educadores que ocorreu na Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2007), destacou a formação de professores para Educação Básica multidisciplinar. Ainda neste Congresso desenhou-se um currículo do curso de Pedagogia que agrupava disciplinas de formação básica, formação comum de professores

multidisciplinar e formação específica de professores multidisciplinar.

Ao longo do desenvolvimento destas pesquisas consultou-se distintos conceitos de currículo em função a cada autor selecionado de acordo com a sua pertinência, tendo em conta as características do contexto educativo analisado e ao perfil do professor de Ensino Primário que se propõe formar. Assim, os autores como Hamilton (1991), GIMENO e PÉREZ (1995 e 2002) e MADUREIRA (2011) confirmam que o termo currículo é de origem latina “*currere*”, “pista ou circuito atlético” faz referência a um percurso que deve ser realizado. A escolaridade é um percurso dos alunos e o currículo é o seu destino, seu conteúdo, a guia do progresso da escolaridade.

MONSALVE (2016), assinala que ao desenhar um currículo orientado para as competências deve integrar diversos conhecimentos, habilidades e ações. O que caracteriza sociedade do século XXI é o conhecimento, por isso, se exige dos profissionais de educação mais capacidades e preparação para o exercício da docência (YOSHIDA, 2009). O atual professor deve ser um profissional que elabora com criatividade os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade, que proporciona uma aprendizagem satisfatória e significativa, pois as mudanças constantes do contexto educativo e social exigem do professorado nova postura ou perfil (YOSHIDA,2009).

Os currículos de formação inicial de professores devem agrupar disciplinas para o desenvolvimento profissional e científicos, isto é, fazem parte do grupo de disciplinas de formação profissional, as disciplinas asseguram a formação específica nas respectivas disciplinas da sua especialidade. A formação profissional do futuro professor compreende as ciências de especialidade e suas metodologias e as práticas pedagógicas destas disciplinas de especialidade (INIDE-ANGOLA, 2003).

Por sua vez ANDER – EGG (1996), enfatiza que desenho do currículo se faz em função as necessidades

educativas de um determinado contexto sociocultural e geográfico, para promover a qualificação na formação académica e profissional respondendo assim os fundamentos filosóficos do currículo.

### **OBJETIVO**

Identificar e descrever as debilidades do atual currículo de formação inicial de professores para o Ensino Primário no Instituto Superior Politécnico do Soyo.

### **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa documental, para isto é, analisou-se documentos tais como: Caderno de informações académicas da Universidade 11 de novembro/Angola, Lei de Base do Sistema Educativo de Angola (Lei nº13/01 e a lei nº32/20), Relatório de Monitorização sobre Educação para Todos/ Angola, livros, artigos, Teses de Mestrado e de Doutoramento.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Considerou-se que o atual currículo de formação inicial de professores para o Ensino Primário do ISPS não agrega um perfil profissional que se adequa aos atuais desafios da Reforma Educativa no contexto angolano. Debilidades: Faltam disciplinas de formação específica/profissional tais como: Educação Moral e Cívica, Educação Manual e Plástica, Educação Musical, Estudo do Meio, Geografia e Ciências da Natureza. Estas disciplinas não se ensinam em nenhum momento do curso. E no 3º Anos do curso, as disciplinas em causa o estudante-futuro professor aprende – las apenas como metodologias de ensino. Significa que o estudante-futuro professor as disciplinas em referência, aprende somente como vai ensinar e não aprende o que ensinar. Sendo assim, compreendemos que antes do estudante futuro - professor aprender as metodologias de ensino é

necessário aprender primeiro, os conteúdos das mesmas disciplinas, de modo a vincular a teoria com a prática. É dizer que no processo de formação inicial de professores para EPRI, o currículo desenhado deve possibilitar, não só a elevação do nível de competência didática, mas também científica. Convém sublinhar que os grupos de disciplinas em falta no currículo analisado fazem parte da prática laboral do estudante-futuro professor. Ou seja, são disciplinas que correspondem ao Currículo dos Subistema de Ensino Primário onde os professores a formar irão exercer as suas atividades laborais. Para isto MONSALVE (2016), defende que o plano curricular deve adequar-se ao contexto da sociedade em função as necessidades educativas dos estudantes em formação, para que sejam capazes de resolver problemas práticos da sua profissão. Por sua vez GONZALEZ e LÓPEZ (2004), entendem que o currículo deve ir de mãos dadas com as necessidades do campo laboral, respondendo as necessidades do contexto e das disciplinas. INIDE-ANGOLA (2003), assinala que um dos objetivos do plano curricular de formação inicial de professores de Ensino Primário, é aprofundar nos alunos futuros professores, competência relacionadas à planificação e avaliação das atividades, gestão de conteúdo, de tempo, de recursos humanos e materiais adequá-los sempre as necessidades de aprendizagem (CASSOVA, 2016).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atual currículo de formação inicial de professores para o Ensino Primário do ISPS, não possibilita formar professores com um perfil profissional que se adequa aos atuais desafios da Reforma Educativa no contexto angolano, por apresentar falhas no seu desenho. Isto se justifica pelo fato de faltar disciplinas importantíssimas, para a formação específica dos estudantes - futuros professores, fazendo com que haja limitações de aprendizagem nos conteúdos de aplicação laboral quando termina o curso.

## REFERÊNCIAS

- CASSOVA, A. Desafios na profissão docente no ensino primário em Angola: o contributo da formação inicial de professores (dissertação de mestrado). Faculdade de psicologia e de ciências de educação, Universidade do porto, Portugal, 2016.
- CASTRO, F., CORREA, M. E., e LIRA, H. Currículum y evaluación educacional. Talcahuano, Chile: Universidad del Bio- Bio, 2014.
- CONSELHO DE MINISTROS. Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015. Luanda, Angola, 2001.
- GIMENO, S. J., E PÉREZ, G., A. I. Comprender e Transformar la Enseñanza. Madrid, España: Morata, 1995.
- GIMENO, J., E PÉREZ, A.I. Comprender y transformar la enseñanza. Madrid, España: Morata ,2002.
- GONZALEZ L.E., e LÓPEZ L. La sociedad del conocimiento e la formación de profesionales, en Libro CINDA: Competencias de Egresados Universitarios. Santiago. Chile: Alfa Artes Gráficas, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Princípio de Bases para a Reforma do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola. Luanda, Angola: Ministério da educação, 2003.
- MADUREIRA, M. da C. O perfil do Professor do século XXI, Desafios e Competências: As Competências profissionais dos professores Titulares e professores na Região de Basto (Tese de doutoramento). Universidade de Granada. Faculdade de Educação, Granada, España, (2011).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Mestre de formação de professores 2008- 2015, Luanda, Angola, 2007.
- MONSALVE, F. Formación Académica de Enfermeras /os en el ámbito de la oncología de la Escuela de Enfermería de la Universidad Católica del Maule (Tesis de magister). Universidad Católica del Maule, Talca, Chile, 2016.
- SÁNCHEZ, G. Aprender a enseñar. Grafica LOM, 2013.
- SEPÚVEDA, M. L. Nivel de conocimiento que poseen los estudiantes de quinto año de pedagogía general básica de la universidad católica del Maule sobre la evaluación de los aprendizajes (tesis de magister). Universidad Católica del Maule, Talca, 2016
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - Pro-Reitoria de Graduação. IX Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores. Recuperado de [www.unesp.br/prograd/.../Arquivos%202007/CapaAbertura](http://www.unesp.br/prograd/.../Arquivos%202007/CapaAbertura) ,2007.
- VIEIRA, L. Angola – A dimensão ideológica da educação (1975- 1992). Luanda, Angola: Nzilda,2007.
- YOSHIDA, S. M. P. F. Professor: Desafios da prática pedagógica na atualidade, 2009. Disponível de [www.ice.edu.br](http://www.ice.edu.br)

## ANÁLISE DAS CAUSAS DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS NO REINO DO KONGO NOS ANOS DE 1506 – 1665

### ANALYSIS OF THE CAUSES OF THE TRANSATLANTIC SLAVE TRAFFICKING IN THE KINGDOM OF KONGO IN THE YEARS 1506 – 1665

Alexandre Filipe Juliana Neto <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** se fez um estudo sobre as causas do tráfico transatlântico de escravos no Antigo Reino do Kongo, um dos reinos de Angola que existiu entre os XII e XVII da nossa era. **OBJETIVO:** Estudar as principais causas do envolvimento de portugueses e de alguns aristocratas do Reino do Kongo no tráfico transatlântico de escravos no início do século XVI. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com enfoque descritiva, realizada através da recolha e leitura de distintas obras de alguns autores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Após termos revisado a bibliografia existente sobre a historiografia do Reino do Kongo, se constatou que as causas do tráfico transatlântico de escravos estava ligada aos interesses econômicos tanto dos portugueses como dos aristocratas do Reino do Kongo, fundamentalmente com a chegada de Portugal ao Brasil, onde instalaram grandes plantações de cana de açúcar e que o seu cultivo exigiam mão de obra quantitativa, barata e experiente em atividades agrícolas de climas tropicais, razão pela qual Portugal recorreu aos africanos do Reino do Kongo, daí foram exportado do Reino do Kongo para o Brasil milhares de angolanos como escravos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tráfico, Tráfico Transatlântico, Escravos, Reino.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** a study was carried out on the causes of the transatlantic slave trade in the Ancient Kingdom of Kongo, one of the kingdoms of Angola that existed between the XII and XVII of our era. **OBJECTIVE:** To study the main causes of the involvement of Portuguese and some aristocrats from the Kingdom of Kongo in the transatlantic slave trade in the early 16th century. **METHODOLOGY:** This is a bibliographical research, with a descriptive focus, carried out through the collection and reading of different works by some authors. **FINAL CONSIDERATIONS:** After reviewing the existing bibliography on the historiography of the Kingdom of Kongo, it was found that the accusations of the transatlantic slave trade were linked to the economic interests of both the Portuguese and the aristocrats of the Kingdom of Kongo, fundamentally with the arrival of Portugal to the Brazil, where they installed large sugar cane plantations and their cultivation required quantitative, cheap and experienced labor in tropical climates, which is why Portugal resorted to Africans from the Kingdom of Kongo, from there they were exported from the Kingdom of Kongo. thousands of Angolans to Brazil as slaves.

**KEYWORDS:** Traffic, Transatlantic Traffic, Slaves, Kingdom.

<sup>1</sup> Licenciatura em Ciências de Educação, opção História, pela Universidade Agostinho Neto (Angola). Mestre em Ciências de Educação, opção Currículo e Administração, pela Universidade Católica de Maule, Talca, Chile. Doutorando em Ciências de Educação, pela ACU - Absolute Christian University. Docente do Instituto Superior Politécnico do Soyo, Zaire (Angola), desde de 2011. **E-mail:** alexandre.neto@live.com.pt. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8715005024531968

## INTRODUÇÃO

O período que vai do século VII ao XV, que corresponde à idade média europeia, para África é um período de desenvolvimento económico, político e cultural «conhecido como período de grandes séculos de África», portanto nada inferior ao de Europa. Até ao século XII ou XIII, a África subsariana e Centro Ocidental, produziu uma das civilizações que mais se destacou pelo seu nível de organização económica, política e sociocultural que é o Reino do Kongo. O reino do Kongo, fundado pelo povo Bakongo entre o XII ou XIII, mas o seu sentido histórico mudou bruscamente, quando Portugal entra em contato com o Estado do Kongo, por intermédio do capitão Diogo Cão, a 23 de Abril de 1482, fim do século XV (ALBERTO,2005). Estabelecendo aí as primeiras relações políticas, comerciais e culturais com o Reino do Kongo. Portugal, nação pioneira da expansão, motivado pela crise económica vivida no momento, começou as suas expedições marítimas no início do século XV, conquistando assim, em 1415 a cidade marroquina de Ceuta, a norte de África. A finalidade da expansão marítima europeia era encontrar novas fontes de riqueza, para a resolução da crise económica na Europa. E no início do século XVI, começa um terrível tráfico transatlântico de escravos no Reino do Kongo.

O tráfico transatlântico significa levar algo para outro lado do mar. O tráfico transatlântico de escravos foi uma atividade económica que vigorou entre os séculos XV e finais do século XIX. Era uma atividade exercida pelos europeus, desde a sua presença no continente africano, onde trocavam produtos de luxo em seres humanos. Nesta atividade comercial, havia uma participação ativa de alguns aristocratas africanos, que trocavam os seus filhos, irmãos, sobrinhos, amigos, cativo de guerra em produtos de origem europeia. O tráfico transatlântico de escravos, levou milhares de africanos ao exterior do seu continente em condições totalmente desumanas, criando assim subpovoamento,

atraso económico e, por conseguinte, o desaparecimento de grandes Reinos e Impérios africanos. Deste modo, o Reino do Kongo, sendo um reino africano, foi fortemente afetado pelo tráfico transatlântico de escravos que contou com a participação ativa da sua aristocracia nesse tipo de negócio tal como em noutros reinos africanos. De fato, no reino do Kongo como noutros reinos africanos, já havia escravatura antes da presença europeia, mas era uma escravatura doméstica ou patriarcal<sup>2</sup>, sem fins comerciais. Na escravatura doméstica ou patriarcal os escravos eram usados como servidores e tinham alguns direitos reservados, por isso totalmente diferente da escravatura exercida pelos europeus até finais do século XIX (BENDER, 2004).

O tráfico transatlântico de escravos foi algo inédito e desumano para o povo Bakongo. O espaço temporal desta pesquisa é delimitada no período da historiografia do Reino do Kongo que vai de 1506 – 1665. O tráfico transatlântico de escravos no Reino do Kongo começou após a morte de Nzinga – Nkuvu em 1506 (conhecido com o nome de batismo de Don Joao I)<sup>3</sup>, sobe ao poder o seu filho Nvemba –a- Nzinga (com o nome de batizado de Don Afonso I); este, por sua vez, estabeleceu um intenso tráfico de escravos, fazendo guerras aos povos vizinhos. Don Afonso I procurou afirmar relações diplomáticas mais intensas, através de embaixadores enviados ao rei português (SETAS,2007).

Durante o seu reinado até 1543 (37 anos no poder), Don Afonso I (Nvemba- a- Nzinga) buscou sempre defender os interesses de Portugal. Fato é este que criou instabilidade política e anarquia no comércio de escravos, onde vários kongueses<sup>4</sup> desejavam, através do tráfico humano, obter fabulosos lucros a todo custo. Em 1665 foi o ano do início das hostilidades que,

<sup>2</sup> Eram cidadãos comprados em algumas famílias do reino do Kongo ou ao reinos vizinhos para que servia para a execução de serviços domésticos para as famílias mais ricas do reino.

<sup>3</sup> O quinto rei do Kongo desde a fundação reino e o primeiro o rei a estabelecer contatos com Portugal.

<sup>4</sup> Natural ou cidadão do Reino do Kongo.

finalmente, conduziu à batalha de Ambwila, onde Don António I (Ki Nlaza) foi morto. A sua morte provocou a destruição da monarquia do Kongo levando-o ao declínio e à perda da independência. O tráfico transatlântico de escravos trouxe graves consequências demográficas, económicas, e políticas no reino, que até hoje, ainda vivemos estas sequelas em Angola.

Como já referenciado anteriormente, Don Afonso I (Mvemba Nzinga) sucedeu o seu país (Nzinga – a – Nkuvu Don João I) após a morte, através de um golpe militar <sup>(5)</sup> tornou-se rei do Kongo. No período do seu reinado, a religião católica passou a ser obrigatória e mandou fechar todas as casas onde se professava religião tradicional Bakongo. Após ao reinado de D. Afonso I, segundo BENDER (1976), nenhum Manikongo recebeu o mesmo respeito e o reconhecimento por parte do regime português.

O Reino do Kongo foi um dos mais vastos e mais antigos da África Ocidental e Austral em particular que se formou por volta do século XII ou XIII da nossa era, Nimi a Lukeni, filho de Nimi a Nzima e de Lukeni dya Nzanzi (filha de Nessas Ku kilan) é o lendário histórico do reino, reuniu todas as tribos que falavam kikongo à volta de Mbanza Kongo, sendo também como sua capital (SETAS, 2007).

Quando os portugueses chegaram em 1482, havia já cerca de dois séculos e meio em que os povos da origem Bakongo (ou Ambudu) tinham se estabelecido no curso inferior do rio Zaire ou Kongo sob a autoridade do célebre Nimi – a – Lukeni; o mesmo, segundo a tradição oral, teria vindo do Leste.

O reino do Kongo era um típico Estado Sudânico, fundado, por Bakongo, um povo habilidoso na técnica de ferraria devido, a este facto tornaram-se grandes caçadores e guerreiros. No reino do Kongo, os Ferreiros sempre foram tratados com honra e prestígio de chefes. O grupo dos Bakongo vindo do Vungu localidade Este da atual província de Cabinda depois de

se instalarem em Mbanza Kongo formaram o reino do Kongo (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANO, 1965, p.43).

No período da chegada dos portugueses, encontraram um reino organizado administrativamente. A sua influência política estendia-se até em algumas regiões da África Austral. Na sua maior extensão nos séculos XV e XVI, este Reino do Kongo, a Norte, estendia a sua influência até ao atual Gabão, Congo Brazzaville e Kinshasa, a sul até ao rio Kwanza e oeste era limitado pelo oceano Atlântico. A população da capital contava com mais de 50.000 habitantes, no século XVI <sup>(6)</sup>.

Politicamente, a sucessão ao trono era preferencialmente, matrilinear, antes do rei morrer indicava normalmente um candidato à sua escolha que o podia substituir. Às vezes, a escolha do sucessor, era feita através de um conselho eleitoral composto por três grandes: Mani Vunda (era o chefe da terra de S. Salvador e de rituais de sagração real), Mani Mbata e Mani Soyo eram os que decidiam quem devia ser o novo rei. O Reino do Kongo composto por seis (6) províncias tradicionais, nomeadamente: Mpemba ao centro do país e era a região que se situava a capital do reino «Mbanza Kongo»; Soyo ao sul da foz do rio Zaire situado na costa marítima ou Atlântica; Mbamba era uma província muito rica e vivia o Mani Mbamba «governador desta província e a família real»; Mbata ficava a Este, junto do rio Kwango; Sundi província que ficava a nordeste, na margem do rio Zaire; Mpanzu uma província que foi conquistado no século XV. Além destas províncias, haviam também alguns povos ou reinos vizinhos que pagavam o imposto obrigatório ao reino do Kongo como: Ngoyo, Kakongo, Luango e o Ndongo (AMARAL, 1996).

Economicamente o Reino dependia da agricultura, do artesanato (fabrico de instrumento de ferro, barro ou verga), da caça e da pesca. O principal trabalho do povo do Kongo era agricultura, cultivava-se cereais: Sorgo, Massango, etc. os instrumentos usados

<sup>(6)</sup> [www.Sanangol.Co.ao/.../angolaHistory\\_pt.shtml](http://www.Sanangol.Co.ao/.../angolaHistory_pt.shtml)-Em cache- Semelhante.

<sup>(5)</sup> Eram militares compostos de Portugueses e kongueses.

para os trabalhos eram enxada e os machados de ferro. Socialmente, o Reino era dividido em duas classes sociais: os aristocratas (Mfumu<sup>7</sup> e Manis<sup>8</sup>) esta classe era composta pelo soberano e os altos funcionários da sua corte como os Manis que eram chefes provinciais e dependiam totalmente do soberano (o Ntтила) e o povo que era a classe que compunha a maioria da população do reino, onde se encontravam os camponeses e escravos (SETA,2007).

## OBJETIVO

Estudar as principais causas do envolvimento de portugueses e de alguns aristocratas do Reino do Kongo no tráfico transatlântico de escravos no início do século XVI.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva. O método bibliográfico permitiu a recolha e leitura de distintas obras escritas, publicada por alguns autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O tráfico transatlântico de escravos enraizou-se no reinado do rei D. Afonso I, logo que assumiu o poder no Reino do Kongo. Para o cativo de mais escravos, D. Afonso I (Mvemba - Nzinga) aumentou as guerras com os povos vizinhos: como Anzikos, os Panzelungos, os Changgalas, a Gente de Empalakawati e outros. O aumento do comércio de escravos, a sociedade konguesa ficou desorganizada e corrompida. Os artesãos deixaram de fazer o seu trabalho, porque se tornaram angariadores de escravos.

No Reino do Kongo, o tráfico de escravos tornou-se um negócio muito rentável, provocando caos

total para o reino, onde milhares de kongueses foram forçosamente arrancados da sua terra que os viu nascer para o estrangeiro (S. Tome, C. Verde, Portugal e Brasil).

O tráfico negreiro interessava pessoas de todos os estratos sociais, nomeadamente, civis, militares, membros da igreja e do governo, gente rica e remediada, nacionais e estrangeiros, uns mais, outros menos nos benefícios deste comércio. Os intermediários nesse processo de exportação de escravos eram os capitães de S. Tomé. Em 1514, dois comerciantes portugueses participaram de um grupo armado que assaltou as terras do Reino do Ndongo onde aprisionaram cerca de 400 pessoas como escravos. Em 4 de Setembro de 1515, o rei do Kongo, D. Afonso I, vendeu 78 escravos ao piloto do navio Sta Catarina, Bartolomeu Dias e cada escravo custou 1000 reais, obtendo assim 78 mil reais como resultado do negócio. Em 1516 o secretariado de Estado António Carneiro mandou vir do Congo por via S. Tomé um navio com 400 escravos. Para resgatar mais escravos, o reino acelerou a guerra com os povos vizinhos, já que a concorrência era tanta e dava muito dinheiro. Os escravos serviam como meio de troca por produtos de luxo de origem europeia. De Portugal vinham artigos de troca como: missanga (colares ou fios de ouro), vinho tinto ou branco, farinha, espelho e outros produtos de luxo e das mãos dos kongueleses, os portugueses recebiam: escravos e marfim. Isto motivou afluência de muitos comerciantes e Padres para o Kongo. Os reis de Portugal usavam escravos como recompensa para os trabalhadores mais destacados do serviço do Estado português (MINISTÉRIO DA REPUBLICA DE ANGOLA, 1996).

Em 1512 eram exportados anualmente, cerca de 5000 escravos, a partir do porto do Mpinda<sup>9</sup>. O rei Don Afonso I, pagava as mercadorias e serviços essenciais de origem europeia com escravos. A necessidade de mão-de-obra para a colónia portuguesa

<sup>7</sup> Na língua kikongo significa "Chefe".

<sup>8</sup> Na linguagem kikongo significa "Governador".

<sup>9</sup> Região do atual município do Soyo, província do Zaire, Angola.

do Brasil, cedo o tráfico transatlântico de escravos tornou-se intenso, no Reino do Kongo, acelerando as guerras quer no reino como aos povos vizinhos, de modo a satisfazer a procura.

A partir de 1530, com a colonização portuguesa no Brasil, baseou – se igualmente na exploração da cana de açúcar, o que fez com que a procura de mão de obra escrava negra aumentasse constantemente, onde os traficantes portugueses e os intermediários congueses recorrendo a todos meios para sua aquisição. Neste período (1530), o número de escravos exportados do Kongo, através do Porto do Mpinda estimava-se me mais 5000 por ano, pois o índice de mortalidade durante a marcha até Mpinda e o tempo de espera para embarque era grande, outros morriam durante travessia do atlântica, do reino Kongo (Angola) em direção ao Brasil (INSTITUTE OF RACE RELATIONS, 1965 e MARTINS,2001).

Até ao fim do século XVII, estimulados pelo desenvolvimento da colonização de base agrícola no Brasil, os carregamentos pelo atlântico chegaram a transportar cerca de 30 mil escravos (PERRY, s/d)

Os escravos capturados pelos portugueses as idades rondavam entre 15 e 20 anos e, os que tinham 30 a 50 anos de idade não eram comprados. A população africana como escravo eram transportados em barcos. Muito deles seguiam a viagem no porão, que quase não tinham espaço para se deitarem. Viajavam acorrentados para não fugirem e, quando tentassem revoltar-se eram chicoteados ou mortos. Devido aos maus-tratos, falta de higiene e de boa alimentação, grande parte dos escravos morriam durante a viagem. Quando chegassem à América eram vendidos a novos senhores que os obrigavam a trabalhar todo o dia como se fossem animais, sem descanso, mal alimentados, sofrendo sempre castigos brutais. Quando se revoltassem contra os donos eram mortos.

Sucessão Matrilinear constituía a sua principal organização política. A agricultura, pesca, caça, comércio e o sistema tributário era a base da sua organização económica. Era uma sociedade tipicamente religiosa, sempre acreditou na existência de um Deus todo-poderoso (Nzambi a Mpungu). Aristocratas e o povo constituíam a estratificação da sociedade Bakongo. A escravatura doméstica era uma realidade no reino do Kongo que é, totalmente, diferente a que vigorou, a partir do início do século XVI, «o tráfico transatlântico de escravos».

O tráfico transatlântico de escravos no Reino do Kongo estava a ligado a interesses económicos, tendo em conta, a necessidade portuguesa da mão de obra quantitativa e barata para trabalhar em várias fazendas, onde se cultivavam especialmente, a cana de açúcar e outras culturas nas Ilhas Atlântica de S. Tome e C. Verde (o povoamento dessas ilhas está relacionado com a chegada de escravos negros oriundos do Reino do Kongo). Com a descoberta do continente americano, os portugueses assim como os outros europeus como: Holandeses, Franceses, Espanhóis, Ingleses, precisavam de mão-de-obra para trabalhar nas minas e nas grandes plantações que tinham na América, no entanto, a exploração destas terras exigia numerosa mão-de-obra. Os índios não aguentavam o trabalho, uns morriam e outros fugiam. Então, os traficantes recorreram a população africana, já que era mais experiente em atividades agrícolas das regiões quentes.

A chegada dos navegadores portugueses à América do Sul, concretamente, no Brasil levou a intensificação do tráfico de escravos no Reino Kongo, daí foram exportados milhares de negros como escravos. O Brasil pela sua grandeza e importância dada pela coroa portuguesa foi a colónia que mais escravos negros recebeu durante o tráfico negreiro, maioritariamente vindos do Reino do Kongo.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. A.M. Trabalho do fim do curso em ciências da educação opção História ISCED- Cabinda. Agosto 2005.P 36.

AMARAL, I. do, O reino do Congo, os Mbundu /Ambundu/ , o reino dos Ngolas (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI. Lisboa.1996.

ANGOLA CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS, Grupo de trabalho História e Etnologia. Publicado inicialmente em Argel, em Julho de 1965. C – MPLA.

BENDER, G.J. Angola sob domínio português. Mitos e realidades, Sá da Costa Editora, 1976. Tradução de inglês por Artur Morão, revista pelo editor capa de José Cândido.

BENDER, G. J. Angola, Sob o domínio português. Mito e Realidade. Editora: Nzila . Agosto, 2004.

INSTITUTE OF RACE RELATIONS, The portuguese conquest of Angola. Tradução de Altino Ribeiro e Sérgio Moutinho. 1965.

MARTINS, A. História. Civilização Portuguesa. 9ª Edição: 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Iniciação a História. Ensino de base 4ª classe. 1996.

PERRY, M., Civilização Ocidental. Uma história concisa. 2ª Edição.

SETAS, A., História do reino Kongo. Setembro de 2007.

## USO DA ETNOMATEMÁTICA COMO MÉTODO DE ENSINO USE OF ETHNOMATHEMATICS AS A TEACHING METHOD

Amazilene Da Silva Aguiar Fonseca <sup>1</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A etnomatemática é um programa de pesquisa e uma tendência em Educação Matemática que tem como objetivo maior valorizar e reconhecer a matemática não acadêmica praticada por diferentes grupos culturais. Alguns estudos sobre esta tendência vêm sendo mais constantes desde a década de 70, quando foi desenvolvida por Ubiratan D'Ambrósio. **OBJETIVO:** Levantar discussões sobre a etnomatemática como metodologia de ensino. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo foi a bibliográfica, aproveitando-se de renomados autores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A etnomatemática significava a matemática não acadêmica e não sistematizada, isto é, a matemática oral, informal, “espontânea” e, às vezes, oculta ou congelada, produzida e aplicada por grupos culturais específicos (indígenas, favelados, analfabetos, agricultores...). Isto é, seria uma maneira muito particular de grupos culturais específicos realizarem as tarefas de classificar, ordenar, inferir e modelar. Por isso, exatamente nessa pesquisa a intenção foi direcionar nosso olhar para a matemática não acadêmica, ou seja, que se desenvolve também fora do ambiente escolar. Por fim, foi apresentado elementos que possibilitam, a etnomatemática como uma metodologia eficiente de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnomatemática; Metodologia; Cultura.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** Ethnomathematics is a research program and a trend in Mathematics Education whose main objective is to value and recognize non-academic mathematics practiced by different cultural groups. Some studies on this trend have been more constant since the 70s, when it was developed by Ubiratan D'Ambrósio. **OBJECTIVE:** To raise discussions about ethnomathematics as a teaching methodology. **METHOD:** The methodology used to achieve this objective was the bibliography, taking advantage of renowned authors. **FINAL CONSIDERATIONS:** Ethnomathematics meant non-academic and non-systematized mathematics, that is, oral, informal, “spontaneous” and, sometimes, hidden or frozen mathematics, produced and applied by specific cultural groups (indigenous, favelados, illiterates, farmers ...). That is, it would be a very particular way for specific cultural groups to carry out the tasks of classifying, ordering, inferring and modeling. Therefore, precisely in this research, the intention was to direct our gaze to non-academic mathematics, that is, mathematics that also develops outside the school environment. Finally, elements that enable ethnomathematics as an efficient teaching methodology were presented.

**KEYWORDS:** Ethnomathematics; Methodology; Culture.

---

<sup>1</sup> Docente. Doutora em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar – Faculdade de Antônio Propício Aguiar Franco – FAPAF. Porto Franco – Maranhão. **E-mail:** amazilene@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/9233959386813959

## INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são importantes para inserir a Etnomatemática na educação ao mesmo tempo em que a mesma sirva como alternativa pedagógica no aprimoramento do ensino e aprendizagem da matemática. A Etnomatemática aparece como uma abordagem metodológica pedagógica a qual, por sua vez, vai além do que meramente aproximar o método de ensino da matemática do contexto sócio-histórico e cultural do discente (ALMEIDA; ANTUNES, 2020).

O fato da etnomatemática sempre acaba tendo o foco voltado para o que se passa no cotidiano, além de ser uma metodologia que busca o reconhecimento e a valorização destes conhecimentos no universo da matemática, pode levar a pensar que a etnomatemática se trata de uma forma de contextualização ou mesmo metodologia que pode ser utilizada no ensino da matemática (FONSECA; OSTERBERG; LARA, 2020).

“A Educação Matemática é uma área de pesquisa, uma região de inquérito e um campo de atuação de professores, cuja preocupação perene é com o ensino e com a aprendizagem da matemática e a busca de metodologias alternativas para as práticas de ensino da matemática” (BALDINO, 1991, p. 19).

A etnomatemática é um programa de pesquisa e uma tendência em Educação Matemática que tem como objetivo maior valorizar e reconhecer a matemática não acadêmica praticada por diferentes grupos culturais. Alguns estudos sobre esta tendência vêm sendo mais constantes desde a década de 70, quando foi desenvolvida por Ubiratan D’Ambrósio (D’AMBROSIO, 1993).

Como uma tendência inovadora, a etnomatemática de certa forma tem convencido pessoas estudiosas sobre sua metodologia e, conseqüentemente, tem surgido algumas pesquisas que deram novos rumos para a matemática e seu ensino. Em outras palavras a Etnomatemática também

consegue romper com algumas preocupações exclusivamente pedagógicas e se transforma em objeto de pesquisa (FONSECA; OSTERBERG; LARA, 2020).

Diante disso, surgiu o questionamento: Quais as possíveis influências que a Etnomatemática pode proporcionar aos alunos?

## OBJETIVO

Levantar discussões sobre a etnomatemática como metodologia de ensino.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a bibliográfica, onde o fenômeno etnomatemática foi mais bem conhecido, ou seja, alguns autores que tem conhecimento nesse método foram investigados. A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 1992).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### A MATEMÁTICA

Aprender matemática, assim como qualquer outra disciplina é um direito básico de todos e uma necessidade que, principalmente no mundo de hoje, onde todos utilizam diariamente essa ciência, homens e mulheres vivem diariamente fazendo cálculos sem perceber. “Saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente etc. são requisitos

necessários para exercer a cidadania” (BRASIL, 2002, p. 11).

Daí está a importância da matemática na formação de jovens e adultos.

No entanto, um ensino baseado na memorização de regras ou de estratégias para resolver problemas, ou centrado em conteúdos pouco significativos para os alunos certamente não contribui para uma boa formação matemática. Quando, porém, estimula a construção de estratégias para resolver problemas, a comprovação e a justificativa de resultados, a criatividade, a iniciativa pessoal, o trabalho coletivo e a autonomia advinda da confiança na própria capacidade para enfrentar desafios, a matemática contribui para a formação dos jovens e adultos que buscam a escola. Ou, ainda, quando os auxilia a compreender informações, muitas vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e a tomar decisões diante de questões políticas e sociais que dependem da leitura crítica e da interpretação de índices divulgados pelos meios de comunicação (BRASIL, 2002, p. 11).

O processo de ensino e aprendizagem da Matemática precisa ser mais bem desenvolvido e mais bem trabalhado, principalmente nas escolas, onde continua sendo o berço do aprendizado, para que futuramente os alunos não apresentem dificuldades que prejudiquem seu desenvolvimento pessoal e profissional (KAVALEK; REIS, 2020).

Atualmente o ensino da Matemática se apresenta descontextualizado, inflexível e imutável, sendo produto de mentes privilegiadas. O aluno é, muitas vezes, um mero expectador e não um sujeito participante, sendo a maior preocupação dos professores cumprir o programa. Os conteúdos e a metodologia não se articulam com os objetivos de um ensino que sirva à inserção social das crianças, ao desenvolvimento do seu potencial, de sua expressão e interação com o meio (BRASIL, 2002, p. 12).

Dessa forma, uma metodologia que tem sido bastante usada são os jogos pedagógicos, ou seja, estes

podem ser utilizados como estratégia didática pelos professores, mesmo antes de ser apresentado um novo conteúdo para a sala de aula. Acredita-se que com essa metodologia é possível despertar o interesse da criança, ou no final, para reforçar a aprendizagem (MENEGETTI; NETTO; ZUFFI, 2021).

Um cuidado metodológico muito importante que o professor precisa ter, antes de trabalhar com jogos em sala de aula, é de testá-los, analisando suas próprias jogadas e refletindo sobre os possíveis erros; assim, terá condições de entender as eventuais dificuldades que os alunos poderão enfrentar. Contudo, devemos ter um cuidado especial na hora de escolher jogos, que devem ser interessantes e desafiadores. O conteúdo deve estar de acordo com o grau de desenvolvimento e ao mesmo tempo, de resolução possível, portanto, o jogo não deve ser fácil demais e nem tão difícil, para que os alunos não se desestimulem (BORIN, 1995, p. 32).

Em outras palavras, a matemática, segue fazendo parte da vida de cada cidadão e pode, além de outras maneiras, ser aprendida de uma maneira dinâmica, desafiante e divertida (MENEGETTI; NETTO; ZUFFI, 2021).

## MATEMÁTICA NO DIA-A-DIA DA ATIVIDADE HUMANA

As discussões dos principais pesquisadores em por objetivo fazer uma adequação do ensino da matemática a uma nova realidade, esta marcada pela presença da matemática no dia-a-dia das pessoas em suas atividades. Esse fato é abordado pela Etnomatemática (MOREIRA, et al, 2021).

Diante disso, a Etnomatemática:

[...] significava a matemática não acadêmica e não sistematizada, isto é, a matemática oral, informal, “espontânea” e, às vezes, oculta ou congelada, produzida e aplicada por grupos culturais específicos (indígenas, favelados, analfabetos, agri-

cultores...). Isto é, seria uma maneira muito particular de grupos culturais específicos realizarem as tarefas de classificar, ordenar, inferir e modelar (FIORENTINI, 1994, p. 59).

Atualmente, o significado da Etnomatemática foi levado a outro patamar por D' Ambrosio (1998) que fez uma aproximação etimológica da palavra: ETNO que se refere a algo muito amplo, relacionado ao contexto cultural, incluindo, portanto, linguagem, jargão, códigos de comportamento, mitos e símbolos; -MATEMA- que significa explicar, conhecer, entender; e -TICA, que vem de techne e significa arte ou técnica. Portanto, pode-se afirmar que Etnomatemática se trata de uma técnica elaborada para conhecer, explicar, entender, lidar e conviver, nos mais variados contextos culturais e sociais (FIORENTINI, 1994).

O Programa Etnomatemática pode ser considerado como uma proposta de teoria do conhecimento. D'Ambrosio (1998) afirma que, "na verdade, poderia igualmente ser denominado Programa Etnociência". Ao lembrar a etimologia, ciência que vem do latim scio, que significa saber, conhecer, e matemática vem do grego máthema, que significa ensinamento – portanto, é possível que os Programas Etnomatemática e Etnociência possam se completar (NETO, et al, 2020).

### **ETNOMATEMÁTICA: ORIGENS E PRESSUPOSTOS**

Em todos os povos onde os indivíduos estão inseridos sempre há a questão do relacionamento entre elas e conseqüentemente com a natureza de cada um, especialmente com o seu ambiente natural, onde são produzidas técnicas ou práticas para sua própria sobrevivência e o desenvolvimento de sua espécie, tudo isso constitui um equilíbrio social e ecológico (SILVA, 2020).

No mesmo sentido desse desenvolvimento de habilidades, começam a ir surgindo também diferentes grupos culturais, e cada um deles desenvolve sua maneira de conhecer e de entender a realidade que os

cerca, tais como: classificar, ordenar, contar e medir (SYRYCZYK, 2013).

Dentro desse contexto etnográfico é que surge a etnociência, pois tenta entender como funciona o processo de transmissão de conhecimento de geração para geração.

Segundo D'Ambrosio (1993, p. 15):

Na década de 60, quando dirigia programas de pós-graduação nas Universidades Brown e Estadual de New York, nos Estados Unidos, percebeu a dificuldade dos negros em assimilar a Matemática nas escolas. Depois, na África, participou do programa de doutorado em Mali, promovido pela Unesco. Os doutorandos, de alto nível e culturalmente ligados à sua realidade, mostraram a D'Ambrosio que a Matemática ocidental estava muito longe de suas tradições. Há, por exemplo, em Mali, mesquitas construídas há mais de 500 anos, e ainda estão de pé, usando uma matemática muito própria, com soluções diferentes para os mesmos problemas comuns a todos os povos.

Assim, o educador começou "a estudar muita Antropologia, História Comparativa para entender melhor esse fenômeno, que, claro, não se explica somente pela Matemática" (D'AMBROSIO, 1993, p. 17).

De acordo com o autor, além do caráter antropológico, a etnomatemática tem um indiscutível foco político, pois está constantemente envolvida de ética com o objetivo de fazer o resgate da dignidade cultural do ser humano (SILVA, 2021).

### **A ETNOMATEMÁTICA NA VISÃO DE OUTROS PESQUISADORES**

Além de Ubiratan D'Ambrosio, muito conhecido entre os principais educadores, outros matemáticos de renome tem ainda se dedicado ao estudo e pesquisa dentro do pensamento etnomatemático. Dentre eles, destacam-se: Eduardo Sebastiani Ferreira; Marcelo de Carvalho Borba; Cláudia Zaslavsky; Alan Bishop; Paulus

Gerdes; Terezinha Nunes Carraher e Gelsa Knijnik (SILVA; MIRANDA, 2020).

Conforme Ferreira (2004, p. 20):

A história da Etnomatemática inicia-se quando os antropólogos e sociólogos introduzem os conceitos de Etnia como um grupo de pessoas de mesma cultura, língua e ritos próprios, etc. No Brasil, por exemplo, temos uma quantidade muito grande de grupos étnicos. Tem-se, atualmente 153 grupos diferentes, com línguas próprias, ou seja, 153 etnias indígenas conhecidas.

Para Borba (1996, p. 92), a etnomatemática trata-se:

Do estudo que, baseado na antropologia, psicologia, sociologia e nos conhecimentos matemáticos do pesquisador, busca desvelar/analisar/compreender os conceitos e práticas matemáticas geradas por um grupo cultural e a matemática gerada por outros grupos, mas aprendidas e/ou utilizadas por este grupo, segundo sua visão de mundo, seus valores, linguagem, sentimentos, ações e desejos, com a recomendação de que este estudo seja seguido, quando possível, de uma aplicação pedagógica junto ao próprio grupo.

Cláudia Zaslavsky, Educadora, nasceu nos Estados Unidos, realizou pesquisas em regiões da África, a qual chamou de “sociomatemática”.

Defende a multiculturalização do currículo de matemática, argumentando que o problema das necessidades da sociedade não está somente nos países pobres, pois “também o Terceiro Mundo existe no Primeiro Mundo, como é o caso dos Estados Unidos” (ZASLAVSKY apud KNIJINIK, 1996, p. 78).

Alan Bishop era um Inglês, trabalhou por algum tempo na Austrália, onde desenvolveu pesquisas empíricas na Papua Nova Guiné e também alguns trabalhos teóricos como professor na Universidade de Cambridge – Cambridge University (SOARES, et al, 2021).

O matemático ensina que a matemática “é um tipo de conhecimento cultural que todas as culturas geram, mas que não necessariamente ‘parece mesmo’ de um grupo cultural para outro”. A matemática existe em todas as culturas através das atividades universais: contar, localizar, desenhar, jogar e explicar (BISHOP apud KNIJINIK, 1996, p. 79).

Paulus Gerdes, outro educador matemático que trabalhou em pesquisas voltadas para a área Moçambique (África), era um indivíduo que lutava pela reconstrução nacional de um país que se tornou independente na década de 70. Para ele:

[...] é necessário encorajar a compreensão de que os povos africanos foram capazes de desenvolver matemática no passado, e, portanto reganhando confiança cultural – serão capazes de assimilar e desenvolver a matemática que necessitam (GERDES apud KNIJINIK, 1996, p. 81).

Terezinha Nunes Carraher, titular da disciplina de Psicologia da Criança e também tinha o cargo de chefe do Departamento de Psicologia da Oxford Brookes University de Londres (Inglaterra).

A descoberta de que crianças são capazes de soluções sofisticadas e flexíveis em transações comerciais e ainda assim agem de forma rígida e com pouco sucesso ao tratarem de algoritmos ensinados quando recebem problemas escolares, estabelece a importância do ambiente social (NUNES e BRYANT, 1997, p. 229).

Gelsa Knijnik é doutora em educação, Mestre em Matemática, já foi professora do Instituto de Matemática da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Knijnik (1996, p. 88) chama de “abordagem etnomatemática” para investigar:

[...] as concepções, tradições, e práticas matemáticas de um grupo social subordinado e o trabalho pedagógico que se desenvolve na perspectiva de que o grupo interprete e codifique seu conhecimento; adquira o conhecimento produzido pela matemática acadêmica, utilizando, quan-

do se defrontar com situações reais, aquele que lhe parecer mais adequado.

Enfim, cada um destes teve e continua tendo sua parcela de contribuição na etnomatemática.

## A ETNOMATEMÁTICA E O ENSINO DA MATEMÁTICA

As pesquisas baseadas nos Estudos Culturais estão baseadas na etnografia, sendo assim, um dos objetivos dos Estudos Culturais é desenvolver todo e qualquer tipo de estudo voltado para a cultura, ou seja, buscando fazer a compreensão dos contextos sociais e políticos, indo de encontro aos objetivos da Etnomatemática. Nas palavras de D'Ambrosio, como "arte ou técnica de explicar, de conhecer, de entender nos diversos contextos culturais" (D'AMBROSIO, 1998, p. 5).

Diante disso, é possível afirmar que uma prática em sala de aula, quando está pautada práticas pedagógicas desenvolvidas de acordo com o movimento etnomatemático, se torna também uma prática pedagógica baseada nos Estudos Culturais. Para Giroux (1995, p. 98) que os professores tomem consciência "sobre a viabilidade de se desenvolver uma aprendizagem baseada no contexto e que leve em conta as experiências dos/as estudantes e suas relações com a cultura popular e o terreno do prazer".

Giroux (1995, p. 139) considera que:

Ao se propor uma metodologia, constrói-se uma visão política; sendo que a pedagogia diz respeito, ao mesmo tempo, às práticas e aos conhecimentos por meio dos quais os/as professores/as. Nesse caso é uma oportunidade dos estudantes se unirem, politicamente, referindo-se também à política cultural sustentada por estas práticas.

Dessa forma, o propósito do ensino da matemática no que diz respeito a proposta etnomatemática, segundo Fiorentini (1994) "seria a desmistificação da

realidade, buscando compreendê-la para transformá-la".

Portanto, o ponto de partida do processo de ensinar e aprender seriam um dos problemas que de maneira cotidiana fazem parte da realidade do aluno.

## A ETNOMATEMÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA PRÁTICA ESCOLAR

A matemática deve ser compreendida como um conhecimento muito dinâmico e vivo, que sempre se encontra em transformação e desde muitos anos vem atendendo as necessidades humanas (Proposta Curricular de Santa Catarina, 1998, p. 89).

Diante disso, uma figura de suma importância nas instituições de ensino continua sendo o professor, e para que este possa exercer o papel de mediador dentro do contexto escolar, é importante salientar que:

O professor deverá tomar como ponto de partida a prática dos alunos, suas experiências acumuladas; sua forma de raciocinar, conceber e resolver determinados problemas. A este saber popular e empírico trazido pelo aluno (continuidade), o professor contrapõe outras formas de saber e de compreender (ruptura) os conhecimentos matemáticos produzidos historicamente (FIORENTINI apud Proposta Curricular de Santa Catarina, 1998, p. 90).

D'Ambrosio (1993, p.11, 14 e 15) usa de todo seu conhecimento e sugere que o professor:

- a) Saiba organizar projetos que digam respeito ao interesse da criança, aproveitando seu próprio ambiente para observar, refletir sobre as coisas, questionar;
- b) Utilize a calculadora, como um meio de desenvolver a estimativa;
- c) Estimule o cálculo mental, que funciona como ferramenta para o aluno perceber se o resultado obtido faz sentido ou não;
- d) Trabalhe a Geometria como orientação espacial, lidando com os lugares onde a criança se movimenta (seu quarto, sua casa, sua escola, sua cidade);

e) Enfoque também a história da Matemática, para mostrar que essa ciência evolui e nasce de sistemas culturais.

O ensino da matemática está muito além da memorização e reprodução de técnicas, ele pode garantir uma verdadeira compreensão dos conteúdos trabalhados, com base na análise e reflexão e consequentemente servirá para sua aplicação no cotidiano (XAVIER, 2021).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprender matemática, assim como qualquer outra disciplina é um direito básico de todos e uma necessidade que, principalmente no mundo de hoje, onde todos utilizam diariamente essa ciência, homens e mulheres vivem diariamente fazendo cálculos sem perceber.

A etnomatemática, como mostrada durante o desenvolvimento do trabalho, significava a matemática não acadêmica e não sistematizada, isto é, a matemática oral, informal, “espontânea” e, às vezes, oculta ou congelada, produzida e aplicada por grupos culturais específicos (indígenas, favelados, analfabetos, agricultores...).

Por fim, ressalta-se que a etnomatemática se mostra não como um método de ensino ou contextualização, mas sim como uma proposta de trabalho que se preocupa com as relações humanas e sociais.

### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e; ANTUNES, Fabrício Mendes. Educação do Campo e Etnomatemática: uma articulação possível?. **Educação Matemática Debate, Montes Claros (MG)**, Brasil v. 4, e202009, p. 1-23, 2020.
- BALDINO, R. (1991); **Ensino da Matemática ou Educação Matemática?** Revista Temas e Debates; Ano IV; n.3.
- BORBA, Marcelo Carvalho; COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. **O porquê da etnomatemática na educação indígena.** Zetetiké. São Paulo: UNICAMP, v.4, n.6, jul./dez. 1996.
- BORIN, J. **Jogos e Resolução de Problemas:** uma estratégia para as aulas de Matemática. São Paulo: IME – USP, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos:** segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002.
- D’AMBROSIO, U. **Etnomatemática.** 5ª edição, São Paulo: Ática, 1998.
- D’AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática.** Nova Escola. São Paulo: Abril, n.68, ago. 1993.
- FERREIRA, Eduardo Sebastiani. **Etnomatemática:** um pouco de sua história. In: Monteiro, Alexandrina et al. Etnomatemática na sala de aula. Natal: UFRN, Coleção Introdução à Etnomatemática, v.II, 2004.
- FIORENTINI, D. **Rumos da pesquisa brasileira em educação matemática:** o caso da produção científica em Cursos de Pós-Graduação. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP: 1994.
- FONSECA, Letiane Oliveira da; OSTERBERG, Luís Tiago; LARA, Isabel Cristina Machado de. **Possibilidades de propostas na escola envolvendo diferentes jogos de linguagem.** Encontro Gaúcho de Educação Matemática. 21 a 23 de julho de 2021.
- GIROUX, H. McLAREN, P. **Por uma pedagogia crítica da representação.** In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KAVALEK, Débora Schmitt; REIS, Ariele Maria Santos dos. Por que (não) fugir da matemática? A (re)significação dos conteúdos no tempo comunidade da educação do campo. **Kiri-kerê:** Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol. 1, out. 2020.
- KNIJNIK, Gelsa. **Exclusão e resistência:** educação matemática e legitimidade cultural. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.
- MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel; NETTO, Manoel de Souza Lamim; ZUFFI, Edna Maura. Etnomatemática e resolução de problemas como proposta metodológica para o Ensino Fundamental. **Zetetiké,** Campinas, SP, v.29, 2021, pp.1-17.

MOREIRA, Marília Maia; et al. **O ensino de matemática na educação contemporânea: o devir entre a teoria e a práxis.** — Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

NETO, José de Ribamar Leonel Dias, et al. Etnomatemática e educação do campo: análise das produções acadêmicas. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.54. 2020.

NUNES, Terezinha; BRYAN, Peter. **Crianças fazendo matemática.** Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SILVA, Marcela de Araújo da. Etnomatemática: uso de medidas não convencionais e convencionais utilizada pelos indígenas Potiguara na agricultura. **Trabalho Monográfico.** Rio Tinto – PB, 2020.

SILVA, Reinaldo Estevam da. A prática da etnomatemática como metodologia de ensino na aritmética. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Cajazeiras, 2021.

SILVA, Maria Jacqueline da; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de. A etnomatemática como alternativa às metodologias de docentes que ensinam matemática em escolas do campo. **Ensino da Matemática em Debate** (ISSN: 2358-4122), São Paulo, v. 7, n. 2, p. 56-81, 2020.

SOARES, Antônio Márcio de Lima, et al. Etnomatemática e assistência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: da relação professor-aluno à pesquisa aplicada. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 20, e11077, 2021.

SYRYCZYK, Edilberto, F. Pesquisa etnomatemática: métodos e técnicas para uma construção socioetnoculturalista. **Revista REAMEC**, Cuiabá - MT, n.01, setembro 2013.

XAVIER, Antônio Roberto, et al. Saberes populares, Etnomatemática e o uso de Jogos no ensino de Geometria. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e50910111998, 2021.

## ESCOLARIZAÇÃO REMOTA PARA OS ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM JUAZEIRO DO NORTE: DESAFIOS E LIÇÕES DURANTE A PANDEMIA

### REMOTE SCHOOLING FOR ADOLESCENTS WHO FULFILL SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES IN JUAZEIRO DO NORTE: CHALLENGES AND LESSONS DURING THE PANDEMIC

Roberta Ferreira Menezes<sup>1</sup>  
Cristiano de Assis Silva<sup>2</sup>

#### RESUMO

A proposta dessa pesquisa objetiva avaliar quais os desafios e as lições impostas pelo o ensino remoto mediado pelas tecnologias trabalhadas junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes no município de Juazeiro do Norte, relacionando a isso, objetivos específicos de identificar quais foram os impactos bem como as contribuições para o processo de escolarização desses jovens pois compreende-se que tal metodologia emergencial, contemporânea e inovadora, venha a romper com um modelo de aula tradicional presencial, provocando novas mudanças nas práticas de sala de aula e ampliação de experiências de aprendizagens dos alunos, dessa forma assegurando direitos já reconhecidos pela Resolução nº 3/2016, definidas no Art.15., que “Cabe ao poder público investir no desenvolvimento e difusão de práticas pedagógicas inovadoras voltadas para a escolarização de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo”. As considerações aqui expostas necessita que a comunidade acadêmica e os espaços institucionais de educação vejam a condição dessa realidade para desenvolver mais estudos e pesquisas acerca desse temática para a melhor compreensão da sociedade como um todo e a visibilidade que o tema precisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologias; Escolarização; Medidas Socioeducativas.

#### ABSTRACT

The purpose of this research aims to evaluate the challenges and lessons imposed by remote teaching mediated by technologies worked with adolescents who comply with socio-educational measures at the Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes in the municipality of Juazeiro do Norte, relating to this specific objectives to identify what were the impacts as well as the contributions to the schooling process of these young people since it is understood that such an emergency, contemporary and innovative methodology will break with a traditional face-to-face classroom model, causing new changes in classroom practices and expansion of students' learning experiences, thus ensuring rights already recognized by Resolution No. 3/2016, defined in Art.15., that "It is up to the public power to invest in the development and dissemination of innovative pedagogical practices aimed at the schooling of adolescents and young people in socio-educational care". The considerations presented here require the academic community and institutional spaces of education to see the condition of this reality to develop more studies and research on this theme for a better understanding of society as a whole and the visibility that the theme needs.

**KEYWORDS:** Technologies; schooling; Educational measures.

<sup>1</sup> Licenciatura em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: roberttamenezes@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/9698211961953720

<sup>2</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. E-mail: cristiano.wc32@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/7723981451094769

## INTRODUÇÃO

A educação escolar de forma remota durante a pandemia do novo coronavírus para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, internação provisória e semiliberdade tem sido uma atividade essencial contemplando todos os jovens que se encontram no Centro Socioeducativo José Orlando Bezerra, Centro Semiliberdade Regional e assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social-CRAS no município de Juazeiro do Norte.

O tema proposto apontará os desafios e as lições que emergiram no ensino praticado durante a pandemia com o uso das tecnologias nas unidades que acolhem adolescentes em conflito com a lei, destacando que a oferta do ensino remoto deve ser ampla, garantindo a carga horária do aluno em sua totalidade, com aportes de recursos didáticos e pedagógicos que atenda a toda demanda e ainda, como os educadores se adequaram às práticas educativas da cultura digital, pois conforme a BNCC<sup>2</sup> diz:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. Essa competência reconhece o papel fundamental da tecnologia e estabelece que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, portanto, de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes e de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade. (BRASIL, 2018)

<sup>2</sup> Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Com a suspensão das atividades educacionais presenciais e, conseqüentemente o distanciamento físico provocado pela pandemia, a utilização da internet e outros aparatos tecnológicos, passaram a fazer parte da rotina de estudo dos milhões de estudantes e da prática pedagógica dos professores brasileiros.

[...]nem todos os educadores brasileiros, tiveram formação adequada para lidarem com essas novas ferramentas digitais, precisam reinventar e reaprender novas maneiras de ensinar e de aprender. Não obstante, esse tem sido um caminho que apesar de árduo, é essencial realizar na atual situação da educação brasileira (CORDEIRO; 2020, p.10).

Com o tal contexto, a incorporação das mídias digitais para dar aula, fez um convite urgente a comunidade educacional a repensar novas formas de ensinar, de reorganizar-se e de conectar alunos e professores. Com isso, urgiu mudança de paradigma, impactando especialmente àquelas velhas práticas que insistiam em reproduzir modelos de transmissão de conteúdos seguindo planos de aulas previamente estruturados e fechados e a transmissão de aulas onlines tornou-se imprescindível durante a pandemia, sendo necessário o professor reinventar sua prática adaptando técnicas, como aulas expositivas para ser realizada de forma virtual surgindo a partir daí, a sala de aula invertida, com atividades inspiradas nas metodologias ativas onde o aluno é protagonista do seu aprendizado, assim:

A utilização das tecnologias embasadas em metodologias ativas pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem de forma mais eficaz e autônoma, com foco no desenvolvimento humano em todas as suas vertentes e voltado principalmente para a realidade na qual vivenciamos (CORDEIRO; 2020, p.05).

O presente projeto justifica-se pela relevância do tema e pela necessidade de avaliar como os

profissionais e alunos da socioeducação, adequaram-se a novas formas de organização com o ensino remoto, utilizando metodologias com o uso da internet para aprender e ensinar diante de algumas circunstâncias como alternância de turmas, de dias e de alunos, impostas por um momento pandêmico, que impossibilitou aulas presenciais e cumprimento integral das aulas nos espaços da unidade, pois durante a pandemia do coronavírus, inicialmente, esses atores além de apresentarem dificuldades em lidar com as tecnologias para dar aulas remotas usando internet, TV, aplicativos e dispositivos móveis, ainda, enfrentaram a angústia da possível negação, falta de concentração e dificuldades de aprendizagens do educando que se encontrava do outro lado da tela, que os mantinham conectados por meio de um link da plataforma do Google, o Google Meet<sup>3</sup>, disponibilizada pelo Governo Estadual.

As tecnologias digitais interativas (TDIs)<sup>4</sup>, em especial, a internet, sempre estiverem presentes no espaço de sala de aula, como um recurso pedagógico aliado ao processo tanto de aprendizagem quanto de ensino, porém percebeu-se que houve uma corrida dos educadores na tentativa de minimizar o distanciamento do aluno com a escola e com os professores e como forma de dar cumprimento ao que garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/71 em seu Arts. 23º. e 24º., que tratam do calendário escolar do ano letivo e carga horária mínima anual, respectivamente, e conforme a Lei nº 12.594/2012 do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no Art. 82º., que garante direitos educacionais na rede pública de ensino,

<sup>3</sup> Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google, uma empresa multinacional de serviços online e software dos Estados Unidos.

<sup>4</sup> O termo – Tecnologias Digitais Interativas (TDIs) – segundo Lemos (1997), esclarece que este conceito é um tipo de relação tecno-social, ou seja, uma nova relação dialógica entre homem e máquina, que permite ao sujeito interação com a ferramenta e também com a informação.

pensou-se em reconhecer a tecnologia como uma possibilidade para promover a escolarização dos adolescentes.

Assim, o uso de TV, câmera, microfone, notebook, fone de ouvidos, internet e tantos outros dispositivos foram utilizados como meios didáticos e pedagógicos como nunca visto antes para fins de aprendizagem, possibilitando aproximações ao uso de outras tecnologias já existentes como o quadro, o giz, o livro didático e o papel e, vislumbrando uma proposta metodológica criativa e inovadora para hoje e amanhã,

O avanço das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, o que permite maior disponibilidade de informação e recursos para o educando, tornando o processo educativo mais dinâmico, eficiente e inovador. O uso das ferramentas tecnológicas na educação deve ser vista sob a ótica de uma nova metodologia de ensino, possibilitando a interação digital dos educandos com os conteúdos, isto é, o aluno passa a interagir com diversas ferramentas que o possibilitam a utilizar os seus esquemas mentais a partir do uso racional e mediado da informação (CORDEIRO; 2020, p. 04).

Dessa forma, é importante aprofundar esta pesquisa, pois os desafios e os aprendizados que serão gerados com a investigação do uso das tecnologias digitais nas aulas remotas para os adolescentes privados de liberdade, contribuirão para uma revisão nas políticas públicas de oferta de escolarização nas unidades de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade e de aperfeiçoamento de práticas pedagógicas.

Faz-se necessário esclarecer que a escolha do tema surge por compreender que a adoção das tecnologias digitais num sistema de atendimento socioeducativo para aulas remotas, não pode se configurar apenas como uma excepcionalidade

vivenciada nos últimos meses, mas que possa mobilizar novas práticas de apropriação do conhecimento possibilitando ao adolescente ser protagonista do seu aprendizado, provendo sua qualificação e sua integração individual e social (SINASE) no contexto de educação digital.

Discutir essa temática, permite aprofundar estudos abordando questões específicas, mas complementares, pois ainda é um tema pouco explorado nos aportes teóricos percebendo raras existências de proposições formuladas especificamente sobre o tema envolvendo aulas remotas em unidades de internação e/ou internação provisória, tendo em vista a complexidade do espaço investigativo e das abordagens a serem aprofundadas nesse processo de escolarização junto a adolescentes com restrição de liberdade combinada com a utilização de mídias digitais e acredita-se que a partir dessa investigação novos conhecimentos serão gerados que contribuirão para uma revisão de políticas públicas sobre as medidas socioeducativas e implementação de práticas pedagógicas mais efetivas e significativas voltadas para o uso das tecnologias digitais nesse contexto educacional.

Nesse sentido, propõe-se, a criação de um espaço adequado com computadores ligados em rede para aplicar as diversas possibilidades do uso da internet para o desenvolvimento da leitura, da escrita, pesquisa e interação dos alunos, uma vez que a utilização das tecnologias é uma realidade na maioria das escolas para ajudar estudantes e professores a ensinar e aprender, pois como diz MORAN (2000),

A internet é uma mídia que facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece. O professor precisa informar e orientar os alunos sobre a utilização da internet, sobre as vantagens e os perigos que ela oferece. (MORAN, 2000, p. 53).

Assim, implementar esses meios digitais pode ser um desafio por exigir que a comunidade escolar

incorporem uma nova cultura em seu sistema educacional, repensando o seu projeto político pedagógico e promovendo formação continuada de seus pares, além de manter à disponibilidade desses recursos para aplicação do planejamento das aulas, mesmo que esse contexto não se aplique tão facilmente quando se trata de educação em prisões ou em unidade de internação, por esbarrar-se à natureza de procedimentos legais rígidos, regimentos internos burocráticos e medidas de segurança dos adolescentes, mas a interação destes com as mídias digitais, mediado por professores e outros profissionais será possível no processo de atendimento socioeducacional.

## REFERENCIAL TEORICO

Falar sobre ensino remoto, transmissão de aulas online, aulas em formatos de lives, em um ensino mediado por TV e internet, são possibilidades educativas que vieram à tona com maior intensidade no contexto da pandemia do coronavírus, ao mesmo tempo que vêm se construindo diálogos importantes no campo educacional entre pesquisadores, educadores, pais, alunos e sistemas de ensino, na perspectiva de que a inserção das tecnologias para ensinar e aprender foi determinante para solucionar questões que há tempos estavam sendo debatidas.

Como referencial para esta pesquisa, pretende-se observar inicialmente, as contribuições à luz da legislação para a política da socioeducação, do período colonial até os dias atuais, pois percebe-se que as discussões mais efetivas sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil, deu-se somente a partir da década de 1970, devido as lutas pelos Direitos Humanos e um estudo feito por Almeida e Masano (2012, p. 172), aponta que “no período colonial já haviam instituições para as crianças e os adolescentes chamadas “Casas de Meninos” mas prevaleciam as ações punitivas e a educação era uma forma de normatizar e adequar a população”.

Com a Constituição Federal de 1988, no Art. 227, assegura que crianças e adolescentes são prioridade do Estado, e como sujeito de direitos, além de promover programas e políticas de assistência integral à saúde, à educação, à profissionalização, a dignidade, dentre outras, para atendimento a esses direitos, estabelece estatutos e plano nacional de juventude para que haja articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, tras mais uma vez a compreensão destes sujeitos como absoluta prioridade e ainda mudanças em relação ao tratamento de responsabilização dos adolescentes no que tange aos atos infracionais e a maioridade penal.

E com a SINASE (2012), percebe-se uma finalidade pedagógica às medidas socioeducativas justificada ao adotar medidas apropriadas e eficazes para suprir déficits pedagógicos apresentados pelos adolescentes, oferecendo-lhes condições de instruir-se e consolidar-se na construção enquanto sujeito e ainda, buscando prevenir práticas infracionais, evitando que eles permaneçam ou retornem a novas situações de risco ou conflito com a lei.

No que tange aos aspectos da educação, empreende-se uma construção teórica amparada nas reflexões de autores como ALVES (2020), FREIRE (1967), LOCKMANN (2020), SARAIVA (2020), TRAVERSINI (2020), VALENTE (2021) ZABALA (1998), ressaltando o papel social da escola, como um dos principais caminhos para o desenvolvimento de valores e concepções e que se constituem um conjunto de ações dirigidas ao adolescente, com suas especificidades. Desse modo ter direito à educação, como um direito fundamental de formação implica em aprofundar que essas ações sejam entendidas como aquelas que o jovem rompeu com um curricular escolar anterior e que nessa escolarização.

Compreende-se um atendimento educacional a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas

socioeducativas adequadas traçadas no plano individual conforme a medidas a serem atendidas em meio aberto (prestação de serviço, reparação de dano, liberdade assistida e advertência, não restringe a liberdade) e a medida em meio fechado (semiliberdade e internação em estabelecimento socioeducativo, sendo a mais aplicada e que restringe a liberdade do adolescente).

É nas contribuições de ALMEIDA (2003), AUSUBEL (2014), CASTELLS (2005), GONET(2004), LEMOS (1997), LÉVY (2005), MORAN (2007), SKINNER, que se problematiza o uso das tecnologias no contexto atual, por estar possibilitando uma nova metodologia de ensino e novos canais de comunicação disponibilizando diversas ferramentas de informação e interação digital para professores e alunos, a fim de ressignificar às práticas educativas na socioeducação com privação de liberdade.

Não se trata aqui de utilizar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e de aluno (LÉVY, 2005, p. 172).

Destarte, são essas ferramentas deram conta até agora de aproximar os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ao direito à educação, como estratégia pedagógica que mobilizou os professores, a repensarem na transposição de metodologias e práticas docentes apoiadas nas tecnologias para dar aulas de forma remota, materializando uma realidade de ensino “online”.

## METODOLOGIA

Na perspectiva de manter os requisitos éticos, serão utilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que serão assinados pelos alunos, professores e os profissionais que acompanham os jovens, pois considerando os aspectos jurídicos, éticos e

de segurança, não serão divulgados os nomes dos envolvidos na pesquisa. Assim, atribuiremos nomes fictícios e aleatórios para que não haja possibilidade de serem identificados posteriormente.

Ainda, pretende-se desenvolver o processo metodológico da pesquisa fundamentada na abordagem quanti-qualitativa, possibilitando descrever a realidade, realizando um estudo de caso com coleta de dados utilizando de questionários e análise de conteúdo, que para Gil (1999),

o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos (GIL, 1999, p. 24)

Pela sua natureza quanti-qualitativa, por meio da observação, dos questionários e da análise de conteúdos pretende-se interagir com gestores educacionais do estabelecimento de atendimento socioeducativo com a finalidade de delinear marcadores significativo das práticas pedagógicas com tecnologias digitais e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem dos jovens com a metodologia de ensino online.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, espera-se poder contribuir para a construção de novas práticas escolares nas unidades de medidas socioeducativas e para isso, como resultado dessa pesquisa, propõe-se a elaboração de uma proposta junto aos órgãos responsáveis pela Educação em Prisões do Estado do Ceará, a fim de garantir a implementação de um espaço comunicativo disponibilizando tecnologias de informação e comunicação adequadas, constituindo um ambiente de

troca de saberes e construção de novas práticas docentes.

Aqui, entende-se “espaço comunicativo” como um ambiente de sala de aula bem estruturado com computadores ligados a internet, com recursos multimídias e meios eletrônicos, onde os alunos possam combinar diferentes tipos de linguagens, números, textos, imagens, animação, produção e edição de vídeos, estruturação de filmes, composição de sons, músicas, permitindo uma aproximação com a cultura digital.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas Educação*, v. 8, n. 3, pág. 348-365, 2020.
- ALMEIDA, M. E. B. de. Educação a distância na internet: Abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, 29(2), 327–340. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000200010>.
- ALMEIDA, T. C de. MASANO, S. R. V. Corpos marcados: uma análise histórica sobre a institucionalização de adolescentes em conflito com a lei. *Mnemosine*, v. 8, nº 2, p. 161-183, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.
- BRASIL. Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília: Casa Civil [1979]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123). Acesso em: 24 jan. 2022.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro: Casa Civil, [1891]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita no novo texto Constitucional Federal de

24 de janeiro de 1967. Brasília: Casa Civil [1969] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2014]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília: Casa Civil, [2014]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso em: 25 jan. 2022.

CASTELLS, M. Internet e Sociedade em Rede. In: MORAES, Denis. Por uma outra comunicação. RJ: editora Record, 2005.

CORDEIRO, K. M. A. O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. 2020. Disponível em: <http://oscardien.myoscar.fr/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20EN> SINO.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONET, J. Educação e Mídias. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEMOS, A. L. M. Anjos Interativos e Retribalização do Mundo. Tendência Xxi, Lisboa, v. 2, p. 19-29, 1997.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

MORAN, J. M et al. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 6.ed. Campinas: Papirus, 2000.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2014.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Desafios da Internet para o professor. In: Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 12a ed. Campinas: Papirus, 2006, p.12-17.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 13 DE MAIO DE 2016 (\*) Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

SARAIVA, K; TRAVERSINI, C; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. Práxis Educativa, v. 15, p. 1-24, 2020.

SKINNER, B. F. Tecnologia do ensino. São Paulo: EPU, 1972.

VALENTE, J A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. Educar em Revista, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6ZgHRUWc6JT M1dBm21iZ09OM1U/view>>. Acesso em: 13 fev. 2022

ZABALLA, V. A. A prática educativa: como ensinar. Porto alegre: Artmed, 1998.

## CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: RECURSO PEDAGÓGICO PARA O INCENTIVO À LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

### STORY TELLING: PEDAGOGICAL RESOURCE TO ENCOURAGE READING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Edna de Almeida Lima Silva <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Esse trabalho contempla algumas reflexões que dizem respeito a contação de histórias infantis e suas contribuições para o enriquecimento das práticas pedagógicas, também conhecida como contação de histórias. Os contos, com o passar dos anos foram sendo transmitidos de geração em geração, melhorando o desenvolvimento dos jovens por meio de valores, crenças, imaginação e criatividade. A literatura infantil além de promover a educação, ensina e as diverte, mas é preciso que as histórias correspondam as necessidades das crianças, estas ao identificarem se com as personagens conseguirão sentir as emoções vivenciadas pela personagem, percebendo que mesmo os seres fantásticos também sentem as mesmas emoções. **OBJETIVO:** Analisar a contribuição da contação de história no incentivo ao hábito da leitura e aprendizagem na Educação Infantil. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo foi a bibliográfica, aproveitando-se de renomados autores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Portanto, cabe enfatizar que as temáticas abordadas nos capítulos foram pesquisadas no campo teórico da educação, que serviram como base para a produção teórica desse trabalho, além de documentos publicados pelo Ministério da Educação. Os resultados apontam que uma vez que a cultura é crucial para a aprendizagem, as histórias têm um papel fundamental na formação do papel do indivíduo na sociedade, tornando-se um recurso útil do ponto de vista didático, psicológico / terapêutico e pedagógico. Por fim, do ponto de vista didático, fica cada vez mais evidente que leitura em rodinhas de conversa na educação infantil é fundamental para a formação de bons leitores e, portanto, o incentivo de pais e da escola é vista como essencial para seu desenvolvimento e formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contação de histórias; Aprendizagem; Gerações; Habilidades Linguísticas.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** This work includes some reflections concerning children's storytelling and its contributions to the enrichment of pedagogical practices, also known as storytelling. The tales, over the years, were transmitted from generation to generation, improving the development of young people through values, beliefs, imagination and creativity. Children's literature, in addition to promoting education, teaches and entertains them, but it is necessary that the stories correspond to the needs of children, who, when identifying with the characters, will be able to feel the emotions experienced by the character, realizing that even fantastic beings also feel the same emotions. **OBJECTIVE:** To analyze the contribution of storytelling in encouraging the habit of reading and learning in Early Childhood Education. **METHOD:** The methodology used to achieve this objective was the bibliography, taking advantage of renowned authors. **FINAL CONSIDERATIONS:** Therefore, it is worth emphasizing that the themes addressed in the chapters were researched in the theoretical field of education, which served as a basis for the theoretical production of this work, in addition to documents published by the Ministry of Education. The results show that since culture is crucial for learning, stories play a key role in shaping the role of the individual in society, becoming a useful resource from a didactic, psychological/therapeutic and pedagogical point of view. Finally, from a didactic point of view, it is increasingly evident that reading in conversation circles in early childhood education is fundamental for the formation of good readers and, therefore, the encouragement of parents and the school is seen as essential for their development and formation.

**KEYWORDS:** Storytelling; learning; generations; language skills.

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Aprendizagem e Autoria na Educação Infantil e Ensino Fundamental (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA). Graduada em Pedagogia – (Faculdade Reunida). **E-mail:** edna-almeida-lima@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2133031003492760

## INTRODUÇÃO

Já pode ser considerado um dado histórico que a instituição escolar teve seu melhor desenvolvimento quando teve o apoio da oposição entre a vida e aprendizagem. É fato que fora da escola ou sala de aula também pode se aprender muito, porém sem a escola como suporte sobrevivência em meio a sociedade fica comprometida (DOMINGOS, et al, 2021).

Seguindo este ponto de vista, pode-se considerar que se faz necessário refletir sobre o processo de admissão da leitura e literatura, por este nada tem de mecânico, e sim, se constrói através de sistema interpretativo, de pensamento, de raciocínio e de invenção, buscando a compreensão de aquisição do domínio formal e informal da leitura e da literatura no contexto social. Em virtude de tudo isso o ensino que procura desenvolver a inteligência deverá priorizar a atividade do sujeito, considerando-o o agente ativo da proposta voltada para aprendizagem escolar (FARIAS; SILVA, 2021).

Visando despertar nos educadores discussões metodológicas de uma aprendizagem de leitura mais eficiente, a qual possa suprir as necessidades do processo ensino-aprendizagem em sala de aula. Buscou-se ampliar os estudos do processo de leitura mediante a fundamentação teórica de diversos autores, cujos estudiosos foram os norteadores que subsidiaram essa temática. Os mesmos expõem suas concepções acerca da leitura e sua importância na vida do ser humano, buscando conscientizar o educador para que possam resgatar a magia do ato de ler e para que o ensino da leitura se torne efetiva na vida do educando (BARBOSA, 2021).

As transformações atuais no mundo da produção de conhecimento têm exigido uma maior qualidade na formação das pessoas. A qualidade esperada é que as ações empreendidas no processo formador sejam efetivas e eficazes, e a experiência em sala, ensina que a atividade do professor na prática

escolar é necessária, que lance mão de outros instrumentos, desde o mais simples, a lousa, o giz, jornais, revistas, enciclopédia, até a Internet. Sabe-se que a efetiva aprendizagem é mais que a simples reprodução da realidade: ela resulta de intensa atividade de apreensão e organização de aspecto dessa realidade e de integração de novos conhecimentos. Cabe aos professores proporcionar aos alunos situações que favoreçam a aprendizagem a partir de conhecimentos pré-existente (SANTOS; OLIVEIRA, 2021).

A contação de história é um recurso riquíssimo, que pode ser utilizado pelos professores de forma lúdica no incentivo à leitura, principalmente na Educação Infantil, onde iniciam novas descobertas por meio dos livros. É através do lúdico que a criança desenvolve o conhecimento e o pensamento, ele ainda enfatiza o brincar não apenas como um passa tempo, mas, como aprendizagem (SOUZA, 2021).

É ainda na infância que se deve incentivar a ler, para que desde pequeno aprenda que a leitura é algo divertido e prazerosa. Além disso, pode estimular o senso crítico, a memória, a prática da linguagem, a escrita, a imaginação, entre outros benefícios que serão abordados nesse trabalho (MEDEIROS, 2021).

No entanto, é comum as crianças realizarem leituras em sala de aula, ou até mesmo em casa, por sentirem-se obrigadas e não por prazer, o que pode ocasionar o desprestígio e abandono dos livros. É necessário destacar, também, que a falta de leitura pode causar dificuldades na compreensão de textos, na escrita, falta de criatividade, falta de informação, entre outros problemas (SILVA, 2020).

Dessa forma, a contação de história é uma ferramenta poderosa para amenizar tais problemas e, aliada a outras atividades em sala de aula, pode contribuir de forma positiva no incentivo à leitura e aprendizagem das crianças (ARAÚJO; LINHARES, 2021).

A escolha desse tema surgiu a partir de relatos e observação pessoal do desinteresse das crianças pela

leitura e livro, visto que a tecnologia está cada vez mais presente na vida dos mesmos. E isso nos despertou o interesse de aprofundar e conhecer melhor sobre o assunto.

A contação de história ainda é vista por muitos professores, como um método ultrapassado, e distração para as crianças, além disso, não se tem investido o bastante na especialização, em recursos e espaços adequados, para que o mesmo possa enriquecer e desenvolver um trabalho adequado. Muitas vezes o professor não faz uso de atrativos que possa chamar a atenção da criança utiliza apenas o livro como recurso e acaba virando rotina, onde deveria ser aplicada de forma confortável, divertida e envolvente (ARAÚJO; LINHARES, 2021).

Espera-se, que esse trabalho possa despertar o interesse dos alunos pela leitura e livros, além de incentivar educadores a inserir cada vez mais novas estratégias e recursos para contar histórias em sala de aula de forma lúdica e prazerosa.

Nesse estudo foi realizada a pesquisa bibliográfica do tema através de livros, revistas, sites especializados na Internet entre outros, a fim de colher resposta do problema científico. Nessa perspectiva, apresenta-se o problema científico deste trabalho: qual o papel da contação de histórias na Educação Infantil?

A partir do problema levantado, o objetivo geral foi: analisar a contribuição da contação de história no incentivo ao hábito da leitura e aprendizagem na Educação Infantil.

## OBJETIVO

Analisar a contribuição da contação de história no incentivo ao hábito da leitura e aprendizagem na Educação Infantil.

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada para alcançar tal objetivo foi a bibliográfica, aproveitando-se de renomados autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### OS BENEFÍCIOS DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Mateus, a contação de história é uma atividade indispensável na transmissão do conhecimento e desenvolvimento da criança (MATEUS, 2013).

Importante dar ênfase sobre a contribuição da literatura infantil pode exercer sobre a vida de uma criança, podendo ajudar no desenvolvimento emocional ou na capacidade de alcançar melhores formas de expressão, em geral, de acordo com Machado, “elas não gostam de ler e fazem-no por obrigação. Mas afinal, por que isso acontece? Talvez seja pela falta de exemplo dos pais ou dos professores, talvez não” (MACHADO, 2001, p. 20).

Entretanto, a literatura surgiu como um reflexo de transformações ocorridas no meio social, e a literatura infantil mesmo durante a sua origem já concebe o senso de reflexão que procura definir seu estatuto no contexto das artes em geral.

Nas palavras de Santana:

A contação de histórias, quando bem utilizada em sala de aula, leva a criança a desenvolver a imaginação, a criatividade e a trabalhar habilidades já existentes, além de ajudar no desenvolvimento de novas. Também ajuda a melhorar a sua oralidade e escrita. Não há dúvidas que essa atividade enriquece a Educação Infantil, pois contribui de forma significativa para a formação da criança (SANTANA, 2018, p. 19).

Quando o leitor se posiciona a ouvir e ler histórias ele sem perceber entra em um mundo encantador, recheado de mistérios e surpresas, com histórias inte-

ressantes, curiosas e que divertindo conseguem ao mesmo tempo ensinar as crianças.

Nesse momento surge a oportunidade de informações, com base em autores consultados, esclarecendo os benefícios da contação de história para a educação infantil:

Estimula virtudes e moral nas crianças: as histórias podem ter um enorme impacto nas crianças. Honestidade, veracidade, gratidão e muitos desses atributos podem ser enraizados neles através de histórias convincentes.

Entendendo culturas: as histórias podem ser usadas para manter as crianças conectadas às suas raízes e fazê-las entender sua própria história e tradições. Histórias, como culturas, variam de uma região para outra. Histórias da terra natal e de lugares estrangeiros farão com que a criança aprecie as diversidades existentes neste mundo.

Melhora as habilidades de escuta: para apreciar a história completamente, é preciso prestar atenção ao narrador, para que nada se perca. Uma boa sessão de contar histórias pode melhorar as habilidades auditivas de uma criança.

Inspirar curiosidade: pausar uma história quando ela fica mais interessante deixa o ouvinte ansioso para saber o que acontece a seguir. Isso torna as crianças curiosas e as incentiva a fazer perguntas, o que também ajuda no aprendizado, no crescimento e no desenvolvimento.

Favorece a imaginação: uma coisa é curiosidade e outra é imaginação. Uma história bem narrada leva você à várias partes do mundo, reais e míticas. Histórias com um elemento de fantasia e magia ajudam a melhorar a imaginação e o pensamento criativo dos ouvintes.

Melhora a concentração: ouvir histórias também ajuda a melhorar o tempo de atenção e os níveis de concentração.

Enriquece o vocabulário: quando você inclui uma nova terminologia toda vez que narra uma história, as crianças as aprendem e tentam entender o significa-

do dessas palavras desconhecidas. Isso os ajuda a melhorar seu vocabulário.

Aprimora o processo de aprendizado: as histórias têm uma maneira única de melhorar o processo de aprendizado, tanto no nível acadêmico quanto no pessoal. A narrativa pode envolver as crianças em um processo criativo de aprendizagem que facilita a compreensão dos tópicos mais difíceis.

Desenvolve inteligência emocional: esta é a chave para o sucesso em vários estágios da vida humana. O desenvolvimento da inteligência emocional refere-se à conscientização e controle sobre as emoções e expressões. As histórias o ajudam a conseguir isso de maneira simples, porém bonita.

Ensina empatia: a capacidade de pensar nos outros, de se colocar no lugar dos outros e de entender seus sentimentos torna um indivíduo melhor. As histórias podem ensinar as crianças a ter mais empatia com os outros e a ser sensível às suas necessidades.

Melhora a comunicação: quando sua imaginação e pensamento são claros, eles refletem na comunicação. Ouvir e entender as histórias pode melhorar a comunicação em diferentes níveis.

Reduz o estresse e a ansiedade: as histórias não apenas entretêm, mas cativam, à medida que o transportam para mundos diferentes no reino imaginário. Ouvir histórias e experimentar a magia e a fantasia em suas mentes pode diminuir os níveis de estresse e ansiedade nas crianças.

Desenvolve a memória: se uma história é longa ou curta, as crianças tendem a se lembrar da trama, dos personagens e de outros aspectos dela o máximo que puderem. Isso é bom para as habilidades de memória da criança, mas pode ser desvantajoso para o contador de histórias.

Facilita o aprendizado acadêmico: certas disciplinas acadêmicas têm uma conexão direta ou indireta com várias histórias. Essa é uma das muitas maneiras pelas quais as histórias podem facilitar o aprendizado acadêmico para as crianças. A capacidade de pensa-

mento criativo que eles desenvolvem ouvindo histórias também torna o aprendizado acadêmico eficaz.

Incentivo criativo: ouvir histórias intrigantes pode inspirar as crianças a escrever um dia sua própria narrativa.

Na oportunidade de se realizar uma relação lúdica e conseqüentemente prazerosa com a criança obra literária é que se obtém a possibilidade de ser formado o leitor. Quando as pessoas lembram das histórias ouvidas na infância, com certeza desperta um sentimento de muita saudade, pois se explorava a fantasia e imaginação, fortalecendo a cada dia a imaginação do leitor.

Principalmente quando se trata das histórias contadas pelos pais antes mesmos de dormir, ou das histórias narradas e interpretadas pelas professoras no início da vida escolar.

Em concordância com Aguiar:

A partir do surgimento da literatura infantil, até os dias atuais, há uma enorme discussão entre os teóricos para tentar entendê-la. Essa discussão começa pela conceituação, passa pela concepção da infância e do leitor, à ligação da literatura infantil e a escola, até o caráter literário dessas obras para crianças. Os primeiros livros para crianças foram escritos por professores e pedagogos e só surgiram no final do século XVII. Tinham uma função utilitário-pedagógica e, por isso, durante muito tempo foram considerados como um estilo literário inferior (AGUIAR, 1993, p. 17).

O trabalho exposto se dá principalmente pela grande importância da literatura infantil na formação do cidadão, ou seja, a literatura infantil comprova que, se praticada na idade certa proporciona grandes resultados.

Com relação aos “direitos humanos” Antônio Candido (sociólogo e crítico literário), a considera como um direito básico do indivíduo, podendo ser comparado também aos direitos de subsistência. A literatura para

este escritor é um meio interessante de educar o cidadão preparando-o para a vida (CANDIDO, 2020).

Por outro lado, Aguiar salienta que:

Os estudos sobre literatura infantil busca entender o porquê de cada história contada pela professora, o motivo ao qual levou com que a mesma escolhesse a história, o gênero e o modo como foi contada. Visa também entender o motivo da agrupação durante a exibição de história e também analisar como é que a criança usa a biblioteca. Estando em contato com os alunos durante o horário de aula, todos os dias e vendo como é que a literatura é passada a sala, quais são as histórias e notando a expressão de cada criança, evidencia cada vez mais o poder da literatura, tendo então o privilégio de ser aluna-pesquisadora e ver a real situação do aluno e também do corpo docente da escola, conclui-se que a literatura pode mudar o pensamento da sociedade, pode transformar a criança em cidadão crítico e pensante (AGUIAR, 1993, p. 18).

A literatura aplicada na educação infantil proporciona a criança um novo olhar sobre o mundo, mesmo que de maneira tímida nasce o cidadão que tem um ponto de vista concreto. Percebeu-se que quando se desenvolve um trabalho de leitura, o mesmo possibilita a formação de novos leitores, tendo como base a introdução de textos mais variados.

Concordamos com Aguiar quando expressa que: “No meio escolar percebeu-se que, muitas das vezes a leitura se caracteriza como uma atividade que tem afastado o educando do seu mundo, tornando a prática pedagógica, voltada para o ensino e o incentivo da leitura distanciada ineficaz” (AGUIAR, 1993, p. 18).

O apoio da família é fundamental no processo de leitura, visto que quando os pais e educadores fazem o acompanhamento da mesma, a criança tende a se desenvolver melhor e mais rapidamente, o livro é um suporte importante, mas se não for lido, continua sendo somente um livro.

De acordo com Cunha:

Desde a antiguidade tanto a leitura quanto a escrita, exercem grande importância na evolução da humanidade. Mas, saber decodificar letras em sons e codificar sons em letras, não é sinônimo de capacidade em utilizar a língua materna, pois essa capacidade de uso é equivalente à possibilidade de falar, escutar, escrever e ler em diferentes contextos de comunicação. Cabe a escola e principalmente ao educador, relacionar as práticas de uso da linguagem às práticas sociais. No início da vida escolar, já na Educação Infantil, é necessário o trabalho com textos que circulem socialmente, dando maior importância a Literatura Infantil. O contato da criança com materiais de leitura deve ser constante para que desperte o gosto por esse ato, tornando-se um hábito e não um momento esporádico (CUNHA, 2021, p. 57).

Praticamente todos os dias nas escolas é preciso motivar os alunos a leitura, e não uma leitura forçada, mas uma leitura que os deixe curiosos em saber logo o resultado final.

### **IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

A literatura infantil além de promover a educação, ensina e as diverte, mas é preciso que as histórias correspondam as necessidades das crianças, estas ao identificarem se com as personagens conseguirão sentir as emoções vivenciadas pela personagem, percebendo que mesmo os seres fantásticos também sentem as mesmas emoções.

O que nos mostra que dependendo de seu conteúdo, a ser trabalhado, segundo Santana, falar de abandono, medo ou rejeição, o que significa que tais características fazem parte do cotidiano da criança, está de maneira inconsciente se apropriando da história para de tal modo estruturar o que lhe perturba em seu íntimo. As mensagens de uma história, seu enredo, gravuras o simples manusear de um livro é algo realmente significativo no sentido que se estabelece uma afinidade pelo objeto a ser explorado (SANTANA, 2018).

As histórias infantis, de acordo com os autores Souza e Francisco, são caminhos que devem ser explorados pelo educador, de maneira a não desperdiçá-la apenas como conteúdo para a aprendizagem, há de se considerar as características do universo infantil ajudando em seu desenvolvimento, as histórias, devem suscitar nas crianças momentos de prazer onde será experimentado novas sensações, mundos a serem descobertos, fantasias a serem vividas, histórias que povoaram a mente infantil, indicando que os heróis também sofrem, e que o mocinho ao fim de muito sofre encontra a felicidade (SOUZA; FRANCISCO, 2017).

Sendo assim, Santos e Flexa, concordam que o momento do faz de conta, a hora de se ouvir uma história não deve ser vista apenas com um fazer pedagógico. A criança que tem contato com a literatura passa a ser agente de seus próprios pensamentos e de sua aprendizagem, torna-se autônoma, sendo apenas criança, com sua espontaneidade e percepções (SANTOS; FLEXA, 2017).

A leitura é um processo mental, o leitor ao entrar em contato com o texto poderá construir seu conhecimento de interiorização e reflexão. Santos; Trindade definem “A leitura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade” (SANTOS; TRINDADE, 2021, p. 10). A leitura ativa o intelecto do educando, desenvolvendo a capacidade de reflexão, aperfeiçoando e estabelecendo a comunicação com o outro, permitindo o confronto com o texto e as ideias do autor de forma crítica.

Para que haja a leitura é necessário que o leitor faça a interação com o texto, a compreensão e a reflexão de forma que não seja simplesmente leitor, mas um cidadão crítico capaz de interpretar o que leu, levando-o a uma construção do seu próprio conhecimento.

Desde as primeiras séries da escola é importante a motivação para a leitura, o desenvolvimento das críticas e a tradução dos textos. As crianças principalmente ainda adoram ouvir histórias contadas pelos pais,

ou seja, é uma cultura importante que não pode ser deixada de lado.

Morais afirma que “A criança é um ser onde a imaginação predomina em absoluto. Nos livros ela quer que lhe demos cartolas, coisas mais altas do que podem entender. Isso a lisonjeia tremendamente” (MORAIS, 1995, p. 167).

Numa fração de segundos, podemos retomar a infância, acordar de um profundo sono, como Bela Adormecia, ao beijo suave do príncipe encantado e se tornam felizes para sempre; aí se faz presente a arte, que toca o âmago do ser sensível – a arte da palavra.

Como nos afirma Banberger:

Lê é alimentar-se espiritualmente, é adquirir aquela inquietação interior – bem como de condições – a indescritível riqueza íntima de quem está atento à vida, de quem carrega consigo a vontade de conhecer e amar infinitamente, (...) lê é uma arte, e como toda arte, requer do seu artista uma sábia flexibilidade a capacidade de utilizar os meios de acordo com a finalidade primordial a ser alcançada. (BAMBERGER 1991, p. 109).

Na concepção de Silva, se o leitor sente a cada leitura a magia do encantamento então perceberemos que é arte que ele proporciona esses momentos de riquezas e prazeres indescritíveis. Essa arte que nos tira da mesmice e nos dá poder de investigar, de interagir na sociedade, de conquistar o inimaginável (SILVA, 2019).

#### **PROPOSTA DE HISTÓRIAS E LEITURAS QUE O ALUNO, SEGUNDO SUA IDADE DEVE ENFRENTAR**

Os autores Martinati; Santos; Rocha, contribuem dizendo que a educação brasileira passou por diversos processos que modificaram o sistema de ensino como um todo, entre eles, pode-se destacar o ano de 2006, quando foi aprovada a Lei nº 11.274/06, e com essa aprovação foi ampliado a duração do Ensino Fun-

damental (EF) para nove anos o que torna caráter de obrigatoriedade do ingresso das crianças nas escolas aos seis anos de idade. Além disso, com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), houve uma maior intensificação, no que diz respeito a educação, ou seja, direcionando para um maior destaque o aluno, a implementação mais fortalecida da tecnologia e as novas metodologias de avaliação (MARTINATI; SANTOS; ROCHA, 2011).

Para Libâneo, o ensino é gradativo, respeita os critérios de idade e desenvolvimento mental dos alunos, é um processo que exige um planejamento participativo entre o corpo docente e discente, para que assegure o processo de condução ao aprendizado tanto dos saberes escolares como o saber da realidade cotidiana. Atualmente se percebe que a tecnologia é a que mais tem se aproximado da realidade das pessoas, podendo ser muito bem aproveitado como uma das ferramentas a favor do ensino e aprendizagem. As mesmas podem ser utilizadas nas práticas pedagógicas tanto no ambiente escolar como fora dele também. No entanto pode ser utilizado em pesquisas, vídeo aula, peças teatrais, slides, músicas, etc, (LIBÂNEO, 1994).

Aproveitando o pensamento de Libâneo:

O ensino, assim, é uma combinação adequada entre condução do processo de ensino pelo professor e a assimilação ativa como atividade autônoma e independente do aluno. Em outras palavras, o processo de ensino é uma atividade de mediação pela qual são providas as condições e os meios para os alunos se tornarem sujeitos ativos na assimilação de conhecimentos (LIBÂNEO, 1994. p. 89).

Na concepção de Franco, o educador, à maneira que se apropria da dimensão do ensino reflete mediante a sua prática e, a visão educativa passa por transformações. Transformações estas que irão se completar nas suas práxis, onde o prazer norteará o ato de ensinar, pois o ensino exige criticidade, onde o aprendiz não

é passivo, e sim ativo, questionador, a sua curiosidade é aguçada, abandonando opiniões formuladas pelos outros, construindo suas próprias concepções do mundo e da realidade como um todo (FRANCO, 2016).

Ao se referir à leitura os Parâmetros Curriculares Nacionais, da Língua Portuguesa afirma:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir dos seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc (PCNS, 1998, p. 41).

Um dos problemas explícitos que a escola enfrenta nos dias de hoje, corresponde as dificuldades que as crianças enfrentam na aprendizagem da leitura. Este processo de aprendizagem escolar se torna difícil, porque na maioria das vezes não se reconhece que o seu desenvolvimento começa mesmo antes da escolarização, e, portanto, não se compreende um resultado de um esforço coletivo do ser humano (OLIVEIRA, 2021).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Não se formam bons leitores oferecendo materiais empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.

Sabe-se que os procedimentos estão relacionados ao domínio do uso de instrumentos de trabalho, que possibilitem a construção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades. Favorecem, portanto, a construção, por parte dos alunos, de instrumentos que os ajudarão a analisar os resultados de sua aprendizagem e os caminhos percorridos para efetivá-la. Como exemplo, tem-se a realização de pesquisas, produções textuais, resolução de problemas, elaboração de sínteses e outros (BRASIL, 1998, p. 36).

Ao conceber o ato de ler como um processo dinâmico, naturalmente está priorizando a formação de

um leitor crítico e criativo. É evidente que essa formação desse leitor não depende exclusivamente da escola, mas cabe a ela uma parcela de responsabilidade nesse trabalho.

De acordo com Picolli e Camini, a questão do ler e escrever com competência e precisão já circula nos meios acadêmicos e também está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, prevalecendo como o ápice do ensino. Mas infelizmente alguns educadores prejudicam esse processo, fazendo com o que o aluno se distancie do saber e acabe por ser excluído em determinadas situações perante a sociedade (PICOLLI; CAMINI, 2013).

A figura abaixo apresenta o tipo de história que deve ser contada de acordo com a faixa etária e interesse da criança:

**QUADRO 02:** Faixa etária e interesses da criança por histórias.

#### A MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pré-escolares	Até 3 anos: fase pré-mágica	- histórias de bichinhos, brinquedos, objetos, seres da natureza (humanizados).
	3 a 6 anos: fase mágica	- histórias de crianças. - histórias de repetição e acumulativas (Dona Baratinha, A formiguinha e a neve etc.). - histórias de fadas.
Escolares	7 anos	- histórias de crianças, animais e encantamento. - aventuras no ambiente próximo: família, comunidade. - histórias de fadas.
	8 anos	- histórias de fadas com enredo mais elaborado. - histórias humorísticas.
	9 anos	- histórias de fadas. - histórias vinculadas a realidade.
	10 anos em diante	- aventuras, narrativas de viagens, explorações, invenções. - fábulas, mitos e lendas.

Portanto, conforme figura acima, e levando em consideração as palavras de Coelho “a faixa etária é dividida em duas: pré-escolares e escolares. Na pré-escolar ainda existe uma subdivisão: fase pré-mágica e mágica” (COELHO, 1997, p. 15).

Sendo assim, na fase pré-mágica, como são crianças ainda muito novas, as histórias contadas precisam ser simples, mas muito atraentes e interessantes. De-

vem também possuir situações do dia a dia da criança: família, amiguinhos, brinquedos, animais de estimação, etc.). Já na fase mágica, a criança já cresceu um pouco e a sua imaginação começa a criar. Pode-se observar isso quando uma criança está brincando e conversando sozinha ao telefone, imitando bichinhos e até mesmo conversando com um amiguinho imaginário. Nesta fase, normalmente a criança solicita a mesma história várias vezes, e sempre com o mesmo interesse e satisfação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário insistir e investir para que a criança tenha o prazer de ler. E a literatura infantil e de forma geral é a grande ponte para se criar significativos hábitos de leitura, pois só assim, através da leitura, as pessoas poderão se descobrir conhecer a história da humanidade, saber como as coisas funcionam e saber mais de si mesmo e do mundo que se encontra em sua volta. Afinal, cada aluno inserido no mundo da leitura é um potencial cidadão e agente transformador de si mesmo e do mundo que o rodeia.

A Roda de Conversa vem mostrar e propor uma nova opção para os educadores que almejam não apenas alfabetizar seus alunos, mas, educá-los e contribuir para o processo de formação de cidadãos críticos, conscientes, autônomos e felizes.

É notório que a escola é um lugar que constrói e reconstrói conhecimentos, que se faz necessário dar prioridade à contação de histórias, uma vez que ela contribui na aprendizagem escolar em todos os aspectos: cognitivo, psicológico, físico, moral e social, proporcionando um maior aumento perceptivo no aluno.

Sobre suas vantagens, podem ser destacadas a aprendizagem de conteúdo, criatividade, comunicação, socialização, e a disciplina, aquisição de leitura e escrita. Desse modo o professor deve procurar desenvolver práticas de leitura que tenha por objetivo estimular o aluno a compreensão das ideias dos autores, buscar no texto elementos básicos e os efeitos de sentido, pois ao

contar histórias o professor estará proporcionando momentos de interação entre ele e seus alunos, uma vez que ao contar histórias o professor está mostrando as crianças como é o mundo em que vivem, ajudando-a a olhar, pensar e entender um pouco do mundo que a circunda.

Os resultados apontam que uma vez que a cultura é crucial para a aprendizagem, as histórias têm um papel fundamental na formação do papel do indivíduo na sociedade, tornando-se um recurso útil do ponto de vista didático, psicológico / terapêutico e pedagógico.

Por fim, do ponto de vista didático, fica cada vez mais evidente que leitura em rodinhas de conversa na educação infantil é fundamental para a formação de bons leitores e, portanto, o incentivo de pais e da escola é vista como essencial para seu desenvolvimento e formação.

### REFERÊNCIAS

AGUIAR, V.T. & BORDINI, M.G. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ARAÚJO, Andréia Mendonça de Araújo; LINHARES, Thays Medrado Linhares. Leitura literária e contação de histórias como prática educativa na formação de leitores. **Revista da Graduação UNIGOIÁS** – ISSN 2675-9705. Jan/Jun – 2021

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática; Unesco, 1991.

BARBOSA, Giovanna Asevedo Lago. A contação de história na educação infantil do distrito federal: o olhar para os projetos políticos pedagógicos e propostas pedagógicas. **Trabalho de conclusão de curso**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. Revista Prosa Verso e Arte, 2020.

COELHO, Betty. **Contar histórias – Uma arte sem idade**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CUNHA, Elaine Mara Repullio da. **Revista mais educação** [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Prof.ª Mestre Fatima Ramalho Lefone - Vol. 4, n. 5 (Julho 2021) -. São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2021.

DOMINGOS, Girlane Paula, et al. A importância da leitura na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.6. jun. 2021.

FARIAS, Fábila Teixeira; SILVA, Fabiana Maria da. A importância da contação de histórias como ferramenta pedagógica na educação infantil. **Revista Vox Metropolitana** - ISSN 2674-8673 - n. 04 - fev/ 2021.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** vol.97 no.247 Brasília set./dez. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. – São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

MACHADO, Ana Maria. **Ilhas no tempo**. 1 ed., São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2001.

MATEUS, A. N. B. et al. A Importância da Contação de História como Prática Educativa Na Educação Infantil. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, P.54- 69, 2013.

MARTINATI, Adriana Zampieri; SANTOS, Maria Salete Pereira; ROCHA, Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da. **O ensino fundamental de nove anos: análise das práticas pedagógicas através de teses e dissertações e suas implicações na educação da infância**. X Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 07 a 10 de novembro de 2011.

MEDEIROS, Márcia Félix da Silva. Sobre teorias e experiências de contação histórias na educação infantil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Paraíba, Dezembro – 2021.

MORAIS, A. Gomes. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Simone Alves de. Literatura infantil e o imaginário da criança. **Revista mais educação** [recurso eletrônico]

[recurso eletrônico] / [Editora chefe] Prof.ª Mestre Fatima Ramalho Lefone - Vol. 4, n. 8 (Outubro 2021) -. São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2021.

PICOLLI, L; CAMINI, P. **Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade**. Porto Alegre: Edelbra, 2013.

SANTANA, Keila Cristina Alves. A importância da contação de histórias na educação infantil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Aparecida de Goiânia – Goiás, 2018/2.

SANTOS, Andréia de Araújo; OLIVEIRA, Rosemary Lapa de. Contação de histórias: algumas considerações sobre suas concepções. **Revista OLHARES**, v. 9, n. 2 – Guarulhos, agosto de 2021.

SANTOS, Benedita Macedo dos; FLEXA, Conceição Trindade da Silva. A leitura infantil como recurso pedagógico nas aulas de educação infantil. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Belém – PA, abril – 2017.

SANTOS, Luciene Suzarte; TRINDADE, Maria José Silva Almeida. A arte de ler e contar história para alfabetizar. **Revista mais educação** [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Prof.ª Mestre Fatima Ramalho Lefone - Vol. 4, n. 6 (Agosto 2021) -. São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2021.

SILVA, Silvana Evangelista Braga da. A contribuição dos contos de fadas nas práticas pedagógicas do professor das séries iniciais do ensino fundamental. **Monografia**. Mariana – MG, 2020.

SILVA, Josimária Fernandes da. A contribuição da leitura de histórias infantis no processo ensino aprendizagem. **Trabalho de Conclusão de Curso**. João Pessoa – PB, 2019.

SOUZA, Neide Figueiredo de. A contação de história como recurso para a formação de leitores: proposição de práticas leitoras para os anos iniciais do ensino fundamental. **Dissertação de Mestrado**. Frederico Westphalen, 09 de abril de 2021.

SOUZA, Aline Macedo de; FRANCISCO, Odair Benedito. Contação de histórias: um recurso pedagógico no desenvolvimento da linguagem. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, p.40-51 jan/mar 2017.

**CORRELAÇÃO DA SONOLÊNCIA DIURNA COM A ESCALA DE SONOLÊNCIA DE EPWORTH EM ALUNOS DE ENSINO MÉDIO**  
**CORRELATION OF DAYTIME SLEEPINESS WITH THE EPWORTH SLEEPINESS SCALE IN HIGH SCHOOL STUDENTS**

Mario Adelino Miranda Guedes <sup>1</sup>

**RESUMO**

**Objetivos:** Estabelecer a correlação da sonolência diurna com a Escala de sonolência de Epworth dos alunos finalistas do ensino médio do Liceu “2032” no distrito de Ramiros. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, observacional, com a abordagem qualitativa e quantitativa. Para a colecta de dados foi utilizado o questionário autoaplicável, “a Escala de Sonolência de Epworth”. **Resultados:** Participaram desta pesquisa um total 105 alunos da 12ª classe com a idade média 17,8, Desvio Padrão (DP=4,2; EPM  $\pm 0,16$ ) anos dos quais 56,3% eram do período da tarde ao passo que 43,7% do período noturno. A medida de vigiância avaliada pela Escala de Sonolência de Epworth (ESE) revelou uma proporção significativa de alunos (77,6%) com escores entre 0-10 pontos, o que indica Sonolência diurna Leve, 16,8% nos escores entre 11 -15 pontos, com Sonolência Diurna Excessiva e 5,6% com Sonolência diurna Severa. A estratificação da média (m) da sonolência diurna, foram:  $8,7 \pm 1,91$  EPM para a SDL ;  $m = 4,1 \pm 0,01$  EPM para a SDE;  $m = 2,3 \pm 0,31$  EPM para a SDS. A média global da Sonolência diurna excessiva nos alunos pesquisados foi de 5,03 pontos, o que indica baixo índice de sonolência diurna. **Conclusão:** Tal resultado pode ser indicativo da correlação da sonolência diurna dos alunos com os, critérios consignados na Escala de Sonolência de Epworth. **Sugestões:** - Necessidade de realização de pesquisas similares com outras amostragens, a fim de se confrontarem resultados e análise da tendência do fenómeno em análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sonolência Diurna; Escala; Correlação.

**ABSTRACT**

**Objectives:** To establish the correlation of daytime sleepiness with the Epworth Sleepiness Scale of high school seniors at “2032” Lyceum in the district of Ramiros. **Methodology:** Descriptive, observational research, with a qualitative and quantitative approach. For data collection we used the self-administered questionnaire, “the Epworth Sleepiness Scale. **Results:** A total of 105 students from the 12th grade participated in this research, with a mean age of 17.8, Standard Deviation (SD=4.2; SEM  $\pm 0.16$ ) years, of which 56.3% were from the afternoon period, while 43.7% of the night shift. The measure of vigilance evaluated by the Epworth Sleepiness Scale (ESS) revealed a significant proportion of students (77.6%) with scores between 0-10 points, which indicates Mild Daytime Sleepiness, 16.8% in scores between 11 -15 points, with Excessive Daytime Sleepiness and 5.6% with Severe Daytime Sleepiness. The stratification of the mean (m) of daytime sleepiness were:  $8.7 \pm 1.91$  SEM for SDL;  $m = 4.1 \pm 0.01$  SEM for SDE;  $m = 2.3 \pm 0.31$  EPM for the SDS. The global average of Excessive Daytime Sleepiness in the surveyed students was 5.03 points, which indicates a low rate of daytime sleepiness. **Conclusion:** This result may be indicative of the correlation of students' daytime sleepiness with the criteria set out in the Epworth Sleepiness Scale. **Suggestions:** - Need to carry out similar research with other samples, in order to compare results and analyze the trend of the phenomenon under analysis.

**KEYWORDS:** Daytime Sleepiness; Scale; Correlation.

<sup>1</sup> Doutorado em Educação pela ACU - Absoulute Christian Unversyty. Mestre em Ciências de Educação pela Unixavier. Licenciado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-mail:** marioguedes1973@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O sono é um comportamento reversível de desligamento da percepção ao ambiente necessário para a manutenção da saúde física e cognitiva, tendo um papel importante na consolidação do aprendizado e no desenvolvimento dos estudantes. Tem função restauradora essencial e, importante papel na consolidação da memória (Diana; Pereira; Azevedo et al 2020).

Segundo Bertollazi (2012), a qualidade de sono é fundamental no estabelecimento de diversas funções humanas, principalmente, nos processos cognitivos e de memória. O impacto da má qualidade de sono começa a recair precocemente, sobretudo, nos alunos finalistas de ensino médio devido à ansiedade de ingresso ao Ensino Superior, onde poderão adaptar-se a um novo estilo de vida. A falta de uma ótima noite de sono acarreta problemas graves à nossa saúde psicológica, podendo causar ansiedade, depressão, estresse, entre outros. Especialistas recomendam que se durma entre 7 e 9 horas por noite.

A sonolência diurna excessiva (SDE) ou hipersonia é definida como a incapacidade da pessoa se manter acordada ou alerta durante os principais períodos de vigília do dia, resultando em sonolência e lapsos de sono não intencionais e afecta cerca de 20% da população geral. No contexto escolar, a compreensão desse processo é essencial para garantir que as aulas sejam eficientes. Entretanto, existem poucas pesquisas que buscam relacionar esse comportamento ao aprendizado, principalmente no que diz respeito à relação aos aspectos educacionais. Em sala de aulas, é possível observar os mais variados perfis de comportamento, e cabe ao professor em conjunto com a escola encontrar os melhores meios de fazer com que os seus alunos aprendam, (Bório; Nathalia 2020).

Dessa forma, a população que cursa o nível secundário é na sua maioria adolescente/ jovem, podendo apresentar maior privação de sono com

tendência à excessiva sonolência durante o dia, tendo como consequência, problemas de memória, diminuição do rendimento escolar, problemas comportamentais, tensão, ansiedade, pelo que necessitam de maior atenção em relação às suas queixas de sono para que a prevenção e diagnóstico precoce de distúrbios possam acontecer (Hélida; Goncalves; Santos; 2015).

Diante deste contexto, a presente pesquisa visou estabelecer a correlação da sonolência diurna com Escala de sonolência de Epworth dos alunos finalistas do ensino médio do Liceu “2032” no distrito de Ramiros, a Sudoeste de Luanda em Angola.

## METODOLOGIA

Pesquisa descritiva, observacional, prospectiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, na qual se procurou estabelecer a correlação da sonolência diurna com a Escala de Sonolência de Epworth dos alunos do ensino médio do “Liceu 2032”, no distrito urbano dos Ramiros em Luanda, em uma amostra de 105 sujeitos das turmas da 12ª classe, por meio de uma amostragem não probabilística do tipo casual simples, no período de uma semana”.

Foram levantadas variáveis sociodemográficas (idade, sexo, proveniência) e conseqüentemente aplicadas à escala de sonolência de Epworth validada em pesquisas internacionais (BERTOLLAZI 2012; FONSECA, 2010), para avaliar a qualidade de sono. Esta escala foi planejada como um questionário simples, de fácil aplicação, com o intuito de fornecer uma medida geral do grau de sonolência diurna. Na aplicação desta escala solicitou-se o aluno para estimar a tendência de adormecer em oito situações monótonas da vida diária. Os critérios de inclusão do estudo foram: estar matriculado nessa instituição escolar, na 12ª classe, nos turnos da tarde e noite e ter a idade compreendida entre os 13 aos 18 anos, assinar os questionários de colecta de dados. Foram excluídos aqueles alunos que

não aceitaram participar voluntariamente na pesquisa. A pesquisa cumpriu com as normas constantes na ACU.

A colecta de dados ocorreu durante o 1º trimestre do ano lectivo 2021/2022, 8(oito) semanas, pelo que foram simplesmente necessários uma semana para a utilização das ferramentas da colecta de dados. Os questionários foram preenchidos pelos alunos de cada turma durante o período de aulas proposto no plano de amostragem. Para a análise de dados foi utilizada a estatística descritiva com o uso das medidas de tendência central, o que permitiu determinar a média aritmética, da média (m), Desvio padrão (DP) e frequência e o Erro Padrão Médio (EPM). (A média de vigiidade para as três categorias de padrões de sonolência foi obtida:

1º)- Totalidade de alunos com Sonolência Diurna Leve (SDL), na pontuação de 0-10; 2º)- Totalidade de alunos com Sonolência Diurna Excessiva (SDE) na pontuação de 11- 15 e 3º) – Totalidade de alunos com Sonolência Diurna Severa (SDS) entre 16 - 24. Foi posteriormente determinado o valor médio para cada categoria (m), o que possibilitou determinar os padrões de sonolência diurna, em leve, excessiva e severa respectivamente. A média global da sonolência nos alunos pesquisados foi determinada através da média aritmética das três categorias, o que permitiu calcular o índice de sonolência dos alunos.

## RESULTADOS

A avaliação dos padrões de sono nos alunos pesquisados foi realizada com base na comparação dos resultados dos períodos das turmas da 12ª classe de tarde e noite. Foram entrevistados 105 alunos com a utilização da escala de sonolência de Epworth. Em relação ao género, 50,7% era do sexo feminino e 49,3% masculino. A escala de sonolência de Epworth permitiu avaliar os padrões de sono nos alunos investigados. É um instrumento simples e validado internacionalmente que permite avaliar a sonolência diurna no contexto da

vivência de situações do quotidiano. Trata-se de uma avaliação subjetiva, porém, rápida, sem custos e simples de ser aplicada. Foram aqui considerados 8(oito aspectos) inerentes a probabilidade que os alunos tiveram de adormecerem em situações do quotidiano. A medida de vigiidade diurna avaliada pela Escala de Sonolência de Epworth (ESE) revelou uma proporção significativa 77,6% com escores entre 0-10 pontos, e que indica Sonolência Diurna Leve.

Já o percentual de 16,8% dos pesquisados apresentando escores entre 11 e 15 pontos, caracterizou o estado de Sonolência Diurna Excessiva (SDE) e o percentual 5,6% dos pesquisados, com escores entre 16 e 24, indicou Sonolência Diurna Severa (SDS).

Na interpretação desta escala em função da estratificação dos alunos em função do grau de sonolência:  $m = 8,7 \pm 1,91$  EPM para a sonolência diurna leve; o escore mínimo é 0 e o máximo 24;  $m = 4,1 \pm 0,01$  EPM para a Sonolência Diurna Excessiva;  $m = 2,3 \pm 0,31$  EPM. Para a SDS. A média global da Sonolência diária excessiva nos alunos pesquisados foi de 5,03 pontos, o que indica baixo índice de sonolência diurna. Tal resultado pode ser indicativo de alunos com boa vigiidade, no aspecto da sonolência diurna.

## DISCUSSÃO

A amostra de alunos pesquisados constituiu-se predominantemente por sujeitos do género feminino, com 50,7% do universo populacional e uma média de idade de 17,8 anos. No que concerne à proveniência dos alunos participantes da pesquisa, foi notório que 86% dos mesmos residem na vila dos Ramiros e áreas circunvizinhas o que pode estar associado ao facto de ser a única escola de ensino médio pública na localidade. A este facto se pode associar os factores socioambientais da amostra em causa.

Os resultados deste estudo mostram que grande parcela dos alunos apresentou-se com boa vigiidade, ou seja, com 5,03 pontos de acordo com os

critérios da Escala de Sonolência de Epworth, corroborando com Mazzilli (2018) numa pesquisa sobre o sono e sonolência em adolescentes e jovens do ensino médio e Paraná e sem correlação com Martini (2012), no qual 51,7% da amostra se apresentou uma qualidade de sono ruim. Em outro estudo realizado na cidade de Filadélfia, com alunos de ensino médio de 12 a 18 anos de idade, foi observado que os adolescentes tinham entre 8 a 10 horas de sono, porém, apresentavam-se com boa vigília diurna.

Não obstante os resultados de esta pesquisa apresentar bons indicadores de sono na população estudada mostram, no entanto, a necessidade de se repensar em alternativas e estratégias pedagógicas que possam intervir na minimização dos efeitos inerentes a alterações dos padrões de sono, através de introdução de programas de educação sobre o sono.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil comportamental dos alunos em relação ao seu padrão de sono pode afetar o seu aprendizado, uma vez que para que o mesmo seja efetivo é necessário que o corpo esteja em equilíbrio. De acordo com os resultados obtidos na presente pesquisa, conclui-se que, segundo o índice da qualidade de sono avaliado pela Escala de Sonolência de Epworth, mais de metade dos alunos pesquisados são considerados bons dormidores. Não obstante a esta constatação, é notório que estes alunos mostram certa vulnerabilidade aos efeitos das alterações de seus padrões de sono noturno, uma vez que, estão sempre expostos a determinados comportamentos de risco, como resultado da própria globalização que jogam um papel crucial no âmbito dos factores externos.

A partir dos resultados deste estudo, observou-se que os alunos da 12ª classe desta escola possuem boa qualidade de sono, o que pode ser evidenciado com a boa vigília dos mesmos durante o dia. Com este estudo pode se verificar que mais de metade dos alunos

avaliados apresenta boa vigília. Esta qualidade está associada à média de pontuação da sonolência diurna pela aplicação da escala de sonolência de Epworth. Os resultados foram positivos junto aos estudantes e foi possível concluir que essas informações devem fazer parte de orientações pedagógicas para todos os alunos da escola, bem como para suas famílias, especialmente quando a grande maioria dos pais ainda desconhece a relação entre o sono e a aprendizagem.

Ressalta-se a importância de novos estudos nesta população, com vistas à determinação de possíveis relações causais, e a necessidade de caracterização de seu ciclo circadiano enquanto alunos.

### SUGESTÕES

Que se desenvolvem outras pesquisas utilizando outros instrumentos de colecta de dados que permitem análises mais particularizadas sobre os padrões de sono em estudantes do ensino médio.

Os orientadores das instituições escolares devem oferecer intervenções cognitivas e comportamentais sobre a higiene do sono nos seus alunos;

A coordenação dos cursos administrados nos estabelecimentos de ensino médio devem avaliar programas curriculares, procurando melhorá-las e adequá-las às necessidades dos alunos com vista à maximização das habilidades de aprendizagem, sem interferências de problemas com o sono.

Desenvolver a mesma pesquisa em outra população com características semelhantes à estudada neste trabalho, visando a observância e confrontação dos resultados.

### REFERÊNCIAS

Almeida; Luan; Marques et al. Influências da qualidade do sono sobre a aprendizagem no ensino de Ciências. **Artigo original**- Volume 36- 109 edição. 2019.

Araújo; Montella; Ristov. Et al. Influência do sono na qualidade de vida e no desempenho acadêmico de estudantes de Medicina. **Centro Universitário de Anápolis- Universidade Evangélica**. Revista Educação em Saúde. Goiana. Brasil, 2019.

Bertolazi et al. Validação da Escala de Sonolência de Epworth em português para o uso no Brasil. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**. S.Paulo, Brasil, (2012).

Barbosa; Batista; Bianca et al. Prevalência de sonolência diurna excessiva e factores associados em adolescentes da coorte RPS em São Luis. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rio de Janeiro. 2020.

Borio; Nathalia. Sonolência diurna excessiva. **Clínica médica e Pneumologia**. Hospital Isrealita Albert Einstein. 2020.

Diana; Pereira; Azevedo et al. Sono, aprendizagem e desempenho escolar em adolescentes: **Possibilidade de intervenção desde a saúde e educação**. Revista da sociedade brasileira de Neurologia. Brasil, 2020.

Feitosa; Pereira; Silva et al. Estresse, qualidade do sono e sonolência diurna em estudantes de Medicina. **Universidade Evangélica**. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro. Brasil. 2018.

Fonseca Daniela et al. Avaliação da qualidade do sono e sonolência excessiva diurna em mulheres idosas com incontinência urinária. **Revista Brasileira de Neurociências**. Campinas, Brasil (2010).

Giovanna. Sono e desempenho acadêmico. **Saúde mental**. UFRGS, Brasil. 2018.

Hélida; Gonçalves; Santos et al. Relação da qualidade de sono e rendimento acadêmico nos graduandos do curso de Medicina. **Brazilian Sleep Society**. São Paulo, Brasil. 2015.

Jobim; Alceu. Estatística descritiva. **Mayamba editora**. 1ª edição. Luanda 2017.

Lenise; Mónica; Efeitos da sonolência excessiva diurna ou da insônia associadas à apneia obstrutiva do sono no risco cardiovascular: **um estudo longitudinal de base populacional**. UFSP. São Paulo. 2018.

Martini. Brandalize; Pereira. Factores associados à qualidade do sono em estudantes de Fisioterapia. **Artigo original**. Scielo. 2012.

Mazzilli; Felden; Sono e sonolência diurna em adolescentes do ensino médio. **Teses de Doutorado**. Universidade Federal do Paraná. Brasil, 2018.

Rainho; Martine. Sono e aprendizado. **Região de Leiria**. 2019.

Santos; Avaliação da influência do sono e turno escolar no desempenho acadêmico dos alunos do 6ª e 7ª anos de escolas públicas da cidade de Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Brasil 2020.

Silva; Ivanildo; Siqueira et al. Qualidade do sono e sonolência diurna entre estudantes universitários de diferentes áreas. **Neurociências**. São Paulo, Brasil.

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES:  
O CONTEXTO LATINO-AMERICANO E A SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL**  
**CONTINUOUS TEACHER EDUCATION: THE LATIN AMERICAN CONTEXT  
AND ITS INFLUENCE ON BRAZIL**

Glaydson Barreto Reis <sup>1</sup>

**RESUMO**

O contexto latino-americano possui particularidades em relação a formação de professores, logo pesquisas permitem o entendimento deste cenário. O presente trabalho realizou um estudo bibliográfico e narrativo, através do acesso em bases de busca (Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online*) para entender as políticas educacionais na América Latina e a influência no contexto brasileiro, no que se remete a formação de professores. Observou-se que melhorias no sistema educacional na América Latina ocorreram principalmente no meio do século passado, visto a influência de organismos internacionais e o atendimento dos interesses do capital. No Brasil, avanços importantes se deram na década de 80, em razão do processo de democratização e apoio de agências multilaterais. A formação continuada de professores é entendida como um meio para se promover melhorias na educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Continuada, América-Latina, Políticas.

**ABSTRACT**

The Latin American context has particularities in relation to continuing education of teachers, so research allows understanding this scenario. The present work carried out a bibliographical and narrative study, through the access in search bases (Google Academic and *Scientific Electronic Library Online*) to understand the educational policies in Latin America and the influence in the Brazilian context, in relation to continuing education of teachers. It was observed that improvements in the educational system in Latin America occurred mainly in the middle of the last century, given the influence of international organizations and the interests of capital. In Brazil, important advances were observed in the 1980s, due to the democratization process and support from multilateral agencies. The continuing education of teachers is understood as a way to improve education.

**KEYWORDS:** Continuing Education, Latin America, Policies.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University - Flórida – USA. Mestre em Educação pela Fundação Universitária Ibero-Americana. Pós-Graduado em Gestão Pública em Saúde pela UNICENTRO - Universidade do Centro-Oeste – PR. Pós-Graduado em Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdades Anhanguera. Pós-Graduado em Docência para o Ensino Médio. Técnico e Superior pelas Faculdades de Pinhais. Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário de Santo André. Tecnólogo em Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública pela Escola Superior de Sargentos da PMESP. Pós-Graduado em Bombeiros para Sargentos pela Escola Superior de Bombeiros da PMESP. Docente no curso de Enfermagem do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - UNIFIO. Docente no curso de Pós-Graduação em Urgência e Emergência das Faculdades Anhanguera. Docente no curso de Pós-Graduação em UTI das Faculdades Anhanguera. Professor de Suporte Básico de Vida pelo National Safety Council - EUA. Título de Advanced Cardiac Life Support pela American Heart Association. Sargento do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo. E-mail: reis\_gb@yahoo.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/7515190818258918

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, uma série de investigações tem sido conduzidas na literatura para se verificar os principais aspectos ligados a formação complementar dos docentes em exercício, sejam eles atuantes na educação básica, no ensino superior ou mesmo em instituições voltadas para a formação técnica e/ou tecnológica.

O contexto de grandes mudanças vivenciado atualmente incide em uma série de desafios (e.g. mudanças tecnológicas, contexto social, desenvolvimento econômico) e faz necessária o redimensionamento das práticas desempenhadas pelos professores (Vasconcelos e Oliveira, 2017). Ademais, a formação dos docentes acaba sendo influenciada por tal processo e o processo de sua formação deve ser repensado.

Esforços voltados para o debate das questões ligadas a formação dos docentes e toda a sua compreensão ganharam espaço da década de 80, período onde iniciou-se a incorporação de outros elementos como aspectos culturais e até mesmo as dimensões subjetivas decorrentes do processo (Cunha, 2013). Logo, o entendimento destes processos possibilita a compreensão das políticas vigentes atualmente.

O grande crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas aliado ao grande aumento do número de professores demanda cada vez mais a formação continuada e a condução de avaliações que visem verificar como esse processo está ocorrendo, bem como a sua contribuição para o aumento da eficiência dos docentes (Yoo, 2016).

A formação continuada dos docentes assume extrema importância porque permite ao sujeito a obtenção de novos conhecimentos mediante o processo reflexivo em que o mesmo é inserido, grande possibilitador da reconstrução e da busca de novos significados no que tange ao exercício da profissão, que

ocorre em um ambiente não marcado pela necessidade constante de atualizações (Ferreira e Santos, 2016).

Um outro aspecto que merece destaque é o fato de que a formação continuada dos professores deve ser associada a expansão quantitativa que tem ocorrido nas últimas décadas, sempre se pautando na qualidade desse processo (Correa et al., 2017).

Devido a influência internacional, pode ser evidente similaridades entre os desdobramentos e ações políticas educacionais nos países latino-americanos no que se remete à formação continuada dos professores, visto questões históricas, a condução de reformas curriculares e o discurso de aperfeiçoamento dos profissionais (Furlan & Marin, 2021).

Estas reformas educacionais na América Latina possuem relação direta com a reestruturação do Estado e também com o processo de globalização, o principal intuito foi atender aos interesses do neoliberalismo, que implicou na alteração de leis para atender aos interesses do capital (Bobato & Ferreira, 2021).

## OBJETIVO

O presente trabalho tem como objetivo trazer elementos que favorecem o entendimento das políticas educacionais na América Latina em relação à formação continuada de professores, bem como a influência no contexto brasileiro.

## MÉTODOS

A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico narrativo e descritivo, semelhante ao realizado por Roman et al. (2017). Buscando compreender o contexto da formação continuada de professores na América Latina e a sua relação com o Brasil, foram realizadas buscas em bases de dados, como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Google Acadêmico.

Foram utilizados artigos científicos e documentos que tratassem sobre o tema, de modo a favorecer o estabelecimento das relações pretendidas. A narrativa foi construída somente com artigos e documentos que atenderam ao escopo da pesquisa.

### **CONDIÇÕES E PARTICULARES DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO**

Na América Latina, para que ocorressem, as estratégias adotadas na educação demandavam que a realização da capacitação dos recursos humanos envolvidos nos diversos níveis, situação que ocorreu principalmente durante a Guerra Fria (principalmente entre a década de 60 e 80) com o intuito de promover melhorias na educação, ter mão de obra qualificada e melhorar a alfabetização (Álvaro-Prada et al., 2010). Ademais, a influência das ações educativas por parte do Banco Mundial visava garantir a hegemonia estadunidense e disseminação da cultura de paz e atenuação da pobreza, ocorrendo com maior intensidade de 90 (Silva, 2016).

O contexto latino americano era marcado por uma realidade precária e grande parcela da população não possuía acesso as condições sociais consideradas mínimas, assim, a adoção das políticas voltadas para a educação buscaram promover a expansão da escolarização básica (i.e. ensino fundamental e ensino médio) e a sua massificação, além da promoção da descentralização pedagógica e administrativa do modelo de gestão vigente (Carvalho et al., 2019). O principal intuito foi promover um processo de padronização do sistema educativo, além de ocorrer a redefinição do trabalho que é desempenhado pelos professores (Souza, 2016).

Apesar das ações desempenhadas pelo Banco Mundial, os problemas de ordem social existentes na América Latina não foram sanados e as desigualdades e diferenças sociais, a pobreza acabou sendo intensificada e o modelo neoliberal não conseguiram resolver os

problemas existentes (Carvalho et al., 2019). Nesse mesmo sentido, cabe ressaltar o fato de que os países latino-americanos possuem posições políticas e pedagógicas diferentes e a complexidade acerca da estrutura curricular e a jornada escolar não podem ser abordadas através de um modelo universal (Silva, 2017). Pode-se inferir que o processo de formação dos docentes acabou sendo influenciado por tal contexto de mudanças promovidas e políticas implementadas.

Ainda no que se refere a América Latina, merece ênfase o fato de que a qualidade dos professores e os resultados advindos dos alunos são muito insuficientes e possíveis relações podem ser estabelecidas com as diferenças existentes entre os países, principalmente em função de fatores como o desenvolvimento econômico e a força das instituições de ensino (Navarro e Verdisco, 2000). De acordo com esses autores, a educação na América Latina foi restrita para a elite e em relação ao docente, os treinamentos e pacotes voltados para a formação se tornaram uma exceção e passaram a compor parcela dos pacotes de investimentos ligados a educação.

Alguns pontos marcantes na América Latina consistem em uma combinação de elementos que contribuem efetivamente para que ocorra uma má qualidade do processo de formação educacional, visto as condições inadequadas existentes e a forte influência histórica (Freitas, 2007).

Em alguns países da América Latina, os Estados têm realizado políticas descentralizadas voltadas para a formação dos docentes, propiciando a criação de instituições e parcerias com instituições privadas para que ocorra o desenvolvimento de incentivos de ordem econômica e seja promovida a educação continuada (Álvaro-Prada, 2001). Segundo os autores, alguns países da América Latina (Chile, Paraguai) têm realizado a municipalização da educação.

Os modelos educacionais sofreram forte interferência do neoliberalismo nos últimos séculos, na América Latina, a situação não foi diferente e este

modelo foi implementado durante ditaduras (e.g. Chile) ou através de intervenções realizadas em países endividados (Argentina, Brasil, México) através do Banco Mundial, bem como o Fundo Monetário Internacional (Tavares e Gomez, 2018). De acordo com os mesmos autores, os países na América Latina são caracterizados pelo movimento de afastamento de indivíduos quanto a educação e a existência de modelos contra-hememónicos.

Tendo em vista a América Latina, vários organismos internacionais criaram ramificações para prover formas de apoio, dentre as instituições criadas merecem destaque no campo da educação a Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC) (Frigotto e Ciavatta, 2003).

Alguns países da América Latina possuem suas políticas educativas voltadas a formação dos docentes derivadas de constituições, pode-se citar como exemplo a Colômbia (Projeto Educativo Institucional, Movimento Pedagógico), o Chile (Estatuto dos Profissionais da Educação - documento que dispõe sobre a regulamentação dos profissionais da educação; Programas da Reforma Educacional; MECE Meia; 990 escolas; Projeto 5000 Ideias) (Álvaro-Prado, 2001).

A formação continuada pode ser promovida de forma a transformar a prática dos docentes e permitir a apropriação das possibilidades e a compreensão de eventuais desconfortos (Franco, 2008). Um dos primeiros programas de educação voltados para docentes foi implementado na Costa Rica, no ano de 1987 (Navarro e Verdisco, 2000). Posteriormente, outros programas surgiram no Brasil, Peru, Chile e Venezuela (Navarro e Verdisco, 2000).

Esta modalidade de formação voltadas para os docentes pode ser entendida como a realização de uma ação contínua com o intuito de qualificar práticas e possibilitar o processo de construção do conhecimento, porém tal modelo da complementação é composto por uma sequência de ações isoladas durante a vida profissional do docente (Martins e Mangan, 2015). A

autonomia do docente também deve ser favorecida pela formação continuada e considerar a bagagem do profissional, elevando assim, a qualidade da educação (Álvaro-Prado, 2001, Gatti, 2014).

Com a queda do muro de Berlim ocorreu (no campo da educação) modificações nos sistemas educacionais com o intuito de atender as demandas do sistema econômico vigente e possibilitar a democratização do conhecimento, diversos organismos de caráter internacional realizaram publicações abordando os aspectos pedagógicos (Frigotto e Ciavatta, 2003). Dentre as ações que ocorreram, merecem destaque: (i) Conferência Mundial sobre Educação para Todos nos anos 90; (ii) a Declaração de Jomtien assinada por mais de 150 países; (iii) reformas promovidas pela UNESCO e o Banco Mundial; (iv) ações da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (Frigotto e Ciavatta, 2003).

Por sua vez, na década de 90 ocorreu um grande avanço do neoliberalismo, fator que desencadeou forte mudanças no sistema capitalista e desfavoreceu as utopias solidárias existentes na época, bem como promoveu o Estado mínimo e tornou o mercado como o principal regulador das relações humanas, o que influenciou a educação, que trouxe o neotecnicismo pedagógico como uma resposta para o cenário vivenciado (Cunha, 2013).

Anteriormente a implementação das Diretrizes Curriculares no início dos anos 2000, no Brasil, as licenciaturas seguiam uma fórmula largamente conhecida como três mais um, onde durante três anos eram abordados aspectos ligados a formação específica e no último ano somente era ministrado elementos ligados à prática pedagógica de fato (Fernandes e Cunha, 2013).

Durante o ano de 2012, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) lançou o documento intitulado "Antecedentes e critérios para a elaboração de políticas docentes na América Latina e Caribe" (do inglês: *Background and*

*Criteria for Teachers' Policies Development in Latin America and the Caribbean).*

O documento possui duas grandes partes, a primeira diz respeito ao estado da arte das políticas docentes na região, já a segunda remete aos critérios e diretrizes para o desenvolvimento de políticas docentes. Em relação aos aspectos abordados, eles são os seguintes: (i) as características gerais dos educadores e a sua organização; (ii) o treino inicial dos docentes; (iii) a educação continuada; (iv) a carreira docente; (v) instituições e processos das políticas docentes: desafios e questões abertas; (vi) diretrizes iniciais para o desenvolvimento do treinamento; (vii) diretrizes para a educação continuada; (viii) diretrizes para a carreira docente e (ix) diretrizes nas instituições e processos de políticas docentes (Unesco, 2012).

No que se refere a educação continuada, a Unesco dá importância e enfatiza tal processo em várias passagens do documento.

#### **ANTECEDENTES E A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSORADO NO BRASIL**

No Brasil, durante a Era Vargas em 1934, passou a ser competência da União o Plano Nacional de Educação (PNE) e posteriormente, durante o ano de 1962 foi elaborado o primeiro PNE (Nogueira e Rodrigues, 2014).

O atual sistema de ensino vigente no Brasil tem como sua principal origem a Constituição Federal vigente, datada de 1988. De acordo com a Carta Magna, a educação passou a ser um direito social (Artº 6) e compete aos diferentes níveis administrativos (Art. 22, 23, 24 e 30) legislar matérias relacionadas com essa grande temática. Além disso, a Constituição Federal estabelece alguns apontamentos que devem ser assegurados para o magistério (e.g. formação, carreira).

Durante as décadas de 70 e 80, algumas reformas educacionais acabaram sendo implementadas na América Latina e na Europa (Libâneo, 2004). Em se

tratando de das políticas públicas nacionais voltadas para a formação continuada dos docentes, a base legal é provida pela LDB 9394/96, mecanismo que regulamenta o disposto na Carta Magna, que determinou a necessidade do aperfeiçoamento continuado dos professores (Álvaro-Prada, 2007).

Durante a década de 30, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos realizou o desenvolvimento de ações voltadas para a formação continuada no país seguindo as tendências pedagógicas; na década de 60 tais ações passaram a ocorrer através de treinamentos curtos e reciclagens; na década de 70 o caráter assumido voltado para o aperfeiçoamento e capacitação; já nos anos 80 o foco se deu sobre questões de organização; por sua vez, durante a década de 90 tendências da vertente sociológica são incorporadas no processo (Romanowaki e Martins, 2010).

Libâneo e Pimenta (1999) enfatizam em seu trabalho a influência exercida pelos 21 anos do regime de ditadura militar, que repercutiu em uma série de impactos, tanto no campo político e no educacional. Posteriormente, a reformulação dos cursos voltados a formação dos docentes teve como marco importante a I Conferência Brasileira de Educação, que ocorreu na década de 80 em São Paulo, local onde discussões foram promovidas para lidar com a problemática relacionada aos problemas enfrentados pela formação dos educadores e fatores ligados à licenciatura (Libâneo e Pimenta, 1999).

Alguns eventos desempenharam um importante papel no que se refere aos aspectos ligados aos docentes no que tange a discussões e espaços para debates de ordem acadêmica e política, dentre eles merecem destaque: (i) eventos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; (ii) Conferência Brasileira de Educação e (iii) Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Cunha, 2013).

Silva (1996) reforça que a capacitação docente no Brasil ganha campo nas últimas década do século

passado, porém o treinamento conduzido pautava-se principalmente em aspectos ligados ao comportamento e considerava uma perspectiva tecnicista para direcionar o docente a um processo reflexivo ao longo de sua formação para lidar com a problemática da qualidade do ensino ofertado no país e a inexistência de mecanismos normativos voltados para a formação do docente conforme as reais necessidades demandadas pelo sistema brasileiro de ensino na época.

Antes da instituição da Lei nº 9.394/1996, a formação continuada dos docentes era conduzida principalmente por instituições de ensino superior que não eram universidades e que funcionavam de forma precária, entretanto, a qualidade do processo desenvolvido não era assegurada (Gatti, 1992).

A Lei nº 9.394/1996 foi um importante marco brasileiro na educação, instituiu as diretrizes básicas da educação em todo o território nacional. Tal mecanismo estabelece quais processos são abrangidos pela educação e prevê disciplina para a educação escolar, sem contar as condições em que o ensino deve ser ministrado (e.g. pluralismo de ideias, igualdade de acesso e permanência, gratuidade, qualidade, diversidade).

Ao abordar o direito à educação, o referido mecanismo estabelece que o Estado deve prover educação escolar pública, na faixa de idade compreendida entre os 4 e 17 anos, compreendendo a educação básica (conforme redação dada pelas leis complementares e /ou resoluções específicas).

Ademais, a formação contínua também é abordada na lei. A educação deve colaborar para a formação continuada dos diplomados e a capacitação dos docentes que atuam no magistério pode ser realizada a distância através do emprego de tecnologias. Ainda cabe destacar a garantia estabelecida no que se refere a formação continuada dos docentes em instituições ligadas ao ensino superior ou na educação básica, o acesso se destina aos profissionais que atuam

na rede de educação pública nos diferentes níveis administrativos.

Por sua vez, o Decreto n. 6.755/2009 é o dispositivo normativo responsável por instituir a Política Nacional do Magistério da Educação Básica (PNMEB). Esta política possui alguns princípios que deixam explícito que a formação docente é um compromisso do Estado em todas as etapas relacionadas à educação básica; a provisão de uma garantia que assegura os padrões de qualidade dos docentes formados; a busca pela articulação entre os aspectos práticos e teóricos da formação docente; a busca por uma articulação entre a formação inicial do docente a sua formação continuada e; a formação continuada consiste em um componente necessário para que a profissionalização dos docentes ocorra.

Percebe-se a melhoria do sistema educacional por meio das leis aprovadas e a necessidade de suporte para a promoção da formação continuada são abordados. De forma geral, busca-se uma valorização dos docentes atuantes na educação, a ampliação das oportunidades e a busca pelo desenvolvimento de profissionais pautados em uma perspectiva mais integrativa que considere os avanços tecnológicos.

No Brasil, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério de Educação Básica tem como foco a formação continuada de docentes ativos, situação que ocorre por meio da realização de programas que buscam suprir as demandas associadas com as necessidades, consideradas desafios para o trabalho docente (Gatti, 2014).

Outros aspectos abordados pela PNMEB que devem ser enfatizados é a criação de fóruns que devem prover apoio para a formação continuada e acompanhar estratégias/diretrizes e o plano estratégico, responsável pelos apontamentos que devem ser preconizados e refletir o cenário enfrentado.

As necessidades dos docentes no que se refere a formação continuada deve ser atendida através de atividades/cursos ministrados de forma presencial ou

não, sendo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior a responsável pelo fomento, bem como o apoio advindo do Ministério da Educação.

A Resolução CNE/CP1 de 2002 trouxe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Educação Básica.

Um importante marco foi a criação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores no ano de 2004, o Ministério da Educação atua como o coordenador e prove o suporte necessário, já as instituições constituem uma das partes integrantes da rede.

Um outro documento importante é a Resolução nº 2/2015, responsável pela instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Nele, são apresentados uma série de elementos que devem ser considerados durante o processo, incluindo elementos ligados à formação continuada. Esta, deve ser desenvolvida pelos municípios e estados conforme o disposto em outros mecanismos, além de realizar o preparo dos docentes atuantes nos diferentes segmentos da educação.

Basicamente, constata-se que a formação continuada dos docentes busca abordar uma série de processos envolvidos na atuação profissional e manter os profissionais atualizados, além de desenvolver a reflexão e ocasionar melhorias no sistema educacional, situação que pode contribuir positivamente para o processo de ensino-aprendizagem e melhoria dos indicadores educacionais.

Logo, o documento mostra que um dos focos abordados pelo PNE reside no fato de que a formação continuada dos docentes compõe um elemento indispensável para o exercício dos docentes e melhoria do ensino, valorização da cultura e a condução do processo de ensino-aprendizagem mediante a consideração de todo o contexto envolvido.

As políticas implementadas para a formação docente no Brasil vêm demonstrando problemas de articulação com os diferentes níveis administrativos

(União, Estados, Municípios) e questões burocráticas, assim como existem uma série de questionamentos acerca da qualidade dos cursos voltados para a formação continuada desses profissionais e houve um grande aumento do número de docentes nos últimos anos (Gatti, 2014).

Durante a formação continuada, o docente deve se desenvolver e obter uma ampliação dos seus saberes e dos significados de suas práticas (Oliveira e Silva, 2012). A qualidade do processo de formação possui uma relação direta com a formação dos docentes, o nível da formação ofertada é um fator chave para que tal processo ocorra de forma satisfatória (Unesco, 2012).

Com a atual reforma do ensino médio, o docente acaba tendo que assumir uma série atribuições que envolvem o planejamento e tutoria, situação que acaba por deixar a aprendizagem em um segundo plano (Kuenzer, 2017).

Ademais, salienta-se a Lei nº 14.113/2020 (aprova o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB), que contempla a formação continuada dos professores em seu conteúdo, visando a melhoria da qualidade do ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado, na América Latina nota-se a capacitação dos recursos humanos para a promoção de melhorias no sistema educacional, situação influenciada fortemente por agências multilaterais. Um aspecto marcante nesses países é que grande parte da população carecia de escolaridade mínima, logo a massificação do sistema educacional foi promovida e o sistema educacional foi padronizado. Diante das desigualdades sociais e do interesse do capital, organismos internacionais ofertaram apoio aos países latino-americanos e a formação continuada dos docentes foi uma forma de transformar a prática destes

profissionais. No Brasil, foi possível verificar algumas relações, visto que o país vivenciou um processo de democratização na década de 80 do século passado e reformas educacionais ocorreram, buscando a massificação do sistema e a formação de professores para atender às necessidades do mercado, além dos auxílios provenientes de agências multilaterais. Ademais, destaca-se a formação continuada dos docentes e o enfrentamento das problemáticas por eles enfrentadas no seu cotidiano de trabalho. Todavia, salienta-se que o enfoque adotado foi tecnicista, mas destaca-se a consideração da necessidade da destinação de recursos para a capacitação dos profissionais e melhoria do ensino. O presente trabalho possibilitou o estabelecimento de relações entre o contexto latino-americano e o Brasil, bem como trouxe o histórico de ações e mudanças que ocorreram nas últimas décadas.

#### REFERÊNCIAS

- Álvaro-Prada, L. E. (2001). **Formação continuada de professores: experiências em alguns países**. Revista Online da Bibl. 2(3), 97 - 116.
- Álvaro-Prada, L. E. A. (2007). **Dever e direito à formação continuada de professores**. Revista Profissão Docente 7(16), 110 - 123.
- Alvarado-Prada, L. E.; Freitas, T. C.; Freitas, C. A. (2010). **Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas**. Revista Diálogo e Educação, 10(30), 367 - 387.
- Bobato, F. C., & Ferreira, P. D. (2021). **Estudo comparado das políticas de formação continuada para professores: possíveis reflexões a partir do Brasil e da Argentina**. Revista Inter Ação, 46(1), 238-255.
- Carvalho, L. D.; Ramalho, B.; Santos, K. A. (2019). **O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres**. Educação & Realidade, 44(1), e80711.
- Correa, L. M.; Cunha, M. A. A.; Zanardi, T.; & Silva, L. O. P. (2017). **Escola como lócus da formação continuada e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: efeitos na vida dos professores**. Em Aberto, 30(98), 87 - 104.
- Cunha, M. I. (2013). **O tema da formação de professores: trajetórias e tendências e tendências do campo na pesquisa e na ação**. Educação & Pesquisa 39(3), 1 - 17.
- Fernandes, C. M. & Cunha, M. I. (2013). **Formação de professores: tensão entre discursos, políticas, teorias e práticas**. Inter-Ação 38(1), 51 - 65.
- Ferreira, J. S.; & Santos, J. H. (2016). **Modelos de formação continuada de professores: transitando entre o tradicional e o inovador nos macrocampos das práticas formativas**. Caderno de Pesquisa 23(3), 1 - 15.
- Franco, M. A. S. (2008). **Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos**. Educação & Pesquisa 34(1), 109 - 126.
- Freitas, H. C. L. (2007). **A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada**. Educação & Sociedade 28(100), 1203 - 1230.
- Frigotto, G. & Ciavatta, M. (2003). **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação e Sociedade 24(82), 93 - 130.
- Furlan, E. G. M., & Marin, A. J. (2021). **Comparando discursos sobre educação continuada de professores entre Brasil e Argentina**. Educação, 44(1), e31445.
- Gatti, B. A. (1992). **A formação dos docentes: o confronto necessário professor x academia**. Caderno de Pesquisa 81, 70 - 74.
- Gatti, B. A. (2014). **Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais**. Estudos em Avaliação Educacional 25(57), 24 - 54.
- Kuenzer, A. Z. (2017). **Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível**. Educação & Sociedade, 38(139), 331-354.
- Libâneo, J. C. (2004). **A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade**. Educar 24, 113 - 147.
- Libâneo, J. C., & Pimenta, S. G. P. (1999). **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança**. Educação & Sociedade, 20(68), 239 - 277.
- Martins, C.; & Mangan, P. K. V. (2015). **Estratégias Institucionais de Formação Continuada Docente: um estudo de caso em Educação a Distância**. Revista Educaonline 9(1), 32 - 50.

Navarro, J. C., & Verdisco, A. (2000). **Teacher Training in Latin America: Innovations and trends**. Recuperado de <https://publications.iadb.org/en/publication/11370/teacher-training-latin-america-innovations-and-trends>.

Nogueira, L. F. F.; Rodrigues, P. P. (2014). **A prática em contexto: análise do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica à Docência (PIBID) subprograma UnB/Letras**. Recuperado de: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22221?locale=en>

Oliveira, V. S.; & Silva, R. F. (2012). **Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior**. HOLOS 28(2), 193 - 205.

Roman, C., Ellwanger, J., Becker, G. C., Silveira, A. D. D., Machado, C. L. B., & Manfroi, W. C. (2017). **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem no processo de ensino em saúde no Brasil: uma revisão narrativa**. Clinical and Biomedical Research. 37(4), 349-357.

Romanowaki, J. P., & Martins, P. L. O. (2010). **Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores**. Revista Diálogo & Educação 10(30), 285 - 300.

Silva, A. G. A. (2017). **Políticas de ensino integral na América Latina**. Revista Educação Em Questão, 55(46), 84-105.

Silva, I. (2016). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. Ciclo Revista, 1(2), s.p.

Silva, L. S.; Correa, E. P.; & Duarte, L. M.; Miranda, S. A. (2016). **Formação continuada em educação a distância: percepções sobre as competências na atuação do professor - tutor**. Revista de Educação a Distância Em Rede, 3(2), 252 - 265.

Tavares, M.; Gomez, S. (2018). **Fundamentos epistemológicos da matriz institucional dos novos modelos de educação superior no Brasil: uma abordagem qualitativa dos documentos institucionais da Universidade Federal do ABC**. Educação & Sociedade 39(144), 634 - 651.

Unesco (2012). **Background and Criteria for Teachers' Policies Development in Latin America and the Caribbean**. Recuperado de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245226>

Vasconcelos, C. A.; Oliveira, E. V. (2017). **TCI no ensino e na formação de professores: reflexões a partir da prática docente**. Revista Brasileira de Ensino Superior 3(1), 112 - 132.

Yoo, J. H. (2016). **The effect of professional development on teacher efficacy and teachers' self-analysis of their efficacy change**. Journal of Teacher Education for Sustainability 18(1), 84 - 94.

## A GARANTIA DE UM FUTURO SAUDÁVEL: CONHECIMENTO DOS PROGENITORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TESTE DO PÉZINHO AO RECÉM-NASCIDO

### GUARANTEE OF A HEALTHY FUTURE: KNOWLEDGE OF PARENTS ABOUT THE IMPORTANCE OF THE FOOT TEST TO THE NEWBORN

Modesto Paulo Mateus <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade debrussar-se sobre o Teste do Pezinho. **OBJECTIVO GERAL:** Avaliar o conhecimento e práticas dos pais de menores de 3 anos atendidos na secção da drepanocitose do Hospital Municipal do Kapalanga -Viana sobre o teste do pezinho. **METODOLOGIA:**foi realizado uma pesquisa do tipo observacional de natureza aplicada transversal com o enfoque quantitativo e qualitativo que ajudou-nos a obter os seguintes **RESULTADOS:** quanto ao conhecimento e práticas dos progenitores sobre o teste do pezinho: Relativamente ao conhecimento da existência do teste do pezinho maior relevância para os que desconheciam com 38 (87%) e menor predominância para os que conheciam com 27 (45%); relativamente ao conhecimento das vantagens de se realizar o teste do pezinho do bebé logo ao nascer, maior relevância para os que desconheciam com 33 (55%) contra 27 (45%) que desconheciam; em relação a prática de exame do teste do pezinho predominaram mais os pais cujo os filhos não realizaram o teste nos primeiros dias de vida com 40 (67%) contra 20 (33%) que realizaram o teste dos seus filhos de forma antecipada; quanto a orientação sobre a realização do teste do pezinho do seu bebé ao nascer predominam mais os progenitores que não tiveram qualquer orientação na altura da consulta prenatal com 41 (68%) contra os que tiveram com 20 (33%). **CONCLUSÃO:** conclue-se que O estudo realizado da presente pesquisa nos mostrou que em Angola em 60 progenitores mostrou-nos que o teste do pezinho é pouco conhecido entre os populares e até mesmo alguns profissionais de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento. Teste do Pezinho. Recém-Nascido.

#### ABSTRACT

In order to carry out this research, the following **OBJECTIVE** was outlined: To evaluate the knowledge and practices of parents of children under 3 years old treated at the sickle cell disease section of the Hospital Municipal do Kapalanga - Viana on the heel prick test. **METHODOLOGY:** an observational research of transversal applied nature was carried out with a quantitative and qualitative approach that helped us to obtain the following **RESULTS:** regarding the knowledge and practices of the parents about the heel prick test: Regarding the knowledge of the existence of the heel prick test pezinho greater relevance for those who did not know with 38 (87%) and less predominance for those who knew with 27 (45%); regarding the knowledge of the advantages of carrying out the newborn's heel prick test, greater relevance for those who did not know, with 33 (55%) against 27 (45%) who did not know; in relation to the practice of examination of the heel prick, parents whose children did not perform the test in the first days of life predominated, with 40 (67%) against 20 (33%) who performed the test of their children in advance; as for guidance on performing the heel prick test of their baby at birth, parents who had no guidance at the time of the prenatal consultation predominate more, with 41 (68%) against those who had it, with 20 (33%). **CONCLUSION:** it is concluded that The study carried out in the present research showed us that in Angola in 60 parents it showed us that the heel prick test is little known among the popular and even some health professionals.

**KEYWORDS:** Knowledge. Foot test. Newborn.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Cristian University. Mestre em Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Cristian University. Especialista em Saúde Pública pela Universidade Católica de Angola. Licenciado em Gestão Hospitalar pelo Instituto Superior Politécnico do Cazenga. Chefe do Departamento de Ciências da Saúde do ISPNN- Instituto Superior Politécnico Nelson Mandela. Docente pela Univesidade Jean Piaget de Angola. **E-mail:** modestpaulomateus@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2038638082960737.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade debrussar-se sobre o Teste do Pezinho que pode ser entendido como sendo um exame preventivo, feito no recém-nascido, que serve para diagnosticar doenças graves que não apresentam sintomas ao nascimento.

O teste de triagem neonatal engloba as triagens auditiva, ocular, cardíaca e sanguínea. Esta última, é bastante conhecida como “teste do pezinho”. Consiste em um programa de rastreamento através de exames laboratoriais realizados em recém-nascidos de 0 a 28 dias, a partir de uma amostra de sangue colhida em um papel filtro especial para rastreio de doenças e distúrbios (GIUSTI, 2004).

Esse rastreio permite a prevenção e redução da morbimortalidade provocada pelas patologias triadas através da identificação antes mesmo do aparecimento de sintomas. Ainda que o teste do pezinho aponte um resultado normal, alguns sintomas no período neonatal justificam uma investigação mais direcionada e ampliada.

A carência de informação pode resultar em baixa procura e insuficiente adesão da população a este programa de prevenção à saúde. Temas como teste do pezinho para algumas pessoas, são apresentados apenas no período de gestação e pós-parto.

Faz parte do Programa Nacional de Triagem Neonatal Brasileiro, criado pelo Ministério da Saúde em 2001, com objetivo de ampliar o número de patologias triadas, tais como, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, Fibrose Cística, Hiperplasia Adrenal Congênita, Deficiência de Biotinidase e outras (BRASIL, 2021).

Esta Triagem Neonatal foi incorporada ao sistema de Saúde Brasileiro na década de 1990 e se expandiu para todo o território nacional, como uma obrigatoriedade a realização do Teste do Pezinho em todos os recém-nascidos (BRASIL, 2021).

Em Angola diferente do Brasil e de outros países do mundo, foi implementado um projeto piloto em 2011 através da ajuda do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico, (NUPAD) em função da solicitação do Governo Angolano feito ao Governo Brasileiro em um encontro de países de língua portuguesa em 2007.

Daí em diante, tem vindo a ser observadas algumas atividades nas diferentes maternidades de Luanda sobre tudo as Maternidades Lucrecia Paim, Augusto Ngangula e as de mais maternidades dos hospitais municipais.

Face a realidade do nosso país, em particular da cidade de Luanda, as populações não tem hábito de fazerem consultas de rotinas. Vão ao hospital quando a enfermidade já está agudizada, e muitos destes casos têm estado a terminar em óbitos.

Por outro lado, quando nasce uma criança com mal formação congénita, a tendência dos familiares é recorrerem aos processos tradicionais, o que as vezes não têm estado a dar bons resultados, motivou-nos em escrever sobre o assunto com o objetivo de Avaliar o conhecimento e práticas dos pais de menores de 3 anos atendidos na secção da drepanocitose do Hospital Municipal do Kapalanga-Viana sobre o teste do pezinho.

## REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTO HISTÓRICO

A patogénese da fenilcetonúria foi estudada a partir de casos clínicos de retardo mental severo em crianças, o primeiro em 1938 na Noruega e outro em 1951 na Inglaterra. Por volta do ano de 1963, Robert Guthrie desenvolveu uma metodologia diagnóstica para PKU mais simples e não onerosa, com a utilização de sangue de pacientes com retardo mental coletado sob papel filtro.

Por esta razão, Robert Guthrie conhecido como pai e tio de crianças com retardo mental ficou convencido então que, toda criança quando nasce deve fazer o rastreio para que sejam diagnosticadas as

doenças de forma antecipada e tratadas mesmo aquelas sem chances de cura (LOPES, 2011).

### TESTE DO PEZINHO

O termo triagem origina-se do francês e significa seleção. Em saúde pública, significa identificar indivíduos sob risco de desenvolver determinada doença ou distúrbio e que se beneficiam de investigação adicional, ação preventiva ou terapêutica imediatas (CARVALHO, 2004).

O teste do pezinho, nome popular do Teste de Guthrie, é realizado através de uma pequena amostra de sangue retirada do calcanhar de recém-nascidos, por isso recebeu este nome, ele identifica distúrbios e doenças que podem afetar a saúde do bebê antes mesmo do aparecimento de sintomas (ATANTES, *et.al.*, 2013).

Conhecido também como teste de Triagem Neonatal, o teste do pezinho é muito simples, rápido e seguro, geralmente realizado ainda na maternidade após as primeiras 48 horas de vida (pois antes desse período pode ter influência do organismo da mãe) ou até o 7º dia após o nascimento (MENDES, 2020).

Ele promove o diagnóstico de diversas doenças genéticas (herdadas do pai ou da mãe) e congênitas (durante o desenvolvimento no útero) que são difíceis de identificar, pois normalmente não apresentam quaisquer sinais ou sintomas logo após o nascimento, contudo podem afetar o desenvolvimento mental e físico da criança.

### DOENÇAS IDENTIFICADAS PELO TESTE DO PEZINHO

Existem muitos tipos de teste do pezinho e doenças diferentes que podem ser diagnosticadas, os básicos são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, mas existem outros que podem identificar mais de 30 doenças, realizados por laboratórios privados.

### FENILCETONÚRIA

De acordo o Ministério da saúde Brasileiro (2002), é a doença genética em que a criança não tem a enzima fenilalanina hidroxilase, que promove o metabolismo do aminoácido fenilalanina existente em todas as formas de proteína (carne, leite, ovos, etc.). Com isso, a fenilalanina se acumula no sangue e em todos os tecidos, provocando lesões graves e irreversíveis no sistema nervoso central, inclusive o retardo mental.

### HIPOTIREOIDISMO CONGÊNITO

De acordo o carvalho (2004), é um distúrbio causado pela insuficiência de hormônios da tireóide. A falta de tiroxina pode provocar retardo mental e o comprometimento do desenvolvimento físico.

### ANEMIA FALCIFORME

Segundo Ministério da Saúde Brasileiro (2002), é um problema genético que causa alteração na forma das células vermelhas do sangue (que assumem forma semelhante a foices), prejudicando o transporte de oxigênio para várias partes do corpo, podendo provocar atrasos no desenvolvimento da criança, dores e infecções generalizadas. A anemia falciforme não tem cura.

### FIBROSE CÍSTICA

É uma doença genética, também conhecida como mucoviscidose, que causa mau funcionamento do transporte de cloro e sódio nas membranas celulares. Esta alteração faz com que se produza um muco espesso nos brônquios e nos pulmões, facilitando infecções de repetição e causando problemas respiratórios e digestivos (GARCIA *et.al.*, 2007).

### HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA

De acordo ao ministério da saúde brasileiro (2016), a doença genética faz com que a criança tenha mau funcionamento das glândulas suprarrenais, prejudicando produção de alguns hormônios essenciais para o corpo como cortisol e aldosterona, o que pode provocar crescimento excessivo, puberdade precoce ou outros problemas físicos.

### DEFICIÊNCIA DA BIOTINIDASE

Doença genética em que o organismo não é capaz de obter a enzima biotinidase, responsável pela absorção e regeneração orgânica da biotina, uma vitamina existente nos alimentos que compõem uma dieta normal. Esta vitamina é indispensável para a atividade de diversas enzimas. O quadro mais severo é marcado por convulsões, retardo mental e lesões de pele (CARVALHO, 2004).

### PROCEDIMENTO TÉCNICO

Uma amostra de sangue é retirada do calcanhar do bebê através de um dispositivo chamado lanceta, que faz um pequeno furo na parte lateral. Algumas gotinhas de sangue são recolhidas em um papel filtro com a identificação da criança que será enviado ao laboratório para realizar as análises (BRASIL, 2021).

Uma leve pressão é aplicada ao pé do bebê usando algodão para parar o sangramento e logo em seguida é colocado um curativo. Os benefícios em longo prazo são enormes, comparados ao pequeno desconforto que o bebê sente quando a amostra de sangue é retirada.

### PRÁTICAS DE PREVENÇÃO

Para práticas de prevenção efetivas, existe a necessidade de interdisciplinaridade e de princípios que norteiem a prevenção enquanto uma ação que

responda a condições de forma relacional, tendo em vista a complexidade de cada situação.

Berlinguer aponta três princípios éticos da prevenção: (a) virtude antecipatória, seria a capacidade de agir antes que algum dano aconteça, preconizando o desenvolvimento pleno da vida de cada indivíduo e assim da espécie humana; (b) universalidade, todos os cidadãos devem ter garantidos direitos iguais em relação à saúde e ao acesso a serviços de diagnóstico e tratamento, e (c) capacidade de atenuar conflitos de interesses e valores inerentes à atividade dos profissionais e das instituições de saúde, desviando do enfoque somente na doença que tradicionalmente alimenta esse mercado (GARCIA, et.al., 2007. p 3).

A complexidade das variáveis envolvidas, como o período de coleta do teste até 30 dias, coloca em risco a efetividade da TN e, nesse contexto, a informação fornecida aos familiares durante o período pré-natal sobre a importância da triagem se torna crucial (MENDES, 2020).

A informação fornecida pelos profissionais, que vão atuar diretamente com os pais na ocasião do nascimento, é, por exemplo, uma variável que pode aumentar a probabilidade destes pais terem compreensão adequada da importância da TN e assim levarem seus filhos para realização do Teste do Pezinho no tempo adequado

A desinformação, tanto por parte dos profissionais como dos pais, pode influenciar na realização ou não do teste. Algumas consequências da desinformação podem ser observadas em “mal-entendimentos” relatados por pais, como o medo de machucar o bebê, ou de acreditar que já tenha sido feito o teste no RN por conta do “carimbo do pé” (isto é, a impressão plantar rotineiramente realizada na maternidade) e, por conseguinte, não se dirigem ao posto de coleta após a alta da maternidade (GARCIA et.al., 2007).

Com tudo isso, faz-se necessária uma análise de como as informações e instruções, veiculadas informalmente, por meio de campanhas na mídia ou por programas de prevenção propriamente ditos, chegam à população, com o intuito de enfatizar os benefícios da adoção de comportamentos preventivos e de promoção de saúde

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa observacional de natureza aplicada com enfoque quantitativo tendo como objectivo, descrever o conhecimento e práticas dos pais de menores atendidos em pediatria do hospital municipal de Viana com anemia falciforme.

O referido estudo foi realizado no município satélite de Viana. O município está situado a 18 Km da capital de Luanda, Nordeste da Província de Luanda, Latitude. -9.0000°, Longitude. 13.3333°. Segundo dados do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), Viana estende-se em cerca de 615km<sup>2</sup>, equivalente quase a 3% do território da Província de Luanda, sendo o quarto maior município de Luanda. O Município de Viana tem uma rede sanitária constituída por 21 unidades sanitárias públicas, das quais 4 são unidades de referência de entre elas 1 Hospita Municipal.

Sua poulação tem como base de sustentabilidade o mercado informal. A amostra em estudo foi composta por 40 mulheres mães de crianças que foram desmamadas de forma precoce por diversas razões que são atendidas diariamente em serviços de pediatria da unidade hospitalar pesquisa.

A população em estudo foi composta por progenitores de crianças portadoras de anemia falciforme que são atendidos diariamente nos serviços de pediatria do hospital municipal de viana e que são seguidos por médicos especialistas em pediatria. Deste universo foram extraídos 60 progenitores de forma aleatória para compor a amostra.

Foi também realizada uma entrevista com recurso a um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas submetidas aos progenitores dos referidos pacientes após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados colectados foram analisados através do software Epi-Info a qual os seus resultados estão representados em forma de tabelas com seus títulos e textos.

## RESULTADOS

**TABELA 1-** Distribuição da amostra de acordo as variáveis sociodemográficas:

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
17-26 Anos	28	47
27-36 Anos	26	43
37 e mais	06	10
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>
<b>SEXO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Masculino	08	13
Feminino	52	87
Total	<b>60</b>	<b>100</b>
<b>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Primário	16	27
Secundário	33	55
Superior	11	18
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>
<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Empregados	40	67
Estudantes	14	23
Domésticas	06	10
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

**FONTE:** Ficha de entrevistas.

A tabela acima mostra quanto a idade dos entrevistados maior predominância para os da faixa etária de 17-26 anos com 28(47%) e com menor relevância para os com mais de 37 anos com 06(10%); em relação ao sexo maior relevância para os do sexo feminino com 52 (87%) e menor para o sexo masculino com 08(13%); quanto a ocupação 40 (60%) são funcionários de entre funcionários públicos e os que trabalham por conta própria e com menor relevância para as domésticas com 06 (10%); em relação ao nível de escolaridade, maior predomínio para os de ensino

secundário com 33 (55%) e com menor predomínio para os de ensino superior com 11(18%).

## DISCUSSÃO

**TABELA 2-** Distribuição da amostra de acordo ao conhecimento e práticas:

<b>CONHECIMENTO</b>		
Conhecimento da existência do teste	Fr.	%
Conhece	22	13
Desconhece	38	87
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100</b>
<b>Vantagens do teste do pezinho</b>		
	Fr.	%
Conhece	27	45
Desconhece	33	55
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>
<b>PRÁTICAS</b>		
Realizou o teste conforme indicado	Fr.	%
Sim	20	33
Não	40	67
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>100</b>
Foi orientado para realizar o teste	Fr.	%
Sim	19	32
Não	41	68
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>100</b>

**FONTE:** ficha de entrevistas.

A tabela 2 mostra-nos quanto ao conhecimento e práticas dos progenitores sobre o teste do pezinho: Relativamente ao conhecimento da existência do teste do pezinho maior relevância para os que desconheciam com 38 (87%) e menor predominância para os que conheciam com 27 (45%); relativamente ao conhecimento das vantagens de se realizar o teste do pezinho do bebé logo ao nascer, maior relevância para os que desconheciam com 33 (55%) contra 27 (45%) que desconheciam; em relação a prática de exame do teste do pezinho predominaram mais os pais cujo os filhos não realizaram o teste nos primeiros dias de vida com 40 (67%) contra 20 (33%) que realizaram o teste dos seus filhos de forma antecipada; quanto a orientação sobre a realização do teste do pezinho do seu bebé ao nascer predominam mais os progenitores que não tiveram qualquer orientação na altura da consulta prenatal com 41 (68%) contra os que tiveram com 20 (33%).

O teste de triagem neonatal engloba as triagens auditiva, ocular, cardíaca e sanguínea. Esta última, é bastante conhecida como “teste do pezinho”. Consiste em um programa de rastreamento através de exames laboratoriais realizados em recém-nascidos de 0 a 28 dias, a partir de uma amostra de sangue colhida em um papel filtro especial para rastreio de doenças e distúrbios (GIUSTI, 2004).

Esse rastreio permite a prevenção e redução da morbimortalidade provocada pelas patologias triadas através da identificação antes mesmo do aparecimento de sintomas. Ainda que o teste do pezinho aponte um resultado normal, alguns sintomas no período neonatal justificam uma investigação mais direcionada e ampliada.

A carência de informação pode resultar em baixa procura e insuficiente adesão da população a este programa de prevenção à saúde. Temas como teste do pezinho para algumas pessoas, são apresentados apenas no período de gestação e pós-parto.

Face a realidade do nosso país, em particular da cidade de Luanda, as populações não tem hábito de fazerem consultas de rotinas. Vão ao hospital quando a enfermidade já está agudizada, e muitos destes casos têm estado a terminar em óbitos. Por outro lado, quando nasce uma criança com mal formação congénita, a tendência dos familiares é recorrerem aos processos tradicionais, o que as vezes não têm estado a dar bons resultados.

Há casos em que as crianças já nascem com uma determinada enfermidade congénita, e por desconhecimento dos pais, não se faz o teste do pezinho aos recém nascidos o que tem estado a provocar muitas deficiências e até óbitos. Diante desta situação, nos propusemos a investigar sobre a problemática em causa, no sentido de darmos a conhecer algumas famílias da comunidade do Kapalanga

a importância do teste do pezinho como uma forma preventiva de futuras patologias.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado da presente pesquisa mostrou-nos que em Angola em 60 progenitores mostrou-nos que o teste do pezinho é pouco conhecido entre os populares e até mesmo alguns profissionais de saúde.

A prática de realização da triagem do teste do pezinho para detetar doenças de fórum genético é muito pouco realizado isso porque o país ainda não tem qualquer programa para o controle das doenças hereditárias e a divulgação sobre a triagem do teste do pezinho é quase inexistente. As pessoas que beneficiam deste exame muitas vezes só-o fazem após ter sido diagnosticado com uma doença hereditária como é o caso da anemia falciforme.

Urge a necessidade de se divulgar mais sobre o exame e sobre tudo formar profissionais de saúde nas maternidades e destacá-las a efetuarem os exames tão logo que se verifica o nascimento de um bebé no sentido de se diminuir o índice de mortalidade infantil no país que é considerada como sendo muito alta.

### REFERÊNCIAS

ARANTES RR; LEÃO LL; AGUIAR MJB de. Triagem neonatal metabólica. In: Sociedade Brasileira de Pediatria. Programa de Atualização em Neonatologia (PRORN): Ciclo 11. Sistema de Educação Médica Continuada à Distância, 1:57-87. Porto Alegre: Artmed/Panamericana; 2013. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/prorn-completa-10-anos-com-mais-atualizacao-e-modernas-ferramentas/...](https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/prorn-completa-10-anos-com-mais-atualizacao-e-modernas-ferramentas/)

BRASIL. Lei nº14.154, de 26 de Maio de 2021. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras

providências. Diário Oficial da União 27 maio 2021; 99 (1):1.

CARVALHO TM. Programa nacional de triagem neonatal: um novo enfoque como programa de saúde pública. In: Medeiros Neto G, organizador. Hipotireoidismo congênito no Brasil: como era, como estamos, para onde vamos. São Paulo, SP: Instituto da Tireóide; 2004. p. 15-23

GARCIA, Mariana G; FERREIRA, Eleonora A P; OLIVEIRA, Fabiana P S de. Análise da compreensão de pais acerca do Teste do Pezinho. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** São Paulo , v. 17, n. 1, p. 1-12, abr. 2007 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822007000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 28 fev. 2022.

GIUSTI MMC. A iniciativa pioneira da APAE em São Paulo. In: Medeiros Neto G, organizador. Hipotireoidismo congênito no Brasil: como era, como estamos, para onde vamos. São Paulo: Instituto da Tireóide; 2004. p. 31-6.

LOPES, Maria Elizabeth Moreira. O exitoso "teste do pezinho" faz dez anos no Brasil!. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2011, v. 16, suppl 1 [Acessado 28 Fevereiro 2022] , pp. 716. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700001>>. Epub 11 Abr 2011. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700001>.

MENDES IC; PINHEIRO D da S; REBELO ACS, et al. Aspectos gerais da triagem neonatal no Brasil: uma revisão. *Rev. Med. Minas Gerais*, 2020. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20200019>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Triagem Neonatal biológica: manual técnico. 80p. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/triagem\\_neonatal\\_biolologica\\_manual\\_tecnico.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/triagem_neonatal_biolologica_manual_tecnico.pdf).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de normas técnicas e rotinas operacionais do programa de triagem neonatal. Brasília (DF); 2002.

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: UMA BREVE DISCUSSÃO****WOMEN AND THE JOB MARKET: A BRIEF DISCUSSION**

**Cristiano de Assis Silva<sup>1</sup>**  
**Bruno de Freitas Santos<sup>2</sup>**  
**Maria Eliswagna da Costa<sup>3</sup>**  
**Alzira Frota de Alcântara<sup>4</sup>**  
**Katiuscia Pimenta Rêgo<sup>5</sup>**

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** A figura da mulher na sociedade tem sido uma das maiores riquezas, que embeleza e configura a sociedade em vários aspectos. Uma das soluções para amenizar a prática de discriminação e de rejeição da mulher dentro dos espaços políticos e trabalhista é a conscientização por meio do processo educativo. **OBJETIVO:** O objetivo é discutir as relações existentes entre a importância e o valor da figura feminina na sociedade. **MÉTODO:** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que ressaltavam essa importante temática. **RESULTADOS:** Os resultados dessa pesquisa, têm como finalidade verificar, que a mulher tem seu espaço e sua grande relevância para a formação da cidadania na construção da identidade das famílias. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, mulher é a figura indispensável para uma sociedade com sentido e maior significado. A estrutura desse trabalho se dará por meio de ideias claras e objetivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Mulher; Reconhecimento Social.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** The figure of women in society has been one of the greatest wealth, which beautifies and configures society in several aspects. **educative. OBJECTIVE:** The objective is to discuss the existing relationships between the importance and value of the female figure in society. **METHOD:** The methodology used was bibliographic research, which highlighted this important theme. **RESULTS:** The results of this research are intended to verify that women do have their space and great relevance for the formation of citizenship in the construction of the identity of families. **CONCLUSION:** It is concluded that, woman is the indispensable figure for a society with meaning and greater meaning. The structure of this work will be through clear and objective ideas.

**KEYWORDS:** Work; Woman; Social Recognition.

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769]

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Letras, Inglês, Espanhol e suas Literaturas pela Faculdade Excelência, FAEX. Licenciada em Letras – Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA. **E-mail:** eliswagnaprof@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2915923601308535

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem - FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Bacharel em Enfermagem. Universidade Estadual Do Ceará-UECE. **E-mail:** afaeu1@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8555979560193068

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Enfermagem obstétrica pela UECE. Graduação: Enfermagem pela UNIFOR. **E-mail:** katiusciapimentarego@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3588767749788623

## INTRODUÇÃO

A reflexão em torno das questões referentes a mulher é um dos pontos prioritários em todos os sentidos, e principalmente quando se fala da formação da sociedade. Infelizmente, no Brasil há muito a ser desconstruído. Um dos fatores prioritários por parte dos governos, da sociedade civil e próprio homem é a valorização da mulher em todos os seus aspectos.

Vivemos em uma era, de conquistas mais que ainda persiste muitos malefícios frente a figura da mulher, e sem sombras de dúvidas um grande desafio, é o reconhecimento da mulher frente a uma sociedade ainda dominada por homens. Reconhecendo também, que a falta de valorização, começa por parte de muitas mulheres que não se dão o devido valor. É preciso, que haja uma educação e a reeducação de consciência e de hábitos, quando se trata da posição da mulher dentro e fora da sociedade.

O artigo traz os resultados iniciais de uma pesquisa bibliográfica, que buscou identificar e analisar o papel da mulher dentro da sociedade. Diante do exposto, a situação problema, que nortearam este trabalho foram as seguintes: Como articular ações para inserir mais mulheres dentro da sociedade? Que estratégias são mais eficazes no combate ao racismo e machismo de uma sociedade ainda dominada por homens?

Assim, o objetivo do presente artigo é discutir as relações existentes a figura da mulher e o atual cenário da sociedade atualmente. A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca por compreensão acerca de todo esse universo, que nos cercam. A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação dos posicionamentos de alguns teóricos, mostrando os pontos convergentes e divergentes.

## METODOLOGIA

Conforme foi apresentado na introdução, a pesquisa é de cunho bibliográfico, na qual teve como analisar a importância da mulher frente a formação e construção da sociedade enquanto pessoas e cidadãos. Trata-se de uma pesquisa também com o caráter qualitativa, realizada no período de trinta dias, onde foram levantadas diferentes posicionamentos acerca do papel da mulher mostrando seus muitos conceitos, bem como os prejuízos, frente ao machismo e preconceito. Quanto a análise dos dados coletados, foram colhidas informações pertinentes, para melhor fundamentar a pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

### INTRODUZINDO MELHOR TEMÁTICA

A luta em favor da emancipação das mulheres vem sofrendo um processo evolutivo ao longo dos anos. Primeiramente para poderem votar e estudar, assim no século atual as mulheres começou mesmo com dificuldades e inúmeras barreiras a se posicionar comprovando que independente do gênero qualquer um tem a capacidade de exercer a profissão que deseja, o direito a liberdade a se expressar dentro de uma sociedade.

A luta diária não é apenas pelo reconhecimento profissional, mas por uma dignidade e equidade nos direitos trabalhistas que por anos foi sempre marcada pelo machismo e pelo preconceito dessa sociedade que sempre foi excludente em relação a figura da mulher ao longo da história da humanidade.

Assim começa a se conjecturar uma viabilidade de quebra de fronteiras das mulheres na sociedade, tirando o papel de coadjuvante para um papel principal na história do país e principalmente na sua própria história de vida dentro e fora do mercado de trabalho.

O objetivo deste trabalho é averiguar por meio de pesquisas bibliográficas a inserção da mulher no mercado de trabalho e como se deu a sua entrada e participação efetiva no espaço público, território esse

que sempre foram vistos e pensados para uma sociedade de homens dominadores. Para melhor compreensão foi dividido o trabalho em capítulos, o primeiro trata-se na relação do gênero, a segunda a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil, fazendo relações sobre os mesmos.

Realizando uma retrospectiva profissional das mulheres foi notória a conciliação entre os serviços domésticos com a carreira profissional, essa dupla jornada não cabia a individualidade dos homens e a única preocupação em relação ao poder em contrapartida as mulheres enfatizava a importância do coletivo, pois nenhum ser consegue nada sozinho.

Nós como ser biopsicossocial aprendemos, evoluímos e ensinamos em uma relação dialética em todos os âmbitos que estamos inseridos. As injustiças vivenciadas diariamente é um ponto que tem a ser discutido no que se refere às relações de gênero, fatores econômicos, mas especificamente no contexto social e cultural.

A luta contra a desigualdade social é algo complicado por conta da política neoliberal, uma política que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país (SERPA, 2007).

As lutas sociais busca uma democratização das instituições, permitindo um controle amplo que facilita o indivíduo regular o andamento dos locais prejudicados, é algo cáustico essa luta por algo incompleto, mas mesmo assim essa é a bandeira que levantamos todos os dias (LACERDA, 2007).

As ideias de ajustar as leis trabalhistas foi de âmbito internacional por conta da desvalorização dos valores sociais, considerar a flexibilidade do direito do trabalho como o conjunto de medidas destinadas a afrouxar, adaptar ou eliminar direitos trabalhistas de acordo com a realidade econômica e produtiva (MACIEL, 2002).

Essa flexibilidade tem variantes de acordo com o

objetivo e ação, a flexibilidade pode ser de proteção (adaptável em benefício do trabalhador), de adaptação (adequado às normas legais rígidas e a novas circunstâncias através de negociação coletiva mediante uma valoração global do que é mais conveniente ao trabalhador e desregulamentação (derrogação de benefícios trabalhistas) (NETO, 1999).

## QUESTÃO DO GÊNERO

Ao falarmos de sexo e gênero, é fundamental definirmos corretamente esses conceitos, já que são confundidos com frequência. De acordo com Diaz (1999) sexo referem-se às diferenças biológicas entre homem e mulher, seus aparelhos reprodutores, suas funções diferenciadas decorrentes de seus hormônios. Gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são os resultados de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais existentes.

As mulheres com menos privilégios eram consideradas como grandes despreparadas, sem responsabilidade e sem conhecimento, até mesmo considerada animais, já as mulheres com níveis sociais melhores eram tidas apenas com um grau de instrução a menos do que os homens (PRIORE, 2006, p. 589).

Discussões sobre relações de gênero mesmo sendo um assunto atual não é um tema totalmente discutido, mesmo tendo uma crescente considerável na temática (STEARNS, 2007, p. 251). Com o passar do tempo as pesquisas foram tomando rumos, onde as ciências humanas obtiveram avanços em denunciar as barbaridades, mas não conseguiram superar os encaixes que a sociedade colocou principalmente na questão de retirar da sociedade as máscaras da ideologia utilizada ao longo do século de reclusão. A equivocada valorização do homem pode ser em relação as altas expectativas, que colocam no quesito sucesso profissional (WHITAKER, 1998, p.11).

A mulher dos dias de hoje, balança entre o

cuidado do lar e a profissão, sendo ainda milhões de mulheres encarceradas do lar, já que não conseguem resolver um grande dilema, conciliar o cuidado dos filhos, as tarefas domésticas com a profissão. Como são responsáveis pelo funcionamento do lar, algumas vezes as opções são poucas ou ineficientes para ajudá-las a lidar com as questões lar e profissão.

Apesar das mudanças do mundo, ainda destinam às mulheres as atividades, tais como os cuidados com a casa e com a família, enquanto aos homens cabe o papel de provedor de sua família. Entretanto, apesar das muitas conquistas, ainda existem paradigmas a serem quebrados, padrões a serem rompidos. Se comparada com a dominação masculina, essa libertação feminina é relativamente nova, mas é o posicionamento da mulher que vai fazer a diferença entre os resultados alcançados (IKEDA, 2000).

Pode-se dizer que as mulheres foram deixando o espaço privado e lutando pela ampliação de seus direitos. Essa luta pela eliminação de qualquer tipo de discriminação ou preconceito tem sido heróica, no Brasil.

A mulher moderna vem superando barreiras tabus de preconceitos seculares e contribuindo ativamente para a construção de uma sociedade menos desigual. Hoje, a presença da mulher é constante. Por isso, a sociedade deve respeitar a mulher e suas funções dentro dos variados espaços de convivência, ou seja: na família, na escola, na igreja, enfim, na vida em sociedade, fortalecendo cada vez mais a luta pela igualdade (GRZYBOVSKI, BOSCARIN E MIGOT, 2001).

As mulheres foram deixando de lado o espaço privado e lutando pela ampliação de seus direitos. Exige-se, hoje, que a sociedade respeite a mulher e suas funções dentro dos variados espaços de convivência, fortalecendo cada vez mais a luta pela igualdade. Pode-se concluir que garantir o trabalho para a mulher é uma reivindicação fundamental na garantia da emancipação feminina. O direito ao trabalho remunerado é indispensável não só para os homens, mas também para

as mulheres. Mesmo em meio as tantas conquistas, há muito a ser feito e refeito.

Seu espaço na economia nacional está se ampliando pouco a pouco, já representa uma boa porcentagem ao total da força de trabalho. A mulher se tornou chefe de sua própria vida, deixando de ser apenas uma parte da família. Esse ingresso no mercado foi lento, porém sólido. O fortalecimento da participação no mercado de trabalho e aumento da responsabilidade no comando das famílias vem aumentando seu comando seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e redução da defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens.

A mulher brasileira vem escrevendo sua história com base na taxa de flexibilidade e no aumento no nível de fecundidade e no aumento no nível de instrução da população feminina, devido a esse processo de evolução as mulheres estão consolidando sua posição no mercado e adiando a maternidade, com menos filhos, as mulheres, hoje, podem conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora (MAIA & LIRA, 2021).

No trabalho por conta própria o emprego da mulher aumentou mais que do homem, enquanto o número de homens desempregados diminuiu. O emprego da mulher vem aumentando mais do que do homem devido a uma formalização das relações de trabalho, a elevada taxa de desemprego e o crescimento do emprego sem carteira, vem sendo uma diferenciação do emprego feminino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação e a consolidação da participação plena das mulheres na atividade econômica vêm ocorrendo num processo lento e adverso, devido as limitações da recuperação de mercado de trabalho e às dificuldades na evolução da redefinição dos papéis masculino e feminino nas esferas domésticas e extra domésticas.

A grande questão nesse momento é a busca para tentar reverter a desigualdade salarial ainda marcante em muitas profissões. As mulheres têm ganhado espaço e vem mostrando que podem ocupar qualquer cargo com autoridade, e continuar a reescrever sua história. Durante este estudo podemos analisar diversas informações a cerca das mulheres, de escravas, mães sem expectativas a chefes de família, fortes e com ideais.

Essa mudança de enfoque de vida só foi capaz devido a persistência em conseguir realizar seus sonhos, estudar, protestar, se sacrificar para serem ouvidas e conseguir seus direitos de trabalhadoras, talvez mais que isso guerreiras, que buscam quebra tabus que as rotulam como frágeis, para o reconhecimento de sua indispensável participação na vida financeira de toda sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana. O mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Mulher e Trabalho Experiências de ação afirmativa S.P, Boitempo Editorial, abril de 2000.
- BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. A Bi-Polaridade do Trabalho Feminino no Brasil: O Emprego Doméstico e as “Novas” Ocupações. Mulher e Ocupação 1999.
- BRUSCHINI, C. Gênero e Trabalho no Brasil. São Paulo: s./editora, 1985.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e gênero. *Anais do III encontro nacional de estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro, 1993.
- CORREIA, A.O.; Mulheres no mercado de trabalho. *Informativo da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória*, Ano III, N° 3, 2013.
- DIAZ, M. “Relações de gênero” in *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Gráfica Editora Rona Ltda, pp. 142-150,1999.
- GRZYBOVSKI, Denize. BOSCARIN, Roberta. MIGOT, Ana M. B. Mercado Formal de Trabalho e a Mulher Executiva. Teor. Evid. Econômica v. 09 n. 16 p. 79-100 maio/2001 Passo Fundo.<
- www.upf.tche.br/cepeac/artigo05>. Data de acesso: 23/08/2021.
- IKEDA, Marcelo. Remuneração por Gênero no Mercado de Trabalho Formal: Diferenças e Possíveis Justificativas. Texto para Discussão n. 82. Rio de Janeiro. Setembro/2000.
- LACERDA, L.B; LACERDA, G.B. Exclusão social e trabalho na Sociedade Brasileira. ENADE, *Informativo AEMS*. Disponível em. Acesso em: 25 de jul. de 2006.
- MACIEL, J. A. C. Flexibilização da CLT, um tiro nos direitos dos trabalhadores. *Revista Jurídica Consulex*. N. 115. p.47. 31 de outubro de 2002.
- MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. A mulher no mercado de trabalho. IPEA.
- <www.ipea.gov.br/seminários/artigo11>. Data de acesso: 22/08/2021.
- NETO, A. C. Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: IRT- Instituto de Relações do Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.
- PRIORE, M. D. (org.) História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006. PROBST, E. R. A Evolução da mulher no mercado de trabalho. Disponível em. Acesso em: 25 Jun. 2012.
- MESQUITA, S. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. Vol. 13 no.2. São Paulo: USP, 2002.
- SERPA, N.C. Modernização do trabalho numa organização pública: CELESC como estudo de caso. 2007. 182 fl. *Dissertação*. (Mestre Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas). Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí, 2007.
- SINA, A. Mulher e trabalho: os desafios de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo Editora Saraiva, p. 14, p. 108, p. 191, 2005.
- STEARNS, P.N. História das relações de gênero. São Paulo: Contexto, p. 11 p. 251, 2007.
- VIEIRA, A. A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil, p. 12, 2006.
- WHITAKER, D. Mulher e Homem: O Mito da Desigualdade, Editora Moderna, São Paulo, p. 11 p. 80, 1997.

## O DIREITO À CIDADE E O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CIDADE

### THE RIGHT TO THE CITY AND THE MASTER PLAN AS INSTRUMENTS FOR THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE PLANNING AND MANAGEMENT OF THE CITY

Isabelle Karen Ferreira de Melo <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente artigo busca entender a conexão entre o direito à cidade e o plano diretor dos municípios, ferramentas de planejamento e gestão da cidade, com a inclusão da pessoa com deficiência. A proposta buscará levar compreensão sobre o que de fato se trata direito à cidade, para em seguida demonstrar como o plano diretor funciona como o instrumento de aplicação/concretização desse direito, bem como realizará um link entre esses direitos e sua positivação com o direito e o dever de acessibilidade e inclusão. Ou seja, busca-se trazer uma nova visão do direito urbanístico a partir de um viés de inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência. Para isso, estudou-se a questão do direito à cidade e do planejamento e gestão na busca de inclusão, com o objetivo de entender se de fato essa inclusão vem ocorrendo durante a aplicação/elaboração dos planos diretores. A pesquisa se manifesta como de natureza qualitativa, bem como prescritiva tendo em vista que será buscado encontrar soluções para os problemas levantados. Com o objetivo final de compreender como o direito à cidade e a inclusão vem sendo garantidos à pessoa com deficiência, bem como vem ocorrendo o planejamento e a organização da gestão para melhor atender e efetivar esses direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à cidade; Plano Diretor; Inclusão; Acessibilidade, Pessoa com deficiência.

#### ABSTRACT

This article seeks to understand the connection between the right to the city and the municipal master plan, planning and management tools for the city, with the inclusion of people with disabilities. The proposal will seek to bring an understanding of what the right to the city is actually about, to then demonstrate how the master plan works as the instrument for the application/concretion of this right, as well as a link between these rights and their positivization with the law and the duty of accessibility and inclusion. In other words, it seeks to bring a new vision of urban law from a bias of inclusion and accessibility of the disabled person. For this, the question of the right to the city and the planning and management in the search for inclusion was studied, with the objective of understanding if in fact this inclusion has been taking place during the application / elaboration of the master plans. The research manifests itself as qualitative in nature, as well as prescriptive, considering that it will seek to find solutions to the problems raised. With the final objective of understanding how the right to the city and inclusion have been guaranteed to people with disabilities, as well as the planning and organization of management to better meet and implement these rights.

**KEYWORDS:** Right to the city; Master plan; Inclusion; Accessibility, Person with Disabilities.

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela UNI7. Bacharel em Direito pela UNICHRISTUS. **E-mail:** isabellekaren.adv@hotmail.com.  
**Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1183147351770974

## INTRODUÇÃO

O direito à cidade diz respeito a um direito difuso e coletivo, na qual seus titulares são as gerações presentes e futuras, ou seja, é algo que está em constante modificação. A interpretação desse direito deve ocorrer com base e em respeito a garantias e promoção dos direitos humanos.

A base legal do presente direito encontra-se na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183 que regulam a política urbana no âmbito federal, sendo o direito à cidade descrito e previsto no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001.

O estatuto da cidade veio para reforçar a importância dos planos diretores, tendo em vista que estes se apresentam como o principal instrumento de efetivação desse direito, sempre buscando combater as desigualdades urbanas.

Assim, como vivemos em meio a uma sociedade plural – na qual há uma diversificação dos sujeitos que a compõem, seja ela econômica, social e cultural – é de extrema importância salientar que embora a pluralidade seja bem vinda, de forma alguma devêssemos aceitar as desigualdades e as injustiças que hoje estão se manifestando na maioria das cidades.

Dessa maneira, a pessoa com deficiência deve inserir nesse contexto que necessita de ter seus direitos assegurados e viabilizados, e tal segurança advém da aplicação do direito à cidade e do plano diretor que se apresentam como verdadeiros instrumentos que proporcionam a inclusão e a acessibilidade desse grupo de pessoas, promovendo consequentemente a promoção da igualdade entre os sujeitos da sociedade e se apresentando como um agente eficaz no combate à discriminação.

Diante disso, o trabalho proposto buscará em um primeiro momento proporcionar ao leitor um entendimento sobre o que seria o plano diretor e posteriormente explica e leva compreensão em como esse direito é posto em prática por intermédio do plano

diretor e por fim, busca entender qual a importância e o papel da junção desses dois dispositivos na promoção de inclusão da pessoa com deficiência.

A pesquisa se justifica devido à alta relevância do tema, qual seja trabalhar os conceitos de inclusão e acessibilidade através da ótica do direito urbanista.

A metodologia adotada foi a de natureza qualitativa, bem como descritiva tendo em vista que buscará soluções para os problemas que nela serão levantados, partindo de um levantamento bibliográfico e documental.

## DO QUE SE TRATA O DIREITO À CIDADE

O direito à cidade está previsto e positivado nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, no artigo 2º, inciso I, do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), bem como em outras leis urbanísticas. Isso se dá em razão de o direito à cidade ter sido positivado pela Constituição em dois artigos que trabalham a questão da política pública e enfatizam o direito de propriedade e o do cumprimento de sua função social, sendo artigos que para serem postos em prática necessitam de uma lei específica que o regule em âmbito federal.

Além disso, é essencial salientar que o direito à cidade não se enquadra em um conceito fechado, e sim, em um direito que está em construção.<sup>2</sup> Haja vista que se apresenta como um direito difuso e coletivo, com natureza indivisível, sendo seu titular todos os habitantes da cidade – incluindo-se não apenas as gerações presentes como as futuras também –. A interpretação desse direito deve ocorrer de uma forma que não apenas promova, mas que também garanta os direitos humanos, compreendendo direitos políticos,

<sup>2</sup> PRESTES, Vanêsa Buzelato. *Dimensão Constitucional do Direito à Cidade e Formas de Densificação no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Direito (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2008, p. 52-53.

civis, culturais e sociais que no âmbito internacional são reconhecidos a todos.<sup>3</sup>

A Constituição Federal, em seu artigo 182, § 1º, estabeleceu o plano diretor como o instrumento básico da política urbana, com o fim de dinamizar, normativamente, a produção social dentro dos espaços urbanos nos municípios brasileiros.<sup>4</sup>

Acrescendo-se ainda que, juntamente com os planos diretores existem outros dispositivos/instrumentos que são voltados para a viabilização de uma gestão mais democrática, como é o caso das conferências, dos órgãos colegiados – que funcionam como uma espécie de conselho –, as audiências públicas e a participação da sociedade. Esse conjunto de instrumentos/encontros buscam adequar a realidade local, sendo ela social e cultural, com as regras, procedimentos e instrumentos que buscam tornar efetivo o direito à cidade.<sup>5</sup>

É preponderante destacar que o Estatuto da Cidade determinou que o Poder Público municipal torna-se concreto as funções sociais da cidade através de políticas públicas que abarcarasse/assegurasse a todas as pessoas o direito à cidade com qualidade e com acessibilidade.

Em síntese, é possível visualizar o direito à cidade como um poder pertencente à coletividade/ a população, que busca beneficiar tanto a presente geração quanto as gerações futuras, manifestando-se como um compromisso de caráter ético e político que

defende e busca assegurar um bem comum, qual seja o acesso a uma vida plena e digna. Dessa maneira, o direito da pessoa com deficiência, no tocante ao acesso à cidade de forma inclusiva, se entrelaça com o direito à cidade haja vista que este se apresenta como uma ferramenta de positividade dos direitos das pessoas com deficiência.

## ENTENDENDO O PAPEL DESEMPENHADO PELO PLANO DIRETOR

O plano diretor, conforme já mencionado, se manifesta como o principal instrumento garantidor do acesso ao direito à cidade, uma vez que é por intermédio dele que se expressa às regulamentações e a função social da cidade, manifestando-se como uma garantia do bem estar dos indivíduos da sociedade e traz consigo uma regulamentação que abrange tanto a esfera pública quanto privada, para que estas cumpram os fins sociais.<sup>6</sup>

Ademais, se faz interessante pontuar que a elaboração do plano diretor se mostra como obrigatória para aquelas cidades que possuem mais de vinte mil habitantes. Sendo um plano que será revisado de dez em dez anos e que a participação da população se manifesta como necessária para seu funcionamento, posto que esta participe desde o momento de concepção e implementação do plano até a implementação dele e de leis específicas, haja vista que é uma condição jurídica para validar os planos aprovados.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> AMANAJÁS, Roberta and Letícia Beccalli Klug. “Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana.” (2018), p.29-31. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%C3%A0%20cidade.pdf>

<sup>4</sup> ANDRADE, Leandro Teodoro. Direito à cidade, plano diretor e função social da propriedade: perspectivas desde a análise do plano diretor estratégico do município de São Paulo de 2014 / Leandro Teodoro Andrade. – Franca : [s.n.], 2017. 181 f. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154255/Andrade\\_LT\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154255/Andrade_LT_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

<sup>5</sup> CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. v.4, n.1, p. 185-206. jan/jun. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/issue/view/12>

<sup>6</sup> PORTO, Jane Ferreira. Plano diretor e gestão democrática: instrumentos jurídicos potencializados do direito à cidade. **Revista de direito à cidade**. v.4,n.2, p.129-165.p.139-143. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9715/7614>

<sup>7</sup> CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. v.4, n.1, p. 185-206. jan/jun.p.191. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/issue/view/12>.

O plano diretor, em razão de sua forma e conteúdo possui natureza jurídica e política, e passou a ser regulamentado pelo Estatuto da Cidade, que trouxe parâmetros e também critérios – técnicos e formais – a serem respeitados para tornar válido sua elaboração, aprovação e vigência, sendo o principal instrumento – como já mencionado – na busca pela reforma urbana e da promoção do direito à cidade nos municípios brasileiros.

Em suma, o plano diretor possui caráter político e jurídico, haja vista que no âmbito jurídico em razão do princípio da legalidade e por ser aplicável nas relações humanas, esse instrumento vincula o Poder Judiciário nas decisões que versem sobre seu conteúdo. No tocante, a natureza jurídica, o plano diretor vincula o Poder Executivo e o Legislativo para que estes cumpram suas diretrizes gerais, bem como seu regulamento, por se tratar de um instrumento de ordem básica da política urbana o seu descumprimento pode resultar em um ato de improbidade administrativa, segundo a previsão legal do art.52 do Estatuto da Cidade. Salientando-se sempre a essencialidade da participação popular na elaboração, implementação e aplicação do Plano Diretor, tendo em vista que é buscado aplicar uma gestão democrática.<sup>8</sup>

É preponderante destacar que a configuração do plano diretor se apresenta como a principal garantia que as pessoas com deficiência possuem de possuírem acesso ao direito à cidade, haja vista que é a partir dele que se traça diretrizes para a prática do direito, ou seja, além de ser o objeto constitucional de aplicação do direito de acesso à cidade, apresentasse, também, como um condutor de efetivação dos direitos da pessoa com deficiência, na medida que promove a inclusão.

<sup>8</sup> ANDRADE, Leandro Teodoro. Direito à cidade, plano diretor e função social da propriedade : perspectivas desde a análise do plano diretor estratégico do município de São Paulo de 2014 / Leandro Teodoro Andrade. – Franca : [s.n.], 2017. 181 f.p.74-87. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154255/Andrade\\_LT\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154255/Andrade_LT_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

A necessidade de que o desenho e a gestão de espaços públicos possuam um direcionamento social inclusivo e seguro, para que com isso contribuam na diminuição da desigualdade urbana é tão expressiva, que entre as metas de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 é a de construir cidades e assentamentos humanos de ordem inclusiva, segura, resistentes e sustentáveis. E garantir até o ano de 2030 o acesso universal a espaços verdes e públicos que seja seguros, inclusivos e acessíveis, em especial para o público mais vulnerável – como as mulheres, as crianças, as pessoas idosas e as pessoas com deficiência.<sup>9</sup>

Dessa forma se mostra a necessidade de se utilizar o planejamento urbano, por intermédio do plano diretor, como um instrumento de segurança na construção de uma cidade inclusiva, utilizando-se de instrumentos de natureza urbanística, jurídica e social, que garantam a acessibilidade, em especial da pessoa com deficiência.

## A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

No tocante ao direito da pessoa com deficiência e sua relação com o direito à cidade, é preciso frisar antes de qualquer coisa que o modelo social defende que a deficiência se encontra na sociedade, e não na pessoa, tendo em vista que a contribuição para o surgimento de barreiras discriminatórias vem do âmbito social, e com isso entende-se que as mudanças devem ocorrer com a finalidade de incluir as necessidades da pessoa com deficiência, respeitando sempre a diversidade.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> AMANAJÁS, Roberta and Letícia Beccalli Klug. “Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana.” (2018), p.29-31.p.30. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%C3%A0%20cidade.pdf>

<sup>10</sup> GOLDENFUM, F. P. . O direito à cidade acessível e inclusiva à pessoa com deficiência: um estudo da efetividade do projeto Rota Acessível da Lei do Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, Belo Horizonte: Fórum, v. 2, n. 3, p. 233–266, 2016. Disponível em:

O direito à cidade e o plano diretor passam a serem sujeitos atuantes e condutores de direito das pessoas com deficiência a partir do momento em que através deles a pessoa com deficiência pode usufruir de seus direitos, como ter uma cidade acessível, que possibilite sua livre locomoção e acesso em todos os espaços, por exemplo.

A Constituição Federal em seu artigo 30, inciso I, prever que a acessibilidade e a inclusão social da pessoa com deficiência dentro do cenário urbano são de competência municipal, uma vez que tratam de interesse local. Acresça-se a isso, também, o art.5º, inciso XV,227, §2º e 244, também da Constituição, na qual assegura a pessoa com deficiência o direito de locomoção, com total acesso, na sociedade e na cidade. Esses dispositivos são a base para o desenvolvimento do sistema urbanístico.

É essencial que se destaque, também, a Lei nº 10.098/00 – a qual estabeleceu as normas gerais e os critérios básicos a serem respeitados para proporcionar a acessibilidade, com o objetivo principal de eliminar as barreiras de acessibilidade, trabalhando e apresentando definições que melhoram a atender as necessidades da pessoa com deficiência e consequentemente lhe proporcionar um acesso inclusivo – e a Lei nº 10.048/00, que veio a ser regulamentado pelo Decreto nº 5.296/00, que conjuntamente fizeram com que a temática a cerca da acessibilidade ganhasse mais visibilidade e uma maior atenção legislativa.<sup>11</sup>

É preponderante salientar que o direito de locomoção da pessoa com deficiência está presente na carta mundial pelo direito à cidade, a qual regula que as cidades devem garantir o direito à mobilidade, assim

como na Lei nº 13.146/15 – Estatuto da Pessoa com Deficiência –. Dentre as formas de promover e garantir os direitos à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência é não impedir o seu direito à livre locomoção e que esta seja proposta com autonomia e segurança. A ideia principal é expandir o acesso e não restringir.<sup>12</sup>

Dessa forma, é possível visualizar como o direito à cidade e o plano diretor são instrumentos de extrema importância para promover a inclusão da pessoa com deficiência desde o planejamento até a aplicação e tomada de decisão da gestão da cidade, esses dispositivos são verdadeiros meios de efetivação dos direitos da pessoa com deficiência no tocante a acessibilidade e inclusão, tanto no espaço público quanto no privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante todo o exposto tornou-se possível compreender como o direito à cidade faz uso do plano diretor para promover/ assegurar os direitos de inclusão e de acessibilidade da pessoa com deficiência. Sendo posto em prática desde o planejamento até a gestão.

Contudo, ainda se faz necessário que ocorra uma melhor regularização e adequação dos espaços públicos da cidade, bem como privados, com o objetivo de erradicar as barreiras que surgem no meio urbano. Bem como fiscalizado para que se evite o surgimento de novas barreiras quando da elaboração de novos projetos.

Para que os objetivos possam ser respondidos é essencial que em um primeiro momento se reconheça as diferenças entre os indivíduos e que a pessoa com

<https://journal.nuped.com.br/index.php/direitourbanistico/article/view/521>.

<sup>11</sup> GOLDENFUM, F. P. . O direito à cidade acessível e inclusiva à pessoa com deficiência: um estudo da efetividade do projeto Rota Acessível da Lei do Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte: Fórum, v. 2, n. 3, p. 233–266, 2016. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/direitourbanistico/article/view/521>.

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, 2000, p. 43, citado por LEITE, Flávia Piva Almeida. Direito ao acesso ao meio físico da cidade. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 94, nov. 2011, p. 03. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10620](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10620). Acesso em: jan. 2015; LEITE, Flávia Piva Almeida. *CIDADES Acessíveis*. 1. ed. São Paulo: SRS Editora, 2012, p. 154.

deficiência circule pela cidade, de forma que tenha autonomia e segurança e com isso possua o sentimento de pertencimento, de inclusão, que exerça sua cidadania de forma plena.

Por fim, é essencial pontuar que embora ainda haja um longo caminho na luta contra a discriminação das pessoas com deficiência a ser percorrido, muito já se foi conquistado. E no âmbito do direito urbanístico é preciso que se tenha em mente que para se ter uma sociedade inclusiva é necessário que a arquitetura urbana funcione como um instrumento que promova a diversidade – sendo elas físicas e psíquicas – e que com isso ocasione na diminuição de barreiras, posto que a maior barreira a ser enfrentada é o preconceito que impede a aceitação das diferenças e da diversidade.

## REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, Roberta and Letícia Beccalli Klug. “Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana.” (2018), p.29-31. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/1/Direito%20C3%A0%20cidade.pdf>

ANDRADE, Leandro Teodoro. Direito à cidade, plano diretor e função social da propriedade : perspectivas desde a análise do plano diretor estratégico do município de São Paulo de 2014 / Leandro Teodoro Andrade. – Franca : [s.n.], 2017. 181 f. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/Andrade\\_LT\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/Andrade_LT_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y)

CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. v.4, n.1, p. 185-206. jan/jun. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/issue/view/12>

FIGUEIREDO, 2000, p. 43, citado por LEITE, Flávia Piva Almeida. Direito ao acesso ao meio físico da cidade. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 94, nov. 2011, p. 03. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10620](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10620). Acesso em: jan. 2015; LEITE, Flávia Piva Almeida. CIDADES Acessíveis. 1. ed. São Paulo: SRS Editora, 2012, p. 154.

GOLDENFUM, F. P. . O direito à cidade acessível e inclusiva à pessoa com deficiência: um estudo da

efetividade do projeto Rota Acessível da Lei do Plano Diretor de Acessibilidade de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte: Fórum, v. 2, n. 3, p. 233–266, 2016. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/direitourbanistico/article/view/521>.

PORTO, Jane Ferreira. Plano diretor e gestão democrática: instrumentos jurídicos potencializados do direito à cidade. **Revista de direito à cidade**. v.4,n.2, p.129-165. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/9715/7614>

PRESTES, Vanêsa Buzelato. *Dimensão Constitucional do Direito à Cidade e Formas de Densificação no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Direito (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2008, p. 52-53.

## O DIREITO A EDUCAÇÃO SUPERIOR COM QUALIDADE PREVISTO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI 13.146/15 COMO FORMA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### THE RIGHT TO QUALITY HIGHER EDUCATION PROVIDED BY THE FEDERAL CONSTITUTION AND LAW 13.146/15 AS A WAY OF INCLUDING PEOPLE WITH DISABILITIES

Isabelle Karen Ferreira de Melo <sup>1</sup>

#### RESUMO

A figura da pessoa com deficiência é algo que sempre esteve presente na sociedade, o que se pode notar ao longo do tempo é a luta por reconhecimento e a evolução quanto perspectiva da forma de tratamento dessas pessoas que os tira da indivisibilidade e os inclui no meio social, como uma busca de lhes atribuir poder para exercer seus direitos e deveres e de participar/contribuir na vida em sociedade. O presente artigo busca analisar, a problemática relacionada ao emprego do direito ao acesso a uma educação inclusiva no ensino superior e que esta seja de qualidade. Primeiramente, será apresentado um breve relato sobre a pessoa com deficiência e suas fases de conquistas ao longo da história, tendo como intuito mostrar um pouco da evolução na forma de tratamento e em qual fase nos encontramos atualmente. Posteriormente, se dividirá em tópicos que tratarão sobre o que seria essa inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional, o que seria essa educação de qualidade que é prevista pelos dispositivos legais e o que é essa educação inclusiva no ensino superior e como esta sendo seu emprego. Para tanto se realizou uma pesquisa bibliográfica e documental e utilizou-se o método dedutivo. Conclui-se que a pessoa com deficiência, assim como qualquer outro cidadão, tem direito a inclusão no ensino superior e uma educação de qualidade, mas, para tanto, se faz necessário a adaptação das instituições de ensino para receberem e recepcionar esses alunos e lhes proporcione sua manutenção na instituição e um melhor futuro profissional e realização pessoal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito; Educação; Pessoa com Deficiência; Inclusão; Legislação.

#### ABSTRACT

The figure of the person with a disability is something that has always been present in society, what can be noticed over time is the struggle for recognition and the evolution regarding the perspective of the way of treating these people that takes them out of indivisibility and includes them in the middle. social, as a quest to give them power to exercise their rights and duties and to participate/contribute to life in society. This article seeks to analyze the problem related to the use of the right to access an inclusive education in higher education and that it is of quality. First, a brief report will be presented about the disabled person and their phases of achievements throughout history, with the aim of showing a little of the evolution in the form of treatment and in which phase we are currently. Subsequently, it will be divided into topics that will deal with what would be this inclusion of the person with disabilities in the educational scope, what would this quality education be that is provided for by legal provisions and what is this inclusive education in higher education and how it is being job. For that, a bibliographic and documental research was carried out and the deductive method was used. It is concluded that the person with a disability, like any other citizen, has the right to be included in higher education and quality education, but for that, it is necessary to adapt educational institutions to receive and welcome these students and provide their maintenance in the institution and a better professional future and personal fulfillment.

**KEYWORDS:** Law; Education; Disabled Person; Inclusion; Legislation.

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela UNI7. Bacharel em Direito pela UNICHRISTUS. E-mail: isabellekaren.adv@hotmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/1183147351770974

## INTRODUÇÃO

Devido a uma nova perspectiva na forma de tratamento da pessoa com deficiência<sup>2</sup>, que o tira da invisibilidade, e no investimento na sua inclusão no Ensino Fundamental e Médio está se tornando cada vez mais frequente o seu ingresso nas instituições de Ensino Superior. Contudo, esta é uma realidade que ainda vem sendo moldada e devido a isso, embora o ingresso dessas pessoas esteja aumentando os índices de desistência no meio da graduação ainda são consideráveis.

Com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei 13.146/15, foi garantido o tratamento em igualdade de direitos para as pessoas com deficiência frente às demais pessoas, haja vista que estão sobre a proteção da declaração dos direitos humanos. No Brasil essa questão ganhou mais força e notoriedade após a chegada dos dispositivos mencionados, tendo em vista que regulamentaram e trouxeram embasamento jurídico a essa questão de direitos das pessoas com deficiência e a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a todos o direito à educação e o direito a igualdade/isonomia.

Contudo, é fato que o ensino não vem sendo realizado conforme estabelece a Constituição Federal, qual seja uma educação de qualidade, na qual o aluno tenha o total suporte para permanecer na instituição e tornar-se um profissional habilitado para exercê-la, para continuar em sua caminhada de aperfeiçoamento e aprofundamento acadêmico, com a finalidade de proporcionar um desenvolvimento da personalidade e

<sup>2</sup> Art. 2º Considera-se **pessoa com deficiência** aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.. (grifou-se) (BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 12 set. 2019)

dos talentos desses indivíduos, bem como incentivar a criatividade e as habilidades físicas e intelectuais, além de uma participação efetiva na vida em sociedade, conforme previsto pelo artigo 24, alíneas “b” e “c” da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

## UM BREVE RELATO SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS FASES DE CONQUISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA

A história da pessoa com deficiência e sua busca por reconhecimento, respeito e direitos não é algo que se finda no passado e muito menos nos dias atuais. Esta luta ainda está sendo construída a cada movimento social por busca de direitos. Cada história e iniciativa, seja ela coletiva ou isolada, configura uma nova mudança, uma nova conquista, ou seja, é algo que está em movimento constante trazendo consigo transformações que tem como principal objetivo tirar cada vez mais a pessoa com deficiência da invisibilidade, a medida que as conquistas e os reconhecimentos são realizados, provocando, assim, mudanças não apenas sociais, mais culturais também.

Como relatado, não é de hoje a existência de pessoas com deficiência no seio da sociedade, contudo a forma de tratamento e comportamento da sociedade quanto a esses indivíduos se modificou ao longo dos anos. O tratamento dispensado às pessoas com deficiência tem variações históricas e culturais, porém existe uma constante, qual seja, a marginalização/exclusão<sup>3</sup>

Por um longo período essas pessoas foram tratadas como um castigo para a família em virtude dos pecados, o que caracterizava, para aquela época de valores arcaicos, um motivo de vergonha e de ridicularização. Em face disso, eram mantidas

<sup>3</sup> DÍAZ, Antonio León Aguado. **Historia de las deficiencias**. Madrid: Escuela Libre, 1995, p. 23. (Colección Tesis y Praxis)

escondidas e isoladas de todo e qualquer convívio e contato social/ cultural, ou até mesmo, sacrificada.<sup>4</sup>

Acresça-se a isso também, outro período, que com a evolução da história social e dos valores culturais, onde essas pessoas passaram a serem tratadas como doentes. Doenças, estas que poderiam ser curadas ou tratadas e fazer com que o indivíduo passe a parecer o mais próximo dos padrões de normalidade ditados pela sociedade da época. Em decorrência dessa situação eram jogadas em hospitais psiquiátricos, em casas de custódia e submetidas a todos os tipos de tratamento. Por muitas vezes foram tratadas como animais de laboratório e sofreram até mesmo tortura com o objetivo de atingir a “cura” para a deficiência do sujeito.<sup>5</sup>

Salienta-se, também, outra fase, enfrentada mais contemporaneamente, onde a deficiência é vista como uma questão social. Sendo neste período, chamado por Agustina Palacios de período social de tratamento, a deficiência é uma consequência das barreiras impostas pela sociedade.<sup>6</sup> Entre elas, tem-se a incapacidade como a maior dessas barreiras e causadora da desigualdade entre as pessoas. A incapacidade é um agente causador da perda ou a limitação das oportunidades de participar da vida em igualdade de condições com os outros. Ou seja, em todas as vertentes nota-se a exclusão, o preconceito, a discriminação e o sentimento de indiferença da sociedade frente a pessoa com deficiência na participação da vida social, o que gerava uma marginalização desse indivíduo.

<sup>4</sup> LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha; SILVA, Alexandre Antonio Bruno. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos? **R. Opin. Jur.**, Fortaleza, ano 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016.

<sup>5</sup> LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha; SILVA, Alexandre Antonio Bruno. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos? **R. Opin. Jur.**, Fortaleza, ano 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016.

<sup>6</sup> PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Madri: Cinca, 2007.

As pessoas com deficiência intelectuais, visuais, na fala, na audição e as que têm mobilidade restrita enfrentam barreiras diferentes, cuja superação ou redução exige soluções diferenciadas, mas também semelhantes, pois os efeitos sociais são os mesmos para todos.<sup>7</sup>

É preponderante, pois, destacar que na era contemporânea, com a chegada da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que tendo como base o que foi acordado entre as nações, teve como objetivo “proteger e assegurar o pleno e igual desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito por sua dignidade inerente”<sup>8</sup>. Assim, a Convenção visa defender os direitos das pessoas com deficiência para que estas sejam tratadas sem discriminação, e gozem das liberdades fundamentais e das seguranças dos direitos humanos como qualquer outro cidadão com o intuito maior de que sejam incluídas e de que participem de todos os atos da vida em sociedade, quebrando preconceitos e renovando os conceitos de pessoa com deficiência.

Juntamente a Convenção, a Lei 13.146/15 também trouxe mais amparo a essa classe, uma vez que busca defender e propagar a ideias já firmadas pela Convenção, só que em âmbito nacional. A Lei estabeleceu sanções/penalidades contra toda atitude discriminatória e visa firmar as mudanças previstas em diversas áreas dentre elas na educação, na questão de capacidade civil entre outras.

As pessoas com deficiência passaram a ter reconhecido o seu espaço e notoriedade na sociedade a medida que conquistaram sua própria voz e seus

<sup>7</sup> BUBLITZ, Michelle Dias. Conceito de pessoa com deficiência: comentário à ADPF 182 do STF. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 39, n. 127, p. 353-369, set. 2012.

<sup>8</sup> CELEBRANDO 10 Anos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **United Nations Human Rights, Office Of The Hing Commissioner**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRPD/Pages/CRPD10.aspx>. Acesso em: 28 abr. 2019.

direitos, tendo esses dispositivos como principal objetivo garantir a essas pessoas seus direitos.

## O QUE É A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO?

O conceito de inclusão vem se modificando ao longo dos anos, variando com o aspecto cultural e social. A inclusão busca inserir a pessoa com deficiência na sociedade, com o intuito de lhe proporcionar um tratamento igualitário em comparação com os outros.

Também se pode afirmar que seja uma forma de inserir esse indivíduo na vida em sociedade de modo a respeitar as diferenças e preservar seu movimento e interação com a sociedade<sup>9</sup>. Acresça-se a isso que a inclusão tem seu maior campo de atuação na educação, uma vez que é um berço da socialização tendo em vista que promove um maior contato entre as pessoas: “A escola é a porta de entrada para a sociedade e não pode ser negado a nenhum aluno o direito de aprender, seja em uma escola pública ou particular. Prevista e garantida por Lei, a educação é um direito de todos”.<sup>10</sup>

A Educação Inclusiva é um sistema de educação e ensino em que todos os alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo os alunos com deficiência, frequentam as escolas comuns, da rede pública ou privada, com colegas sem deficiências. Para tanto, as escolas comuns precisam prever recursos e apoio para atender às necessidades destes alunos.<sup>11</sup>

O objetivo da inclusão educacional deve ser eliminar a exclusão social. Dessa forma, a inclusão parte do princípio que todos são iguais, tendo a crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa, portanto, deve acolher e beneficiar a todos indistintamente, mas com alternativas diferenciadas.<sup>12</sup>

A questão da inclusão no meio social é algo que esta prevista nos direitos fundamentais uma vez que eles garantem, no dispositivo Constitucional, o tratamento em pé de igualdade e isonomia das pessoas com deficiência frente as demais pessoas da sociedade. A questão aqui abordada busca dar um enfoque maior quanto a inclusão no meio educacional, baseando-se na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo MEC( Ministério da Educação) que visa que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. **A educação inclusiva** constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.<sup>13</sup> (Grifou-se).

<sup>9</sup> MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**. Ano XX, n. 186, 2005.

<sup>10</sup> VASCONCELOS, Maria Helena Schneid; SONZA, Andréa Poletto. I SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão. **Anais... PUCRS**, Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-7.pdf>. Acesso em: 20 jun.2019.

<sup>11</sup> GIL, Marta. **Educação inclusiva**: o que o professor tem a ver com isso? texto de apresentação do Prof. Hubert Alquéres. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ashoka Brasil, 2005, p. 15.

<sup>12</sup> BEZERRA, Maria Claudia Ferreira dos Santos. **Inclusão do autismo no contexto das diferenças no âmbito educacional**. 2017. 76 f. Monografia (pós-graduação em?) - Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2017.

<sup>13</sup> MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 jun. 2019, p. 1.

Assim ficando fundamentado e assegurado mais uma vez o direito que a pessoa com deficiência possui de ser incluída no meio social e cultural, em especial no meio educacional. Acresça-se a isso, também, que o MEC (Ministério da Educação, um órgão do governo federal do Brasil) prever em sua Política Nacional de Educação Especial, o acompanhamento anual de como vem se dando essa educação inclusiva, com o intuito de assegurar aos alunos com deficiência uma educação inclusiva que lhe propicie uma formação apta/adequada e de qualidade.

O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais.<sup>14</sup>

Como analisado no seguinte tópico, pode-se entender que “Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro.”<sup>15</sup> Dessa forma, entende-se que a inclusão da Pessoa com Deficiência no âmbito educacional é algo que proporciona a interação e a inclusão desses indivíduos na sociedade, tendo em vista que é um dos primeiros contatos que a pessoa com deficiência tem com a vida no meio social e nada mais justo do que seguir o ordenamento e proporcionar a elas essa interação e inclusão de modo que se sinta acolhida e incluída.

<sup>14</sup> MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>15</sup> MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**. Ano XX, n. 186, 2005, p. 25.

## O QUE SERIA ESSA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE?

Conforme previsto pela UNICEF, que frente a necessidade de proporcionar as gerações contemporâneas e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio, proclamou a Declaração Mundial sobre Educação para todos<sup>16</sup>, na qual prever dentre seus artigos a satisfação de necessidades básicas na aprendizagem, a expansão de seus enfoques, a universalização ao acesso à educação, a promoção da equidade, e também busca propiciar um ambiente adequado para a aprendizagem. Sendo assim, fica ditado que uma educação de qualidade envolve várias características e fatores tais como: estudantes, ambientes, conteúdo, processo e resultados. (UNICEF, 2015) Dessa maneira, esses fatores vão desde a adaptação das estruturas até a seleção de profissionais especializados.

No entanto, mesmo sendo o padrão de qualidade de ensino um direito fundamental, e, assim, um mandamento otimizado<sup>17</sup>, o que acontece nos dias atuais é que essa educação de qualidade descrita e prevista pela legislação, assim como, a inclusão do aluno com deficiência infelizmente não vem sendo empregada de maneira adequada.

Tal confirmação/alegação parte do fato de que a pessoa com deficiência não recebe uma educação

<sup>16</sup> DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. **Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>17</sup> Segundo Alexy, “princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fálicas, mas também das possibilidades jurídicas. O âmbito das possibilidades jurídicas é determinado pelos princípios e regras colidentes.” (ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 91)

capaz de torna-lo um profissional preparado para o mercado de trabalho e para seguir na caminhada acadêmica pela busca por mais aprofundamento e conhecimento. Esse fato é notável pelo grande número de alunos que desistem no meio do curso por não conseguirem acompanhar o nível dos demais, ou seja, por não terem sido preparados de maneira adequada para a entrada no mundo do ensino superior.

É de extrema importância ressaltar que a falta de suporte com qualidade educacional da pessoa com deficiência para o ensino superior tem seu início marcado desde o seus primeiros passos na educação, logo no ensino fundamental, na qual em vez de prepararem os alunos e proporcionar uma inclusão de fato, os professores acabam que por tolher o desenvolvimento da criança ocasionado pelo despreparo do professor, que na maioria das vezes não promovem uma inclusão e sim, uma integração em sala de aula do aluno com deficiência.

As pré-condições para a qualidade, equidade e eficácia da educação são construídas na primeira infância, sendo os cuidados básicos e as atividades de desenvolvimento e educação infantis condições essenciais para a consecução dos objetivos da educação básica. Esta deve corresponder às necessidades, interesses e problemas reais dos participantes do processo de aprendizagem. (UNICEF)<sup>18</sup>

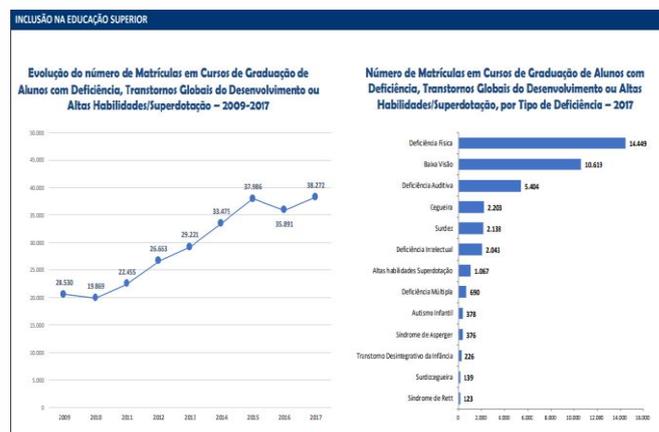
Acresça-se a isso, também, que entende-se como política inclusiva adequar planejamentos de aula, dinâmica na turma e tantos outros aspectos como previsto pelos programas de políticas inclusivas que reforçam a ideia tratada pela de educação de qualidade tratada pela Unicef, todos com o intuito de incluir, ou

<sup>18</sup> DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Unicef. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 20 jun. 2019.

seja, de fazer com que a turma se adapte e respeite o aluno com deficiência e infelizmente o que acontece é o contrario, o aluno com deficiência é que tem que se adaptar a turma, gerando um integração e não uma inclusão.

No entanto é preponderante salientar que após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prevista pelo MEC, vem se modificando, mesmo que aos poucos, esse cenário o que se comprova em seus dados estatísticos que demonstram o crescimento do índice de alunos com deficiência entrando no ensino fundamental e no ensino superior, conforme exposto abaixo:

**QUADRO 1 – Inclusão na educação superior**



**FONTE:** <http://portal.mec.gov.br/>

É de extrema importância ressaltar que a educação especializada é complementar a regular, e nunca uma substituirá a outra. Sendo assim, fica claro o direito que o aluno com deficiência tem de ter acesso a educação, e que esta seja completa de modo a prepará-lo desde o princípio da sua vida escolar para as etapas seguintes, qual seja a de ingressar no ensino superior e em decorrência disso se inserir no mercado de trabalho. O que se visa com esse ensino de qualidade para as pessoas com deficiência é lhes garantir um direito seu, o direito a isonomia estando este previsto na Constituição Federal: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos

brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Sendo assim, pode-se chegar a conclusão de que uma educação de qualidade conforme descrito no tópico é algo que engloba vários fatores e todos eles contribuem para que o aluno tenha acesso a uma boa educação, indo esta além das limitações de estrutura física e adentrando no meio pedagógico e social do âmbito de aprendizagem.

### A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

É de extrema importância destacar que a pessoa com deficiência ocupa um novo lugar no atual cenário cultural e social do país, sendo isso possível e garantido pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e pela Lei 13.146/15, que visa diminuir o preconceito e a discriminação sofridos por esses indivíduos.

A legislação em conteúdo buscou proporcionar uma nova forma de tratamento que procurou assegurar um tratamento igualitário entre todos, ou seja, devem ser garantidos à pessoa com deficiência os mesmos direitos garantidos as pessoas sem deficiência, e dessa forma quebrando uma das maiores barreiras que eram e é imposta pela própria sociedade.<sup>19</sup>

O crescimento, o desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais, por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional, etc, deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como uma exigência, para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade.<sup>20</sup>

É um fato de que todos têm direito ao acesso a educação e que seja de qualidade, tendo em vista o que

<sup>19</sup> PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madri: Cinca, 2007

<sup>20</sup> JESUS, Sônia Cupertino de. Inclusão escolar e a educação especial. **UFJF**, Setembro 2005, p. 4. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

esta prevista e assegurado em nossa Constituição Federal, em seus artigos 205 e 206, quando dispõe que deverá ser prestado a todos, sem distinção, um serviço educacional de qualidade na qual lhes proporcione, de forma digna, uma qualificação para o mercado de trabalho. Acresça-se a isso, também, o fato de que a L.13.146/15 em seus artigos, 27, 28 e 30 regular sobre o direito e o acesso a educação levando, assim, mais força aos direitos assegurados pelos ordenamentos aqui já mencionados.

Sendo assim, a educação no ensino superior das pessoas com deficiência um direito delas, de forma que seu objetivo não seja apenas que esses indivíduos saiam da faculdade com um diploma mais, sim, preparados para o mercado de trabalho de forma que possam competir em pé de igualdade com seus concorrentes.

No entanto, embora esteja crescendo os índices de ingresso dos alunos com deficiência na esfera do ensino superior, conforme mostrado anteriormente no gráfico, infelizmente ainda podemos notar, uma boa quantidade desses alunos que não concluem o ensino superior por motivos de desistência, tendo em vista que não conseguem acompanhar o padrão de ensino que lhes é imposto na faculdade/universidade em face de déficits que possuem por conta de uma falha que ocorreu lá atrás, quando ainda eram alunos de ensino fundamental e médio haja vista que, o ensino que lhes foi oferecido e proporcionado nessa fase da vida escolar não foi suficiente para prepara-los para a vida acadêmica, o que dificulta a permanência desses indivíduos nas instituições de ensino superior.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário, pois, destacar que a pessoa com deficiência se encontra resguardada por uma legislação voltada a garantir um tratamento igualitário. No entanto, mesmo estando disposto e regulado na

Constituição Federal, Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na L.13.146/15 que todos têm direito a uma educação de qualidade, essa meta ainda não foi alcançada com plena eficácia, baseando-se no fato de que embora crescentes os índices de ingresso de pessoas com deficiência no ensino de nível superior são poucas as pessoas com deficiência que permanecem e concluem o Ensino Superior.

Acresça-se a isso, também, que, diante dessa realidade, é inadmissível que se feche os olhos para esse problema. É de extrema importância, pois, que se faça a adoção de medidas que qualifiquem as Instituições de Ensino Superior para receberem a demanda de alunos com deficiência e lhes preste um serviço de qualidade, afim de lhes proporcionar uma permanência na instituição e se tornar em um profissional apto para o mercado de trabalho e que tenha isso como um incentivo para permanecer na jornada acadêmica para aprimorar seus conhecimentos.

Com o intuito de amparar o aluno com deficiência aumentando, assim, as suas chances de uma melhora na qualidade de vida, da mesma forma que qualquer outro cidadão tem, aplicando-se também o princípio da isonomia, tratando os desiguais na medida de suas desigualdades.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, conclui-se que, assim como qualquer outro cidadão, a pessoa com deficiência tem o direito de ter acesso a uma educação, educação essa que seja de qualidade que vise a incluir essa classe de pessoas na sociedade, realizando assim a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior e conseqüentemente no mercado de trabalho, e proporcionando que continue na sua busca por aperfeiçoamento acadêmico.

No entanto, para que esse resultado seja alcançado se faz necessário que a inclusão e a adaptação das instituições de ensino para receberem e

recepcionar esses alunos comece a ser feita e introduzida bem antes, ou seja, é essencial que o aluno com deficiência tenha uma base educacional sólida, tendo em vista que se essa base de uma educação de qualidade for implementada desde a introdução dos estudos desses alunos com deficiências nas instituições de ensino fundamental e médio, estes estarão mais aptos para acompanhar o ensino quando chegarem no nível superior, o que conseqüentemente terá como resultado a diminuição do índice de abandono do ensino superior e o aumento da porcentagem de alunos com deficiência que se formam no nível superior e são efetivados no mercado de trabalho. Dessa forma, tornando possível que a pessoa com deficiência tenha uma qualidade de vida melhor.

### REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2006.

BEZERRA, Maria Claudia Ferreira dos Santos. **Inclusão do autismo no contexto das diferenças no âmbito educacional**. 2017. 76 f. Monografia (pós-graduação em?) - Universidade Estadual Do Ceará – UECE, 2017.

BUBLITZ, Michelle Dias. Conceito de pessoa com deficiência: comentário à ADPF 182 do STF. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 39, n. 127, p. 353-369, set. 2012.

CELEBRANDO 10 Anos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **United Nations Human Rights, Office Of The High Commissioner**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRPD/Pages/CRPD10.aspx>. Acesso em: 28 abr. 2019.

DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990), Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. **Unicef**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 20 jun. 2019.

DÍAZ, Antonio León Aguado. **Historia de las deficiências**. Madrid: Escuela Libre, 1995. (Colección Tesis y Praxis.)

GIL, Marta. **Educação inclusiva**: o que o professor tem a ver com isso? texto de apresentação do Prof. Hubert Alquéres. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ashoka Brasil, 2005.

JESUS, Sônia Cupertino de. Inclusão escolar e a educação especial. **UFJF**, Setembro 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha; SILVA, Alexandre Antonio Bruno. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos? **R. Opin. Jur.**, Fortaleza, ano 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**. Ano XX, n. 186, 2005.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 jun. 2019.

PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

VASCONCELOS, Maria Helena Schneid; SONZA, Andréa Poletto. I SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão. **Anais...** PUCRS, Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-7.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

## A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA PROBLEMATIZADORA: UMA OPORTUNIDADE À REFLEXÃO CRÍTICA

### EDUCATION AS A PROBLEMATIZING PRACTICE: AN OPPORTUNITY FOR CRITICAL REFLECTION

Salatiel Elias de Oliveira <sup>1</sup>

#### RESUMO

A Proposta desta produção tem a finalidade de trazer à tona a ação reflexiva sobre a prática do Profissional da Educação "Professor(a)" como ponto de partida para o fim do processo de exclusão social com base na problematização na realidade que permeamos todos os dias de forma clara e realista. Com base na Pesquisa Bibliográfica com autores que deixaram verdadeiro legado a Educação Nacional e Mundial foi possível via pensamento crítico perceber uma educação em pleno avanço. Mesmo que este não seja de forma muito rápida. Pois, só uma educação com pontos de reflexão claros e objetivos bem estabelecidos é capaz do grande salto para a aprendizagem. Uma Educação voltada para a leitura crítica e a união com foco na esperança e na transformação social será capaz de reconstruir o um País voltado para TODOS. Dentro do levantamento realizado foram desatadas amarras no arcabouço dos registros históricos, teórico e prático que não apenas deixam exemplos. Mas, apresentam sua singularidade em direcionar o ato de pensar sobre educação para uma mudança social realista e transformadora. Um Professor leitor e analítico que tenha conhecimento e ousadia de realizar apreciações em áreas e refletir sobre as mesmas, será capaz de oferecer uma educação capaz de realizar mudanças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Leitura; Reflexão; Prática; Libertação; Problematização.

#### ABSTRACT

The purpose of this production is to bring to light the reflexive action on the practice of the Education Professional "Teacher" as a starting point for the end of the process of social exclusion based on the problematization in the reality that permeates every day clearly and realistically. Based on the Bibliographic Research with authors who left a true legacy to National and World Education, it was possible through critical thinking to perceive an education in full advance. Even if it's not very fast. For, only an education with clear points of reflection and well-established objectives is capable of the great leap towards learning. An Education focused on critical reading and unity focused on hope and social transformation will be able to rebuild a Country focused on ALL. Within the survey carried out, ties were untied in the framework of historical, theoretical and practical records that not only leave examples. But, they present their uniqueness in directing the act of thinking about education towards a realistic and transformative social change. A reading and analytical Professor who has the knowledge and daring to make assessments in areas and reflect on them, will be able to offer an education capable of making changes.

**KEYWORDS:** Education; Reading; Reflection; Practice; Release; Problematization.

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University, Doutor em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University (2019), Mestre em Psicanálise pela Associação Brasileira de Psicanálise Clínica (2007), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2005/2006), Pedagogia, Habilitado em Orientação Educacional (FAFILE-MG 1995), Pós-Graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínica UNIRIO-RJ (2001), Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica e Práticas Educacionais UNIG (2010), Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica com ênfase em Gestão Educacional FIB-Cariacica-ES (2014), Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Religioso FIB-Cariacica-ES (2015), Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional – FIB – Cariacica-ES (25/11/2017), Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva – Faculdade de Educação Regional Serrana – FUNPAC – Conceição do Castelo-ES. 09/10/2019, DOUTORADO CONCLUÍDO na Absolute Christian University – Florida-USA em 06/05/2019. RECONHECIMENTO DO DOUTORADO: Processo de Registro/Convalidação no Brasil. – APOSTILA DE RECONHECIMENTO. UNOESTE – Universidade Oeste Paulista – Presidente Prudente - SP em 14/04/2021, PÓS-DOUTORANDO EM EDUCAÇÃO na Absolute Christian University – Florida-USA desde 07/06/2021. Pós-Graduando em Psicogerontologia – Faculdade Serra Geral – Timóteo-MG 2021. Orientador e Professor da ACU – Absolute Christian University, Diretor do Instituto CRE & SER – Cursos, Palestras, Treinamentos, Reabilitação e Serviços, Membro do Comitê Editorial da ACU e Membro do Comitê Editorial da Revista Científica Excellence. Idealizador e Coordenador de projetos voluntários e filantrópicos em prol de: crianças, adolescentes, jovens e idosos. **Currículo Lattes:** [lattes.cnpq.br/3201179589806094](http://lattes.cnpq.br/3201179589806094)

## INTRODUÇÃO

A Educação como ponto de partida para uma reflexão capaz de despertar o educador que existe dentro de cada um de nós é uma educação com possibilidade de mudança.

Baseado neste princípio da mudança social pela educação, surge os desafios da educação como objeto de transformação e superação para a humanidade. Neste Processo estão envolvidos todos por uma educação que seja problematizadora e capaz de questionar a si mesma. Não uma educação simplesmente por uma educação repetitiva e sim por uma educação reflexiva com oportunidades iguais a todos em todos os lugares. Sem a existência de listas de exigências que fazem parte da discriminação de modo geral e ou específica. EDUCAÇÃO PARA TODOS E DE QUALIDADE.

O Sistema Educacional deve conduzir o processo da aprendizagem a um nível de automatização da abstração reflexiva de forma que o nosso pensar seja responsável pelos nossos próprios cognitivos conscientes para a realização de análise, a formação de conceitos, a resolução de problemas e a chegada de soluções.

Para se alcançar tais princípios, professores e profissionais de forma geral precisam de uma formação adequada e libertadora. Capaz de conduzir a novos desafios.

A Pesquisa Bibliográfica realizada contou com autores que se envolveram definitivamente com o processo educacional com seus princípios e conceitos. Exemplos de pensadores e provocadores: Alves (2000), Aranha (1996), Borges (2007), Constituição Federal (1988), Carvalho (2004), Dicionário (2022), Freire (2011-2020), Leite (2021), Montoan (2003), Martins (2010), Nóvoa (2009-2017), Romão (2005), Silva e Jorge (2022) e outros que contribuíram para o desenvolvimento deste conjunto de informações capazes de alcançar níveis de mudanças sociais.

## SABERES FUNDAMENTAIS À PRÁTICA EDUCATIVA-CRÍTICA

O processo de ensino e da aprendizagem apresenta muitas alternativas para o observador. Seja ele o Professor e/ou o Aluno. O conjunto de conhecimentos (algo ou alguém) se torna fundamental para expressar os saberes.

Paulo freire (original 1996 – digitalização 2020) fala de conceitos importantes não só para pratica progressista, mas toda prática pedagógica que tem por objetivo negar a perpetuação do ensino como instrumento de castração dos alunos impedindo-os de produzir novas formas de compreender o objeto de estudo, a realidade e de transformarem a si mesmo e a sociedade em que estão inseridos.

Na dinâmica da autonomia, na percepção de Freire (43ª ed. 2011) "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção". Com este olhar, nos passa a mensagem de que numa sala de aula não existe o sujeito que forma/ensina e o objeto que aprende ou é formado. Pois nem formar é ação pela qual seu criador da forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado, como ensinar não é transferir conhecimentos, pois tanto o educador como os educandos ensinam e aprendem de forma recíproca.

Segundo Romão (2005):

Podemos fazer a grande revolução da Educação Brasileira, independente das alterações na legislação ou do sistema, se, no dia-a-dia do trabalho, conciliarmos o compromisso - construído com nossos princípios de liberdade e equidade - com as camadas oprimidas da população e com as estratégias arquitetadas a partir de uma leitura da realidade (p. 69).

Portanto não há docência sem discência, pois toda prática educativa demanda de sujeitos: um que,

ensinado, aprende outro que aprendendo, ensina. Daí o cunho gnosiológico<sup>2</sup> do processo de ensino-aprendizado.

Segundo afirmações de Alves (2000, p. 19).

Eu diria que os educadores são como velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo em que vale a relação que os liga aos educandos, sendo que cada educando é uma “entidade” (*pessoa física*) sui generis, portador de um nome, também de uma “estória”, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer nesse espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal. (grifo nosso).

Nesse contexto é fundamental ao educando a consciência do inacabamento do ser humano e de seu crescimento e da sua responsabilidade para a evolução do próprio mundo/meio em que convive. Mesmo sabendo das dificuldades materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em que nos encontramos, quase sempre gerando barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, Freire (1996) nos passa a realidade de que os obstáculos não se eternizam. É a consciência deste inacabamento que nos torna seres éticos.

Pensar o passado não deve ser visto como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou erudição. O passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente. É compreendendo o passado que poderemos dar sentido ao presente e projetar o futuro. (ARANHA, 1996, p. 17).

Alves (1995), faz uma reflexão que neste momento se torna pertinente ao nosso momento

<sup>2</sup> A palavra é formada a partir do grego gnosis (conhecimento) e logos (doutrina, teoria), significa a doutrina que se debruça sobre o conhecimento, a teoria do conhecimento. (DICIO, 2022).

reflexivo quanto à capacidade de interagir com o mundo interior e exterior para a formação de cidadãos preparados para um encontro pessoal com o ato de conhecer e transmitir o conhecimento de cada um e melhorar a cada momento, mas dentro do contexto vivencial mantendo um aprendizado em uma concepção transformadora.

Crítico do sistema educativo brasileiro, Alves (1980-2022) pedia mudanças profundas e inspirou gerações sobre questões relacionadas à educação, ao tempo e à vida. Ele manteve a sua defesa a atuação de um professor que ensina a pensar e a estimular a curiosidade dos alunos:

Não é por acidente então, que os professores sejam aqueles que sonham com os educadores, e os funcionários tenham visões de liberdade [...]. Não se trata de formar o educador, como se ele não existisse. Como se houvesse escolas capazes de gerá-lo, ou programas que pudessem trazê-lo à luz [...] é necessário acordá-lo. O que está em jogo não é uma técnica, um currículo, uma graduação ou pós-graduação. O que está em jogo não é uma administração da vocação, como se poetas, profetas, educadores, pudessem ser administrados. Precisamos de um ato mágico de exorcismo. Nas histórias de fadas é um ato de amor, um beijo, que acorda a Bela Adormecida de seu sono letárgico, ou o príncipe transformado em sapo. Diz-nos Freud que a questão decisiva não é a compreensão intelectual, mas um ato de amor. São atos de amor e paixão que se encontram nos momentos fundadores de mundos, momentos em que se encontram os revolucionários, os poetas, os profetas, os videntes. (ALVES, 1980, p. 19).

Uma educação como prática problematizadora poderia estar dentro da análise de Freire no contexto do diálogo e da ação. Nesta visão, este diálogo, estaria dentro de uma visão global na posição horizontal e libertadora e não como a participação de um ator em uma cena interpretando um personagem de um monólogo de opressão como se educador fosse o

detentor de todo o conhecer e da sabedoria suprema de todo o universo. Quanto a ação estaria ligada ao ato transformador do educador e nunca deixar as coisas acontecerem por acontecer e sim conduzir este conhecimento a um a ação de transformação interior, capaz de propor uma prática reflexiva dentro de uma pedagogia em constante estado de transformação voltada para um provocar interior do aluno uma consciência crítica fomentadora de transformações sociais dentro da aprendizagem para uma vida de sabedoria e constante reflexão dos atos consequentes e subsequentes da ação do aprender e não aprender.

O que caracteriza a aprendizagem, para Piaget (1996), é o movimento de um saber fazer a um saber, o que não ocorre naturalmente, mas por uma abstração reflexiva, processo pelo qual o indivíduo pensa o processo que executa e constrói algum tipo de teorias que justifique os resultados obtidos. O indivíduo constrói esquemas de assimilação mentais para abordar a realidade. “No caso de modificação, ocorre o que Piaget chama de acomodação”. Teoria de Piaget (1996, p. 13). O crescimento cognitivo da criança se dá por assimilação e acomodação.

Se a educação como prática libertadora exige uma reflexão cada vez mais crítica sobre as suas ações, como motivar aos alunos e professores para a aprendizagem? Como transformar a escola em um lugar de prazer e não em, mas uma prisão em que não se forma, mas se deforma? Como transformar Professores capazes de desenvolver no educando, tanto enquanto “Ser Social”, como enquanto “Ser Humano”?

Isto tudo tem por trás a ideia da reconstrução, mas também agrega foco formando um sujeito capaz de ter história própria e não uma história xerocopiada. Um verdadeiro patrimônio cultural não reproduzido na sombra dos outros ou um ser sem representatividade. Uma história que permita ao sujeito participar da sociedade. A proposta é uma reelaboração do conhecimento, ou seja, deve vir acompanhada de um processo de aprendizagem do conhecimento para

juntos realizarem uma reflexão crítica do mesmo voltada para o aperfeiçoamento do indivíduo como um ser em constante desenvolvimento. Uma luta incessante sem trégua pela vida.

### **DIMENSÃO CULTURAL, POLÍTICA, SOCIAL E PEDAGÓGICA: PROCESSOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Tomando-se de empréstimo o desafio freiriano de fazer educação através da práxis<sup>3</sup> pedagógica, a realidade da formação dos professores passaria pelo desafio de resgatar a dimensão cultural, política, social e pedagógica, isto é, resgatar os elementos cruciais para que se pudesse redimensionar suas ações no/para o mundo. Nesse sentido, estas dimensões, enquanto abordagens teórico-prático-metodológicas, fundamentam-se no pensamento de Paulo Freire e no seu objetivo de encontrar um referencial na natureza humana (1999, p. 145). Dessa forma, importantes contribuições, por buscarem novas estratégias de ação, produzem outro conhecimento sobre educadores, mais voltados a compreendê-los como pessoas e profissionais.

As práticas educacionais são fenômenos sociais, usos e disposições a partir de referências sociais concretas. Por um lado, o cotidiano educacional pode ser percebido como estando mais ligado à dimensão pedagógica, estando o ato didático diretamente vinculado à aula propriamente dita. Por outro lado, pode-se entender que o cotidiano educacional não é só a dimensão estática da aula, mas sim significados transpostos em sentidos. O cotidiano educacional, então, não é a soma do sentido dos conteúdos que compõem uma aula. Ele requer um conhecimento prévio: social, cultural e político, tanto a informação

<sup>3</sup> prática; ação concreta. parte do conhecimento voltada para as relações sociais e as reflexões políticas, econômicas e morais. Atividade ou situação concreta que se opõe à teórica; prática. (DICIO, 2022).

didático-pedagógica quanto a não didático-pedagógica são importantes para o contexto educacional.

Entende-se que a dimensão pedagógica não é escolarizável, isto é, não é de propriedade da escola, e que a ampliação de seu acesso é crucial no processo de democratização. A construção do sujeito e sua formação precisam levar em conta tudo que a educação envolve e aborda, pois, afinal, é sociabilizando que se aprende a ser sociável é buscando consciência de seu processo de pensamento e existência que o homem se potencializa.

Formar pessoas conscientes é central para a consolidação da cidadania, pois a cidadania se constrói com política cultural ampla similarmente, a formação é direito dos cidadãos, logo, é direito dos educadores.

Ao falar sobre consciência e inacabamento, Freire (1999, p. 64) pontua que:

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar' sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.

Da mesma forma, no campo teórico aqui delineado, para penetrar no processo de construção de conhecimento dos professores de modo a que se torne possível compreender as relações que estabelecem com a cidadania, em especial a consciência do seu processo

de pensamento, é preciso que se proceda também com inacabamento. Mas por que processos cruciais na formação de professores? Ora, desde as Primeiras Palavras, nota-se que Freire (1999, p. 14-22) se confronta com a reflexão sobre a prática educativa-progressista em favor da autonomia dos educandos e dos educadores. Esta tem sido proposta de compreender a construção e o significado da Pedagogia da Autonomia e, ao mesmo tempo, inserir a evolução dos seus conceitos chave, potencializando as múltiplas relações que o cotidiano educacional. Como demonstra interesse em analisar os saberes e a prática educativa enquanto integrantes do processo de cidadania, pensa-se na total autonomia enquanto contribuição metodológica que transcende as dimensões cultural, política, social e pedagógica. Para isso, é necessário perceber, através da consciência e da ação, o quanto à história de cada um, por mais simples que seja, é plena de significados e representações.

Compartilhando dos escritos de Freire, percebe-se também como é fundamental a contribuição que, do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa pode fornecer para a formação de educadores e educandos. Bem como, compreende-se o significado e o sentido da totalidade de pensar uma educação mais abrangente, que perpassa pelos diferentes saberes construídos durante todo o processo de vida das pessoas. Assim, se na atualidade vivida o “trabalho e escola” são dissociados, a educação não pode configurar um espaço fecundo para a potencialização do exercício da cidadania.

Com essa dimensão, a educação se confronta com sua humanização e cria inacabamento e busca na curiosidade um refazer, reconstruir, arriscar, repensar. O mesmo parece acontecer com os processos definitivos na formação de professores - cultural, político, social e pedagógico - que enfatizam o ser humano. sua consciência, o inacabamento, como experiências, como práticas socio-político-culturais e de aprendizagem.

## O EDUCADOR COMO REPRESENTANTE DIRETO DA OPORTUNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO

Eis que surge uma nova visão de desenvolvimento para o professor na realidade em que ele vive em meio aos milhões de caracteres de informações, tendências, paradigmas que formam o “SER” e o ambiente onde este vive.

Perguntas pairam em meio ao turbilhão de informações: Se a Escola é o aparelho ideológico do Capital. Logo CAPITALISMO, sistema econômico ou modo de Produção. Nesta visão, qual o lugar da Escola na Produção do Conhecimento? O ser ideológico seria um ser pelo senso comum como algo ideal. Que possui ideias, pensamentos e/ou doutrinas, com propósitos de orientação as ações sociais e políticas. Se as Profissões são escolhidas pelos valores dos salários... Pergunta: AS NOSSAS ESCOLAS ESTÃO PREPARADAS PARA ENSINAR A PONTO DE CONQUISTAR AS MAIORES OPORTUNIDADES PARA TODOS?

Constituição Federal Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A proposta da Escola seria dá autonomia individual e coletiva de forma a alcançar a todos com o conhecimento. O professor com a didática problematizadora deveria levar os alunos ao nível de autonomia a ponto de todos terem as portas abertas pelo saber.

As pessoas não veem a escola como aparelho de libertação, e vai deixando passar despercebida a oportunidade de se desenvolver cognitivamente para vida de uma forma geral falando, e apenas se preocupa em desenvolver-se

cognitivamente para modo de produção. Se mecanizando através da educação apenas para atender uma necessidade econômica, digo isto visando que, através do trabalho o homem auto se produz. É assim séculos depois ainda se formam homens modelos modernos do capitalismo antigo, fazendo do dinheiro instrumento fundamental para apenas TER, e naturalmente escondendo o quanto é importante e também gratificante SER. (LEITE, 2021, p. 1).

Mantoan (2004) afirma sua posição dizendo que:

[..] necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino/aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas.

Já nas palavras de Rosita Édler Carvalho, explana que:

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras... (CARVALHO, 2004, p. 77).

Dentro de uma visão visionária que vai além da vocação que nasce com alguns indivíduos em determinadas áreas, a habilidade de ensinar é uma ação que apresenta e requer outras disposições:

- Compreender a ação do processo ensino aprendizagem;
- Conhecimento sobre o conteúdo a ser compartilhado;
- Competência técnico-pedagógica;
- Planejamento;
- Propósito pedagógico;
- Autoridade para com as tomadas de decisões com as demandas educacionais dos alunos.

Pensar a formação menos como treinamento linear e mais como história que se transforma pode ser assim produtivo, se pretende que educadores sejam sujeitos da sua própria história. Enfim, ter um olhar significativo voltado ao processo de pensamento, dirigindo-se à conscientização, pode auxiliar a repensar a situação grave vivida no presente, e é este presente que se precisa encarar, embora muda-lo pareça hoje difícil. Nesse sentido, concordamos com Freire quando diz.

A matriz da esperança é a mesma da educabilidade do ser humano o inacabamento de seu ser de que se tornou agressiva contradição se, consciente. Seria inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano num permanente processo que inserisse uma não se esperançosa busca. Este processo é a educação. Mas, precisamente porque nós achamos submetidos a um sem-número de limitações-obstáculos difíceis de ser superados, influências dominantes de concepções fatalistas da História, o poder da ideologia neoliberal, cuja ética perversa se funda nas leis do mercado-nunca, talvez, tenhamos tido mais necessidade de sublinhar, na prática educativa, o sentido da esperança do que hoje Dal que, entre saberes vá nos fundamentais à prática de educadores e educadoras, não importa se progressistas ou conservadores, se salienta o seguinte:

mudar é difícil mas é possível. (2000, p. 114).

Existem muitas tentativas de democratizar o espaço escolar e principalmente as relações no interior da sala de aula. Isso normalmente fica só na teoria, pois, apesar do empenho de alguns professores, a relação que se estabelece termina sendo a imposição da autoridade.

O Site Razões para Acreditar, em 2014 (Ano de sua morte) publicou uma nota sobre Alves o qual era uma boa pergunta: “Então eu diria que os professores deveriam sempre fazer esta pergunta: ‘isto que eu vou ensinar serve pra quê?’” Na verdade, o Professor é o grande idealizador.

De acordo com Borges (2007):

A construção de um currículo voltado para a especificidade e diversidades que formam a cultura e a educação, deve expressar as diferenças, as contradições, as formas de viver, as belezas naturais, os trabalhos e as etnias. (p. 57).

Na apresentação da obra literária Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, p. 6) deixou registrada a sua percepção:

Penso que sempre existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por novas paixões... Essa transformação move o mundo, modifica-o, torna-o diferente, porque passamos a enxergá-lo e a vivê-lo de um outro modo, que vai atingi-lo concretamente e mudá-lo, ainda que aos poucos e parcialmente

Dentro de uma subjetividade voltada para o processo de ensino e de aprendizagem, precisa-se de uma análise criteriosa capaz de mexer não somente com a estrutura organizacional e sim com os conteúdos.

Numa sociedade organizada, espera-se que a educação, como prática institucionalizada, contribua para a integração dos homens no tríplice universo das práticas que tecem sua existência histórica concreta: no universo do trabalho, âmbito da produção material e das relações econômicas; no universo da sociabilidade, âmbito das relações políticas; e no universo da cultura simbólica, âmbito da consciência pessoal, da subjetividade e das relações intencionais. (SEVERINO, 2002, p.11 apud, MARTINS, 2010, p. 14).

O meio em que vivemos nesta contemporaneidade que se envolve em uma grande rede, com um novo representar dos significados de tempo, vem apresentando novas necessidades de métodos de aprendizagem. Outras formas de ensinar e aprender. Os princípios básicos vêm mudando e muito rápido. O maior desafio dos professores desta geração é readaptar todo o processo criado a muitas mãos em um passado recente/em séculos uma MUDANÇA significativa e URGENTE.

A partir de tais necessidades, Nóvoa deixa a sua contribuição:

A educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há um excesso de discursos, redundantes e repetitivos, que se traduz numa pobreza de práticas. Há momentos em que parece que todos dizemos o mesmo, como se as palavras ganhassem vida própria e se desligassem da realidade das coisas. (2009, p. 27 apud MARTINS 2018, Org. DAVID, p. 277).

Todas as expectativas de uma sociedade refletem diretamente no ambiente educacional, lançando sobre as Unidades de Ensino a responsabilidade de mudança gritante no interior da sociedade.

A crise da sociedade contemporânea que afeta a Educação exige de instituições como a universidade respostas ou reflexões. A tarefa dos professores, seja no ensino, na pesquisa ou extensão, se complexifica. Não há receitas, é preciso refletir, discutir, mudar as práticas e avaliar as mudanças. A formação de professores pode se constituir como esse espaço reflexivo e de apoio se for pensada a partir da realidade desses sujeitos. Nesse sentido, a “formação colaborativa” coloca-se como uma perspectiva às universidades ao possibilitar reflexões e mudanças pedagógicas.

Os Professores e os Profissionais da Educação como: Diretores, Coordenadores, Orientadores, Supervisores, Inspectores, Secretários e outros fazem parte desta mudança exigida por uma Sociedade que precisa mudar mesmo com a existência de tantas burocracias e outros que por ações pessoais não deixam o avanço verdadeiramente acontecer.

## NUVEM DE PALAVRAS

O texto em foco versando com o Título: “A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA PROBLEMATIZADORA: Uma oportunidade à reflexão crítica.” Traz uma reflexão da prática a respeito da problematização que envolve a educação e suas ações no dia em sala de aula ou on-line.

A nuvem de palavras é uma indicação visual das representações mais comuns no interior do texto. Para a interpretação do mesmo, as palavras aparecem de formas e tamanhos diferenciados, cores diferentes referenciando o que são mais ou menos relevantes no



Para que haja uma postura nova e construtiva em relação ao processo educacional, é necessário que o educador tenha clareza da filosofia educacional que norteia seu trabalho. Ensinar é um gesto de amor expresso através dos atos de instruir, transmitir conhecimentos, guiar e orientar. Parta que o processo funcione, é necessário que se considere o desejo da autodescoberta do aluno como importante fator para uma aprendizagem significativa.

A pessoa humana é capaz de autodirigir-se e tomar decisões. Faz parte desta o potencial natural de aprender. Há uma curiosidade inata que leva a uma busca constante de novas aprendizagens. Algumas características dos professores podem facilitar a que curiosidade seja canalizada em direção à educação formal tornando-a mais efetiva. Para que isso ocorra, é necessário que o professor procure ser autêntico expressando claramente o que pensa, sente e quer, mostrando-se transparente, com qualidade e limitações.

Compartilhar é expor os próprios pensamentos e sentimentos cultivados pela paixão das descobertas realizadas na investigação, estimulando o outro, não pela imposição, mas pela provocação, a um novo pensar curioso. Todo este ciclo é movido pela dinâmica e pelo desejo de querer saber/sentir o que nos é novo, no prazer em excursionar por diversos caminhos, na alegria da descoberta, no estar apaixonado e proporcionar ao outro o que sabemos/sentimos, no prazer de estar aprendendo - vivendo pela auto-organização do conhecimento.

Na tentativa de novas descobertas e percepções, tentamos levar a todos a novos pontos para a reflexão crítica que devem se fazer presente no ato de ensinar ou simplesmente trazer à tona um ponto de reflexão. Sabemos que a educação deve passar por inúmeras e infinitas transformações e que, ainda assim, o trabalho daqueles que se dedicam a aperfeiçoá-la não estará concluído. Acredito na importância do esforço individual, pois se cada profissional do ensino

compartilhar desses ideais pedagógicos, o aperfeiçoamento educacional, apesar de lento, assumirá proporções de um realismo maior.

Que os apontamentos aqui realizados sejam encarados como crítica no ato de ensinar. O Propósito deste é colaborar com aqueles que se preocupam com o futuro dos que enfrentam a difícil batalha pela sobrevivência, da qual o estudar faz parte; de igual modo dos que dela tem feito um verdadeiro sacerdócio para um dia pode deixar um legado junto a humanidade em constante desenvolvimento tecnológico e principalmente mental, afetivo e evolutivo de forma bem mais ampla na visão de mundo.

Creio que os nossos discursos enquanto produtores no ato de Aprender e Ensinar não podem ser vazios ou se tornar um objeto sem nada no seu interior, como os que só sabem apontar os defeitos dos outros, mas deixam de lado os seus próprios problemas. Sendo assim, chego ao ponto não final mais de uma pausa maior até começar a próxima produção enquanto trabalho, com o firme pensamento que fui capaz de refletir de forma crítica sobre o que foi proposto a realizar.

A educação como prática problematizadora será capaz de transformar o mundo se os envolvidos forem capazes de refletirem sobre as suas ações e pensarem sobre as reflexões realizadas sobre si mesmo.

A mudança encontra-se em nossas mãos e no nosso ato de fazer no dia a dia em nossas salas de aulas presenciais e on-line. A Prática Problematizadora muitas das vezes conservadora, com foco no autoritarismo distante da realidade precisam ser remodeladas e atualizadas.

A mudança exige uma postura de transformação ampla e não somente em pontos específicos. Modificar intencionalmente os fazeres pedagógicos mesmo em tempos onde a mudança se torna quase impossível... mudar é o desafio posto.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Alegria de ensinar**. Campinas, SP: Papirus; Rubem Alves M.E., 2000.

\_\_\_\_\_. 1980. **Conversas com quem gosta de ensinar**. SP: Cortez / Autores Associados. pp. 18-19. Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp96.htm>. Acesso em 04/03/2022.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BORGES, Heloísa da Silva. **Construção do currículo da educação de jovens e adultos**, Manaus –Amazonas, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DICIO, **Dicionário online de português** - Web. Porto: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gnosiologico/>. Acesso em 15/02/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia ano da publicação original: 1996** Ano da Digitalização: 2020.

LEITE, Marcones Pereira. **O educador como agente libertador**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-educador-como-agente-libertador.htm>. Acesso em: 04/03/2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MARTINS, Lígia Márcia. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** / Lígia Márcia Martins, Newton Duarte (orgs.); apoio técnico Ana Carolina Galvão Marsiglia. — São Paulo : Cultura Acadêmica, 2010.

NÓVOA, Antônio. **Firmar a professora como posição**, afirmar uma profissão docente. São Paulo, v. 47, n. 166, pp. 1106-1133, dez. 2017. Disponível em <https://bit.ly/2CBxC1Y>. Acesso em: 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento**. 2ª Ed. Vozes : Petrópolis, 1996.

ROMÃO, José & GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: Teoria, prática e proposta**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Paulo Vasconcelos e JORGE, Tania Araujo. **investigação qualitativa em saúde**//Investigación Cualitativa en Salud//Volume 2. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. Atas CIAIQ 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/ASUS/Downloads/2002-Texto%20Artigo-7457-1-10-20190618%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ASUS/Downloads/2002-Texto%20Artigo-7457-1-10-20190618%20(2).pdf). Acesso em 07/03/2022.

SITE ESCOLA – RAZÕES PARA ACREDITAR. **O objetivo da educação não é ensinar coisas, é ensinar a pensar (2014)**. Disponível em: <https://razoesparaacreditar.com/o-objetivo-da-educacao-nao-e-ensinar-coisas-e-ensinar-a-pensar/>. Acesso em 21/12/2021.

## A HIGIENE BUCAL E A INTERFERÊNCIA NA SAÚDE MENTAL DA PESSOA COM TEA

### ORAL HYGIENE AND INTERFERENCE IN THE MENTAL HEALTH OF PEOPLE WITH ASD

Aracy Felix Silva <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal a discussão em relação aos cuidados com a higiene da pessoa com TEA, onde é enfatizada a saúde bucal. De acordo com Kanner (1943) O autismo é uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: Perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. Como todo indivíduo, o autista precisa ter uma higiene adequada para que possa ter uma vida confortável, no geral os cuidados são os mesmos, mas a grande dificuldade é a questão da higiene bucal o qual pode envolver outros aspectos de ordem física e emocional. Infelizmente muitos pais deixam de lado este cuidado devido as tarefas que envolvem a rotina e o tratamento que o paciente com TEA precisa, assim a procura ao dentista só é feita quando o problema já existe e a forma como ocorre o atendimento odontológico choca-se com as barreiras que o autista possui em relação a questão biopsicossocial trazendo prejuízo para a comunicação interação dentre outros. O artigo tenta discutir essa problemática, refletir sobre a mesma e apontar soluções para a questão da higiene bucal do indivíduo com TEA.

**PALAVRAS-CHAVES:** Autismo; Higiene Bucal; Saúde mental.

#### ABSTRACT

The main objective of this article is to discuss the hygiene care of the person with ASD, where oral health is emphasized. According to Kanner (1943) Autism is a condition with very specific behavioral characteristics, such as: Disturbances in affective relationships with the environment, extreme autistic loneliness, inability to use language for communication, presence of good cognitive potential, physical appearance apparently, normal, ritualistic behaviors, early onset and male-predominant incidence. Like any individual, the autistic person needs to have adequate hygiene so that he can have a comfortable life, in general the care is the same, but the great difficulty is the issue of oral hygiene which can involve other aspects of a physical and emotional order. Unfortunately, many parents leave this care aside due to the tasks that involve the routine and treatment that the patient with ASD needs, so the search for the dentist is only made when the problem already exists and the way in which dental care occurs clashes with the barriers that the autistic person has in relation to the biopsychosocial issue, bringing harm to communication, interaction, among others. The article tries to discuss this problem, reflect on it and point out solutions to the issue of oral hygiene of the individual with ASD.

**KEYWORDS:** Autism; Oral hygiene; Mental health

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialização em ABA - Análise do Comportamento Aplicada. Faculdade Futura, ICETEC. Graduação em Psicologia. Faculdade Estácio de Alagoas, Estácio FAL. E-mail: aracyfelix@gmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/9733727204962258

## INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista está inserido, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR), em sua quarta edição, na categoria de transtorno invasivo de desenvolvimento (TID), caracterizado principalmente por um atraso e/ou desvios no desenvolvimento de habilidades ligadas a socialização e a comunicação.

O conceito de autismo foi formulado inicialmente em 1943 por Leo Kanner, segundo ele o Autismo ou o Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como TEA foi denominado por ele, é uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: Perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino.

A família possui papel fundamental para a pessoa com TEA, pois este transtorno pode trazer uma série de limitações, durante o período inicial de estudo do autismo os pais foram apontados como causadores do mesmo, teoria refutada na atualidade, como destacado por Sprovieri, Francisco e Assunção (2001,p 231):

Atualmente, essas premissas sobre famílias de autistas com interações negativas e consequências danosas têm sido desafiadas de tal maneira que têm motivado mudanças nos conceitos sobre elas. A mudança mais significativa nesses conceitos refere-se à rejeição, da teoria dos pais serem os agentes causadores da deficiência. Estudos refutam ainda a culpabilidade dos pais relacionada ao autismo, assando esses a serem vistos, e possivelmente reconhecidos, como parceiros necessários para o tratamento e desenvolvimento das crianças.

Uma questão bastante relevante e que deve ser vista com cuidado é a questão da higienização da pessoa com TEA, o que pode contribuir com alguns aspectos de ordem neurológica interferindo no físico, emocional, no desenvolvimento intelectual é o processo da saúde bucal, já que autistas possuem grande sensibilidade à estímulos externos como barulho, cheiro, texturas e luminosidade. Com isso essa peculiaridade existente nas pessoas com TEA, faz com que o tratamento odontológico seja algo bastante complicado, sendo necessário, em casos com maior comprometimento do paciente, a necessidade do uso da anestesia geral.

Este artigo pretende abordar todo esse processo, destacar as dificuldades enfrentadas pela pessoa com autismo, seus familiares e dentistas e apontar soluções para essa problemática e com isso evitar outros prejuízos neuropsicológicos.

## A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO ENTRE PAIS E PROFISSIONAIS

O Transtorno do Espectro do Autismo é uma condição de saúde que traz consigo a necessidade de uma série de cuidados bastante específicos, para que o indivíduo com TEA consiga ter uma vida relativamente normal é preciso a ação de uma equipe multidisciplinar que esteja integrada entre si e com a família do paciente. De acordo com Sant'Ana, Barbosa e Brum (2017,p.68) um problema em relação ao tratamento de pessoas com TEA é o trabalho de profissionais de várias áreas, mas de forma isolada e separada. O ideal é que exista uma equipe multifuncional composta por um neurologista, um psiquiatra, um psicólogo, um fonoaudiólogo, um psicopedagogo ou educador e um dentista.

Em relação à questão da Higiene bucal os autores apontam que a falta de interação entre médico e dentista pode causar uma saúde bucal comprometida, já que, segundo eles, os pais possuem uma demanda de

cuidados muito extensa, gerando uma dificuldade de cuidar da higiene bucal dos seus filhos. De acordo com os autores é saudável que haja um vínculo entre pais e profissionais e que seja baseado em confiança, tanto dos pais quanto do paciente, conhecimento específico, ou seja, capacitação em relação ao trabalho com a pessoa com TEA e dedicação, tanto da família, quanto dos profissionais.

Fundamental também é o desenvolvimento de uma boa relação paciente/dentista, as dificuldades que o autista em relação à socialização e a interação traz ao odontólogo a necessidade de ganhar sua confiança, conquista-la, assim não raramente o profissional não consegue realizar o atendimento ideal na primeira consulta, assim o dentista precisa buscar diferentes formas de abordagem para ter seus objetivos atendidos. Sant'Ana, Barbosa e Brum (2017,p.69) defendem que a busca do bem-estar do paciente passa também pela orientação ao pais, buscando redobrar cuidados, reformular conceitos e proporcionando ao paciente com TEA o menor dano psicológico possível. A seguir será detalhado todo o processo de tratamento odontológico de indivíduos com TEA.

#### **TRATAMENTOS UTILIZADOS QUE CONTRIBUEM PARA INTERVENÇÃO DA PESSOA COM TEA**

As peculiaridades que envolvem a pessoa com TEA faz com que a melhor forma de tratamento da mesma, seja em área for, não se busque a normalidade, mas que seja minimizando todo e qualquer incomodo apresentado a esse indivíduo. De acordo com Amaral et al. (2012. p. 147) alguns métodos foram criados para atender indivíduos com TEA, levando em consideração suas limitações, aos quais os autores destacam:

- Método TEACCH (Tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlacionados à comunicação) – Consiste na organização do espaço físico através de rotinas

organizadas em quadros, painéis e agendas. São utilizados estímulos visuais (fotos, figuras, cartões), corporais (apontar, gestos, movimentos corporais) e sonoros, cinestésicos e visuais como som, palavra, movimentos associados às fotos (Amaral et.al 2012. P.147). assim estes pontos de apoio do TEACCH, segundo ou autores, seriam uma seriam: uma estrutura física bem delimitada, com cada espaço para uma função; atividades com sequência e que as crianças saibam o que se exige delas, uso direto de apoio visual, como cartões e murais.

- Método PECS (Sistema de Comunicação por Figura) – Uma forma de auxiliar ao autista, levando-o a perceber que, por intermédio de uma comunicação com figuras, ele pode obter coisas que necessita de forma mais rápida. Os autores afirmam se tratar de: um método auxiliar no desenvolvimento da comunicação entre o profissional e o paciente, pode-se implementar um "caminho" de comunicação entre o autista e o meio que o cerca. Algumas crianças autistas desenvolvem a chamada linguagem tradicional; entretanto, outras talvez nunca falem, mas poderão utilizar um instrumento preciso para se relacionarem ("falar") com o mundo e expressarem seus anseios e desejos. O PECS propõe que o autista troque uma figura ou foto por algo que deseja. (Amaral et.al 2012. P.147)

- Método ABA – Método que ensina habilidades que o indivíduo com TEA não possui através de etapas. Este método dá ênfase à recompensas ou reforços de comportamentos desejados e adequados, ignorando e desencorajando comportamentos inadequados, levando o paciente á outras atitudes.

- Programa Son-Rise - Neste programa ocorre por meio de uma interação divertida amorosa e dinâmica. De acordo com os autores toda a ênfase dos programas está na diversão (Amaral et.al 2012.p 147) e as atividades “são adaptadas para de modo que sejam motivadoras e apropriadas ao estágio de desenvolvimento específico do indivíduo, qualquer que seja sua idade”. Dessa forma o programa faz uso de brinquedos e materiais motivadores, que atuam como instrumentos facilitadores da interação e, como consequência de cooperação. Os autores afirmam ainda que esse programa baseia-se na aceitação da pessoa com

autismo, associada a uma atitude positiva de entusiasmo e esperança.

Assim como toda criança, a que possui TEA, precisa ter uma saúde bucal equilibrada, para que isso ocorra o primeiro passo é a prevenção. Infelizmente é comum que o primeiro contato da criança com TEA com o dentista acontece quando o problema bucal já existe. Assim, de acordo com Sant'ana, Barbosa e Brum (2017. P69), o trabalho do profissional torna-se mais complexo, já que conquistar a confiança do autista requer tempo.

É comum a criança já chegar para a consulta apreensiva e se recusar a abrir a boca, até mesmo chorar, os autores levantam a hipótese de que o comportamento dos pais, geralmente com ansiedade em relação a condução do tratamento odontológico de seus filhos. A seguir serão demonstradas as melhores abordagens para o tratamento odontológico de crianças com TEA.

### **SEDAÇÃO CONSCIENTE**

Essa abordagem permite que os pacientes fiquem mais tranquilos durante a consulta, pode ser eficaz em crianças autistas em que muitas formas de abordagem foram tentadas, sem sucesso. O gás utilizado é o óxido nitroso, ele atua no sistema nervoso central promovendo conforto ao paciente, além de diminuir a dor.

De acordo com Sant'ana, Barbosa e Brum (2017. p 72) o gás é obtido através do aquecimento do nitrato de amônio que se transforma em óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e água (H<sub>2</sub>O). Em cerca de 5 minutos esse gás inicia os seus efeitos, porém não se liga a nenhum componente sanguíneo e é facilmente liberado do organismo. Esse modelo de sedação é indicado em pacientes que possuem fobia e medo, sentimentos que pacientes autistas apresentam ao irem ao dentista. As contra indicações a esse método, segundo os autores, são doenças sistêmicas graves, esclerose múltiplas,

além de deficiência de vitamina B12 e doenças pulmonares, por essa razão deve se ponderar muito bem se há a necessidade de uso desse método.

### **ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO EM AMBIENTE HOSPITALAR SOB ANESTESIA GERAL**

Esta abordagem só deve ser usada em último caso, quando esgotadas todas as tentativas de tratamento convencional, indicada para pacientes autistas que possuem forte resistência a qualquer interação, já que o tratamento odontológico exige uma grande proximidade com o mesmo. Assim cabe ao dentista propor essa forma de tratamento aos pais, fazendo-os assinar um termo de consentimento.

De acordo com Sant'ana, Barbosa e Brum (2017. p 73), para que o procedimento ocorra faz-se necessário uma equipe multidisciplinar para auxiliar o atendimento, ela deve ser composta pelo cirurgião dentista, um anestesista e um enfermeiro, podendo ou não ter um auxiliar para ajudar ao dentista.

Após o procedimento o paciente é levado ao quarto ainda com o soro, geralmente sendo liberado no mesmo dia, sendo os pais orientados em relação à rotina e aos cuidados no pós-operatório, o dentista deve ser alertado em caso de sangramento ou qualquer outro problema ocorrido devido ao procedimento.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O TEA é um transtorno que tem algumas peculiaridades em relação à questão comportamental, principalmente na questão da interação do indivíduo com os que o rodeiam, o processo de higienização não é diferente das outras pessoas, com a exceção da higiene bucal, que acaba sendo comprometida, principalmente, pela preocupação dos pais em relação aos outros cuidados e atendimentos médicos que a criança necessita. Infelizmente quando os pais percebem essa necessidade já há um comprometimento da saúde

bucal, que prejudica comprometendo o rendimento escolar, alimentar e comportamental. Observando o comportamento arredo característica de comportamento muitas vezes do TEA, como também o sofrimento que vem sendo ocasionado pela inflamação dentária o que torna o atendimento do dentista mais difícil. A solução para essa problemática é o tratamento precoce dado à pessoa com TEA possa ser integrado, por meio de uma comunicação eficiente entre os profissionais que cuidam do paciente, já que nem sempre é possível ter todos os tratamentos em apenas um lugar.

É fundamental que os pais sejam orientados desde cedo em como cuidar da higiene bucal de seus filhos, já que prevenção é a arma mais eficaz contra doenças e conseqüentemente irá prevenir outras dessa natureza. Aos dentistas cabe a consciência de que cuidar de uma criança com TEA não é algo impossível de ser feito, esse atendimento pode ser feito no consultório dentário ou em domicílio e que os métodos mais invasivos só devem ser usados em último caso. Todo e qualquer cirurgião dentista é apto para cuidar de autista, desde que tenha o treinamento adequado e a sensibilidade para entender as limitações e peculiaridades que envolvem esse transtorno.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Cristhiane Olivia Ferreira et al. Paciente autista:: métodos e estratégias de condicionamento e adaptação para o atendimento odontológico. **Archives of Oral Research** , [S.l.], v. 8, n. 2, p. 143-151, maio. 2012.

Sant'Anna, LFC; Barbosa, CCN; Brum, SC. Atenção à saúde bucal do paciente autista. *Revista Pró-UniverSUS*. 2017 Jan./Jun.; 08 (1): 67-74.

SOUZA, Tathiana do Nascimento et al. Atendimento odontológico em uma criança com transtorno do espectro autista: relato de caso. **Revista Odontologia Universal**, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 191-197, maio. 2017.

SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPÇÃO JR, Francisco B. Dinâmica Familiar de Crianças Autistas. **O**

**Neuropsiquiatria**, [S.l.], v. 1, n. 59, p. 230-237, nov. 2000.

## A DANÇA E SUAS EXPRESSÕES: A GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

### THE DANCE AND ITS EXPRESSIONS: THE GAMIFICATION AS A PEDAGOGICAL TOOL IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

Izabele Trindade Caldas <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Se tratando da dança como componente curricular na educação básica e as práticas metodológicas da mesma na educação física escolar, achou-se necessário o trato deste componente alinhado ao método da gamificação como um mecanismo para apropriação do saber. **OBJETIVO:** Conhecer e refletir sobre a dança no campo das linguagens utilizando da gamificação como ferramenta de aprendizado. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi fundamentada de natureza qualitativa com enfoque exploratório, descritivo e de campo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A dança na escola deve ser inserida de forma contínua no aprendizado do aluno, então através deste, percebemos que a utilização da gamificação como um diferencial nas aulas de educação física escolar traz uma maior proximidade dos alunos entre o componente curricular e a realidade cotidiana deles, além de tratar o conhecimento com dinâmicas que contrapõem o ensino mais tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dança; Educação Física Escolar; Gamificação.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** When dealing with dance as a curricular component in basic education and its methodological practices in school physical education, it was necessary to deal with this component in line with the gamification method as a mechanism for the appropriation of knowledge. **OBJECTIVE:** To know and reflect on dance in the field of languages using gamification as a learning tool. **METHODOLOGY:** The research was based on a qualitative nature with an exploratory, descriptive and field approach. **FINAL CONSIDERATIONS:** Dance at school must be continuously inserted in student learning, so through this, we realize that the use of gamification as a differential in school physical education classes brings students closer between the curriculum component and reality their daily lives, in addition to treating knowledge with dynamics that oppose more traditional teaching.

**KEYWORDS:** dance; school physical education; gamification.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Estadual da Paraíba. Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: izabeletcaldas@hotmail.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/4072328948307858 .

## INTRODUÇÃO

A dança promove sensação de bem-estar, trazendo equilíbrio emocional e por isso contribui na formação do ser humano como um todo e no resgate de sua auto-estima. Pretende-se, com o movimento e a dança, proporcionar ao indivíduo uma consciência do seu corpo de forma global e entender a importância do conhecimento, deste e de suas possibilidades para seu bom funcionamento, além de melhorar as relações sociais.

Na escola, a dança se torna fundamental para estimular a capacidade de crítica das práticas corporais que permeiam a sociedade. VAGO (1997), afirma que essas práticas corporais não devem ser tratadas e passadas como mera transmissão de práticas da cultura de movimento já produzidas fora da escola, como se elas fossem intocáveis. Trata-se exatamente de transformar essa cultura, possibilitando que a educação física possa intervir na cultura corporal da sociedade.

Na busca de recursos didáticos pedagógicos que favoreçam o interesse do aluno no tema estudado e assim, contribuir para novas metodologias de ensino, o planejamento e a atuação do projeto seguiu através de um cronograma, onde se caracterizou pela utilização de vários tipos de jogos digitais que poderiam ser desenvolvidos na sala de aula, entendendo que mesmo no ambiente como a sala de aula, os professores podem e devem utilizar-se de outros modelos de aulas que não sejam as tradicionais. Na dança, o desafio maior do professor é saber direcioná-la de tal maneira que não se resume apenas a técnica, mas sim, a aplicação pedagógica de seus conteúdos de maneira objetiva, criativa e interativa. Dessa forma, muitas das inovações que usamos em nossa rotina foram desenvolvidas a partir das necessidades do cenário social e da apropriação de novas Tecnologias Digitais, o que também levou ao conhecimento e prática de metodologias diferenciadas de ensino como Gamificação. Segundo Kapp (2012, p. 76) “a gamificação

é o uso de mecânicas, estética e pensamentos dos games para envolver pessoas, motivar a ação, promover a aprendizagem e resolver problemas”. Fardo (2013) nos lembra ainda que na educação é necessário novas abordagens e estratégias no sentido de influenciar de forma positiva os estudantes, incentivando-os a adquirir conhecimentos sem que para isso seja um processo desanimador ou desmotivador. A questão determinante não está na tecnologia em si, mas na forma com o qual se encara essa tecnologia, usando-a como estratégia de aprendizagem. (JONASSEN, 1996).

Nesse sentido, utilizar a gamificação como um diferencial nas aulas de educação física escolar pode vir a criar uma maior proximidade dos alunos entre o componente curricular e a realidade cotidiana deles. Tendo em vista que muitos dos alunos já utilizam seus aparelhos para jogos digitais, analisar outras possibilidades desse uso relacionado às habilidades a serem desenvolvidas nas aulas de educação física constitui um terreno importante de verificação.

O conceito de gamificação proporciona ferramentas encontradas nos games que apoiam determinado processo, tais processos como sistemas de recompensa, sistemas de feedback, objetivos e regras claras, interatividade, interação, diversão, competitividade, entre outros, assim possibilitando inserir elementos dos jogos, atingir o mesmo grau de motivação e engajar os participantes em um processo semelhante quando ocorre a interação com um game prazeroso. (FARDO, 2013, p. 65)

Nesse sentido o estudo teve como objetivo principal analisar como a gamificação, enquanto metodologia de ensino aplicada a área de educação física, pode vir a promover uma maior aproximação dos discentes com os objetos do conhecimento, para isso utilizou-se de ferramentas digitais enquanto estratégias de ensino aprendizagem aplicados à área de educação física escolar, especificamente o conteúdo dança na escola.

Por isso, diante da disponibilidade que a disciplina de educação física oferece para o desenvolvimento da dança na escola, achou-se necessário contextualizar esse conhecimento, levando o aluno a apropriar-se dos conceitos sobre o movimento, sua origem e os benefícios que esse conteúdo pode proporcionar, pois só assim os alunos serão capazes de refletir e analisar sobre esse novo conhecimento e opinar a respeito dele com propriedade.

### OBJETIVO

Conhecer e refletir sobre a dança no campo das linguagens e sua relação com a história, sociedade e cultura na contemporaneidade, levando em consideração os conteúdos principais, tais como: contextos da dança (elementos históricos, culturais e sociais), fatores do movimento (espaço, tempo, fluência, peso), aspectos e estruturas do movimento, aspectos estéticos (vestuário, adereços), repertórios, improvisação e composição coreográfica, utilizando da gamificação como ferramenta de aprendizado.

### METODOLOGIA

A pesquisa foi fundamentada de natureza qualitativa com enfoque exploratório, descritivo e de campo. Segundo Severino (2007), a pesquisa de campo trata-se de um estudo em que o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. O Projeto foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ademar Veloso da Silveira, localizada no município de Campina Grande/PB. O desenvolvimento do projeto foi no tempo de 20 semanas totalizando 2 Bimestres e dividida em duas partes. A **1ª parte** do projeto será feita uma explanação sobre o conteúdo dança, onde utilizaremos o recurso audiovisual contendo imagens sobre a história da dança, sua origem e como ela

chegou até os dias atuais. Em seguida a visualização de um vídeo contendo vários estilos de dança e a professora irá promover um diálogo com os alunos sobre o que eles observaram e identificaram como importantes no vídeo, fazendo uma relação sobre o que eles entendem por dança e pedindo para que identifiquem na pesquisa que fizeram quais os ritmos estão presentes na escola e no bairro de bodocongó.

Na **2ª parte**, a professora e os alunos irão trabalhar através da gamificação os estilos de dança, sua história, vestimentas e características. Neste momento utilizaremos jogos tais como caça - palavras, quiz, palavras cruzadas, anagrama, entre outras. Todos esses jogos serão utilizados através da ferramenta wordwall, um site educativo que disponibiliza várias formas de ensinamento. Através dele será possível observar os resultados alcançados por cada aluno, de um forma não convencional, interativa e atrativa para os discentes.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

ATIVIDADES
<b>1</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação de Slides: sobre dança, identificação e caracterização da dança em seus aspectos históricos, culturais e sociais;</li> <li>● Aplicação do primeiro Jogo digital através da ferramenta Wordwall - Quizz (programa TV) contendo questões do conteúdo abordado.</li> <li>● Link: <a href="https://wordwall.net/play/15654/381/4357">https://wordwall.net/play/15654/381/4357</a></li> </ul>
<b>2</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação do Slides: Fatores de movimento (peso, fluência, espaço e tempo).</li> <li>● Discussão a partir da visualização vídeo.</li> <li>● Aplicação do Jogo digital através da ferramenta Wordwall - Caça palavras ( 13 palavras) contendo palavras do conteúdo abordado.</li> <li>● Link: <a href="https://wordwall.net/play/15699/097/2502">https://wordwall.net/play/15699/097/2502</a></li> </ul>
<b>3</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação dos Slides: Aspectos e estruturas do movimento.</li> <li>● Aplicação do Jogo digital através da ferramenta Wordwall - perseguição do labirinto contendo figuras do conteúdo</li> </ul>

<p>abordado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Link: <a href="https://wordwall.net/play/17461/949/772">https://wordwall.net/play/17461/949/772</a></li> </ul>
<b>4</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação dos Slides: Aspectos estéticos (vestuários e adereços).</li> <li>● Aplicação do Jogo digital através da ferramenta Wordwall - questionário contendo figuras e perguntas sobre o conteúdo abordado.</li> <li>● Link: <a href="https://wordwall.net/play/14461/622/2486">https://wordwall.net/play/14461/622/2486</a></li> </ul>
<b>5</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação dos Slides: Repertórios, improvisação e composição coreográfica.</li> <li>● Aplicação do Jogo digital através da ferramenta Wordwall - jogo da memória com figuras de dança de vários gêneros sobre o conteúdo abordado e jogo de combinação, perguntas e respostas, figuras e nomes sobre o conteúdo abordado.</li> <li>● Link: <a href="https://wordwall.net/play/15935/784/6603">https://wordwall.net/play/15935/784/6603</a></li> <li>● Link: <a href="https://wordwall.net/play/16869/968/6577">https://wordwall.net/play/16869/968/6577</a></li> </ul>

**TABELA 1** – Descrição de atividades elaboradas durante a pesquisa.

O projeto teve início no dia 24 de maio de 2021 com a primeira abordagem sobre o conteúdo dança. No momento inicial a professora perguntou sobre o que eles entendiam por dança, seu conceito, a preferência por algum estilo de dança e se já tinha visto esse conteúdo na escola em que estudou. Após a breve discussão, onde os alunos participaram respondendo que entre os estilos de dança os que se destacaram foram o forró, a dança de rua, o samba e a capoeira. Um dos pontos que chamou a atenção foi justamente quando perguntado se as pessoas vivenciaram algum estilo de dança na escola e prontamente as que responderam de forma positiva, falaram que a dança foi tratada apenas em algum evento da escola. Ainda nessas primeiras aulas, houve a apresentação do conteúdo dança em seus aspectos históricos, culturais e sociais através de slides que mostram o conceito da dança e como foi sua trajetória até os dias atuais. Após toda explanação sobre os aspectos históricos, foi realizado o 1º jogo digital através da ferramenta do Wordwall, um quiz (programa de TV), com perguntas, figuras e jogos de tempo para cada respostas. O jogo digital trouxe uma forma leve de fixar o conteúdo e ainda incentivou a atenção do aluno através das

pontuações que o mesmo iria fazendo conforme o jogo ia passando na sua tela.

Durante as aulas demos continuidade ao conteúdo sobre dança através da apresentação de slides e vídeos e com a exibição dele foi possível ser tratado e discutido alguns conteúdos específicos da dança, tais como: fatores do movimento (espaço, tempo, fluência, peso), repertórios, aspectos Coreológicos (dançarino, som, movimento e espaço), composição coreográfica. Como esses conteúdos não são vistos com frequência pelos alunos, foi observada certa dificuldade no entendimento, mas que logo foi entendido. Após essa abordagem, os alunos puderam vivenciar mais um jogo digital, sendo este já conhecido por alguns, o caça a palavras. Palavras como dança, ritmo, expressão, criatividade, música, som, cultura, peso, fluência, movimento, improvisação, tempo e espaço, fizeram parte desse jogo, onde eles teriam que procurar cada um deles em um menor tempo.

No 3 tópico localizado na tabela, além de discutirmos sobre aspectos e estruturas do movimento, também abordamos temas como a dança e pluralidade cultural especificando o preconceito com os que dançam e a classe social, onde foram discutidos sobre quem pode dançar determinado estilo de dança. Outro ponto relevante foi dança e saúde, onde os alunos puderam reconstruir pensamentos formados por eles, que por muitas vezes tinham ligações com problemas sociais, tais como as drogas, percebendo então que não podemos formar pensamentos apenas a partir do que vimos. Desse modo, o Jogo digital que foi apresentado nessas aulas tem o nome “perseguição do labirinto”, que contém figuras dos mais variados cenários na dança, desde o balé, street dance, dança moderna, breaking, mostrando a variedade de pessoas que podem dançar, sem distinção de raça, classe social ou crença.

Nas últimas aulas, os debates se intensificaram com perguntas que geraram a participação de todos, quando perguntado se alguém já havia conhecido sobre

alguns estilos de dança individual e em grupo e eles responderam que sim na academia e até em filmes infantis. Então, prontamente a educadora contou sobre a história desses ritmos e explicou com clareza sobre as características de cada movimento. Observou-se que os alunos gostaram bastante e entenderam que a dança deve ser conhecida não só pelo brilho do movimento, mas como também sua origem, suas raízes. Além disso, falou-se sobre várias curiosidades e características próprias de estilos de danças, entre eles a origem, possibilitando assim, o entendimento sobre os movimentos e sua relação com os africanos (em alguns estilos de dança). Por fim, tivemos mais um jogo digital, um questionário contendo figuras e perguntas sobre o conteúdo abordado, tais como: 1 - Qual dessas imagens representa o frevo? 2 - O forró é típico de qual festa popular brasileira? 3 - Qual dessas imagens representa a dança do ventre? 4 - Qual dança essa figura representa? 5 - Que dança é essa?.

Quando falando sobre repertórios, improvisação e composição coreográfica alguns dos estilos falado foi a dança de rua ou street dance (estilo americano), deste foi possível falar sobre fatores históricos afirmando que a dança de rua surgiu através da cultura americana, mas que quando chegou ao Brasil esse estilo de dança aderiu características próprias, a exemplo disso temos a inclusão de movimentos da capoeira. Além disso, a dança de rua faz parte da cultura do hip hop, composto pela dança, o rap e o grafite. Iniciou-se então a discussão sobre a diferença do grafite e da pichação, entendendo que o grafite é uma arte e que pode, além disso, trazer muitas mensagens através desta forma de linguagem. Como figurino, os dançarinos apresentam-se compostos por calça folgada para que tenha mais mobilidade, blusa, boné e tênis. Ao final tivemos como jogos digitais o jogo da memória e jogo de perguntas e respostas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança na escola se tornou um desafio ao longo do tempo para os professores de educação física, visto que é um conteúdo vivenciado no dia a dia do aluno, mas tratado na escola muitas vezes apenas através de eventos, na apresentação de coreografias, tendo assim um conhecimento muito restrito sobre cada estilo de dança. Porém, o presente projeto buscou-se tratar a dança com uma metodologia diferenciada da tradicional, a metodologia de projetos que possibilitou o desenvolvimento do trabalho a partir da participação da professora e do aluno. Além disso, utilizamos a gamificação como um diferencial nas aulas de educação física escolar e através disso, uma maior proximidade dos alunos entre o componente curricular e a realidade cotidiana deles.

#### REFERÊNCIAS

FARDO, M. L. **A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem**. Cited-UFRGS, v. 11, n. 1, 2013.

JONASSEN, D. **O uso das tecnologias na Educação à Distância e a aprendizagem construtivista**. Em aberto, Brasília, n.70, ano 16, abr./jun., 1996.

KAPP, K. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. Pfeiffer, 2012. Disponível em: . Acesso em: jan. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Rumos da EF escolar: o que foi, o que é, o que poderia ser**. UFMG, 1997.

## AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ATUAM NA CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO

### ASSESSMENT OF KNOWLEDGE MANAGEMENT IN SERVICE COMPANIES THAT OPERATE IN THE CAPITAL OF THE STATE OF MARANHÃO

Lúcia Helena Silva Campos<sup>1</sup>

#### RESUMO

A Gestão do conhecimento vem despertando maior interesse das organizações pela sua relevância no mercado de competitividade, uma vez que o conhecimento passou a ser considerado o recurso mais importante para as empresas. A presente pesquisa apresenta as formas e meios utilizados para gerir o conhecimento nas empresas de prestação de serviços da capital do Estado do Maranhão. Este estudo aborda as diferenças nas metodologias e ferramentas utilizadas de acordo com a atividade econômica da empresa; os principais fatores que interferem na Gestão do Conhecimento e no compartilhamento e disseminação entre os colaboradores, além da percepção destes quanto ao processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento. Para este artigo, foi realizada entrevista semiestruturada com o responsável pelos processos de desenvolvimento e treinamento da área de recursos humanos e quanto ao diagnóstico dos principais fatores que interferem na gestão do conhecimento e no compartilhamento e disseminação do conhecimento entre os colaboradores. De modo a verificar a percepção dos mesmos quanto a este processo foi elaborado e aplicado um questionário fechado composto por 01 (uma) questão subjetiva, onde o pesquisado descreveu livremente a sua opinião e 14 (quatorze) questões objetivas empregando o modelo da escala de Likert. Os dados coletados através dos questionários foram mensurados utilizando gráficos que permitiram uma visualização objetiva dos resultados apurados, bem como uma análise crítica detalhada, enquanto que os dados coletados na entrevista foram analisados por recursos de análise de conteúdo. Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa nota-se que o alcance da Gestão do Conhecimento nas empresas de prestação de serviços é reduzido e limitado e o conhecimento gerenciado inferior diante do intelecto presente nas organizações. O desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, não é explorado como a Gestão do Conhecimento preconiza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento, Compartilhamento, Disseminação, Gestão do Conhecimento.

#### ABSTRACT

Every day Knowledge Management has aroused greater interest from organizations due to its relevance in the competitive market, since knowledge has come to be considered one of the most important resource for companies. This research presents the use and exploration to manage knowledge in service providers in the capital of the State of Maranhão. This study addresses the differences in the methodologies and tools used according to the company's economic activity; the main factors that interfere in the management of knowledge and in the sharing and dissemination among employees, in addition to their perception of the process of sharing and disseminating knowledge. For this article, a semi-structured interview was conducted with the person responsible for the development and training processes in the area of human resources and regarding the diagnosis of the main factors that interfere in knowledge management and in the sharing and dissemination of knowledge among employees. To allow to verify their perception of KM processes, a closed questionnaire composed of 01 (one) subjective question was elaborated and applied, where the respondent freely described his / her opinion and 14 (fourteen) objective questions using the Likert scale model. The data collected through the questionnaires were measured using graphs that allowed an objective visualization of the results obtained, as well as a detailed critical analysis, while the data collected in the interview were analyzed using content analysis resources. In view of the results obtained in this research, it is noted that the scope of knowledge management in service providers is reduced and limited and the knowledge managed is inferior to the intellect present in organizations. The development of competences, skills and attitudes is not explored as knowledge management advocates.

**KEYWORDS:** Knowledge, Sharing, Dissemination, Knowledge Management

<sup>1</sup> Mestrado em Ciências Empresariais pela Universidade Fernando Pessoa, UFP, Portugal. Especialização em Gestão Empresarial. Faculdade de Teologia Hokemah, FATEH. Graduação em Gestão Empreendedora pela Universidade Ceuma, UNICEUMA. E-mail: luciahs.campos@outlook.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/1468182912330639

## INTRODUÇÃO

As organizações que não desenvolverem e adotarem processos eficazes para se dotarem do conhecimento e o fazerem chegar a todos os colaboradores, estarão se posicionando em situação de desvantagem que poderá ser irreversível, pois atualmente o conhecimento é o mais relevante fator de produção de riqueza, tornando-se o recurso mais importante de que as empresas necessitam para criar valor e inovar-se de forma contínua, de modo a conquistar e manter vantagens competitivas (CRANBERRY, 2017).

O conhecimento sempre foi uma ferramenta poderosa para quem o detém. Historicamente o conhecimento sempre trouxe vantagens para seus detentores, seja na antiguidade nos ambientes de guerra, seja na política ou nos ambientes organizacionais, continuando até os dias atuais. O conhecimento virou objeto de estudo de vários especialistas e as empresas começaram a dar maior atenção ao tema, através da gestão do conhecimento, uma vez que isto passou a lhes conferir diferencial competitivo (FERNANDO; COSTA, 2012).

A gestão do conhecimento é hoje um processo organizacional de importância fundamental e consiste em identificar, localizar, disseminar, recombinar e aplicar o conhecimento ao qual a organização tem acesso (CRANBERRY, 2017).

As organizações vêm demonstrando uma crescente demanda por informações para condução de seus processos. Além disso, o uso adequado da gestão do conhecimento e da informação pode ser revertido em vantagens competitivas para aplicações estratégicas, no entanto reter tais conhecimentos tem sido um grande desafio (ZAIDAN, 2008).

Desenvolver meios que permitam condições para gerir de forma inteligente o conhecimento, viabilizando as estratégias do negócio, é essencial para

as organizações (DAVENPORT, 1998 apud MORESI; MENDES, 2010).

Ante a esta perspectiva e considerando que é importante verificar como as empresas estão trabalhando estes conceitos, o presente projeto foi aplicado em 5 (cinco) empresas de prestação de serviços, sendo 01 (uma) microempresa, 01 (uma) empresa de pequeno porte e 03 (três) de grande porte e tem a proposta de analisar como os diferentes seguimentos de prestação de serviços da capital do Estado do Maranhão estão praticando a gestão do conhecimento, buscando entender se há diferenças nas metodologias e ferramentas utilizadas conforme a atividade econômica de cada empresa.

Esta pesquisa buscou analisar as formas e meios utilizados para gerir o conhecimento nas empresas de prestação de serviços da capital do Estado do Maranhão; identificar as diferenças nas metodologias e ferramentas utilizadas de acordo com a atividade econômica da empresa; diagnosticar os principais fatores que interferem na gestão do conhecimento e no compartilhamento e disseminação entre os colaboradores, além de verificar a percepção destes quanto ao processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento.

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O conhecimento passou a ser considerado um recurso econômico e estratégico na era da informação, em virtude do quanto este pode agregar de valor às empresas. Desta forma, passa a ser o bem mais valioso e poderoso, se sobrepondo aos bens físicos que as empresas possuem como ativos (COLAURI; BEUREN, 2003).

O conhecimento é uma combinação de experiências, valores, informações e discernimento especializado que fornece uma estrutura para avaliar e absorver novas experiências (JENNEX; OLFMA; ADDO, 2003 apud HEIZEN; DIAS, 2013). Fernandes e Costa

(2012), acreditam que o conhecimento pode ser criado e formalizado em qualquer lugar ou situação, necessitando apenas de direcionamento de esforços para este fim. Brito (2008), reforça que o conhecimento é uma mistura de experiências, valores e informações contido nas pessoas, fazendo, portanto, parte da complexidade e imprevisibilidade humanas.

Fato é que o conhecimento é dinâmico, está em constante mutação, deriva da experiência e da aprendizagem, é criado nas interações sociais entre indivíduos e, para que tenha utilidade e valor, deve estar inserido em um contexto, pois depende de um determinado tempo e espaço, ou seja, para que o conhecimento tenha valor e utilidade, ele tem de estar disponível para ser usado, no momento em que deve ser utilizado e para quem precisa utilizá-lo (STEWART, 1998; NONAKA et al, 2000; DAVENPORT; PRUSAK, 1998 apud BESEN et al, 2015).

Sendo de grande importância para as empresas, o conhecimento passa a ser considerado como peça fundamental para o diferencial competitivo e por ser único, proporciona às empresas o fornecimento de produtos e serviços singulares e de difícil imitação pelos concorrentes (MINTZBERG; QUINN, 2001 apud ZAIDAN, 2008).

O conhecimento pode ser analisado na perspectiva de dados e informações e na perspectiva de processo. Pela óptica de dados e informações a gestão do conhecimento foca em expor as pessoas às informações úteis e facilitar a absorção da informação, enquanto que na óptica de processos o foco está na criação, compartilhamento e distribuição do conhecimento (ALAVI; LEIDNER, 2001 apud HEINZEN; DIAS, 2013).

De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento pode ser dividido em conhecimento tácito e explícito. O tácito é o conhecimento pessoal, difícil de formalizar, transmitir e compartilhar, pois está

enraizado nas ações e experiências de um indivíduo, bem como em suas emoções, valores, desejos ou ideais. Enquanto que o explícito pode ser expresso em palavras como também em números, de fácil comunicação e compartilhamento na forma de dados, fórmulas científicas, procedimentos codificados ou princípios universais, podendo ser processado por um computador e transmitido de forma eletrônica ou armazenado em banco de dados.

A gestão do conhecimento auxilia na solução de problemas, geração de ideias e tomada de decisão, uma vez que é considerada um conjunto de estratégias voltadas para criar, adquirir e compartilhar conhecimento. Outro fator importante é que a gestão do conhecimento institui fluxos que permitem que a informação esteja no tempo certo e na forma adequada (MACHADO NETO, 1998 apud SILVA; SILVA 2012). Sendo, portanto, uma coleção de processos que impulsiona a criação, disseminação e utilização do conhecimento para atingir plenamente os objetivos da organização (TEIXEIRA FILHO, 2000).

Teixeira Filho (2000), define a gestão do conhecimento como uma área nova que está inserida entre a estratégia, a cultura e os sistemas de informação de uma empresa, podendo ser considerada como direcionadora para os processos de criação, disseminação e utilização do conhecimento com foco no alcance dos objetivos organizacionais. Dessa forma, Colauto e Beuren (2003) consideram que a essência da gestão do conhecimento se encontra em torno das sucessivas conversões de conhecimentos tácitos a uma forma explícita, dependendo exclusivamente do interesse e disposição das pessoas que os detêm a se prontificarem a repassar esse conhecimento aos outros.

A gestão do conhecimento está entrelaçada nos processos de aprendizagem nas empresas através de três etapas: aquisição e desenvolvimento de conhecimentos; disseminação, e construção de memórias. É a coleção de processos que governam a criação, disseminação e utilização do conhecimento

para alcance dos objetivos. Está entre a estratégia, a cultura e os sistemas de informação da organização (FLAURY; FLEURY, (2000); TEIXEIRA FILHO, (2000) – apud COLAUTO; BEUREN (2003).

Na prática, a gestão do conhecimento consiste na identificação e mapeamento dos ativos intelectuais da organização que permite geração de novos conhecimentos para obtenção de vantagem competitiva e compartilhamento de melhores práticas (REZENDE; GUAGLIARD, 2005).

Colauto e Beuren (2003), acreditam que o crescimento da valorização do conhecimento torna-se inevitável, uma vez que os investimentos realizados nas pessoas e a utilização plena da inteligência dos colaboradores da empresa está se disseminando pelo mundo, convergindo assim para uma economia baseada no conhecimento. Desta forma, a gestão do conhecimento deve estar inserida nas estratégias das organizações.

Vivemos em um mundo de mudanças políticas, econômicas e sociais que afetam as organizações e consequentemente as pessoas, onde a intensificação da necessidade de adquirir e gerenciar o conhecimento e a aprendizagem é extremamente necessário para manter um diferencial competitivo, sobretudo na era da informação. As mudanças ressaltam a crescente importância que as organizações assumem para a sociedade contemporânea e, por conseguinte, para os homens que a constituem (COLAUTO; BEUREN, 2003).

O compartilhamento de conhecimento é positivo para as organizações, uma vez que pode evitar repetição de erros já cometidos e reduzir gastos com retrabalho. Os colaboradores mais experientes compartilham seus conhecimentos, experiências e vivências com os demais produzindo uma soma de conhecimentos que é muito mais valiosa que diversos conhecimentos individuais (TONET; PAZ, 2006; RAMOS; HELAL, 2010; CUNHA; FERREIRA, 2011; FREIRE et al., 2012; LEMOS; JOIA, 2012 apud OSINSKI ET AL, 2015).

A rede de relacionamentos informal construída no compartilhamento de conhecimentos entre os membros de uma equipe de trabalho entre si, bem como entre estes e os membros de outras equipes da empresa, contribui para a capacitação e desenvolvimento da equipe, devendo, portanto, ser fortalecida (SAMPAIO; PASSOS; ASSIS, 2014).

No universo empresarial o compartilhamento de conhecimento é uma forma de assegurar que os colaboradores repassem entre si o conhecimento que possuem, garantindo assim a disseminação e aquisição do conhecimento que podem precisar no futuro (Tonet e Paz, 2006). O uso apropriado e adequado da informação e do processo de trocas podem ser considerados como um dos principais pilares do sucesso organizacional (ALVES; BARBOSA, 2010).

Para Alcará et al (2009), diversas situações podem atrapalhar ou facilitar o compartilhamento de informações e conhecimento, assim as organizações devem promover a cultura do compartilhamento e identificar os fatores que possam interferir na troca de informações, bem como proporcionar ações que influenciem de forma positiva as atitudes voltadas para o compartilhamento.

Segundo Cruz (2007), uma das maiores dificuldades para o compartilhamento de conhecimento está no fato dos indivíduos, de uma maneira geral, apresentarem um comportamento instintivo no qual buscam guardar seus conhecimentos para si, o que complica ainda mais o processo de compartilhamento, tornando-o mais difícil.

Estudos apontam que os canais informais de relacionamento são os principais meios para propiciar o compartilhamento do conhecimento. Através da comunicação face a face as ações podem ser desencadeadas e resultar em aproximação dos indivíduos e consequentemente na criação de hábitos, facilitando assim o compartilhamento de informações e conhecimento (BROWN; DUGUID, 1991 apud ALVEZ; BARBOSA, 2010).

Para Takeuchi e Nonaka (2008), a evolução de uma organização está diretamente relacionada à sua capacidade de criar e disseminar conhecimentos. Para os autores, a criação e expansão do conhecimento acontece por meio da interação entre as dimensões tácito e explícito através de quatro etapas de conversão, conforme Tabela 1.

**TABELA 1 – Etapas de Conversão:**

ETAPAS		CARACTERÍSTICAS
1	SOCIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acontece de indivíduo para indivíduo e compartilha e cria conhecimento tácito através de experiência direta.</li> <li>▪ Converte o conhecimento tácito em tácito, por meio do compartilhamento de experiências, o aprendizado pela observação, imitação e prática.</li> </ul>
2	EXTERNALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acontece do indivíduo para o grupo e articula conhecimento tácito através do diálogo e da reflexão.</li> <li>▪ Converte o conhecimento tácito para o explícito. É um processo de criação do conhecimento expresso nas metáforas, analogias, conceitos, hipóteses e modelos.</li> </ul>
3	COMBINAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acontece do grupo para a organização e sistematiza e aplica o conhecimento explícito e a informação.</li> <li>▪ Converte conhecimento explícito em explícito. Processo de sistematização de conceitos em um sistema de conhecimento. As pessoas trocam conhecimentos através de documentos, reuniões, redes de computadores e conversas ao telefone.</li> </ul>
4	INTERNALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acontece da organização para o indivíduo e este aprende e adquire novo conhecimento tácito na prática.</li> <li>▪ Converte conhecimento explícito para tácito. Está relacionado ao aprender fazendo, sendo necessárias a verbalização e diagramação do conhecimento na forma de manuais ou histórias orais.</li> </ul>

**FONTE:** Takeuchi e Nonaka, 2008.

De acordo com Sampaio, Passos e Assis (2014), a socialização compartilha e cria conhecimento tácito através de experiência direta, sendo um modo de conversão que pode ser considerado como o ponto de partida para a criação de conhecimento, caracterizando-

se pela interação entre os indivíduos que estabelecem comunicação sem necessitar de códigos ou formas explícitas para a mensagem.

## ESTUDO EMPÍRICO

Este trabalho foi composto das seguintes fases: levantamento de literatura para embasamento científico da pesquisa, realização de entrevista semiestruturada com responsável da área de recursos humanos, elaboração e aplicação de questionário nos indivíduos da pesquisa utilizando o método da escala de Likert, tabulação dos dados, análise comparativa dos dados, análise crítica dos resultados e conclusão.

Os principais recursos previstos para execução deste projeto foram: autorização da empresa para aplicação da pesquisa, hardware (notebook), software (Word, Excel, PowerPoint), questionários, papel, canetas, prancheta, internet, impressora, máquina fotográfica, veículo e combustível.

A pesquisa foi realizada em um grupo empresarial maranhense de prestação de serviços com atuação nacional. O grupo é composto por 9 empresas e possui cerca de cinco mil colaboradores com atuação nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Sua sede está localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº.42, Apeadouro. CEP: 65025-001, São Luís – Maranhão/Brasil. A pesquisa foi realizada em 5 empresas do grupo que ficam localizadas em São Luís do Maranhão. A escolha deste grupo empresarial para realização do estudo, se deu em virtude da solidez do mesmo no mercado local e nacional, tendo mais de 44 anos de atuação em diversos segmentos de prestação de serviços, sendo, portanto, uma amostra significativa e importante.

As 5 empresas do grupo foram intituladas didaticamente por empresa A, B, C, D e E, sendo: Empresa A: prestação de serviços na área de limpeza predial e industrial, paisagismo, administração de almoxarifados, administração de portarias, serviços de

malote, serviços de brigada de emergência e locação de mão de obra em geral; Empresa B: prestação de serviços na área de vigilância e segurança privada; Empresa C: prestação de serviços na área de navegação e apoio portuário; Empresa D: serviços combinados de escritório e apoio administrativo e Empresa E: locação de automóveis com e sem condutor.

A população que fez parte da amostra possui idade que varia entre 18 e 80 anos, sendo mulheres e homens distribuídos em diversas funções na empresa.

A aplicação dos questionários seguiu um processo de amostragem não probabilística por conveniência para os colaboradores e para as lideranças seguiu um processo não probabilístico por julgamento.

Para definição da amostra para aplicação dos questionários aos colaboradores considerou-se a margem de erro de 10% (dez por cento) e nível de confiança de 90% (noventa por cento), conforme Figura 1 e Tabela 3, onde:

- População: o número de elementos existentes no universo da pesquisa;
- Margem de erro: a diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor, e
- Nível de confiança: a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

**FIGURA 1** – Fórmula de cálculo da amostra.  
**FONTE:** SANTOS, 2019.

**SENDO:**

**n** = amostra calculada

**N** = população

**Z** = variável normal padronizada associada ao nível de confiança

**P** = verdadeira probabilidade do evento

**e** = erro amostral.

**TABELA 2** – Cálculo amostral por empresa.

EMPRESA	POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO (10%) E NÍVEL DE CONFIANÇA (90%)
A	647	62
B	726	63
C	649	62
D	73	36
E	19	16

**FONTE:** Elaborado pela pesquisadora, 2020.

Quanto a aplicação dos questionários junto às lideranças buscou-se alcançar 100% da média liderança, de modo a garantir 100% de margem de confiança, de acordo com a fórmula apresentada.

Os participantes foram comunicados sobre a pesquisa antecipadamente através de diálogos diretos e por e-mail, onde foram explanados os objetivos da pesquisa e o cronograma de execução, sendo nesta ocasião repassada a informação a todos quanto à participação voluntária e a confidencialidade da identificação de todos os participantes.

No próprio formulário do questionário foi disponibilizado o termo de consentimento livre e esclarecido devendo este ser aceito para validar a participação na pesquisa.

Para analisar as formas e meios utilizados para gerir o conhecimento nas empresas e identificar se há diferenças nas metodologias entre as mesmas, foi realizada entrevista semiestruturada com o responsável pelos processos de desenvolvimento e treinamento da área de recursos humanos. A entrevista teve o seguinte roteiro: primeiramente foi repassado ao entrevistado o tema e os objetivos da pesquisa, bem como a importância desta, em seguida foram feitas 30 perguntas de acordo com a estruturação previamente elaborada. As perguntas foram elaboradas com foco na gestão do conhecimento e nas ferramentas utilizadas para promover este processo na empresa. Para todas as questões abordadas foram adicionadas as devidas

fundamentações teóricas, de modo a tornar a entrevista mais direcionada para aos objetivos da pesquisa.

Quanto ao diagnóstico dos principais fatores que interferem na gestão do conhecimento e no compartilhamento e disseminação do conhecimento entre os colaboradores, bem como verificar a percepção dos mesmos quanto a este processo foi elaborado e aplicado um questionário fechado composto por 01 (uma) questão subjetiva, onde o pesquisado descreveu livremente a sua opinião e 14 (quatorze) questões objetivas empregando o modelo da escala de Likert, a qual permitiu que o pesquisado manifestasse com precisão sua visão. O intervalo de respostas teve variação de 1 a 5, sendo 1 correspondente a discordo totalmente e 5 concordo plenamente, de modo a evitar duas opções extremas, reduzindo assim a variação e permitindo melhor análise.

Intervalo de respostas do questionário:

- 1 – Discordo Totalmente
- 2 – Discordo Parcialmente
- 3 – Não concordo nem discordo
- 4 – Concordo Parcialmente
- 5 – Concordo Plenamente

Os dados coletados através dos questionários foram mensurados utilizando gráficos que permitiram uma visualização objetiva dos resultados apurados, bem como uma análise crítica detalhada. Todos os dados foram analisados recorrendo às análises estatísticas descritivas de frequências associadas a variáveis qualitativas, permitindo um diagnóstico mais aproximado dos fatores que interferem na gestão do conhecimento, no processo de compartilhamento e disseminação e da percepção dos colaboradores quanto a este processo.

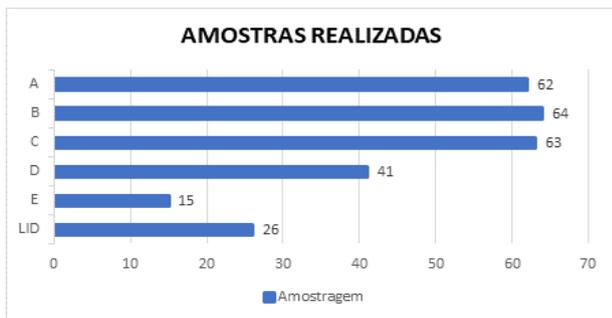
Os questionários respondidos pelos colaboradores foram analisados em blocos separados das lideranças, mesmo sendo os mesmos questionamentos aplicados nos dois grupos de pesquisas. Optou-se pelo método de análise isolada para melhor visualização e interpretação dos dados. No grupo de colaboradores, cada questão aplicada foi

analisada através de gráficos considerando os resultados por empresa, de modo a permitir comparação entre elas e conseqüentemente a visualização do comportamento que melhor representasse o todo, exceto para as questões 9, 10 e 15 que foram compiladas e analisadas em único gráfico. No grupo de lideranças, não houve comparação entre as empresas e todas as questões foram tabuladas em gráficos únicos, de modo a representar de forma global o pensamento das lideranças quanto ao tema.

Quanto aos dados coletados na entrevista, estes foram analisados por recursos de análise de conteúdo, de modo a demonstrar o cenário das empresas quanto aos principais aspectos que envolvem a gestão do conhecimento. Em seguida, para fundamentação das conclusões, foi feita comparação entre os dados coletados e apurados através dos questionários e os dados da entrevista para demonstrar se há diferenças nas metodologias e ferramentas utilizadas de acordo com a atividade econômica da empresa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme demonstrado no Gráfico 1, foram aplicados 271 questionários, sendo 26 para as lideranças e 245 para os colaboradores em geral, dos quais foram distribuídos da seguinte forma: 62 (23%) na empresa A (prestação de serviços na área de limpeza predial e industrial, paisagismo, administração de almoxarifados, administração de portarias, serviços de malote, serviços de brigada de emergência e locação de mão de obra em geral; Empresa), 64 (24%) na empresa B (prestação de serviços na área de vigilância e segurança privada), 63 (23%) na empresa C (prestação de serviços na área de navegação e apoio portuário), 41 (15%) na empresa D (serviços combinados de escritório e apoio administrativo), 15 (6%) na empresa E (locação de automóveis com e sem condutor) e 26 (10%).



**GRÁFICO 1** – Quantidade de amostra realizadas por empresa e lideranças.

Quanto às lideranças, os 26 pesquisados foram distribuídos da seguinte forma: 03 (12%) na empresa A (prestação de serviços na área de limpeza predial e industrial, paisagismo, administração de almoxarifados, administração de portarias, serviços de malote, serviços de brigada de emergência e locação de mão de obra em geral; Empresa), 03 (12%) na empresa B (prestação de serviços na área de vigilância e segurança privada), 07 (27%) na empresa C (prestação de serviços na área de navegação e apoio portuário), 12 (46%) na empresa D (serviços combinados de escritório e apoio administrativo), 01 (4%) na empresa E.

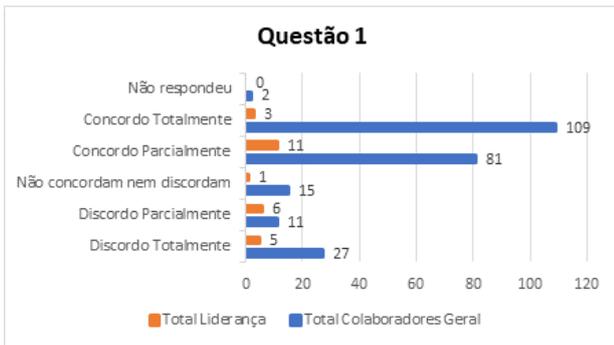
Sobre o tempo de serviço dos respondentes, excetuando os 23 que não forneceram esta informação durante a pesquisa, identificou-se que (90,33%) dos respondentes possuem mais de 01 ano de trabalho nas empresas pesquisadas e mais da metade (53,24%) possuem mais que cinco anos, o que contribuiu para a apuração dos questionamentos uma vez que estes possuem maturidade empresarial e puderam fornecer com mais precisão as respostas às questões colocadas.

As questões aplicadas para diagnóstico dos principais fatores que interferem na gestão do conhecimento e no compartilhamento e disseminação do conhecimento entre os colaboradores e as lideranças, bem como verificar a percepção dos mesmos quanto a este processo foram as seguintes: 1. Existe uma política voltada para a gestão do conhecimento na empresa em que você trabalha; 2. Você conhece esta política; 3. Existe uma sistemática para formação de multiplicadores de conhecimento; 4. Você considera

que existe a prática de compartilhamento de conhecimento na empresa; 5. A empresa estimula os seus empregados a compartilharem seus conhecimentos; 6. Você se sente motivado a compartilhar seus conhecimentos; 7. Você considera que as lideranças estão envolvidas neste contexto; 8. Você considera que o conhecimento das áreas é disseminado para todos da empresa; 9. A disseminação do conhecimento na empresa acontece através de: 9.1. Treinamentos; 9.2. Campanhas; 9.3. Palestras; 9.4. Reuniões; 9.5. Workshop; 9.6. Seminários; 10. Quais são os meios de comunicação utilizados para disseminação do conhecimento na empresa: 10.1. Encontros presenciais; 10.2. Educação à distância (EAD); 10.3. E-mails; 10.4. Informes; 11. Você recebeu treinamento e orientações quando entrou na empresa; 12. Existe transferência de conhecimento quando um novo serviço é iniciado; 13. Existe sistemática de formação de um substituto caso haja movimentação de um funcionário; 14. Você considera que existem fatores que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento na empresa; 15. Você poderia citar pelo menos três fatores que você considera que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento na empresa?

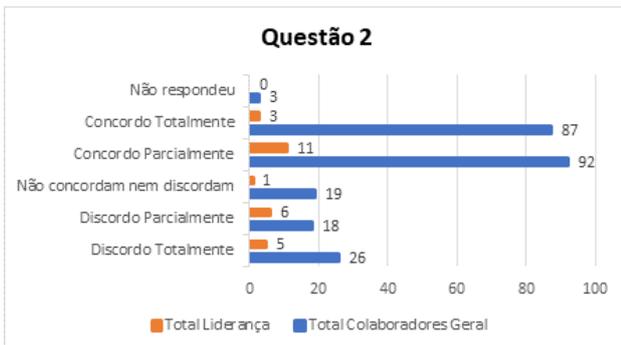
A seguir serão apresentados os resultados das questões por empresa quanto aos pesquisados:

**Questão 1: Existe uma política voltada para a gestão do conhecimento na empresa em que você trabalha:** Com base nos dados das lideranças e dos colaboradores apontados no Gráfico 2, nota-se que ambos os grupos afirmam que nas empresas pesquisadas existem políticas voltadas para a gestão do conhecimento. No entanto, convém mencionar que 27 (11,02%) dos colaboradores e 5 (19,23%) das lideranças discordam totalmente com esta afirmativa.



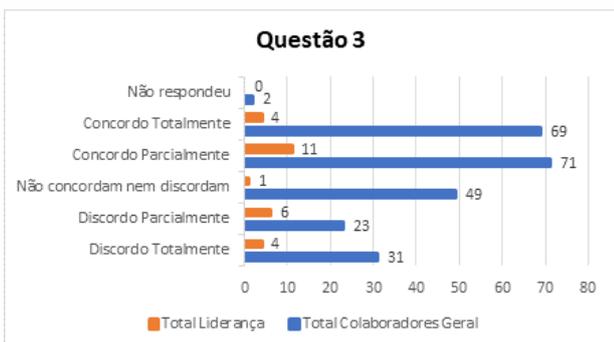
**GRÁFICO 2 – Questão 1.**

**Questão 2: Você conhece esta política:** De um modo geral percebe-se que os colaboradores tiveram acesso às políticas voltadas para a gestão do conhecimento nas empresas uma vez que 14 (53,85%) das lideranças e 179 (73,06%) dos colaboradores concordam total ou parcialmente com esta questão, no entanto não há uma difusão completa desta nas empresas. Ressalta-se aqui que apenas 3 (11,54%) das lideranças concordam totalmente com essa afirmativa (Gráfico 3).



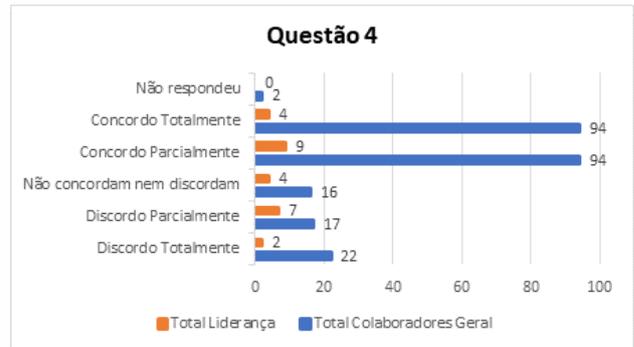
**GRÁFICO 3 – Questão 2.**

**Questão 3: Existe uma sistemática para formação de multiplicadores de conhecimento:** Nota-se que não existe sistemática institucionalizada para formação de multiplicadores de conhecimento nas empresas pesquisadas, pois somente 69 (28,16%) dos colaboradores e 4 (15,38%) das lideranças concordam totalmente com esta afirmativa conforme aponta o Gráfico 4.



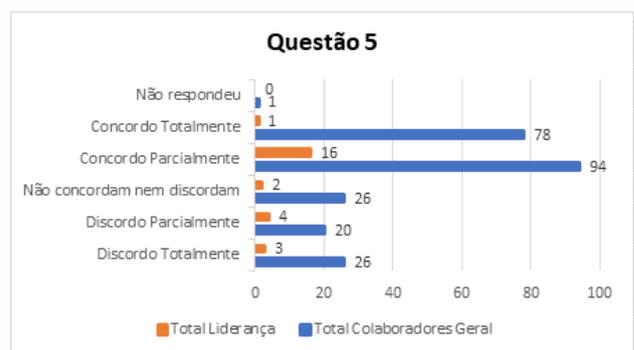
**GRÁFICO 4 – Questão 3.**

**QUESTÃO 4: Você considera que existe a prática de compartilhamento de conhecimento na empresa:** Percebe-se que existe a prática de compartilhamento de conhecimentos nas empresas segundo o Gráfico 5, entretanto ainda não é algo que esteja totalmente implantado, uma vez que somente 94 (38,37%) colaboradores e 4 (15,38%) das lideranças concordam totalmente.



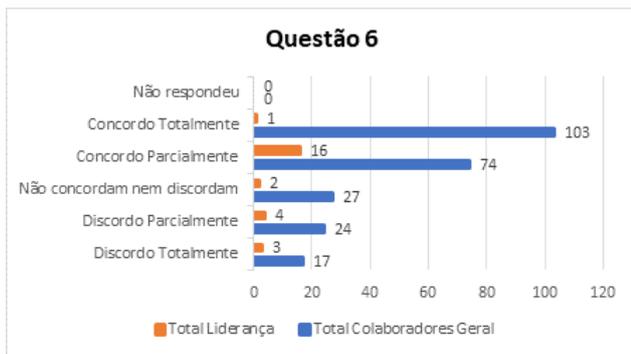
**GRÁFICO 5 – Questão 4.**

**Questão 5: A empresa estimula os seus empregados a compartilharem seus conhecimentos:** Sobre estímulo aos empregados para compartilharem seus conhecimentos, 17 (65,38%) das lideranças e 172 (70,20%) dos colaboradores concordam total ou parcialmente. Porém, somente 78 (31,83%) dos colaboradores e 1 (3,84%) das lideranças concordam totalmente que há práticas das empresas neste sentido (Gráfico 6).



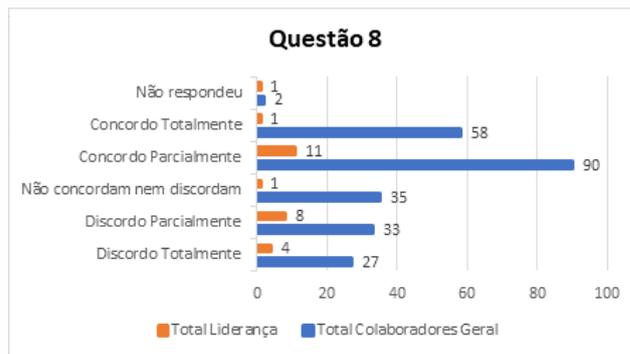
**GRÁFICO 6 – Questão 5.**

**Questão 6: Você se sente motivado a compartilhar seus conhecimentos:** Verifica-se no Gráfico 7 que 177 (72,22%) colaboradores e 17 (65,38%) lideranças concordam total ou parcialmente. Nota-se que somente 103 (42,02%) dos colaboradores e 1 (3,84%) das lideranças se sentem totalmente motivados em compartilhar seus conhecimentos.



**GRÁFICO 7 – Questão 6.**

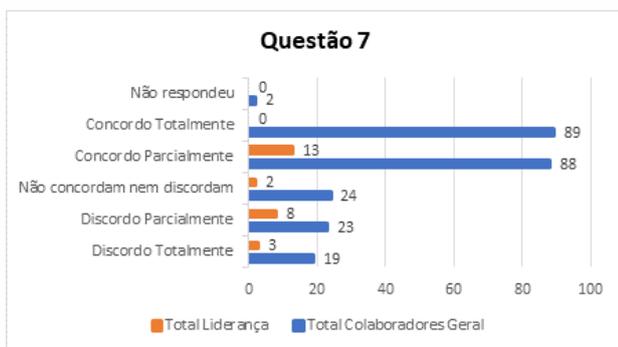
**Questão 7: Você considera que as lideranças estão envolvidas neste contexto:** Sobre as lideranças, somente 89 (36,33%) dos colaboradores pesquisados percebem o envolvimento total das lideranças quanto à gestão do conhecimento. Enquanto entre as lideranças somente 13 (50%) concordam parcialmente quanto ao envolvimento das lideranças na gestão do conhecimento na empresa, nenhum respondente concorda totalmente, o que demonstra que nem mesmo a liderança se considera totalmente envolvida neste contexto (Gráfico 8).



**GRÁFICO 9 – Questão 8.**

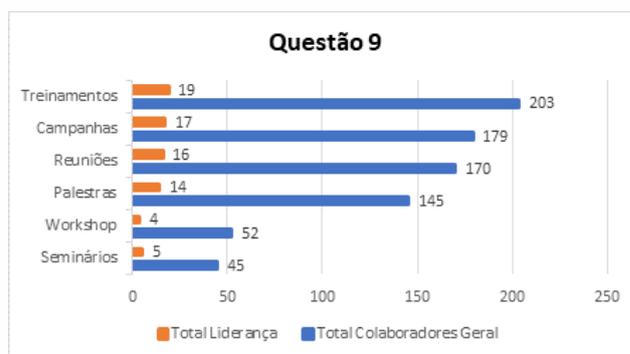
**Questão 9: A disseminação do conhecimento na empresa acontece através de:**

Ambos os grupos apontaram que as principais ferramentas utilizadas pelas empresas para disseminação do conhecimento são, nessa ordem, treinamentos (82,86% dos colaboradores e 73,07 das lideranças), campanhas (73,06% dos colaboradores e 65,38 das lideranças), reuniões (69,38% dos colaboradores e 61,53 das lideranças) e palestras (59,18 % dos colaboradores e 53,84 das lideranças), conforme aponta o Gráfico 10.



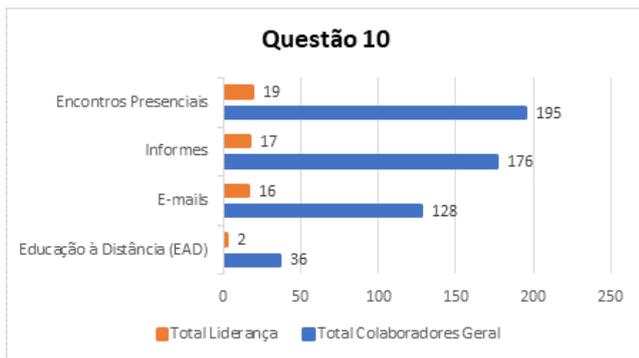
**GRÁFICO 8 – Questão 7.**

**Questão 8: Você considera que o conhecimento das áreas é disseminado para todos da empresa:** Observa-se no Gráfico 9 que 148 (60,40%) dos colaboradores e 12 (46,15) das lideranças concordam total ou parcialmente. Contudo, constata-se que apenas 58 (23,67) dos colaboradores e 1 (3,84) das lideranças concordam totalmente que há a disseminação dos conhecimentos entre as áreas nas empresas.



**GRÁFICO 10 – Ferramentas utilizadas para disseminação do conhecimento.**

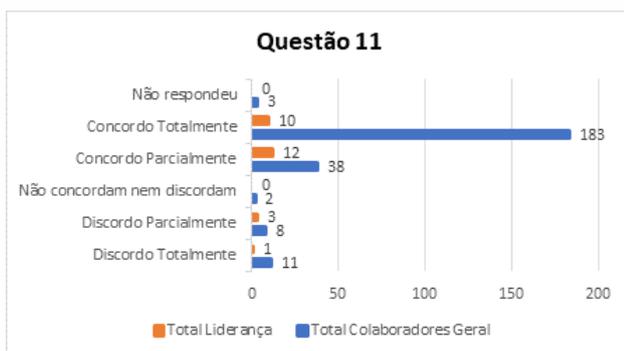
**Questão 10: Os meios de comunicação utilizados para disseminação do conhecimento na empresa:** conforme Gráfico 11, os meios de comunicação mais utilizados pelas empresas para disseminação do conhecimento são encontros presenciais, informes e e-mails. A educação à distância (EAD) ainda não é uma prática muito utilizada pelas empresas.



**GRÁFICO 11** – Meios de comunicação para disseminação do conhecimento.

**Questão 11: Você recebeu treinamento e orientações quando entrou na empresa:**

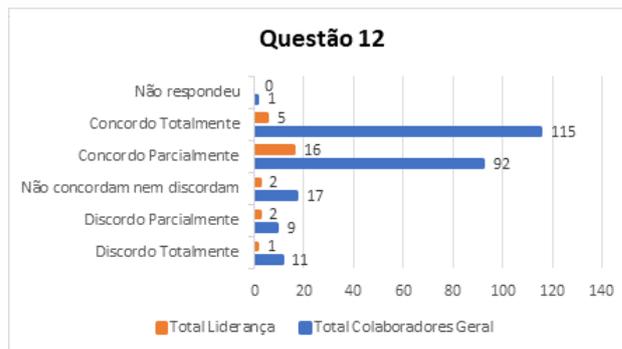
De modo geral as empresas têm orientado os colaboradores e as lideranças quando da admissão destes na empresa, uma vez que 221 (90,20%) dos colaboradores e 22 (84,61) das lideranças concordam total ou parcialmente quanto a esta questão (Gráfico 12).



**GRÁFICO 12** – Questão 11.

**Questão 12: Existe transferência de conhecimento quando um novo serviço é iniciado:**

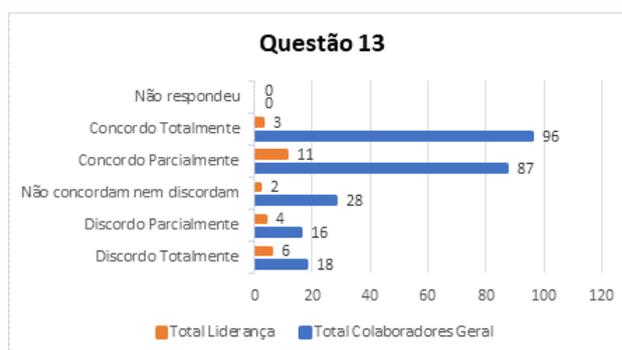
Segundo os dados dos colaboradores, percebe-se que as empresas têm buscado transferir conhecimento quando um novo serviço é iniciado, entretanto não é algo que esteja totalmente difundido uma vez que somente 115 respondentes (46,94%) concordam totalmente com esta prática. Entretanto, entre as lideranças apenas 5 (19,23%) concordam totalmente, o que demonstra que a transferência de conhecimento quando um novo serviço é iniciado não é uma prática constante nas empresas (Gráfico 13).



**GRÁFICO 13** – Questão 12.

**Questão 13: Existe sistemática de formação de um substituto caso haja movimentação de um funcionário:**

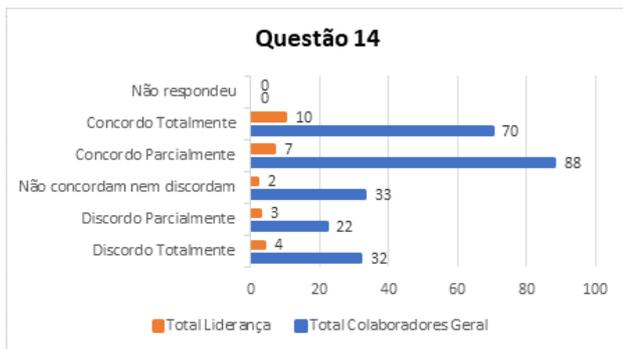
Embora haja ações da empresa quanto à formação de substituto em casos de movimentações de funcionários, nota-se que esta sistemática ainda não está implementada em sua totalidade, pois somente 96 (39,18%) dos colaboradores e 3 (11,54%) das lideranças concordam totalmente com esta afirmação, de acordo com o que se observa nos Gráfico 14.



**GRÁFICO 14** – Questão 13.

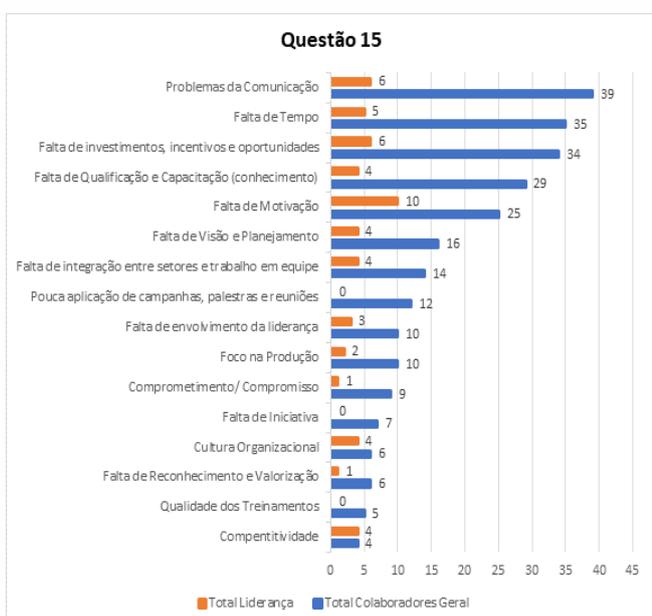
**Questão 14: Você considera que existem fatores que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento na empresa:**

Percebe-se que ambos os grupos entendem que existem fatores que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento nas empresas, uma vez que 158 (64,48%) dos colaboradores e 17 (65,38) das lideranças concordam total ou parcialmente (Gráfico 15).



**GRÁFICO 15** – Questão 14.

**Questão 15: Você poderia citar pelo menos três fatores que você considera que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento na empresa:** De acordo com os colaboradores, os 10 maiores fatores que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento nas empresas são: problemas de comunicação, falta de tempo, falta de investimentos, incentivos e oportunidades, falta de qualificação e capacitação, falta de motivação, falta de visão e planejamento, falta de integração entre os setores e trabalho em equipe, pouca aplicação de campanhas, palestras e reuniões, falta de envolvimento das lideranças e foco na produção. Enquanto entre as lideranças os 10 maiores fatores que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento nas empresas são: falta de motivação, falta de investimentos, incentivos e oportunidades, problemas comunicação, falta de tempo, falta de visão e planejamento, cultura organizacional, falta de integração entre setores e trabalho em equipe, competitividade, falta de qualificação e capacitação e falta de envolvimento da liderança (Gráfico 16).



**GRÁFICO 16** – Fatores que interferem no compartilhamento e disseminação do conhecimento nas empresas.

## REPRESENTANTE RECURSOS HUMANOS

Em entrevista realizada com o responsável pelos processos de desenvolvimento e treinamento da área de recursos humanos foram aplicados 30 questionamentos conforme consta no apêndice I, os quais estão demonstrados a seguir.

Segundo o entrevistado há política voltada para a gestão do conhecimento na empresa e está subsidiada na política de qualidade a qual estabelece em um dos seus objetivos profissionais competentes estabelecendo assim conexão com a gestão do conhecimento. Além da política, no grupo empresarial há procedimento de treinamento e desenvolvimento que estabelece metas para execução de treinamentos atendendo o conteúdo de qualidade, saúde, segurança, meio ambiente e comportamental. Esta política é divulgada para os empregados no momento da admissão através do treinamento de integração e reforçado sistematicamente durante as reciclagens anuais.

No grupo empresarial não há diretrizes específicas para a gestão do conhecimento. A diretriz organizacional estabelecida é com base nos objetivos de posição no mercado que são duas: operações marítimas “fornecer serviços marítimos, portuários e industriais com qualidade, segurança e confiabilidade” e demais operações: “desenvolver e manter serviços que sejam reconhecidos como padrões de qualidade, de forma segura e rentável”. O planejamento estratégico para alcance do objetivo da diretriz está conectado também com o desenvolvimento contínuo de competências referenciando a visão da gestão do conhecimento.

Quanto às estratégias de gestão do conhecimento não há “know rotation<sup>2</sup>” de forma estratégica e gerencial que integre e transforme as

<sup>2</sup> *know rotation* – rotatividade do saber.

informações mantidas na empresa em conhecimentos para os colaboradores, entretanto há registro de procedimentos de gestão e de planos de execução de atividades, mas a diversidade do capital intelectual não é registrada e transformada em educação. Estes procedimentos de gestão e de execução de atividades são elaborados e aprovados pela liderança de cada departamento da empresa e a área de qualidade realiza o controle e distribuição desses documentos já validados através da codificação, auditorias internas e registros em manuais para sua rastreabilidade.

Sobre a utilização da gestão do conhecimento como diferencial competitivo, a empresa vem se atualizando em relação ao sistema de gestão de recursos e pessoas. Essa assertiva é perceptível diante do sistema de gestão de pessoas que não atua, apenas, no formato de RH, mas expande suas práticas para a gestão estratégica. Contudo, voltando aos aspectos de treinamento e desenvolvimento de pessoas, há maior ênfase em treinamentos. Já o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, não é explorado como a gestão do conhecimento preconiza. A estrutura atual está voltada apenas para treinamentos de requisitos legais, mandatórios e exigidos pelo cliente. Eles correspondem, predominantemente, em conteúdo de saúde, segurança e meio ambiente.

A metodologia estruturada para documentação da “memória intelectual” da organização são os procedimentos de gestão de cada área. Contudo, não há meios organizados para o desenvolvimento desses conhecimentos. As informações que são transformadas em conhecimentos são transmitidas através de treinamento de curta duração, como também, reuniões informativas, comunicação visual (wallpaper, intranet, revista interna, informativos em murais e campanhas).

Em relação ao compartilhamento de conhecimento não há método de identificação dos ativos intelectuais da empresa e não há metodologia em funcionamento quanto à formação de multiplicadores. A transmissão do conhecimento organizacional

acontece por via da supervisão na qual o líder da área repassa o seu know-how<sup>3</sup> ao supervisionado através do acompanhamento e treinamento durante a execução de suas atividades, contudo essa prática se sobressalta em ambientação de novos colaboradores, mas sua atuação recai com o tempo.

Não há estímulos provenientes da empresa para geração e compartilhamento do conhecimento, bem como não há um programa validado pela alta liderança que implantem ações estimulantes para o compartilhamento de conhecimento, entretanto as lideranças orientam o compartilhamento pela necessidade dos objetivos organizacionais que consistem em atitudes individuais dos subordinados e não um método aplicado que forneça resultados estratégicos.

Quanto à disseminação do conhecimento na organização, via de regra, acontecem através dos treinamentos, campanhas, diálogos de saúde e segurança, informativos, comunicações visuais, briefing, reuniões e conversas informais e os principais meios de comunicação utilizados são intranet, e-mail corporativo, murais, registros escritos entre outros.

O alcance da gestão do conhecimento na empresa é reduzido e limitado. O conhecimento gerenciado atualmente é inferior diante do intelecto presente na organização e os principais fatores que interferem no processo de gestão do conhecimento são a falta de pessoas qualificadas e com experiências na organização, ausência de programa de desenvolvimento de competência e liderança, não integração da equipe e também não sensibilização da direção da empresa para a absorção do intelecto interno a fim desenvolver a educação empresarial.

Quando um novo serviço é iniciado não é feita a transferência de conhecimento, pois não há uma

---

<sup>3</sup> **Know-how** – conhecimento de normas, métodos e procedimentos em atividades profissionais, esp. as que exigem formação técnica ou científica. Habilidade adquirida pela experiência; saber prático.

cultura de compartilhamento que motive a transferência de conhecimento decorrente de novos serviços. Este novo conhecimento é adquirido a partir do processo que cada área é responsável em prestar para a produção do negócio. Dessa forma, a aquisição de conhecimento é fragmentada e lenta. Quando há movimentação ou desligamento de um colaborador, o substituto tem dificuldade para assumir o cargo, sendo ele interno ou externo, uma vez que o conhecimento da execução do antigo colaborador não foi procedimentado e nem realizado job rotation<sup>4</sup> com o subordinado para conhecimento de forma completa das atividades desempenhadas no processo no qual está inserido.

A empresa afere a gestão do conhecimento utilizando somente os indicadores de realização dos treinamentos e a efetividade destes, os quais são mensurados e acompanhados mensalmente. Quando o índice de realização está abaixo das metas estabelecidas são traçadas ações para melhoria destes.

Em relação a metodologia aplicada em virtude da atividade econômica de cada empresa a gestão do conhecimento no grupo não é aplicada de forma padronizada, mesmo com o procedimento de treinamento & desenvolvimento corporativo. Pode-se apontar como fator, a exigência deste cumprimento de treinamento por ser requisito do cliente e legal para o exercício da prestação de serviço para empresas específicas. Contudo, a área de gestão de pessoas está evoluindo neste aspecto, pois as turmas de treinamentos estão sendo estruturadas com colaboradores dos diversos segmentos de serviços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa constatou-se, nas empresas que foram objeto deste estudo, a não existência de diretrizes ou metodologias específicas para gerir o

conhecimento e o direcionamento é dado com base nos objetivos de posição no mercado de cada negócio. No entanto, existem políticas voltadas para a gestão do conhecimento e está subsidiada na política de qualidade a qual define, em um dos seus objetivos, profissionais competentes estabelecendo assim conexão com a gestão do conhecimento. Além da política, há procedimentos de treinamento & desenvolvimento, mas limitados a conteúdos de qualidade, saúde, segurança, meio ambiente e comportamental. Esta política é divulgada para os empregados no momento da admissão através do treinamento de integração e reforçada sistematicamente durante as reciclagens anuais. Ainda assim, identificou-se que não há uma difusão completa desta para todos os colaboradores e nem mesmo para as lideranças.

Em relação à metodologia aplicada, considerando a atividade econômica de cada empresa, a gestão do conhecimento no grupo não é aplicada de forma padronizada e há diferenças, pois, mesmo o procedimento de treinamento e desenvolvimento sendo corporativo, devem ser considerados os requisitos legais e as especificações do cliente para o exercício da prestação de serviço para cada empresa específica. Contudo, a área de gestão de pessoas está evoluindo neste aspecto, pois as turmas de treinamentos estão sendo estruturadas com colaboradores dos diversos segmentos de serviços. Quanto à gestão do conhecimento, para a área de recursos humanos, os principais fatores que interferem no processo de gestão do conhecimento são: a falta de pessoas qualificadas e com experiências na organização, ausência de programa de desenvolvimento de competência e liderança, não integração da equipe e a falta de sensibilização da direção da empresa para a absorção do intelecto interno a fim desenvolver a educação empresarial. De acordo com a percepção dos colaboradores, os maiores fatores que interferem no processo de compartilhamento e disseminação do conhecimento são inúmeros: problemas de

<sup>4</sup> **job rotation** – rotação de emprego.

comunicação, falta de tempo, falta de investimentos, incentivos e oportunidades, falta de qualificação e capacitação, falta de motivação, falta de visão e de planejamento, falta de integração entre os setores e trabalho em equipe, cultura organizacional, competitividade, falta de envolvimento das lideranças, foco na produção e pouca aplicação de campanhas, palestras e reuniões.

Ainda de acordo com a visão dos colaboradores, observou-se que não há estímulos provenientes da empresa para geração e compartilhamento do conhecimento e que tanto os colaboradores quanto as lideranças não se sentem muito motivados a compartilhar e disseminar seus conhecimentos. Para a área de recursos humanos, as lideranças não estão totalmente envolvidas neste contexto e orientam o compartilhamento pela necessidade dos objetivos organizacionais que consistem em atitudes individuais dos subordinados e não um método aplicado que forneça resultados estratégicos, limitando assim a disseminação do conhecimento entre os colaboradores e entre as áreas. Sobre a disseminação do conhecimento, o treinamento foi apontado como uma das principais formas de disseminação do conhecimento nas empresas, seguidos de campanhas, reuniões, palestras, workshops e seminários. Outras formas apontadas na pesquisa foram diálogos de saúde e segurança, informativos e comunicações visuais. Sobre os meios de comunicação mais utilizados para disseminação do conhecimento foram apontados os encontros presenciais, informes e e-mails. A educação a distância (EAD) ainda não é uma prática muito utilizada pelas empresas.

Além do alcance dos objetivos propostos neste trabalho percebeu-se ainda, sobre a formação de multiplicadores, que não existe sistemática institucionalizada e a prática de compartilhamento de conhecimento é limitada uma vez que não há método de identificação dos ativos intelectuais, bem como não há know rotation de forma estratégica e gerencial que

integre e transforme as informações mantidas na empresa em conhecimentos para os colaboradores. A transmissão do conhecimento organizacional acontece por via da supervisão na qual o líder da área repassa o seu conhecimento ao supervisionado através do acompanhamento e treinamento durante a execução de suas atividades, contudo essa prática se sobressalta em ambientação de novos colaboradores e não se mantém de forma estruturada nos processos e rotinas das empresas. Outro aspecto percebido durante o estudo é que de modo geral as empresas têm orientado os colaboradores quando da admissão dos mesmos através dos treinamentos de integração, porém quando um novo serviço é iniciado não é feita a transferência de conhecimento, pois não há uma cultura de compartilhamento que motive a transferência de conhecimento decorrente de novos serviços. Este novo conhecimento é adquirido a partir do processo que cada área é responsável para a produção do negócio. Dessa forma, a aquisição de conhecimento é fragmentada e lenta, basicamente acontecendo entre os colaboradores de forma não estruturada e nem procedimentada. Quando há movimentação ou desligamento de um colaborador, o substituto tem dificuldade para assumir o cargo, sendo ele interno ou externo, uma vez que o conhecimento da execução do antigo colaborador, via de regra, não é procedimentado e nem realizado job rotation com o subordinado para conhecimento de forma completa das atividades desempenhadas no processo no qual está inserido.

## REFERÊNCIAS

ALCARÁ, A.R. et al. **Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento.** Perspectiva em ciência da informação. v.14, n.01, p.170-191, jan./abr., 2009.

ALVES, A.; BARBOSA, R. R. **Influências e barreiras ao compartilhamento da informação:** uma perspectiva teórica. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 39 n. 2, p.115-128, maio/ago., 2010.

BESEN, F. et al. **Liderança autêntica e a gestão do conhecimento.** Gest. Prod., São Carlos. Florianópolis. [Online] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X898-13>>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Resolução CNS n. 196/96. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos,** Ministério da saúde. Brasília, DF, 2012.

BRITO, L.M.P. **Gestão do Conhecimento** – instrumento de apropriação pelo capital do saber do trabalhador. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. p. 135 – 148. Pelotas. jan./jun., 2008.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. **Proposta para avaliação da gestão do conhecimento em entidade filantrópica:** o caso de uma organização hospitalar. RAC, v. 7, n. 4, p. 163-185. out./dez., 2003.

CONDUCERE Inteligência Corporativa. **Criação e promoção do conhecimento:** reveja suas estratégias. [Online] Disponível em: <<http://conducere.com.br>>. Acesso em: 5 out. 2017.

CRANBERRY Associated Business Consultants LDA. **Gestão do conhecimento:** o ciclo de Nonaka e Takeuchi. Lisboa. [Online] Disponível em: <[www.cranberryabc.com](http://www.cranberryabc.com)>. Acesso em: 12 out. 2017.

CRUZ, C. A. **Gestão estratégica do conhecimento:** estudo exploratório em organizações instaladas nos parques tecnológicos do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção – Universidade de São Paulo, São Carlos. 163 p. 2007.

ENSSLIN, L; CAMPOS, M. L. **A prática do aprendizado organizacional.** Revista Gestão Ambiental. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. ISS 1808-0448.v.2. n. 1. jan./mar. p. 59-69. Paraná, 2006.

FERNADES, G. S.; COSTA, A. M. **A gestão do conhecimento e as práticas de trabalho na seção de correspondência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.** Coleção Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos - Estudos Especializados sobre a Gestão do Judiciário Catarinense. v. 4. p. 87 – 113. Santa Catarina, 2012.

FILHO, A. S. A.; NASSIF, M. E. **O papel dos grupos de apoio e o compartilhamento da informação e do conhecimento nas avaliações das instituições de ensino superior privadas.** Perspectivas em Ciência da Informação. v.21, n.3, p.182-203, jul./set. 2016. [Online] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2822>>. Acesso em: 8 out. 2017.

FONTELLES, et al. **Metodologia da pesquisa científica:** diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa.

Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia – UNAMA. 8 p. 2009.

HEINZEN, D. A. M, DIAS, A. T. B. B. **Criação e gestão do conhecimento em uma instituição de ensino superior em Santa Catarina na perspectiva de Lustrri, Miura e Takahachi.** XXXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Salvador, BA. 13 p. 2013.

MORESI, E.A.D.; MENDES, S.P. **Compartilhamento do conhecimento em portais corporativos.** Rev. TransInformação, v. 221, p. 19-32, jan./abr., Campinas 2010.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa.** Como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. ed. Campus, 358 p. Rio de Janeiro, 1997.

OSINSKY, M. et al. **Compartilhamento de conhecimento:** estudo bibliométrico das publicações acadêmicas de 1994 a 2014. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 20, n. 4, p. 149-162, out./dez. 2015.

PEREIRA, F. C. M. **O processo de conversão do conhecimento em uma escola de atendimento especializado.** Revista eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2º sem. 2005.

PIMENTA, R. B. **A gestão do conhecimento como fator determinante no processo de inovação do setor produtivo:** Um estudo de caso na Petrobras. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. 152 p. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2006.

REZENDE, D.A; GUAGLIARDI, J.A. **Sistema de informação e de conhecimento para contribuir na gestão municipal.** Produto e Produção. v. 8, n. 3, p. 45 - 61, out. 2005.

SAMPAIO, R.R.; PASSOS, F.U.; ASSIS, V. **Compartilhando conhecimento em projeto automotivo:** o Ecosport da Ford Brasil. Revista de Administração de Empresas. FGV-EAESP. v. 54, n. 4, p. 414-428, São Paulo, jul./ago. 2014.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral: calculadora on-line.** [Online] Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: [20/12]1/2019].

SILVA, I.C.; SILVA, E.R. **Atuação do bibliotecário na gestão da informação e do conhecimento em organizações pública e privada.** XV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação. 11 p. Juazeiro do Norte, Ceará, 2012.

SILVA, S.L. **Gestão do conhecimento**: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento. Ci. Inf., Brasília. Universidade Federal de São Carlos. v. 33, n. 2, p. 143-151, maio/ago. Brasília, 2004.

STEWART, T.A. **Capital Intelectual**. A nova vantagem competitiva das empresas. ed. Campus, 237 p. Rio de Janeiro, 1998.

TAUKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão de conhecimento**. ed. Bookman, 320 p. Porto Alegre, 2008.

TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**. Como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento dos negócios. ed. SENAC, 187 p. Rio de Janeiro, 2000.

TONET, H.C; PAZ, M.G.T. **Um modelo para compartilhamento de conhecimento no trabalho**. RAC, v. 10, n. 2, p. 75-94, abr./jun. 2006.

VALENTIM, M.L.P. **Inteligência Competitiva em Organizações**: dado, informação e conhecimento. Revista de Ciência da Informação - v.3 n.4 ago. 2002. [Online] Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago02/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ZAGO et al. **A importância da gestão do conhecimento no processo de criação de produtos**. III Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. 14 p., out. Francisco Beltrão, PR. 2014.

ZAIDAN, F.H. **Processo de desenvolvimento de sistemas de informação como forma de retenção do conhecimento organizacional para aplicação estratégica**: estudo de múltiplos casos. Faculdade de Ciências Empresariais. Universidade FUMEC. 131 p. Belo Horizonte, 2008.

## ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA SOB A TEORIA DE MICHEL PÊCHEUX

### TEACHING THE PORTUGUESE LANGUAGE UNDER THE THEORY OF MICHEL PÊCHEUX

Cristiano de Assis Silva<sup>1</sup>  
 Bruno de Freitas Santos<sup>2</sup>  
 Maria Eliswagna da Costa<sup>3</sup>  
 Alzira Frota de Alcântara<sup>4</sup>  
 Maria José Lopes de Souza Morais<sup>5</sup>  
 Kátiuscia Pimenta Rêgo<sup>6</sup>

#### RESUMO

O artigo investiga as (des) construções de ensino de língua portuguesa NO Ensino, olhando para as vertentes de ensino e os saberes linguísticos mobilizados, à luz dos estudos a teoria de Michel Pêcheux. Consideramos relevante a temática sobre Língua Portuguesa dentro das práticas pedagógicas, que servirão de norte para a ação e as reflexões em torno do discurso do aprender de forma ampla e significativa. O ensino de Língua Portuguesa é uma fonte de possibilidade que vão desde a interdisciplinarização e a multidisciplinarização. A metodologia utilizada neste estudo, foi realizada por meio de fonte bibliográfica e as contribuições deixadas por especialistas na área, no qual desenvolveram estudos e pesquisas nesse campo. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade perceber, que a língua é um organismo vivo. A conclusão deste artigo é perceber melhor o que é o universo da língua como instrumento de comunicação. A estrutura desse trabalho se dará por capítulos e com ideias claras e objetivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docência; Ensino; Língua; Educação; Teoria.

#### ABSTRACT

The article investigates the (des) constructions of the teaching of Língua Portuguesa no Ensino, looking for the aspects of teaching and the mobilized linguistic knowledge, in light of two theoretical studies by Michel Pêcheux. We consider the theme of the Portuguese Language to be relevant within the pedagogical practices, which will serve as a guide for action and reflections around the discourse of learning in a broad and meaningful way. The teaching of the Portuguese Language is a source of possibilities that ranges from interdisciplinarization to multidisciplinarization. The methodology used in this study was carried out by means of a bibliographical source and the contributions left by specialists in the area, not who developed studies and research in this field. The results of this research also have the purpose of perceiving, which in language is a living organism. At the conclusion of this article it is perceived better or that it is the universe of the language as an instrument of communication. The work structure will be given by chapters and with clear and objective ideas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teaching; Ensino; Língua; Education; Theory

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Letras, Inglês, Espanhol e suas Literaturas pela Faculdade Excelência, FAEX. Licenciada em Letras – Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA **E-mail:** eliswagnaprof@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2915923601308535

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem - FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Bacharel em Enfermagem. Universidade Estadual Do Ceará-UECE. **E-mail:** afaeu1@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8555979560193068

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Especialização em educação básica. Universidade Regional do Cariri, URCA. Graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri, URCA. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3588767749788623

<sup>6</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Enfermagem obstétrica pela UECE. Graduação: Enfermagem pela UNIFOR. **E-mail:** katusciapimentarego@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3588767749788623

## INTRODUÇÃO

O ensino da língua portuguesa dentro da educação no geral, tem um peso grande e é por meio dela que se chega na emancipação, na humanização e na liberdade do sujeito. E, isso sem sombras de dúvidas é muito importante na formação de valores éticos e sociais como: tolerância, cidadania criticidade, alta valorização da pluralidade cultural, conceitos e valores.

A língua portuguesa é uma realidade no cenário das linguísticas e dos gramáticos, como objeto de estudos e de pesquisas, que veem nelas diferentes realidades que se mostram em contradições e situações adversas sendo de seus campos de estudos. É necessário direcionar uma atenção especial e específica para os efeitos da língua e sua importância dentro do processo de escolarização. Aumentando positivamente o rumo da produção intelectual sobre língua e linguagem e por fim ampliando as possibilidades de reflexão e teorização (ÂNGELO, 2005).

O problema encontrado dentro dessa pesquisa é a respeito da falta de comunicação com língua, e com a linguagem existente entre os usuários e faltantes, o que conduz a interpretação e compreensão dos diálogos. Os procedimentos usados para a elaboração desse trabalho é a leitura e a pesquisa, seguida do levantamento bibliográfico de autores, que estão relacionados ao tema. A principal justificativa pela escolha desse tema, foi construção de uma nova e ampla visão sobre a língua portuguesa com o ponto de partida nos estudos do teórico Michel Pêcheux.

O referencial teórico dessa pesquisa está embasado nos estudos de pesquisadores, que trazem á tona essa importante discussão. A coleta de dados ocorreu por meio de leitura e a releitura de obras científicas, com essa temática, sendo transcrita em ideias, que aqui foram desenvolvidas.

## METODOLOGIA

Nesta obra científica de cunho bibliográfico, como afirma Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos e pesquisas científicas”. Essa fase é crucial para o desenvolvimento de uma obra científica, é também um ponto de partida que permite a coleta e a construção das informações que estão em pauta.

Dessa forma, foram utilizadas pesquisas referentes ao capitalismo, alertando para os perigos do capitalismo no universo educacional. Para tanto, foram feitas consultas em sites com artigos, que apresentavam informações pertinentes, acerca dessa temática em seus vários aspectos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Ferreira, (2001) as palavras em seu contexto têm uma riqueza de sentido, significados e detalhes que vão desde linguagem poética, até as vivências mais simples da vida cotidiana. A reflexão e a importância sobre a Língua Portuguesa não está apenas na "ponta da língua", nem no ato de falar e de entender as palavras. Essa importância está muito mais impregnada dentro de nós do que pensamos e imaginamos.

A Língua Portuguesa, tem um poder de alcance, que vai muito além da escola, a da universidade, dos livros didáticos e das páginas escritas. E com essa percepção as barreiras do "mistério" do imaginário são rompidas e novos mundos são navegados e descobertos por meio do universo da língua (PÊCHEUX, 2010).

O "mistério" e o imaginário do ensino de língua emerge do fio do discurso e invadem todas as dimensões do ser humano, desde as ações mais simples até as mais complexas. A língua portuguesa está muito além do que um componente curricular de um do curso qualquer de graduação ou qualquer outro nível de escolarização, portanto, da língua está viva e sempre sujeita ao equívoco, sendo um lugar propício de encontro com o sentido (FERREIRA, 2000). E fundada

nos trabalhos de Michel Pêcheux (2012) ela representa a identidade, a personalidade de um povo, de uma nação, de uma etnia e de um sujeito

A língua portuguesa, que se mostra sob diferentes nomenclaturas como a Linguística, a linguagem, a gramática a fala está em constante movimento, e que a todo tempo ganha um novo (re)significação de acordo com a temporalidade e com o contexto em que se está inserido (AUROUX, 2009).

O imaginário e o poder de alcance da língua portuguesa está mui além do fechar dos olhos, de um soletrar ou decifrar das palavras, frases ou textos. Uma vez que, para a língua portuguesa, que em certos momentos se disfarça com um discurso, não há uma única estrada de compreensão e interpretação, há inúmeras entradas, há inúmeras possibilidades. Um processo, que o tempo todo passa por significações e num processo de construção e reconstrução (FERREIRA, 2001).

As discursividades das palavras vão muito além dos sentidos sensoriais humanos, que estão sendo produzidos. O mecanismo do imaginário das palavras tem poder de produzir imagens, cenários, contextos e diferentes realidades dos sujeitos e de nos transportar para diferentes realidades, antes vivenciadas. Uma vez que as palavras na forma de gramática podem ser tomada como espelho, que produz um exemplo (PÊCHEUX, 2011).

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta assim como a base comum de processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 81, destaques do autor).

O lugar da língua portuguesa é garantido em todas circunstâncias e contextos, que funciona como um o fio teórico condutor de muitas ações, falas, comportamentos e pensamentos dos humanos. O ensino de Língua Portuguesa é tecido de diferentes formas e não há uma única forma ou gesto de interpretação. Cada usuário da fala e da língua terá sua ótica de interpretar e ver tudo a sua volta, e isso é algo peculiar de casa indivíduo (RANCIÈRE (2009).

Assim a língua portuguesa é composta de uma superfície e de uma composição geométrica de linhas, que emerge da partilha e do sensível. Desse modo, a memória discursiva da língua está enlaçada na filiação teórica com a Análise de Discurso e com História das Ideias Linguísticas. Os modos de circulação de saberes e as vertentes de ensino de língua, de acordo com Camargo (2009), está na perspectiva da educação, e no entendimento de que a área da linguagem serve de norte para inúmeras razões e concepções diversas.

O gesto de ler, de escrever compõem a escrita, sendo fundamental para nossa a comunicação e para as manifestações humanas e culturais do sujeito. O acesso à leitura e a escrita tem uma enorme abrangência, para as diferentes formas de comunicação e para a execução de diferentes profissões. É imprescindível a compreensão discursiva da palavra tanto escrita como a falada, pois acontece o tempo todo uma relação entre funcionamento do discurso com as ações as intervenções do dia a dia vividas e experimentadas por esse sujeito dentro de sua realidade. Petri (2013) o gesto de ler, de escrever perpassa as diferentes maneiras dos elementos constitutivos boa comunicação.

Nesta perspectiva, a materialidade na língua está no observar e na produção de sentidos. Nas palavras de Pêcheux (2012), a palavra tem batimento tem estrutura, tem um acontecimento, um espaço e um o funcionamento da memória, ou seja, é um organismo vivo.

Todos esses processos se retomam e se reconstrói pelo discurso por meio da história e da evolução. Zandwais (2012), a língua tem laços e fios na construção-(des)construção de um possível imaginário. E culturalmente falando a língua, pode ser uma língua homogênea, que atende e representar interesses de classes específicas ou língua heterogênea de um determinado povo.

Conforme nos mostra Pêcheux (2009), a prática discursiva é uma forma prática da política, que se materializa no domínio simbólico da linguagem, que está presente em todos os momentos e ações humanas. A Língua é útil para o trabalho, para a expressão e para a comunicação, para a socialização sendo algo que é fundamental para a atividades humanas (ORLANDI, 2013). A língua emerge no fio do discurso e quando olharmos para o passado, observamos que isso fica bem nítido, e no Brasil, com o transcorrer dos séculos, foi construído diferentes imaginários de língua.

Conforme Orlandi (2009) a língua é fluida, mutável, maleável, em constante(trans)formação e pela heterogeneidade ela é constituída. E isso, revela a dinamicidade, a ludicidade e a flexibilidade da palavra.

Há, ainda os escritores no sentido antagônico, reduzindo a língua a um imaginário engaiolado, por normas e restrições que acabam por amarrar um padrão de língua culta. Que serve de prisão para os indivíduos que precisam saber usar de forma coerente e coesa suas regras instituídas pelos homens.

A relação dá língua escrita, segue e mantém os padrões coercitivos de regras específicas, que são obrigatórias, punindo aqueles que as descomprimem de alguma forma as regras de uma língua "ideal" (MARIANI, 2003).

Zandwais (2012), aprofunda em seus estudos, que para que a língua não há distâncias, mais que o mesmo tempo é sinônimo de exclusão social entre a relação com às demais classes, que tem maior ou menor poder aquisitivo diferenciando entre sim por meio de bordões, jargões e ditos populares regionais. A língua é

também um código que domina um grupo, um, povo uma etnia e que se transforma em plurilinguismo emmonolinguismo. E isso, ocorre trazendo consequências, para a língua escrita e falada, até porque esse processo se encontra sempre num movimento "em espiral".

A reflexão de Pêcheux (2012) acerca de "Língua mostra uma série de estratégias dentro do discurso, que mostra dois lados de uma mesma moeda, que vão desde a contradição até a concomitância de fatos e de algo. Nesse sentido, para Mariani (2003), apoiada no pensamento de Pêcheux (2009), o imaginário linguístico é o lugar de exploração onde se encontra a materialização e a formulação de características de uma formação discursiva. Orlandi (2012) a concepção sistêmica de língua na visão de Saussure (2012), está na relação da palavra-coisa, onde o tempo todo ocorre a Análise de Discurso, onde acontece o valor do significante sobre o significado, na qual precisa ser compreendido pelo leitores e usuários.

Pêcheux (2012) retoma importância da questão do significante e do significado, pelas teorias de diferentes pesquisadores na área da linguística como Lacan (1998) e Althusser: (1985), no qual explica de forma clara, que o sujeito sempre parti de uma inscrição no simbólico e acaba inserindo uma relação imaginária com a realidade em que vive. O que permite que o mesmo realize atividades como o ser, a agir e o pensar.

Mariani (2003) fez uma releitura crítica do objeto da linguística como um sistema completo de signos constituídos por significados e significantes, que são importantes para a vida cotidiana. Essa cadeia de relação, que existe o significante e o significado traz um certo sentido para se compreender e se interpretar o universo das palavras.

De acordo com e Pêcheux (2009) o sujeito não percebe dinamicidade da rede de linguagem, que constrói a identidade do próprio, que sofre o tempo todo os efeitos da interpelação-identificação na própria

linguagem. Neste riquíssimo universo, entre o imaginário e a realidade de língua emerge os diferentes tipos de discursos, que vão desde o indireto, direto e o intradiscurso.

Assim é impossível, esgotar as análises de possibilidades existentes entre as materialidades linguísticas, mescladas, atravessadas, em coexistência. São nesses momentos, que surgem as inúmeras dificuldades linguísticas mais frequentes na Língua Portuguesa, tais como as: Concordâncias, as regências; estudo dos pronomes de formação de palavras etc. O ensino da língua que vão desde o imaginário até a realidade de acordo com Orlandi (2009) explica como é construída os esquemas gramaticais rígidos, língua imaginária dos manuais, das gramáticas, dos dicionários, sem falhas, sem fissuras, sem deslize.

Assim dentro da língua surge as diferentes gramáticas desde a tradicional e a normativista, que aponta o que é o "correto" versus o "errado". Sendo importantíssima para a boa vivência e relações com a língua. O imaginário linguístico tem um grande poder persuasivo, no qual apresenta uma super capacidade de boa argumentação, onde muitos se tornam adeptos e seguidores tornando-se grandes especialistas na oratória e no domínio com as palavras e na escrita (PAULO, FILHO, 1987)

De acordo com Orlandi (2013), língua tem o poder de ressoar e de ganhar forma material, uma vez que a língua se caracteriza por meio da própria história. Desse modo a língua é produção de sentidos, que se encontra inscrita numa rede de significantes e significados "encarnados".

Historicamente, a língua vem sofrendo os efeitos da tensão constitutiva do funcionamento da linguagem, onde as palavras ganham e ocupam outros lugares que varia desde a polissemia até a monosssemia. O tempo todo esses deslocamentos se materializam nas situações da vida cotidiana, pontuamos a implantação novos sentidos. As materialidades linguísticas, que auxiliam a construir e a manter um imaginário de língua.

A língua além de possuir um caráter textual, ela deixa o tempo todo, os vestígios ao longo da história, desde os mais simples e humildes papiros e pergaminhos (NUNES,2011).

A língua é mecanismo que permite uma viagem fantástica, que vai desde o caráter discursivo passeando pelo universo da Leitura, interpretação, compreensão, das análises e síntese e fazendo uma paradinha nos diferentes contextos, intertextos, hipertextos e gêneros textuais.

A língua emerge do fio de discurso e se multiplica com uma grande capacidade, trazendo evidências, um imaginário de língua e muitas as teorias. Para Pêcheux (2009), na perspectiva discursiva, o imaginário é um recurso simbólico. Vale ressaltar que o simbólico é a possibilidade da constituição das diferentes realidades humanas.

Venturini (2008) as reflexões acerca da língua permeiam por três círculos: o Simbólico, o Imaginário e o Real. E esses três universos são de suma relevância para a construção da noção. Os três registros entrelaçam-se e coexistem, em relação uma de dependência direta entre si, ou seja, precisamos permear por esses três mundos tão diferentes e específicos.

O funcionamento do real, do simbólico e do imaginário tem diferentes significantes. Há momento, que o sujeito é o próprio discurso que viaja entre o imaginário, o simbólico e o real representando nas ações, atitudes e comportamentos do dia a dia. É nesta articulação entre o real, o simbólico, e o imaginário que o discurso e a língua ganham forma e sentido (MILNER, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que as práticas escolares, em especial a da língua encontram-se historicamente marcadas por movimentos de permanência, rupturas, deslocamentos, sedimentação, tensão que servem de

aprendizado para todos os usuários da língua escrita ou falada.

O ensino formal de língua, ainda tem muito a ser estudado com fortes implicações para se ampliar novas descobertas a partir das sequências discursivas, que se materializa na prática. Ancoramos no ensino de língua de forma contínua, percebe-se que a língua é arte, é a capacidade de instrumentação da vida intelectual. Em que a língua está presente no conhecimento, na arte, na ciência e no saber dentro de um conjunto de relações que os sujeitos têm.

Na compreensão de que a língua é muito mais ampla do que conceitos e definições, que estão escritos por pesquisadores e linguísticas. Todos aprendem a partir da língua, da palavra, da ação. E isso, é válido desde o mais renomado orador, até o mais simples homem do campo, que muitas das vezes pode ser leigo.

O ato de escrever e de ler é mágico e se constitui em pré-requisito fundamental para os diferentes processos de formação do sujeito, enquanto pessoa e protagonista de sua própria história. Alinhavamos todas as discussões aqui, apresentadas neste artigo, cruzamos com uma série de diferentes elementos da linguística.

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil na visão de Pêcheux (2009) precisa se expandir de forma "em espiral" produzindo um efeito de interpretação, compreensão e de tomada de posição. E pontuamos que as novas reflexões e novas descobertas estão abertas, instigando novas pesquisas e discussões sobre a temática. Pois, ao transitar pelos saberes da Análise de Discurso, da palavra e da língua percorre-se entre os inícios e reinícios de inúmeras descobertas e aprendizagens.

Por fim, em resposta ao objetivo proposto, foi possível refletir sobre a temática construindo uma visão esclarecedora sobre a formação da linguagem, língua e comunicação. Sugerem-se outros estudos dentro da temática em questão, para que sejam aprofundados

pontos tão importantes como esses, dentre tantos outros, que fazem parte desse segmento.

## REFERÊNCIAS

ANGELO, G. L. Revisitando o ensino tradicional da língua portuguesa. 2015. 265f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada – Ensino-Aprendizagem de Língua Materna) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado: Edições Graal, Rio de Janeiro, 1985.

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização: Unicamp, Campinas, SP, 2009.

CAMARGO, Márcio José Pereira. Ensino de português em cursos superiores: razões e concepções: Programa de pós-graduação em Educação. Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2009.

FERREIRA, M. C. L. Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina. Glossário de termos do discurso: UFRGS, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2001.

LACAN, Jacques. O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais: Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1998.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Colonização linguística: Pontes, Campinas, 2004.

MILNER, Jean-Claude. O amor da língua: Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2012

NUNES, José Horta. Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias: UPF Editora, Passo Fundo, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil: Editora RG, Campinas, 2009.

PAULO FILHO, Pedro A revolução da palavra: uma visão do homo loquens: Siciliano, São Paulo, 1987.

PÊCHEUX, M (1975). Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução E. P.Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 77-84.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio: Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux: 307-315, Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise de discurso: Michel Pêcheux: Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

PETRI, Verli. Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise: 39-48, Editora da UFMS, Santa Maria, RS, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política: EXO Experimental: Editora 34, São Paulo, 2009.

VENTURINI, Maria Cleci. Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração: Editora UPF, Passo Fundo/RS, 2009.

ZANDWAIS, Ana. História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história: 175-191, Ed. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

## O IMPACTO DA TECNOLOGIA EM TERMOS DE PRODUTIVIDADE DIANTE DE QUESTÕES RELACIONADAS À QUALIDADE DE VIDA E DE TRABALHO

### THE IMPACT OF TECHNOLOGY IN TERMS OF PRODUCTIVITY IN THE FACE OF ISSUES RELATED TO QUALITY OF LIFE AND WORK

Cristiano de Assis Silva<sup>1</sup>

Bruno de Freitas Santos<sup>2</sup>

Maria Eliswagna da Costa<sup>3</sup>

Alzira Frota de Alcântara<sup>4</sup>

Maria José Lopes de Souza Morais<sup>5</sup>

Katiuscia Pimenta Rêgo<sup>6</sup>

#### RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo de natureza bibliográfica que investigou como a tecnologia digital impactou positivamente na produtividade do mundo do trabalho e negativamente no acesso aos postos de trabalhos. Os referenciais teóricos escolhidos para análise apontam caminhos de encontros e desencontros em que há malefícios e benefícios. O objetivo geral desta pesquisa é entender analisar a real importância da ação tecnológica frente ao competitivo mercado de trabalho na atualidade. Assim, foi recorrido ao pensamento e as teorias de autores de clássicos, que discutem a proposta. Os resultados dessa pesquisa demonstram que as categorias: tecnologia-produtividade-qualidade de vida e de trabalho são pontos indissociáveis enquanto base conceitual para entender muitos aspectos da vida humana e do universo do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Tecnologia-Produtividade-Qualidade de vida.

#### ABSTRACT

This article presents a study of a bibliographical nature that investigates how digital technology positively impacted the productivity of the world of work and negatively did not access jobs. Theoretical references chosen to analyze point out paths of encounters and disagreements in which there are harms and benefits. The general objective of this research is to understand and analyze the real importance of technological action in the face of the competitive labor market at present. Assim, I went through the thoughts and theories of authors of classics, who discussed on purpose. The results of this research show that the categories: technology-productivity-quality of life and work are indissociable points as a conceptual basis to understand many aspects of human life and the universe of work.

**KEYWORDS:** Work. Technology-Productivity-Quality of life

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Letras, Inglês, Espanhol e suas Literaturas pela Faculdade Excelência, FAEX. Licenciada em Letras – Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA **E-mail:** eliswagnaprof@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2915923601308535

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem - FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Bacharel em Enfermagem. Universidade Estadual Do Ceará-UECE. **E-mail:** afaeu1@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8555979560193068

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Especialização em educação básica. Universidade Regional do Cariri, URCA. Graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri, URCA. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3588767749788623

<sup>6</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Enfermagem obstétrica pela UECE. Graduação: Enfermagem pela UNIFOR. **E-mail:** katiusciapimentarego@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3588767749788623

## INTRODUÇÃO

A proposta da inovação e de invenção para o mercado de trabalho é um pensamento antigo, que consiste no enriquecimento de muitos setores da industrialização e dos comércios em suas diferentes vertentes. Desse modo o preenchimento de mão de obra de trabalho humano foi facilmente substituído por uma máquina incansável e ágil que produz de forma assustadora,

Durante séculos, inovação das tecnologias digitais foi aguardada e esperada por muitos, que já possuía uma visão futurística, que visava atender um sistema globalizado com inúmeras necessidades e anseio que eram gritantes.

O sistema capitalista, que sempre foi explorador, e que via onde os indivíduos como meras peças de uma grande engrenagem, chamada de mercado de trabalho, agora abre espaço para o mundo das máquinas, que estão presentes em diversas áreas e profissões nesse mundo moderno, sendo sinônimo de agilidade e de rapidez.

Desse modo, muitos são os desafios a superação do capital e o crescimento da inovação e das invenções tecnológicas que estão a serviço da praticidade e da produtividade.

Nesse contexto, a temática aqui proposta se constitui em uma discussão benéfica onde foram coletadas informações e dados importantes, que servem para ampliar a nossa visão de mundo.

Dessa forma, teve-se como objetivo geral analisar a real importância da ação tecnológica frente ao competitivo mercado de trabalho na atualidade. Procurando assim, estabelecer uma visão abrangente e global do tema, no sentido do que se pretende alcançar. Como objetivos específicos foram selecionados: Mostrar que as mudanças no contexto do mercado de trabalho são grandiosas frente às tecnologias digitais; identificar a presença das muitas tecnologias no competitivo

mercado de trabalho; Refletir acerca dos recursos tecnológicos e dos benefícios dos mesmos.

Diante desse contexto foi levantado a seguinte problemática: quais os pontos positivos e negativos que o processo tecnológico traz para o mercado de trabalho. Assim, a problematização investigada é a procura por respostas satisfatórias, frente as necessidades do homem moderno e do mercado de trabalho.

Esta investigação possui uma grande relevância social e educacional, pois está centrada na relevância da tecnologia para o mercado de trabalho, frente a determinadas competência e habilidades necessário ao universo tecnológico, que vem sendo exposto. Mostrando as muitas possibilidades da ação e da intervenção tecnológica frente ao competitivo mercado de trabalho.

## METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa foi o levantamento bibliográfico aliado a uma pesquisa também bibliográfica. Servindo de ponto de referências para futuras pesquisas que servirá de coleta de dados para enriquecer futuras indagações e hipóteses dentro dessa mesma temática. Os passos que foram seguidos nesse trabalho de pesquisa teve como princípio norteador a grande necessidade no cenário educacional e trabalhista onde se valorizou a experiência, valores e princípios do pesquisador. O caminho a ser percorrido foi uma investigação, ou seja, a coleta de dados que auxiliara na coleta de dados. Assim, o tipo de pesquisa é bibliográfica, tendo como instrumentos de coletas de dados a pesquisa, usando o método investigativo e documental disponível no acervo de sites e plataformas como a CAPES, Nilo Peçanha e a Scielo dentre outras.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES: DESENVOLVIMENTOS TEÓRICO

A proposta deste artigo é discutir a tecnologia digital e suas implicações em nossa percepção estética. A hipótese utilizada é que a cibercultura, representa uma revolução do conhecimento ou da cultura, observando que muitas discussões em defesa desse status revolucionário da tecnologia digital ocorrem no terreno da opinião e da constatação diante das experiências cotidianas. Desse modo, a Inovação Tecnológica traz impactos ao meio ambiente e ao mercado competitivo do capitalismo atual. Com uma grande diversidade de seus produtos, seus serviços, suas operações que tem facilitando a vida prática. Um dos pontos que garante a sobrevivência a longo, médio e curto prazo numa economia baseada no conhecimento capitalista (HIDALGO & ALBORS 2008)

Um paradigma efetivamente novo em relação ao modo de produção decorrente da Indústria Cultural e seus desdobramentos ainda no século XXI. A conclusão principal é que a cibercultura é uma continuidade da cultura de massa e ao mesmo tempo uma ruptura ou revolução do conhecimento (COMIN,1994)

A tecnologia nos é apresentada como um assunto de grande utilidade para a sociedade atualmente. Assim, o presente trabalho que visa chamar a atenção dos leitores para a reflexão da temática, sendo justificada como tema de relevância para a produtividade do mercado de trabalho em todas as suas instâncias (CATALANO& NOVICK,1996).

Rothwell e Gardiner (1985 apud Bessant e Tidd 2009) a tecnologia é muito significativa dentro do processo de escolarização e também no processo de globalização do mercado de trabalho. Um desafio a ser superado e encarado todos os dias, uma vez que a mesma vem impactando todos os aspectos da vida humana em sociedade nos últimos vinte anos. Reconhecendo que essa temática, vem beneficiando todos os setores da sociedade.

É obvio, que a tecnologia digital é um processo irreversível, sendo necessário para resolução de inúmeras situações da vida profissional e cotidiana e na

solução de muitos problemas da vida prática. Esta introdução destaca a importância da tecnologia digital para o mercado de trabalho, possui como referências os escritos de teóricos que discutem a temática (COUTINHO, CASSIOLATO,1995)

O avanço da tecnologia digital, foram surgindo as máquinas que substituíram o trabalho humano, gerando avanço tecnológico e ao mesmo tempo desemprego. Desde a revolução industrial, o medo de perder o posto de trabalho para máquinas vem assombrando o homem em relação ao desemprego. Um problema que afeta o mundo de forma desastrosa, gerando pobreza, fome e miséria. Mas será que esse medo procede? Conforme Fernandes (1996) esse medo procede sim pois a gestão dinâmica e capitalista traz fatores físicos, tecnológicos e sócio-psicológicos afetam a cultura e renovam muitas outras perspectivas.

Nos dias de Castro (1993) hoje, o meio tecnológico digital tem nos proporcionado várias evoluções necessárias ao nosso cotidiano, nos trazendo muita produtividade feitas com mais facilidade, porém dificultando as pessoas encontrarem uma vaga no mercado de trabalho, fazendo com que seus cargos sejam ocupados por trabalhadores controlados por máquinas e controles remotos.

Por conta desse processo de substituição de homens por máquinas, tornando a produtividade mais rápida e ágil, feita em menos tempo, tem feito com que desvalorização da capacidade humana cresça significativamente, o que gera o maior índice de desemprego, deixando-nos com uma condição de vida desqualificada e aprimorando ainda mais um mal desempenho social, tornando-nos parte de uma história decadente e simultaneamente triste, pois inúmeras famílias são afetadas diretamente e indiretamente com os impactos alarmantes das tecnologias digitais (CARVALHO & SCHMITZ,1990).

Embora, a tecnologia tenha sido um avanço muito grande e importante para o mundo industrial, segundo Bresciani (1994) acabou nos deixando incapaz de trazer

melhorias nas condições relacionadas aos trabalhadores das classes de baixa renda, trazendo para nós o desemprego que prejudicam a vida e muitos, que dependem de uma oportunidade que foi facilmente substituída pelo maquinário.

Por conta da tecnologia digital e a evolução dos trabalhadores remotos, e a falta de empregos, a sociedade vem se impondo a ter que montar o seu próprio trabalho dentro de casa, construindo a sua própria empresa e tantas outras alternativas para garantir sua sobrevivência (CARDOSO & COMIN,1995).

Embora a tecnologia digital aumente, sim a qualidade de vida em muitos aspectos os trabalhadores, são mobilizados a se qualificar profissionalmente para a tender as demandas do mercado de trabalho. Vasconcelos (2001) afirma que a construção da qualidade de vida no trabalho ocorre o tempo todo por meio da tecnologia digital continuará apresentar melhores condições de vida para determinados aspectos e piores condições para aqueles que não capacitações, pois os novos postos de empregos exigem cada vez mais melhor qualificação profissional (WOMACK ET AL., 1992).

A evolução dos recursos digitais, já surgiu seguindo impasse para as condições de vida em meio ao trabalho desde os mais os manuais até os intelectuais, apesar de terem melhorado muito, ainda carecem de melhorias na forma de políticas públicas, que conseqüentemente será benéfico para o mercado de trabalho, que se projeta a cada instante para atender as novas demandas. A tecnologia digital, entretanto, fez-se com que o processo de produção deliberadamente torna-se acelerado, porém que sofresse também uma redução drástica de trabalhadores de campo (DEDECCA,1996).

Como tudo tem o seu lado bom e ruim, as tecnologias digitais não são diferentes, a tecnologia digital também é uma potente força, ela pode estender a capacidade humana em vários aspectos. A visão mais comum é a de que a tecnologia digital disponível no local de trabalho tem e precisa de complementação de

homens habilidosos e autônomos nas mais diferentes áreas, seguindo uma orientação geral de serviço (BRUNHOFF,1991).

O vínculo entre tecnologia digital e emprego tem sido desenvolvida em uma velocidade desenfreada, e por conta disso levam muito tempo para perceber o quanto a tecnologia é poderosa. A tecnologia digital como qualquer outra ação humana geram impactos negativos para a organização e para os trabalhadores, que precisam diretamente ou indiretamente do trabalho e de seus serviços (GRAMSCI, 1949; HARVEY, 1994; ALTVATER, 1995).

Segundo Canuto (1994) a revolução das tecnologias digitais foram retratadas como grande responsável pelas baixas taxas de desemprego, ou seja, a revolução tecnológica pode ser um agente inversor do desemprego, além ser também uma ameaça aos postos de trabalho, como muitos já haviam estudado e pesquisado. O medo de perder o emprego para uma máquina assola a mente e a paz de espírito de muitos, que dependem diretamente do trabalho braçal das máquinas.

A tendência mundial é que milhares de postos de trabalhos ainda sejam extintos, dando lugar a novas máquinas onde o crescimento é irreversível, além de ser um dos recursos principais da globalização. Considerando a amplitude dos conceitos de inovação tecnológica ou nova tecnologia digital tem sua importância garantida para o sistema capitalista, meio empresarial e demais áreas. Influenciando impactos positivos e negativos sobre várias áreas e atividades para todos nós (OLIVEIRA & MATTOSO,1996).

É importante perceber que as invenções e as inovações tem suas contribuições para todos os aspectos da vida humana. Assim, os recursos tecnológicos constituem em invenções que hoje representam inovações, das quais hoje se tornou impossível vivem sem muitos desses recursos, que facilitaram a vida, o cotidiano e a resolução de muitos

problemas em diferentes áreas da vida humana, do mundo do trabalho (PAIVA,1989).

O novo modo de pensar e de fazer as coisas, estão alicerçados no princípio da inovação e da invenção, é o que envolve descobrir um modo melhor e/ou mais eficiente método de trabalho que seja menos dependente de mão de obra humana, prezando com que seja executada uma função já existente, com muito mais produtividade e agilidade. E isso repercute de várias formas com seus efeitos sociais, econômicos e políticos na realização de um trabalho específico ou do trabalho de forma geral (SCHMITZ& CARVALHO 1988).

Mostrando ser uma potente força, a tecnologia digital abarca várias formas de organização, para atender as capacitações humana e as necessidade da sociedade moderna e de muitas profissões, que são necessárias e importante em diferentes campos. Embora tenha nos levados a desocupar funções, a dispensar o trabalho humano e contribuir intensamente para o desemprego de muitos. De acordo com Masiero (2007) esse é um dos aspectos que mais acelera o desemprego no mundo.

Nesse universo contraditório em que estamos divididos entre inovação e invenção, há uma grande competição, que exige que os operadores sejam capazes de dominar e criar novas tecnologias digitais capazes de atender as demandas que surge a cada instante. No grau mais abrangente de inovação da tecnologia digital, temos o quadro em que nos deparamos com a ausência de trabalhadores e a presença de máquinas ágeis e programas a produzir incansavelmente (MICHELI THIRIÓN, 1994).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o breve panorama de abordagens que aqui foram tratadas, a pesquisa revelou os inúmeros desafios e as barreiras, que há entre tecnologia digital e o universo do trabalho. Ampliou-se a visão de mundo acerca da temática, onde foi perceptível perceber a

presença de inúmeros vilões e situações que necessitam de ações e intervenções para que haja espaço para a mãos de obra humana.

Assim, a educação, mundo do trabalho se cruza o tempo todo com um universo repleto de potencialidades, competências e habilidades e também de inúmeros contrastes e contradições.

Com isso é um conjunto de contradições entre a formação omnilateral que se busca consolidar com e a formação unilateral que se tem nas inúmeras realidades do trabalho. Contemplar os indivíduos como pessoas humanas em sua plenitude e não apenas como máquinas projetadas e programadas.

Portanto não precisa apenas de invenções e inovações tecnológicas, mas sim de oportunidades e de espaço no mercado de trabalho.

Por fim, em resposta ao objetivo proposto, foi possível refletir sobre a temática construindo uma visão esclarecedora sobre a formação omnilateral, produtividade e tecnologia digital frente a história do mundo do trabalho. Sugerem-se outros estudos dentro da temática em questão, para que sejam aprofundados pontos tão importantes como esses, dentre tantos outros, que fazem parte desse segmento.

### REFERÊNCIAS

- BAUMANN, Renato (org.). O Brasil e a economia global Rio de Janeiro, Campus, 1996.
- BRESCIANI, Luís Paulo. Da resistência à contratação. Tecnologia, trabalho e ação sindical São Paulo, cni-sesidn, 1994.
- BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- BRUNHOFF, Suzanne de. A hora do mercado. Crítica do liberalismo São Paulo, Unesp, 1991.
- CANUTO, Otaviano. Brasil e Coréia do Sul. Os (des)caminhos da industrialização tardia São Paulo, Nobel, 1994.
- CARDOSO, Adalberto M. & COMIN, Álvaro Augusto. Câmaras setoriais, modernização produtiva e

democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automobilístico. In Castro, Nadya Araújo de (org.). A máquina e o equilibrista. Inovações na indústria automobilística brasileira São Paulo, Paz e Terra, 1995.

CARVALHO, Ruy & SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. São Paulo, Novos Estudos Cebrap, n. 27, 1990.

CASTRO, Nadya Araújo de. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. Reestruturação industrial ou organização de ocasião? São Paulo, Novos Estudos Cebrap, n. 37, 1993.

CATALANO, A. M. & NOVICK, M. Industria automotriz argentina: redefiniendo estrategias productivas, mercados y relaciones laborales Buenos Aires, 1996 [mimeo].

COMIN, Álvaro Augusto et al O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século São Paulo, Scritta-Ministério do Trabalho-Cesit, 1994.

COUTINHO, Luciano; CASSIOLATO, José Eduardo & SILVA, Ana Lucia G. da. Telecomunicações, globalização e competitividade Campinas-SP, Papyrus, 1995.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de e Jorge Eduardo Levi Mattoso (orgs.). Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo, Scritta, 1996.

FERNANDES, Eda Conte. Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e fordismo Milão, Universale Econômica, 1949.

MICHELI THIRION, Jordy. Nova manufatura, globalização e produção automobilística no México México, UAM-Faculdade de Economia, 1994.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de & MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs). Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo, Scritta, 1996.

MASIERO, Gilmar. Administração de empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

MICHELI THIRION, Jordy. Nova manufatura, globalização e produção automobilística no México México, UAM-Faculdade de Economia, 1994.

PAIVA, Vanilda. Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional. Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial-UFRJ, 1989.

SCHMITZ, Hubert & CARVALHO, Ruy Quadros de. Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional São Paulo, Hucitec, 1988.

VASCONCELOS, A. F. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas. Cadernos de Pesquisas em Administração, São Paulo, vol. 08, nº 1 jan/mar 2001.

## A CONTRIBUIÇÃO DO PRAGMATISMO DE DEWEY NA CONSTRUÇÃO DE UM EDUCADOR REFLEXIVO

### THE CONTRIBUTION OF DEWEY'S PRAGMATISM IN THE CONSTRUCTION OF A REFLECTIVE EDUCATOR

Maria Loureto Lima<sup>1</sup>

Antonia Angela de Lima<sup>2</sup>

José Guimarães Coelho Filho<sup>3</sup>

Irlândia Alves Freitas Souza<sup>4</sup>

Eduygina Karla de Oliveira Carvalho<sup>5</sup>

#### RESUMO

O objetivo do artigo é refletir sobre a relevância sobre as várias obras em que John Dewey defende a parceria que deve ser estabelecida entre a filosofia e a ciência no sentido de que o conhecimento seja construído com a finalidade de banir da sociedade a metodologia conservadora que reduz o aprendiz a um receptáculo de informações, sem que sobre estas possa atuar na intenção de questionar seu sentido. O intuito dessa discussão é desenvolver uma análise sobre a teoria e a prática da formação docente, buscando detectar os desafios que estão no seu entorno, Dewey vai se debruçar especificamente sobre as obras denominadas “experiência e educação” e “Democracia e educação” que no bojo de sua ideia central busca afirmar é vital a importância da educação. A metodologia usada foi o método bibliográfico, sendo a principal fonte a Capes e a Scielo e revistas científicas. No que, se refere aos procedimentos usados foram realizadas pesquisa e leituras de artigos, que abordam a temática. Na conclusão do artigo, que retirando o sujeito da condição de mero receptáculo de informações, para transformá-los em indivíduos sujeitos de sua própria história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Escola; Conhecimento

#### ABSTRACT

The objective of the article is to reflect on the relevance of the various works in which John Dewey defends the partnership that must be established between philosophy and science in the sense that knowledge is constructed with the purpose of banishing from society the conservative methodology that reduces the learner to a receptacle of information, without being able to act on it with the intention of questioning its meaning. The purpose of this discussion is to develop an analysis of the theory and practice of teacher training, seeking to detect the challenges that are in its surroundings, Dewey will focus specifically on the works called "experience and education" and "Democracy and education" that in the The core of its central idea seeks to affirm the importance of education. The methodology used was the bibliographic method, the main source being Capes and Scielo and scientific journals. With regard to the procedures used, research and readings of articles were carried out, which address the theme. In the conclusion of the article, that removing the subject from the condition of mere receptacle of information, to transform them into subjects subjects of their own history.

**KEYWORDS:** Education; School; Knowledge.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental, UTIC, Paraguai. Especialista em Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Joao Calvino, FJC. **E-mail:** louretolima@bol.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7790661215000169

<sup>2</sup> Licenciatura em Letras (Inglês) da Universidade Estácio de Sá (ce). Especialista em Docência do Nível Superior (FIP/Patos/PB). Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-mail:** angelaxavieroliveira9@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3983799201246380

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências da Educação. ACU - Absolute Christian University. Especialização em Especialização em Saúde Mental. Faculdades Integradas de Patos, FIP. Graduação em Educação Física. Universidade Federal da Paraíba, UFPB. **E-mail:** jfcoelho60@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1484065392524812

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University – ACU. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Instituto Superior de Educação de Cajazeiras, ISEC. Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Campina Grande, UFCG. **E-mail:** irlandiafreitas25@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2570016399181792

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Graduação em andamento em Ciências Naturais. Universidade Federal da Paraíba, UFPB. **E-mail:** eduygina@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2849346464482491

## INTRODUÇÃO

Por se tratar de um filósofo, várias são as obras em que John Dewey defende a parceria que deve ser estabelecida entre a filosofia e a ciência no sentido de que o conhecimento seja construído com a finalidade de banir da sociedade a metodologia conservadora que reduz o aprendiz a um receptáculo de informações, sem que sobre estas possa atuar na intenção de questionar seu sentido.

Como o objetivo dessa discussão é desenvolver uma análise sobre a teoria e a prática da formação docente, buscando detectar os desafios que estão no seu entorno, Dewey vai se debruçar especificamente sobre as obras denominadas “experiência e educação” e “Democracia e educação” que no bojo de sua ideia central busca afirmar que:

[...] é de vital importância que a educação não se restrinja à transmissão do conhecimento como algo acabado – mas que o saber e habilidade adquiridos pelo estudante possam ser integrados à sua vida como cidadão, como pessoa. [...] Essa ligação entre ensino e prática cotidiana foi sua grande contribuição para a escola filosófica do pragmatismo. (Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Dewey#Filosofia\\_da\\_Educa%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Dewey#Filosofia_da_Educa%C3%A7%C3%A3o)> Acesso em janeiro/2022.

A contribuição de John Dewey para esta análise é, portanto, fundamental, uma vez que seu pensamento aponta para uma prática como condição do conhecimento. Daí se aludir ao pragmatismo de Dewey que inspirou a construção de uma ideia de uma educação nova a partir de uma nova escola progressista, em contraposição à escola tradicional existente.

De acordo com Dewey (1979 p. 05), “o surto do que chama de educação nova e escola progressista é resultado do descontentamento com a escola tradicional”, ou seja, a proposição deste novo conceito nasce de sua reação ao modelo de escola existente,

portanto, sua proposta é a prova fundamental de sua tese que afirma que o conhecimento se dá pela ação pragmática do sujeito sobre uma realidade histórica.

Desta forma, Dewey desenvolve sua crítica ao modelo tradicional de educação em seu livro “Experiência e educação” ao reagir criticamente sobre o modelo de escola tradicional fundamentado em esquemas de imposição padronizados de conhecimentos e métodos.

Bechi (2012 p. 7), ao analisar o pensamento de Dewey, assim se refere no tocante a este tema:

Na escola tradicional, o ato de ensinar e de aprender resume-se ao momento da aula expositiva, ao passo que no modelo pragmático deweyano o processo de ensino e aprendizagem não se limita à simples exposição e memorização de conteúdo: visa ao desenvolvimento da capacidade de raciocínio e espírito crítico dos educandos.

O cerne do pensamento de Dewey é afirmar que o conhecimento somente se dar pela interferência do sujeito na realidade histórica. A partir da concepção de Dewey, o conhecimento deixa de ser conteúdo que se colocava no receptáculo de memorização dos alunos, e se torna resultado de uma interferência direta do sujeito neste conteúdo, dissecando-o exaustivamente, com a intenção de retirar dele todo o supracitado de conhecimentos resultantes desta experiência.

Sua compreensão do processo do conhecimento, é, portanto, o oposto daquilo que propõe a educação tradicional que, ao invés de provocar o conhecimento pela ação do aprendiz, inibe o desenvolvimento de faculdades e potencialidades existentes no espírito dos alunos, essenciais para a construção de um novo conhecimento e, conseqüentemente, de uma nova realidade social (BECHI, 2012). Nesta perspectiva, nas palavras de Dewey, a educação progressiva sai dos limites do arcabouço tradicional de educação e se esforça por

[...] modelar as experiências dos jovens de modo que, em vez de reproduzirem os hábitos dominantes, venham a adquirir hábitos melhores, reconstruídos pela sua ação histórica, de modo que a futura sociedade adulta seja mais perfeita que as sociedades atuais. (DEWEY 1959, p. 85)

Transpondo a proposta de Dewey para o objetivo desta pesquisa, vemos que, conforme Bechi (2012),

[...] o professor reflexivo assume a função de criar estratégias pedagógicas que instiguem os alunos a serem agentes produtores de conhecimentos. Mas, para isso, ele precisa superar o modelo de ensino centrado na transmissão de informações. (BECHI, 2012, p. 33)

Constata-se, assim, a necessidade de que o educador reflexivo se deixe seduzir por práticas educativas que fomentem o desenvolvimento do espírito reflexivo pela sua ação na realidade existente, de modo a resultar em pressupostos metodológicos compatíveis ao desenvolvimento de experiências educativas de forma que produzam a capacidade de pensar, refletir e analisar a realidade, resultando daí a produção de conhecimentos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Dewey em “Democracia e educação” é categórico ao afirmar:

[...] os conhecimentos informativos separados da ação reflexiva são conhecimentos mortos, um peso esmagador para o espírito. Como simulam os verdadeiros conhecimentos, segregam o veneno do preconceito, e são poderosos obstáculos para o ulterior desenvolvimento da inteligência. (DEWEY, 1959, p. 67)

Deste modo, resta configurado que, para Dewey, o desenvolvimento das capacidades do espírito humano que provocam o conhecimento tem íntima

relação com atividades que suscitem a reflexão. Portanto, a metodologia tradicional que defende o conhecimento como limitada ao desenvolvimento de técnicas de leitura, ao ouvir ou ao reproduzir aquilo que foi lido ou ouvido, nada mais são do que transmissão de informações já conhecidas e, portanto, estéreis de conhecimento, porque não resultantes da ação reflexiva do sujeito.

Em última análise, o que Dewey propõe é que para se promover uma educação progressiva, fundamentada na experiência e na prática de educadores e educandos, necessário se faz que haja uma substituição do “repetir” ou “reproduzir” teorias pelo “fazer”, “elaborar” “construir” novos conceitos, novos conhecimentos, com base na sua atuação na história. (BECHI, 2012)

Neste sentido, nas palavras do próprio Dewey, constata-se:

[...] todos os métodos educacionais devem dar aos alunos alguma coisa para fazer e não alguma coisa para aprender; porque o ato de fazer é de tal natureza transformador que exige a reflexão ou a observação intencional das relações; daí, naturalmente, resultar em aprendizagem. (DEWEY, 1959, p. 169)

O Projeto de Lei de nº 7180/2014 que propõe o “Projeto Escola sem partido”: um retrocesso ao conservadorismo da educação no Brasil

Uma vez estabelecido até o momento que a educação deve romper o modelo tradicional que se dá pela recepção de informações para o modelo inovador que se dá pela aquisição de conhecimento a partir da atuação do sujeito na sua realidade histórica, recentemente, mais precisamente no ano de 2014, deu-se no Brasil, um passo no caminho do retrocesso.

Na aquisição do conhecimento, uma vez que se preteriu instituir a chamada “Escola sem partido” que, traduzindo para um bom português, uma escola voltada para o tradicionalismo onde a formação se dá

pela repetição eterna do mesmo, sem que seja permitido questionamentos sobre estes conhecimentos.

A instauração desse modelo de escola deveria se dar por força do Projeto de Lei nº 7180/2014 mas que, por falta de unanimidade de votos no Congresso Nacional, encontra-se engavetada com forte probabilidade de, a qualquer momento, voltar a discussão entre os parlamentares.

Convém essa discussão porque, uma vez que se propõe uma nova forma de se dar o conhecimento de educadores e educando a partir da atuação dos agentes na história, não tem sentido tamanho retrocesso. Daí ser relevante uma análise em torno deste Projeto de Lei que propõe uma volta ao passado no que se refere à formação docente.

Para entender o Projeto de Lei nº 7180/2014 que propõe o “Escola sem partido” e que representa uma volta ao modelo tradicional de educação, só que legalizado por força de lei, convém discorrer um breve histórico que motivaram essa proposta.

A proposta que defende a “Escola sem partido” existe desde 2003, e foi criado por membros da sociedade civil. Seu principal defensor é o advogado Miguel Nagib, coordenador do movimento. Segundo Nagib, o principal objetivo da proposta é reagir a práticas no ensino brasileiro, consideradas pelo movimento como ilegais, dentre elas a doutrinação política e ideológica em sala de aula, como também a usurpação do direito dos pais dos alunos de atuarem sobre a educação moral e religiosa de seus filhos.

Dentre as ações propostas pelo movimento, chama atenção a proposta de se fixar um cartaz nas salas de aula de todas as escolas do país onde deverão estar escritos, a partir das diretrizes do movimento, os direitos e deveres dos professores à luz do que propõe as diretrizes do “Escola sem partido”. Constata-se, assim, que os defensores do movimento criticam uma doutrinação política e impõem outra ainda mais agravante: amordaçar o pensamento e a ação de alunos e educadores pela forma tradicional de educar.

Conforme Nagib, ao se discutir nas aulas de Filosofia ou Sociologia, por exemplo, as questões sociais, religiosas, sexuais, econômicas ou qualquer outro tema de cunho sociológico, o professor está induzindo os alunos a um determinado movimento político, se beneficiando, portanto, da condição de professores que ocupam. Nas palavras do próprio Nagib,

[...] A partir do momento em que o professor se aproveita dessa circunstância não para falar de forma parcial equilibrada, mas para promover as suas próprias preferências, ele está violando a liberdade de consciência e de crença dos alunos [...]. (disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-sem-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divide-opinioes.htm?cmpid=copiaecola>>) Acesso em janeiro/2022.

Contradiz esse entendimento do Nagib, a doutora em educação e também pesquisadora da fundação Carlos Chagas, Sandra Umbeaum, que afirma que este movimento propõe uma escola sem discussão e sem cidadania, violando gravemente o que está garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), ao fazer o seguinte questionamento:

[...] Como é que se desenvolve um pensamento crítico se não se discute política, filosofia, sociologia, história? Você não vai discutir política partidária, mas vai discutir a política num sentido amplo, de organização e composição da sociedade [...] (Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-sem-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divideopinioes.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em janeiro/2022.

Por influência do então deputado Flávio Bolsonaro, o movimento foi transformado em Projeto de Lei sob o nº 7180/2014 e hoje, tramita no Congresso

Nacional, sob forte influência do governo do Jair Bolsonaro, pai do Flávio Bolsonaro, hoje, Senador da República.

O Projeto de Lei, de parte a parte, tem ganho apoio e também muita resistência, uma vez que vai de encontro as conquistas educacionais feitas nos últimos anos. Segundo o grupo que rejeita o projeto, a nomenclatura correta não seria “Escola sem Partido”, mas sim, “Escola da mordaza” uma vez que a politização da juventude brasileira estaria sendo ameaçada. (CRUZ, et. al., 2017)

Daniel Cara, por sua vez, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, assim se coloca diante do referido documento:

Além de não assumir sua mensagem conservadora, camuflada em suposto pluralismo, o Escola Sem Partido quer evitar um pensamento crítico. Quer uma escola medíocre. Afirma uma ideologia pautada em um fundamentalismo cristão evitado até pelo Papa Francisco, diante das possibilidades de um papado que sucedeu o ultraconservador Bento XVI. [...] (Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-sem-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divide-opinioes.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em janeiro/2022.

Na dimensão acadêmica da pedagogia, o referido Projeto de Lei, segundo Paulo Freire (1987), contradiz a proposta de uma educação libertadora que não pode acontecer a partir de informação de conceitos bancários da ação docente, mesmo porque, os alunos não são recipientes vazios, uma vez que trazem consigo uma bagagem histórica que tem que ser considerada na sua formação.

Toda esta discussão, muito atual na realidade brasileira, põe em xeque a formação do educador brasileiro uma vez que contradiz radicalmente a proposta de formação de um educador reflexivo, que age criticamente diante da realidade, que analisa os

fatos, que considera o potencial histórico dos alunos, que faz da prática e da análise desta prática, a condição para se construir um professor atuante e transformador da realidade.

Neste sentido, a proposta suscitada no Projeto de Lei nº 7180/2014, que defende a “Escola sem Partido” se constitui na negação do que se propõe analisar este capítulo, uma vez que defende uma escola alienada, subserviente, apática à realidade social dos alunos, que ignora a bagagem histórica e a realidade dos formandos, que resultará na formação de um exército de educadores ideologicamente alienados.

Na realidade, o que o Projeto de Lei nº 7180/2014 propõe é justamente aquilo que eles acusam estar acontecendo, ou seja, o estabelecimento de uma escola ideologizada, com doutrinação política à direita, que nega aos alunos uma formação moral e ética a partir da realidade histórica de que fazem parte.

Confirma-se, assim, que a proposta de uma educação baseada no pragmatismo, na prática, na dissecação da realidade histórica proposta por Dewey, está sob forte ameaça de sucumbir, se o Projeto de Lei nº 7180/2014 for aprovado e sancionado, fazendo surgir, em seu lugar, uma escola totalmente à margem da análise crítica e totalmente alienada da realidade social vigente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, assim, a partir da proposta pragmática de Dewey, que a fase inicial do conhecimento reside na capacidade de pensar, e esta, nasce da atividade prática do aprendiz ao agir sobre a realidade existencial. Somente a partir deste caminho inicial se dá o conhecimento revolucionário, que se sobrepõe à mera transmissão de conteúdo, retirando o sujeito da condição de mero receptáculo de informações, para transformá-los em indivíduos sujeitos de sua própria história.

## REFERÊNCIAS

BECHI, D. A reflexão prática docente: contribuições da teoria pedagógica Deweyana na formação do professor reflexivo. [Artigo científico] XVI Encontro Nacional de didática e Práticas de ensino. UNICAMP – Campinas – São Paulo, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17447&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17447&Itemid=817)>. Acesso em janeiro/2022.

CRUZ, J.F. et. al. Escola sem partido: uma afronta para a educação pública e gratuita. [Artigo científico]. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, 2017.

DEWEY, J. Experiência e educação. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. 3 ed. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acesso em: jan./2022.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2002

PROJETO DE LEI Nº 7180/2014. Inclui entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília – DF., 2014.

SANTOS, C.C.P. & SOARES S.R. Aprendizagem e relação professor-aluno na universidade: duas faces da mesma moeda. [Artigo Científico] Est. Aval. Da Educ. São Paulo Vol. 2, nº 49. mai-ago./2011.

SILVA, M.J. Educação e diversidade étnico-racial: um desafio à formação de professores. [Artigo Científico] Universidade Estadual de Goiás. Jataí – Goiás, 2016.

## OS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DA PLURALIDADE ÉTNICO-RACIAL

### THE CHALLENGES FOUND FOR TEACHER EDUCATION FROM ETHNIC-RACIAL PLURALITY

Maria Loureto Lima<sup>1</sup>  
 Antonia Angela de Lima<sup>2</sup>  
 José Guimarães Coelho Filho<sup>3</sup>  
 Irlândia Alves Freitas Souza<sup>4</sup>  
 Eduygina Karla de Oliveira Carvalho<sup>5</sup>

#### RESUMO

Este estudo se pauta sobre a análise da educação na perspectiva da formação de professores. A pesquisa se debruça sobre os desafios da formação docente a partir da pluralidade étnico-racial que encontra fundamentação na Lei nº 10.639/2003. O estudo parte da premissa da visão de autores, que traz a temática com conhecimento de causa. A metodologia usada foi o método bibliográfico, sendo a principal fonte a Capes e a Scielo e revistas científicas. No que se refere aos procedimentos usados foram realizadas pesquisa e leituras de artigos, que abordam a temática. O problema aqui detectado é o descaso por parte dos governantes, que não têm direcionado o olhar prioritário ela. Considerando as reflexões apontadas, além do mais, as forças ideológicas do atraso, pregadas recentemente pelo atual governo Bolsonaro, que prega uma escola sem partido, ou seja, sem a relevância da realidade histórica na formação, revelam que o modelo proposto por Dewey se apresenta distante porque depende da ação revolucionária dos próprios educadores que, em sua grande maioria, ainda trazem consigo as marcas deste atraso e do retrocesso que só fortalece o ensino e a formação tradicional no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relacionamento professor e aluno. Pluralidade étnico-racial.

#### ABSTRACT

This study is based on the analysis of education from the perspective of teacher training. The research focuses on the challenges of teacher training from the ethnic-racial plurality that is based on Law nº 10.639/2003. The study starts from the premise of the authors' view, which brings the theme with knowledge of the facts. The methodology used was the bibliographic method, the main source being Capes and Scielo and scientific journals. With regard to the procedures used, research and readings of articles were carried out, which address the theme. The problem detected here is the negligence on the part of the rulers, who have not focused their priority on it. Considering the reflections pointed out, moreover, the ideological forces of backwardness, recently preached by the current Bolsonaro government, which preaches a school without a party, that is, without the relevance of historical reality in training, reveal that the model proposed by Dewey presents itself distant because it depends on the revolutionary action of the educators themselves, who, for the most part, still bear the marks of this backwardness and setback that only strengthens traditional teaching and training in Brazil.

**KEYWORDS:** Teacher and student relationship. Ethnic-racial plurality.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental, UTIC, Paraguai. Especialista em Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Joao Calvino, FJC. **E-mail:** louretolima@bol.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7790661215000169

<sup>2</sup> Licenciatura em Letras (Inglês) da Universidade Estácio de Sá (ce). Especialista em Docência do Nível Superior (FIP/Patos/PB). Mestre em Ciências da Educação. Doutoranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. **E-mail:** angelaxavieroliveira9@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3983799201246380

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências da Educação. ACU - Absolute Christian University. Especialização em Especialização em Saúde Mental. Faculdades Integradas de Patos, FIP. Graduação em Educação Física. Universidade Federal da Paraíba, UFPB. **E-mail:** jfcoelho60@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/1484065392524812

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University – ACU. Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Instituto Superior de Educação de Cajazeiras, ISEC. Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Campina Grande, UFCG. **E-mail:** irlandiafreitas25@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2570016399181792

<sup>5</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Graduação em andamento em Ciências Naturais. Universidade Federal da Paraíba, UFPB. **E-mail:** eduygina@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2849346464482491

## INTRODUÇÃO

A formação do educador após legislação determinar a inserção na LDB de obrigatoriedade do ensino sobre cultura e história étnico-racial ao alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tem se constituído em alvo de discussão de estudiosos e pesquisadores, uma vez que se apresentam preocupados com a formação de um educador reflexivo e em cuja atuação profissional.

Se revele a responsabilidade de comprometer-se com a consolidação de uma educação de qualidade para todos, o que significa entender uma formação docente que atue na perspectiva da igualdade de direitos, independente da cultura e da etnia do educando. (SILVA, 2016)

Políticas educacionais públicas com estas características, só serão possíveis a partir da ação de educadores comprometidos com esta causa, uma vez que os educadores são em grande parte, os articuladores de práticas que podem conduzir à igualdade de direitos, a tratamentos diferenciados ou de exclusão.

Esta convicção nasce do facto de os educadores serem os principais agentes do processo educacional e, assim sendo, torna-se fundamental que eles se reconheçam como tais e se coloquem dentro deste contexto.

Além do mais, são os educadores que, dentro da realidade escolar em que estão inseridos, serão os primeiros a enfrentar ou a conviver com situações que revelem preconceitos ou discriminação.

Se não se comprometem com o combate a esta realidade, uma vez que não tiveram uma formação adequada para tal, certamente não reconhecerão nos ambientes escolares estas manifestações de preconceito e discriminação, não porque as ignoram, mas simplesmente por falta de conhecimento formativo para tal ação. (SILVA, 2016)

Dá a preocupação de estudiosos e pesquisadores com esta questão no sentido de buscar o comprometimento de estados e municípios com a formação continuada dos educadores das redes municipal e estadual, uma vez que esta formação não se encerra com o estudo formal.

Por outro lado, é importante que as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação dos educadores, revejam a grade curricular oferecida, de modo a desenvolver ações que apontem para esta questão, a partir da inclusão de suporte teórico e metodológico que denote para uma formação pedagógica que discuta acerca de questões de ordem étnico-racial.

A preocupação acima referida advém da Lei nº 10.639/2003, que em seu próprio texto especifica ser “visível à falta de informação dos professores e até dos meios acadêmicos sobre a importância e implicações formativas na implantação da referida lei”. (BRASIL, 2003, p. 15)

Neste sentido, Santana (2009), observa que se constata uma ausência de preparo na formação dos educadores para trabalharem conforme o que determina a legislação vigente. Conforme referido pelo citado autor, não basta, para fazer valer a lei, a inclusão de conteúdos sobre a história marginalizante e discriminatória havida no Brasil, mas bastaria sim a aquisição de uma consciência sobre a importância que as culturas marginalizadas tiveram na formação cultural e social do povo brasileiro, o que resultou numa enculturação social complexa e multicultural.

É a partir desta convicção que se deve partir para o combate à práticas de racismo que, de forma mais acentuada ou disfarçada, fazem parte do cotidiano escolar. Deste modo, a utilização pura e simples de textos em torno do tema torna esta prática estéril, sem resultado aparente, uma vez que não se parte da realidade prática para esta atuação.

De acordo com Silva (2011, p. 18), esta prática comumente utilizada nas escolas públicas da rede

municipal e estadual devem ser “atribuídas à pessoas externas à comunidade escolar, cabendo a estas a responsabilidade de apresentar o tema por meio de palestras”. Aos educadores da escola, cabe, posteriormente, contextualizar o tema a partir da realidade vivida na escola, o que implicaria esta prática num meio eficiente de se aplicar a lei dentro do ambiente educacional.

É importante salientar também que esta atuação pouco eficiente se deve ao facto de a discussão em torno deste tema ser muito recente no Brasil, o que significa dizer que o Brasil ainda se adapta a esta regimentação.

De acordo com Silva (2016), a discussão em torno desta questão no país só se tornou relevante a partir da década de 1980, período em que se deu a redemocratização política que resultou na elaboração e implementação de reformas educacionais democráticas.

Somente na década de 1990 é que as discussões em torno desta questão começaram a se tornar mais evidentes a partir do uso de termos como multiculturalismo na educação, que passaram a circular mais efusivamente no meio acadêmico dos educadores que buscavam, nestas discussões, respostas sobre as diversas questões que envolvem a diversidade cultural.

Buscava-se, também, a construção de mecanismos eficientes de enfrentamento ao preconceito racial, dando-se ênfase à construção da identidade racial como ponto central para se pensar uma educação que valorizasse a pluralidade de identidades dentro da realidade brasileira e, logicamente, no contexto escolar, a partir da construção de currículos inclusivos e de projetos pedagógicos escolares democráticos nesta perspectiva (FLEURY, 2003).

Certamente, com base no raciocínio do autor acima referido, terá sido por esta época que foram registradas as primeiras preocupações com relação à formação do educador voltada para a valorização na composição de diferentes formações culturais do povo

brasileiro, que, até então, não se preocupava com esta questão.

Nesta perspectiva, Candau (2014, p.31) faz a seguinte reflexão:

Desenvolver ações que apontem para o respeito com as diferenças éticas, supõe, ao mesmo tempo, desconstruir a padronização e lutar contra todas as formas de desigualdade. [...] Essas identidades étnicas têm que ser reconhecidas como condição de construção de uma consciência de igualdade. Essa articulação não é simples, nem do ponto de vista teórico, nem das práticas socioeducativas.

Neste sentido, a formação continuada dos educadores ou sua capacitação a partir do enfrentamento desta realidade de exclusão no ambiente escolar se constitui um lócus privilegiado para a execução desta prática, como também um ambiente propício para a reflexão e a conseqüente proposição de caminhos que apontem para a desconstrução de padrões excludentes, como orientou o autor acima referido.

É a partir de ações desta natureza que se oportuniza as práticas inclusivas que revelem a construção de uma pedagogia intercultural, além de abrir um leque de possibilidades que diminuam a distância entre o debate instituído e as práticas vivenciadas nas escolas, o que possibilitaria a efetivação de ações de enfrentamento ao preconceito e a exclusão racial em sala de aula (CANDAU & MOREIRA, 2014).

Construir, portanto, uma ação efetiva que aponte para a desconstrução desses preconceitos pressupõe comprometer-se com uma realidade de enfrentamento da exclusão. Neste sentido, Veiga & Cristina (2012 p. 34) faz a seguinte consideração: “[...] a identidade profissional do educador não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão”.

Constata-se, assim, que a construção da identidade profissional do educador nasce, necessariamente, do contexto dos movimentos reivindicatórios, o que remete ao entendimento de que as ações por ele desenvolvidas no sentido de combate da exclusão na realidade escolar em que está inserido, advém do compromisso por ele assumido com a causa, e não por conta da inserção de temas sem nenhuma conexão com à realidade escolar no desenvolvimento de suas aulas.

Esta mesma convicção pode ser vista em Stuart Hall (2003, p. 48) que entende que “[...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. A consideração feita pelo autor leva a entender que as concepções e a construção da identidade individual de cada pessoa.

Inclusive a do educador, é construída a partir de sua inserção na história, como também pelas convicções que vai adquirindo no seu relacionamento com o meio. Isto significa entender que, na medida em que o ser humano vai vivendo e interagindo na história, pode ir também mudando sua concepção em relação a determinado conceito, o que remete ao entendimento que o homem é fruto do meio, é um ser em constante construção que se dá pela sua ação na história.

A consideração feita por Hall (2003) parece ser fundamental para entender a construção da identidade do educador no processo de desconstrução das discriminações no ambiente escolar.

Essa conclusão é possível na medida em que, ao se entender o conceito de identidade como uma realidade a ser construída e socialmente variável, conclui-se que a construção desta identidade vai depender das relações sociais estabelecidas pelo agente em sua realidade histórica.

A partir da convicção do autor acima referido, pode-se inferir que, se a identidade pessoal e social não é fixa e nem imutáveis, mas em constante construção, é possível da mesma forma entender, que as situações de

injustiça social, exploração e opressão resultantes de práticas sociais discriminatórias no ambiente escolar, criam as condições muito favoráveis para que o sujeito ou o grupo afetado pela discriminação internalize, em função deste movimento, uma imagem ou uma situação desfavorável de si mesmo.

Com base neste entendimento, pode-se dizer que esta realidade flexível e mutável reforça a importância de uma visão multicultural na formação do educador, uma vez que, no ambiente escolar, ao lidar com situações de discriminação ou preconceito, o professor terá obrigatoriamente que ter uma postura individual e, ao mesmo tempo, coletiva para lidar com esta questão a partir da realidade em que está inserido e envolvendo a todos dentro do processo educativo na discussão em torno da questão. (SILVA, 2016)

Toda esta discussão em torno da construção de uma identidade profissional e da desconstrução dos sistemas de discriminação e preconceito no ambiente escolar apontam para as dificuldades que os educadores têm de lidar com este problema a partir dos questionamentos que frequentemente fazem, em função de uma formação adequada que não tiveram, sobre como atuar sobre o resgate da identidade étnica por meio de uma ação educacional.

Esta dificuldade, no entanto, não se limita apenas ao educador, mas a todo o sistema educacional que, por falta de uma formação ou de uma capacitação, se constata a inviabilidade de se lidar com as diversas formas de preconceito, especialmente a racial, dentro dos muros da escola.

Há também de se ressaltar que esta questão torna-se muito mais grave quando o educador, despreparado em sua formação profissional, ainda traz dentro de si rusgas de preconceito que nem ele mesmo tem consciência que tem. Nesta perspectiva, Canem (2001, p. 208) afirma: “os preconceitos e estereótipos estão também nas representações dos professores sobre o universo sociocultural dos alunos”. Constata-se, assim, uma deformação discriminatória inata nos

educadores que as externam sem que tenham consciência do papel discriminatório que estão por vezes exercendo.

Em se constatando esta situação, pode-se inferir que o problema da discriminação e do preconceito dentro do ambiente escolar tende a se agravar ainda mais, uma vez que o educador, sem ter consciência do que está fazendo, acaba por transmitir esses seus preconceitos escondidos, e isto poderá contribuir negativamente na formação de uma consciência racial em seus alunos a partir das experiências vividas pelo educador e que estão rotuladas na sua identidade sem que ele tenha conhecimento (SILVA, 2016).

Daí ser relevante a reflexão desenvolvida por Gomes (2005, p. 14) quando afirma que a escola não deve analisar o professor apenas com base no seu intelecto, mas também com base nas suas emoções e representações, uma vez que estas serão instrumento de interação entre o educador e o aluno.

[...] a escola, como uma instituição que trabalha com os processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, não pode prosseguir, se esquecer que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos”.

A superação de toda esta realidade conflitante aponta, necessariamente, para a necessidade de uma formação adequada do professor para se capacitar para lidar com esta questão. Neste sentido, Carr (1990 apud Giesta, 2005, p. 60-61) afirma: “a formação do professor implica uma contínua interpretação entre teoria e prática, onde a teoria seja vinculada a problemas reais pela experiência prática e a ação prática orientada teoricamente”.

A formação do educador tem que necessariamente ser acadêmica, mas esta academia

tem que ser enriquecida pela realidade onde o educador vai atuar para que, desta forma, sejam desenvolvidas as condições ideais para o enfrentamento da discriminação e da exclusão étnico racial no ambiente escolar.

A condução da formação do professor fundamentada na teoria orientada por uma prática com base na realidade em que irá atuar, certamente oportunizará ao educador a possibilidade de desenvolver seu trabalho com maior responsabilidade, como também, viabilizará o desenvolvimento de capacidades para atuar com segurança diante das realidades de manipulação, segregação, discriminação e rotulação étnico-racial, prescrita no ambiente escolar e que vêm continuamente excluindo e oprimindo aqueles que mais carecem de atenção e de apoio.

No entanto, o que praticamente se observa na realidade formativa dos professores no Brasil, é a presença de uma característica formativa com base na homogeneidade e na linearidade. Conforme Feldmann e D’água (2009 p. 191) esta postura formativa ocorre quando: “[...] os profissionais são condicionados a transmitir os saberes de modo a assegurar às crianças e jovens condições de viver e responder de acordo com os princípios sociais determinados pelos grupos hegemônicos de cada realidade”.

Muito embora tenha havido um grande esforço em se avançar no sentido de se superar este modelo formativo, o que se constata, de fato, são propostas de formação docente construída com base neste modelo linear, burocrático e desvinculado da realidade.

Neste sentido, ao ser formado nesta perspectiva, o educador não se percebe envolvido no processo, não se vê identificado dentro do seu processo formativo uma vez que sua formação tem por sustentação apenas o campo teórico uma vez que não se consideraram as práticas cotidianas da realidade escolar em que atua e também a realidade étnica de onde veio (SILVA, 2016).

Esta realidade formativa do educador no Brasil hoje em dia revela, claramente, que esta formação ainda se submete a práticas que reproduzem o caráter homogeneizador e linear, o que significa dizer que este modelo de formação vai implicar num modelo de escola que não corresponderá e nem atenderá às necessidades das pessoas nela envolvidas, uma vez que se revela desumanizada e estéril. Neste formato, o educador deixa de ser o centro da sua formação uma vez que todas as esferas de sua vida foram desconsideradas dentro do processo formativo.

Constata-se, assim, que, muito embora tenha havido muito esforço no sentido de superar este modelo homogêneo, ele ainda continua muito presente quando não se considera as relações socioculturais distintas e mesmo diferentes, algumas delas resultando em situações de exclusão de grupos que não correspondam aos padrões dominantes.

Assim sendo, ao terminar seu processo formativo, o professor, que antes se sentia pronto e acabado para o exercício de sua atividade, atualmente, na medida em que começa a atuar, percebe que precisa ir se construindo dentro do processo, na medida em que precisa ir descobrindo sobre si mesmo, sobre o seu saber, sobre o seu fazer e sobre o seu saber fazer.

Daí a importância de que este tema seja discutido e refletido incessantemente no ambiente escolar com o fim precípuo de que as necessidades reais do professor e dos alunos, principalmente os mais excluídos, sejam alcançados (SILVA, 2016).

Há de se considerar também dentro deste processo, a realidade social do ambiente escolar e dos alunos que deste ambiente fazem parte. É sabido que a sociedade brasileira é multicultural e isto tem que ser considerado, mas esta mesma sociedade é formada de diferentes grupos sociais, de realidades econômicas distintas e que também interferem significativamente dentro do processo, agravando ainda mais o processo discriminatório.

Esta realidade pode ser constatada no fragmento de Canen ao afirmar que há a necessidade que a sociedade brasileira se reconheça como multicultural e, por extensão, entender que esta multiculturalidade implica em desigualdades e discriminações que afrontam a dignidade humana e que precisa ser superada no ambiente escolar.

Reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais que a compõem. Entretanto, significa também constatar as desigualdades no acesso a bens econômicos e culturais por parte dos diferentes grupos em que a classe social, a raça, o gênero e a diversidade cultural atuam de forma marcante. (CANEN, 2001, p. 207)

Muito embora não seja este o propósito das escolas e dos educadores nos ambientes escolares, não se pode fugir de discutir esta realidade, mesmo porque, este modelo se caracteriza como discriminatório e seletivo uma vez que, aqueles que conseguem se adequar a estes padrões são inseridos dentro do processo e, aqueles que não conseguem essa adequação, são excluídos, o que gera um sentimento de fragilização.

Cabe, portanto, à escola, combater essas situações de desigualdade, seja ela de qualquer natureza for, pois, na medida em que essas condutas são alimentadas, mais se contribuem para a exclusão daqueles que mais precisam de serem incluídos. Daí ser fundamental a atuação do educador que, mesmo não preparado para atuar sobre esta realidade em virtude da má formação que tivera, terá que transgredir essa ordem conforme acentua Paulo Freire (2007):

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos [...]. Tão importante quanto

ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que faço. (Freire, 2007, p. 103)

Conforme acentua Freire (2007), os educadores, independentemente de terem sido ou não capacitados para atuarem dentro desta realidade discriminatória e segregadora, estão diretamente comprometidos com esta situação de superação deste modelo dentro do processo formativo de seus alunos.

Daí a necessidade de urgentemente se enfrentar esta realidade e de se construir condições que favoreçam uma convivência democrática em sala de aula, fazendo com que as diferenças, sejam elas de que natureza for, se tornem oportunidades para o desenvolvimento, análise e ampliação das práticas culturais e socializadoras dos alunos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que os desafios estejam muito presentes dentro da realidade escolar em função da discriminação e exclusão étnico cultural se expressar de diferentes formas em sala de aula, mesmo tendo-se a consciência de se discutir estes problemas sem se abster das especificidades que se encontram no entorno deste problema, o professor não deve temer encarar esta questão juntamente com seus alunos.

São de atitudes como estas que vão se construindo as pautas positivas com relação à diversidade cultural, o que certamente levará à transformação do modelo excludente para um modelo inclusivo, aonde tanto os alunos como os professores vão adquirindo uma nova consciência e construindo as condições de desconstrução deste modelo discriminatório da diversidade étnico-cultural.

### REFERÊNCIAS

CANDAU, V. M; MOREIRA, A. F. B. Currículos, disciplinas escolares e culturas. Petrópolis: Vozes, 2014.

CANEN, A. Universos culturais e representações docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. Rev. Educação & Sociedade, a. 22, n. 77, Dez/2001.

FELDMANN, M. G.; D'AGUA, S. V. N. L. Escola e Inclusão Social: Relato de uma experiência. In: FELDMANN, M. G. (Org.) Formação de professores e escola na contemporaneidade. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

FLEURI, R. M. (Org.). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTANA, G. S. Multiculturalismo: educação e miscigenação. In: FELDMANN, Marina Graziela. (Org.) Formação de professores e escola na contemporaneidade. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

SILVA, M.J. Educação e diversidade étnico-racial: um desafio à formação de professores. [Artigo Científico] Universidade Estadual de Goiás. Jataí – Goiás, 2016.

SILVA, A. C. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou? EDUFBA, 2011.

**ALUNO ESTRELA: TODOS MERECEM UM LUGAR DE DESTAQUE UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL EUTÍMIO GABRIEL DE VALOIS COUTINHO- MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU-BAHIA-BRASIL**

**STAR STUDENT: EVERYONE DESERVES A HIGHLIGHT A STUDY AT THE MUNICIPAL SCHOOL EUTÍMIO GABRIEL DE VALOIS COUTINHO- MUNICIPALITY OF MORRO DO CHAPÉU-BAHIA-BRAZIL**

Cristiane Rosa Gonçalves de Souza <sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** Tomando como base de estudo, o crescimento do indivíduo, percebe-se que as estruturas fundamentais de construção do saber são natas e necessitam apenas de incentivos. Está no próprio indivíduo os indícios ou indicativos a serem explorados. Os mestres e condutores considerados como apoio, apenas encaminham e estabelecem metas de formação que possam continuar como sustentação. Família e Escola são base de formação cidadã, logo, o seu papel é mediar e motivar o processo pelo qual virá a aprendizagem. **OBJETIVO:** Ativar o processo de ensino e aprendizagem através de ações individuais e coletivas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e qualitativa com aspectos exploratórios, baseados em vivências, entrevistas, comentários e bate-papo sobre os objetivos e resultados alcançados diante da criação de um projeto que melhoraria a vida de muitos estudantes do Fundamental II da Escola Municipal Eutímio Gabriel de Valois Coutinho, situada no Povoado de Fedegosos, interior da Cidade de Morro do Chapéu, Bahia. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O projeto tem contribuído para a valorização dos estudantes como elementos na constituição da sociedade, fortalecendo vínculos entre eles e a escola; oportunizando momentos de entretenimento e integração entre os alunos e o ambiente escolar, desenvolvendo uma consciência da importância dos estudos para vida de cada indivíduo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Motivação; Aprendizagem; Aluno.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** Taking the individual's growth as a studybase, it is perceived that the fundamental structures of knowledge construction are innate and need only incentives. Support, they only forward and establish training goals that can continue as support. Family and School are the basic of citizen training, therefore their role is to mediate and motivate the process by which learning will come. **OBJECTIVE:** Activate the teaching process and learning through individual and collective actions. **METHODOLOGIA:** This is a descriptive and qualitative research with exploratory aspects, based on experiences, interviews, comments and chat about the objectives and results achieved by creating a project that would improve the lives of many Elementary II students from the Eutimio Gabriel de Valois Coutinho Municipal School, located in the town of Fedegosos, in the interior of the city of Morro do Chapéu-Bahia. **FINAL CONSIDERATIONS:** The project as contribute to the appreciation of students as elements in the constitution of between studentsthebons between them and school: proveniente opportunities for entertainment and integration between students and the school environment, developing an awareness of the importance of studies for each individual's life.

**KEYWORDS:** Motivation; Learning; Student.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Católica de Anápolis. Graduada em Letras. **E-mail:** rosacristiane63@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

A todo tempo, a nossa maior preocupação enquanto professores da Escola Mun. Eutímio Gabriel, é avaliar as nossas práticas e se realmente alcançamos o nosso aluno em suas dificuldades e se conhecemos o seu potencial. Portanto, a cada trimestre, nos deparamos com situações críticas. Avaliamos todos os alunos e alunas e notamos posturas que ainda temos diante dos problemas que envolvem o ensino/aprendizagem.

Momentos em que surgem várias ideias capazes de nos levar a uma solução.

O professor deve esperar de si mesmo, outro saber- o querer bem aos seus educandos e à sua própria prática educativa, pois assim será mais autêntico de maneira a selar seu compromisso numa prática específica do ser humano (FREIRE,1996, p.141).

Muitos dos nossos alunos do regular (6º ao 9º) e EJA demonstram nesses 8 anos de Projeto, grandes dificuldades em leitura, interpretação, escrita, cálculos e outros. Pensamos em aulas de reforço, projetamos várias ações, que também surtem efeitos positivos, mas precisávamos de algo mais ousado e desafiador. Enfim, descobrimos e adaptamos o Projeto Aluno Estrela, pretendendo trazer resultados mais positivos tanto no aspecto quantitativo, quanto no qualitativo. Melhorar a autoestima dos nossos meninos e meninas e também levantar o astral da comunidade escolar.

Oportunidade que nos dar uma visão ampla do nosso trabalho. Refletimos muito sobre tudo.

As boas práticas podem impulsionar e trazer mais esperança de dias melhores. O que funcionou até 2020, precisa permanecer entre toda a comunidade escolar desse povoado. Não pode ser apenas mais um mecanismo de defesa ou desculpa por não haver opção ou coisa parecida.

Deixamos de lado aquela velha história de que a aprendizagem é algo doloroso, obrigatório, que não acontece se não for através de broncas, controles, gritos, palmatórias, etc. A todo instante, nós professores (Escola Eutímio), nos perguntamos, como pode e o que pode ser feito para que a aprendizagem seja algo prazeroso, leve e satisfatório. Pensar em tudo isso, leva os docentes e gestão escolar (Eutímio Gabriel) a sonhar, planejar, desafiar, arriscar metodologias que talvez possam impulsionar uma educação transformadora e que ocupe de fato os lugares primordiais em nossas vidas.

Isso significa, que o professor tem um importante papel na vida, ou seja, nas escolhas dos seus educandos.

É necessário valorizarmos cada segundo. Conversar sobre o que eles gostam de fazer; sobre quem eles são; que profissionais querem se tornar; compartilhar experiências de vida com eles; conhecê-los de fato. A valorização traz afeto, cumplicidade, segurança e confiança entre os colegas de trabalho durante o ano letivo (todos os anos).

É perceptível a aprendizagem quando aluno e professores são mais próximos, mais íntimos no ensinar e aprender. Quando ambos se aproximam com o mesmo intuito, não há barreiras.

Como incentivo ao interesse e ao despertar da vontade de querer aprender mais, o momento mais esperado é chegado!! Ao concluirmos o trimestre, lançamos criteriosamente os cálculos e análises dos componentes do Projeto Aluno Estrela: a soma de todas as médias de cada aluno; dividimos pelo número de disciplinas que há no currículo escolar; obtendo uma média geral, de onde saem os “melhores” alunos em termos quantitativos, ou seja, aqueles que se destacam naquele período no quesito nota. Além disso, são observados critérios sócio-afetivos para que enfim, sejam escolhidos 03 alunos de cada série/ano.

Promovemos a todos uma corrida pelo 1º, 2º e 3º lugares, isto é, uma “competição” é estabelecida

entre eles para que sejam destaque e também possam ganhar prêmios. Tendo sempre em mente, que o maior troféu é a melhoria na vida escolar.

Os premiados são homenageados no pátio da escola e/ou em outros espaços da comunidade local com uma cerimônia diante de todos os funcionários, da família, da comunidade local e dos demais colegas, onde recebem suas premiações e são mais uma vez estimulados e incentivados através de apresentações, palestras e mensagens motivacionais a prosseguirem seus estudos.

Um grande painel ilustrado com estrelas, mensagens, fotos dos alunos que alcançaram maior desempenho, ficam expostos com objetivo de motivação e valorização de todo o trajeto percorrido. É uma festa!! Todos querem ver se seu nome está lá!!

A cerimônia é encerrada com a entrega das premiações e um coquetel que é oferecido a todos os presentes.

Entre a emoção e a atividade intelectual, mesma evolução, mesmo antagonismo. Antes de qualquer análise, o sentido de uma situação se impõe pelas atividades que desperta, pelas disposições e atitudes que suscita... (COLEÇÃO EDUCADORES MEC, 2010, p. 73).

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e qualitativa com aspectos exploratórios, baseados em vivências, entrevistas, comentários e bate-papo sobre os objetivos e resultados alcançados diante da criação de um projeto que melhoraria a vida de muitos estudantes do Fundamental II da Escola Municipal Eutímio Gabriel de Valois Coutinho, situada no Povoado de Fedegosos, interior da Cidade de Morro do Chapéu, Bahia.

Estudos diários sobre o comportamento auxiliam e são considerados essenciais, para que se

tenha uma análise eficiente, e quiçá mais justa do que se ensina e se aprende durante o ano letivo.

Logo, uma ação determinante, foi incluída como permanente em nosso espaço escolar. O Projeto Aluno Estrela, surgiu em 2014 e teve sua primeira execução e edição em fevereiro do mesmo ano.

Como idealizadora, a Professora Cristiane Rosa Gonçalves de Souza com a parceria e apoio da Professora Arlete Santana, realizou encontros e apresentou ideias e sugestões sobre como executar o projeto que poderia dar certo e melhorar a situação de muitos alunos.

A Secretaria de Educação do Município, na época, aprovou o Projeto e a Escola conseguiu destaque ao apresentá-lo em Projeto de Boas Práticas da Rede Pública Municipal de Ensino em 2015.

O projeto, este ano, completa 8 anos de existência.

Como o Projeto Aluno Estrela é executado? A cada término de unidade, analisa-se a **nota final** de cada aluno por série/ano e disciplina (rendimento normal do trimestre), soma-se essas notas e divide pelo número de disciplinas ( $2+8+6+8+7+7+10+6+6+10=70:10=7,0$ ). A média adquirida sendo 7,0 ou acima, o aluno já está classificado no Projeto.

Em uma planilha de **desempenho** com critérios sócio-afetivos, leitura, interpretação, escrita e cálculos matemáticos, cada professor por disciplina, faz uma avaliação e atribui uma nota, que é dividida por 5 (número de critérios)  $8+8+7+7+10=40:5=8,0$ ; Utiliza-se também a **frequência** de 0 a 100%, sendo essa porcentagem transformada em nota ( $100%=10,0$ ). Determina-se peso 4 para nota final; peso 4 desempenho e peso 2 para frequência, que são multiplicados e depois divididos por 10, gerando os resultados para o ranking.

Cálculo:  
nota final  $7,0 \times 4=280$   
desempenho  $8,0 \times 4=320$   
frequência  $100 \times 2=200$

**RESULTADO:**  $280+320+200=800:10=80$   
80 transforma-se em nota=8,0  
Média final para o ranking,8,0

O Projeto Aluno Estrela sempre é apresentado nas aberturas das aulas, no início do ano letivo com o objetivo de motivar o 6º ano que está chegando e incentivar as demais turmas a não desistirem das suas metas.

A cada 3 meses todos precisam demonstrar desempenho e melhores resultados, acumulando pontos para estarem entre os 10 melhores do ano, no final do ano letivo.

Um caixa é organizado entre diretor, coordenador, professores e demais funcionários, que serve para adquirir a premiação durante os períodos de 1ª a 4ª unidade, e além disso temos os patrocinadores da comunidade local, da cidade ou sede do município e quem se interessar pelo Projeto.

Toda a Escola participa e é envolvida em todo o processo.

Professores, auxiliares de serviços gerais, diretor, coordenador, Secretaria da Educação, família, alunos e a comunidade participam e contribuem de forma efetiva.

Antes da divulgação do ranking, reúnem-se os professores e discutem sobre os resultados e suas avaliações diante dos critérios estabelecidos.

A lista que representa os melhores, em algumas unidades chegam quase a 70% da turma, porém colocamos os 3 primeiros lugares e os demais recebem medalhas ou algo que o motive a continuar. Como por exemplo: aluno superação; frequência 100%...

No evento final de ano de premiação desses alunos, incluímos a entrega de certificado dos concluintes do 9º ano e Eja (Educação de Jovens e Adultos); os artistas da terra se apresentam com músicas, danças, teatro, declamações, imitações, etc. O evento é recheado de riquezas, que só a Educação é capaz de proporcionar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **Projeto Aluno Estrela** nasceu do desejo de mudanças, no desempenho escolar que traria grandes resultados na própria vida dos estudantes, pretendendo alcançar os aspectos quantitativos e qualitativos.

Com o surgimento, a divulgação e sua aplicação, percebemos a diferença no comportamento, interesse e participação de boa parte dos alunos que enxergaram uma oportunidade de serem vistos e valorizados pela escola, família e colegas. Também é notória a mudança nas notas e médias de um número significativo desses discentes.

O projeto tem contribuído para a valorização dos estudantes como elementos na constituição da sociedade, fortalecendo vínculos entre eles e a escola; oportunizando momentos de entretenimento e integração entre os alunos e o ambiente escolar, desenvolvendo uma consciência da importância dos estudos pra vida de cada indivíduo e exercitando o espírito de cooperação, espontaneidade, responsabilidade e valorização individual e de grupo. Ainda se tem uma educação “desprotegida”.

As políticas Públicas não existem em sua essência. Maquiam e fazem vista grossa quando o assunto é educação. O pouco que as escolas desenvolvem continua frágil. As causas educacionais são julgadas em bastidores que no final se resume em meros discursos corriqueiros e sem importância. As teorias ficam apenas no papel. As ações são mal executadas. As ferramentas são mal utilizadas. Não existe uma inspeção que fortaleça e torne o trabalho do professor algo de valor ou de credibilidade para a sociedade e a sociedade ainda não compreendeu a verdadeira essência da Educação. Educação é a maior riqueza que um povo pode ter.

Vale apenas apostar em um diagnóstico inicial em projetos e ações como Aluno Estrelas e outros...

As perspectivas em relação ao aprendizado são as mesmas - alcançar objetivos eficazes que sane de

uma vez por todas os problemas de leitura e interpretação, escrita, cálculos... Porém, se os envolvidos não tiverem a mesma motivação, não se tem progresso.

Logo, com o Projeto Aluno Estrela, somos desafiados à mudanças em nossas práticas (o que ensinar/para que). As nossas metodologias são analisadas a cada trimestre. O aluno percebe que ali existe um grupo que pensa o melhor. Desse modo, alunos e professores acabam motivados a querer sempre mais e o melhor a cada dia. A partir desse tipo de prática, consegue-se ver no outro algo especial e ambos se completam.

### REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários à prática educativa, 35ªedição, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

COLEÇÃO Educadores Mec, Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010, Recife. Henri Wallon. A Afetividade.

## PRONTO PARA O ABATE? O SER HUMANO SENDO CONSIDERADO UM PRODUTO

### READY FOR THE SLAUGHTER? THE HUMAN BEING CONSIDERED A PRODUCT

José Aparecido de Lima <sup>1</sup>

#### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Como o ser visualiza seu corpo? Este trabalho traz em sua produção questionamentos sobre as relações humanas estabelecidas na contemporaneidade, sobre o próprio corpo, e o corpo do outro. Suas inquietações estão presentes em sua trajetória através de trabalhos construídos em diversos suportes e técnicas. Em “Pronto para o abate” o artista utiliza a linguagem da performance que se desdobra em uma videoperformance, fruto dessa ação. **OBJETIVO:** Assim, o objetivo do presente artigo é discutir e mostrar as relações existentes a diante da sociedade e o atual cenário da sociedade atualmente. A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca por compreensão acerca de todo esse universo, que nos cercam. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, trazendo uma visão do pesquisado sobre estar pronto para o abate, o pesquisado sendo do sexo masculino, nordestino, professor, escritor e brasileiro, para desenvolver a pesquisa deste trabalho foi utilizado e confeccionado um questionário estruturado aberto contendo 3 questões de envolvimento com a temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Consideramos que é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observável. Com isso, ficam descartados conceitos e categorias centrais para outras correntes teóricas, como consciência, vontade, inteligência, emoção e memória - os estados mentais ou subjetivos diante do corpo e do biotipo ideal imposto pela sociedade, onde questiona o melhor corpo, a melhor veste a melhor etiqueta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corpo. Arte. Produto.

#### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** How does a being visualize his body? This work brings in its production questions about the human relationships established in contemporary times, about the body itself, and the body of the other. His concerns are present in his trajectory through works constructed in different media and techniques. In “Ready to slaughter” the artist uses the language of performance that unfolds in a video performance, the result of this action. **OBJECTIVE:** Thus, the objective of this article is to discuss and show the existing relationships in front of society and the current scenario of society today. The justification that drove the elaboration of this article is the search for understanding about this whole universe that surrounds us. **METHODOLOGY:** This is a qualitative research, with a descriptive approach, bringing a view of the researched about being ready for slaughter, the researched being male, Northeastern, professor, writer and Brazilian, to develop the research of this work was an open structured questionnaire was used and prepared containing 3 questions wrapped around the theme. **FINAL CONSIDERATIONS:** We believe that it is possible to theorize and act on what is scientifically observable. With this, concepts and categories central to other theoretical currents are discarded, such as consciousness, will, intelligence, emotion and memory - the mental or subjective states facing the body and the ideal biotype imposed by society, where the best body, the best dress the best sticker.

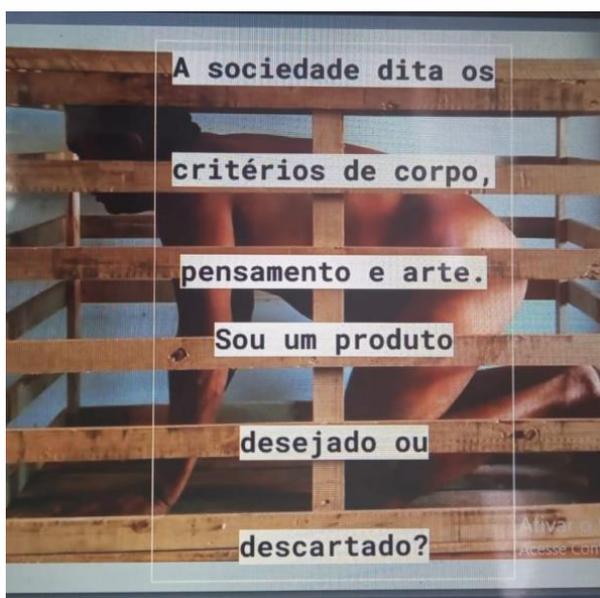
**KEYWORDS:** Body. Art. Product.

<sup>1</sup> Especialização em Língua Portuguesa e Arte Educação. Graduação em Gestão de Esporte e Lazer Comunitário. Universidade Regional do Cariri, URCA. Graduação em Educação Artística Com Habilitação em Artes Plásticas. Universidade de São Paulo, USP Universidade Regional do Cariri, URCA. **E-mail:** cidodinho2@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

## INTRODUÇÃO

Como o ser visualiza seu corpo? Este trabalho traz em sua produção questionamentos sobre as relações humanas estabelecidas na contemporaneidade, sobre o próprio corpo, e o corpo do outro. Suas inquietações estão presentes em sua trajetória através de trabalhos construídos em diversos suportes e técnicas. Em “Pronto para o abate” o artista utiliza a linguagem da performance que se desdobra em uma videoperformance, fruto dessa ação.

Nas origens, o apoio seria caracterizado pela emergência da sexualidade apoiada nas funções de autoconservação, obtendo seu estatuto de sexual a partir do desvio de tais funções, após a perda do objeto da autoconservação - seio ou substituto. A origem da sexualidade seria marcada, assim, por emergência e desvio; desvio este que se apresenta como um deslocamento, que não é, no entanto, um descolamento total. A linha de articulação se mantém, fazendo com que, após a emergência e a conseguinte tomada de distância, a sexualidade venha, através de uma retroação, recobrir e apoiar as funções de autoconservação, em um movimento que Laplanche (1997) denominou de função vicariante da sexualidade.



**FONTE:** acervo do autor, imagem da EXPOSIÇÃO PRONTOS PARA O ABATE.

Freud lança a ideia de reforço pulsional como um incremento pulsional advindo diretamente dos processos fisiológicos de mudança do corpo ao longo do tempo. Freud assim o descreve:

Duas vezes no curso do desenvolvimento individual certos instintos [pulsões] são consideravelmente reforçados: na puberdade e, nas mulheres, na menopausa [...]. Os mesmos efeitos produzidos por esses dois reforços fisiológicos do instinto [pulsão] podem ser ocasionados, de uma maneira irregular, por causas acidentais em qualquer outro período da vida. Tais reforços podem ser estabelecidos por novos traumas, frustrações forçadas ou influência colateral e mútua dos instintos [pulsões]. (Freud, 1996).

O corpo humano, a despeito de suas funções bilógicas unívocas a toda espécie, isto é, a despeito de suas funções e funcionamento comum a todos os indivíduos da espécie, possui significações diversas, que acompanham determinados momentos históricos, bem como culturas diferentes. A sexualidade, fenômeno intrínseco ao corpo como unidade fisiológica e simbólica, terá, também, diferentes significações de acordo com o momento histórico e as ideologias que o acompanham. Desta maneira, o corpo e a sexualidade na Idade Média terão significações diversas àquelas que têm nos dias atuais. Ou mesmo num determinado período histórico, estes conceitos podem variar, de cultura para cultura, de maneira que o olhar para estes terá tonalidades e significações diferenciadas.

“só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular e apreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como comportamento normal ou anormal, aceitável ou inaceitável.” WEEKS, 2010.

Vivemos em uma era, de conquistas mais que

ainda persiste muitos malefícios frente a figura da sexualidade, e sem sombras de dúvidas um grande desafio, é o reconhecimento do ser humano frente a uma sociedade ainda dominada por biótipos, preconceitos e ditaduras hipócritas. Reconhecendo também, que a falta de valorização, começa por parte de muitos indivíduos de ambos os sexos que não se aceitam como são, por questões de ignorância ou até mesmo por hipocrisias que não se dão o devido valor. É preciso, que haja uma educação e a reeducação de consciência e de hábitos, quando se trata da posição do ser humano dentro e fora da sociedade.

Quando falamos sobre corpo e sexualidade, naturalmente estamos imbuídos de uma série de conceitos e ideias que perpassam uma época, uma cosmovisão de ser humano e suas relações objetivas e subjetivas com o prazer, o sexo e o corpo. O corpo possui uma definição que a priori está encerrada dentro de um contexto biológico, sendo considerado como universal (CAVALCANTI, 2005, p. 53), uma vez que todos os seres vivos interagem com o meio ambiente a partir da unidade orgânica organizada e singular que é o corpo – tendo características particulares a cada espécie. Todavia a significação deste na espécie humana é subjetiva, tendo relação com o contexto cultural que o circunscreve. Rodrigues apud Cavalcanti (2005), ao escrever sobre a relação inerente entre corpo e sociedade coloca que “(...) O corpo humano é socialmente concebido e a análise da representação social do corpo oferece umas das numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade particular.” (p.53)

Deste modo, a relação com o corpo, conforme define Souza (2006) se constrói não somente a partir de fenômenos constitucionais interentes ao organismo, mas das relações estabelecidas socialmente em determinada época e sociedade. O corpo ganha sentido socialmente, bem como aquilo que consideramos natural e/ou permitido. Como seres produtores de história transformamos a realidade e atribuímos novas significações aos fenômenos e ideias, de modo que,

neste sentido,

“As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas.” (LOURO, 2010, P.09)

Como afirma Bauman (2001) o momento contemporâneo é marcado pela fluidez dos encontros, pela falta de consistência dos valores que se modificam antes mesmos de se consolidarem. Isso se aplica também à relação que estabelecemos com o corpo, desde incorporando novas dietas, maneiras de nos vestir, até fantasias sexuais, tipos de corpos a serem desejados, fetiches, etc.. Ademais, soma-se isso à massificação do desejo, onde a singularidade é sufocada pelas demandas de um mercado sedutor – que consegue cobrir todas as esferas de desejo e orientações sexuais -, cujas promessas apenas amplificam o vazio e o anseio por satisfação (LIPOVETSKY, 1983). Quanto a isso Guillebaud (1999) escreve

“(...) nossos desejos, hoje, não são mais combatidos, mas, enquanto nos queríamos autônomos, livres e soberanos, eis que eles se veem corrompidos, na raiz, por um tropismo de imitação que põe em risco a nossa própria liberdade. Nossos desejos, inclusive os sexuais passaram a ser ‘ligados’. (...) Ligados em que? Nos desejos dos outros, santo Deus! Nos da multidão, das revistas, do tumulto publico... A pressão do conformismo que nós havíamos empurrado porta afora nos volta pela janela. E é a lógica de imitação que estamos entregando nossas armas.” (p.147)

E continua,

“(...) nada nos obceca tanto quanto medir nossos desejos pelos deste ‘outro’ de que

nos tornarmos reféns voluntários. Este conformismo é ainda mais maquiavélico e talvez mais constrangedor que aquela arcaica coação moralizadora da qual nos orgulhávamos de ter escapado. (...) Cada qual, assim, se imita e se recopia febrilmente em uma sarabanda de desejos mediatizados, instrumentalizados, expostos, atados e tributários de uma mesma servidão dissimulada sob slogans permissivos.” (p.148)

## OBJETIVO

Assim, o objetivo do presente artigo é discutir e mostrar as relações existentes a diante da sociedade e o atual cenário da sociedade atualmente. A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca por compreensão acerca de todo esse universo, que nos cercam. A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação do posicionamento de um artista de artes visuais.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, trazendo uma visão do pesquisado sobre estar pronto para o abate, o pesquisado sendo do sexo masculino, nordestino, professor, escritor e brasileiro, para desenvolver a pesquisa deste trabalho foi utilizado e confeccionado um questionário estruturado aberto contendo 3 questões de envolvimento com a temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### O QUE É ESTÁ PRONTO PARA O ABATE?

Está pronto para o abate surgiu das inquietações de estar com a meia idade (50 anos) e observar estas pessoas com a mesma idade, pois o mercado de trabalho para pessoa com esse perfil é dificultoso, pois na contemporaneidade a visibilidade

maior vai para a juventude com qualificações, habilidades e juventude, pois a meia idade está fora do padrão ou do mercado de trabalho, falo mercado de trabalho pois é o que nos move a sobreviver, embora não seja só isso. Diante de todas as atividades a qual o ser humano se encontra nesta idade é muito difícil pois tem que seguir os padrões ditado por a sociedade pois a mesma dita o que seguirmos à risca no dia a dia. Na verdade, estar pronto para o abate é o questionamento que trago em relação as pessoas com a minha idade a qual fiz esta performance preparado para enfrentamentos do dia a dia dentro de uma sociedade preconceituosa, machista e autoritária.

### PORQUE VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE É QUEM DITA OS CRITÉRIOS DO CORPO?

A princípio tudo isso já começa a partir do momento que estamos fora do padrão, pois as lojas que fornece roupas, calçados e outros utensílios, muitas vezes não nos possibilita muitas escolhas por estarmos fora deste padrão ditado, isso também acontece em lugares públicos que não estão preparados para nos atender ou receber decentemente como cidadãos que cumpre com suas obrigações pertencentes a todos brasileiros. E geralmente temos que aceitar esta discriminação gritante.

### VOCÊ ACREDITA QUE O SER HUMANO É UM PRODUTO DESEJADO OU DESCARTADO?

O ser humano dentro da sociedade é uma faca de dois gumes, pois vivemos os dissabores de aceitarmos e sermos consciente do que somos para poder encarmos esta sociedade que muito nos barra, por sermos, glbtqia+, negros, asiáticos, índios, pobres, gordos, magros uma diversidade de seres carregando dentro de se já as suas problemáticas e sendo agredida a cada passo dentro da sociedade, somos esse produto não aceito e que para ser aceito é necessário seguir os padrões ditados pela sociedade: de beleza, de estética, de grife, de corpo, de raça e de tantos outros não

aceitos. Para sermos desejados e aceitos na sociedade é preciso estar dentro das caixinhas padronizadas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observável. Com isso, ficam descartados conceitos e categorias centrais para outras correntes teóricas, como consciência, vontade, inteligência, emoção e memória - os estados mentais ou subjetivos diante do corpo e do biotipo ideal imposto pela sociedade, onde questiona o melhor corpo, a melhor veste a melhor etiqueta ou qualquer item colocado e imposto por uma sociedade quem vem de encontro sempre a ditar qual a regra perfeita e de como o ser humano deve ser e de forma hipócrita no sentido de impor de forma radical as condutas e regras em um cenário totalmente de exclusão e discriminatório diante de uma diversidade de todos os âmbitos humanitários.

### REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, D. R. M, O Surgimento do Conceito de Corpo: Implicações da modernidade e do individualismo in CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n.9. Set./2005.

Freud, S. (1996d). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, p. 65-148, J. Salomão, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1929).

Laplanche, J. (1997). *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante* (L. Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1993).

LIPOVETSKY, G. A Era do Vazio. Lisboa: Relógio d'Água Ed. Ltda, 1983

LOURO, G.L., Pedagogias da Sexualidade in O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica Editora, 2010.

SOUZA, N. G. S, Procurando / Rompendo Marcas no Corpo in Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais. Fernando Seffer (et al), Guiomar Freitas Soares, Meri Rosane Santos Silva, Paula

Regina Costa Ribeiro (org). rio Grande: Ed. Da FURG, 2006).

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade in O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica Editora, 2010.

## GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: ESTUDO DE CASO

### SOLID WASTE MANAGEMENT: A CASE STUDY

Lucia Helena Silva Campos <sup>1</sup>

#### RESUMO

Os resíduos sólidos tem se tornado um grande problema para a população, sobretudo nos centros urbanos, onde inúmeros problemas de saúde pública são gerados a partir da disposição inadequada destes resíduos. Diante deste cenário evidencia-se a necessidade de envolvimento do poder público, das entidades privadas, organizações e população para esta problemática no intuito de desenvolver práticas que sejam sustentáveis e que possam equilibrar a relação entre consumo, geração de resíduos e descarte. Existem algumas iniciativas públicas e privadas, mas ainda são isoladas diante da dimensão do problema. A presente pesquisa apresenta um estudo de caso de uma empresa de prestação de serviços de iniciativa privada, localizada na cidade de São Luís/MA, que transforma resíduos sólidos em práticas de responsabilidade sócio-ambiental. Este estudo teve como objetivo o levantamento dos processos de geração, segregação, coleta e disposição final dos resíduos produzidos pela empresa, de forma a demonstrar a viabilidade de implantar um sistema de gestão de resíduos sólidos. Foram utilizados como referência os dados de 2011 e 2012 e a metodologia de pesquisa foi baseada nos procedimentos da empresa, visitas às instalações e entrevistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Disposição. Gestão. Resíduos Sólidos. Sustentabilidade.

#### ABSTRACT

Solid waste has become a major problem for the population, especially in urban centers, where many public health problems are generated from the improper disposal of these wastes. Given this scenario highlights the need for public involvement, private entities, organizations and people to this problem in order to develop practices that are sustainable and that they can balance the relationship between consumption, waste generation and disposal. There are some public and private initiatives, but are still isolated on the size of the problem. This research presents a case study of a company providing services to private enterprise, located in the city of São Luis / MA, which turns solid waste practices in social and environmental responsibility. This study aimed to survey the processes of generation, segregation, collection and disposal of waste produced by the company in order to demonstrate the feasibility of implementing a system of solid waste management. Were used as reference data from 2011 and 2012 and the research methodology was based on the company's procedures, site visits and interviews.

**KEYWORDS:** Array. Management. Solid Waste. Sustainability.

---

<sup>1</sup> Especializando em Engenharia Ambiental. E-mail: luciahs.campos@outlook.com. Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/1468182912330639

## INTRODUÇÃO

Jacobi e Besen (2011), afirmam que um dos grandes desafios com que se depara a sociedade atual é o equilíbrio da geração excessiva e da disposição final ambientalmente segura dos resíduos sólidos. A preocupação mundial em relação aos resíduos sólidos aumenta com o crescimento da produção, com o gerenciamento inadequado e com a falta de áreas para disposição final.

A falta de tratamento ou a disposição final inadequada dos resíduos podem causar problemas envolvendo aspectos sanitários, ambientais e sociais, tais como a disseminação de doenças, a contaminação do solo e das águas subterrâneas e superficiais, a poluição do ar pelo gás metano, bem como o favorecimento da presença de catadores (CETESB, 2013).

Segundo Godecke, Chaves e Naime (2012), o volume de resíduos sólidos urbanos gerados, associado com a destinação inadequada, contribuem em grande escala para a degradação do meio ambiente, reduzindo desta forma a capacidade de prestação dos serviços ambientais, essenciais à vida no Planeta. Ainda segundo os autores a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil chegou a atingir cerca de 61 milhões de toneladas no ano de 2010, o que representa em torno de 1 kg por brasileiro ao dia, onde 30 milhões de toneladas destes resíduos foram descartados diretamente no meio ambiente ou foram descartados de forma inadequada pela disposição em aterros precários ou vazadouros a céu aberto.

A PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos é um instrumento regulador e propulsor do desenvolvimento social, econômico e ambiental, onde reúne um conjunto de diretrizes e ações a serem adotados visando à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos. De acordo com o Art. 3º da PNRS, a destinação final considerada ambientalmente correta inclui a

reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos. Quanto ao gerenciamento de resíduos sólidos, a Política considera como sendo um conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

De acordo com Jacobi e Besen (2011), para que se possa reduzir de forma significativa os impactos ao meio ambiente e à saúde, é necessário que sejam adotados padrões de produção e consumo sustentável, além de garantir gerenciamento apropriado aos resíduos sólidos.

Muito tem se discutido sobre a questão do lixo e os impactos que o mesmo pode causar no meio ambiente. Diversos setores da sociedade vêm trabalhando no sentido de conscientizar as pessoas sobre o perigo do lixo para a vida do planeta, por isso é grande a preocupação de governos, entidades sociais, escolas entre outros setores, os quais precisam agir de forma rápida e constante, a fim de garantir às gerações futuras uma vida mais saudável e segura (SILVA, 2012).

Diante dessa realidade, Silva (2012) considera que a gestão tem um papel fundamental nesse processo, pois através dela é possível fazer as adequações do sistema buscando níveis mínimos de poluição, tornando-os aceitáveis de acordo com os conceitos da sustentabilidade, promovendo então a mudança de hábitos da população e favorecendo a criação de ações concretas a serem vivenciadas diariamente, podendo desta forma exercer papel como

responsável pela conservação e preservação do nosso planeta.

Após estas constatações e analisando as questões ambientais de forma mais holística, percebe-se a importância de se estudar e refletir sobre a gestão dos resíduos sólidos como um todo, abordando todos os elementos do processo: geração dos resíduos, acondicionamento, segregação, coleta, destinação, reciclagem e reaproveitamento. Nesta pesquisa apresenta-se um estudo de uma empresa de prestação de serviços de iniciativa privada, localizada na cidade de São Luís/MA, que transforma resíduos sólidos em práticas de responsabilidade sócio ambiental. Este estudo teve como objetivo o levantamento dos processos de geração, segregação, coleta e disposição final dos resíduos produzidos pela empresa, de forma a demonstrar a viabilidade de implantação de um sistema de gestão de resíduos sólidos.

## RESÍDUOS SÓLIDOS

Os tratamentos inadequados dos resíduos sólidos causam inúmeros problemas e impactos socioambientais, tais como: degradação do solo, comprometimento dos corpos d'água e mananciais, intensificação de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vetores nos centros urbanos, além de propiciar a catação em condições insalubres nas ruas e nas áreas de disposição final (BESEN et al, 2010 apud JACOBI, BESEN, 2009).

Para a CETESB é importante enfatizar que para uma adequada destinação dos resíduos sólidos é necessário que seja feita uma caracterização e segregação do resíduo, uma vez que, para cada tipo de resíduo sólido existem metodologias específicas para sua destinação.

De acordo com Andrade e Ferreira (2011), cidades que não possuem um sistema de gestão eficiente de resíduos sólidos podem sofrer com diversos impactos sócio-ambientais, onde podemos citar a

poluição atmosférica decorrente de material particulado, odores e gases nocivos; poluição hídrica resultante do chorume de "lixões" e do lançamento direto dos resíduos no ambiente; contaminação e degradação do solo; desvalorização imobiliária das áreas próximas aos locais de disposição de resíduos e proliferação de doenças através de vetores associados aos resíduos sólidos.

A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, em seu inciso III do art. 3º, estabelece poluição como sendo:

[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos [...] (BRASIL, 1981, p. 1).

Assim sendo, o tratamento inadequado dos resíduos se enquadra tanto em relação à saúde e o bem-estar da população, quanto às condições adversas às atividades sociais e econômicas, aplicando-se então na íntegra os conceitos da Política Nacional do Meio Ambiente, bem como o Art. 54 da Lei nº 9605/1998, que legisla sobre sanções para crimes ambientais e considera para efeito de aplicação desta, atividades que possam causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

A disposição final, tida como um dos principais pilares dos sistemas de gestão de resíduos apresenta-se, em grande parte, na forma de vazadouros a céu aberto, a pior das alternativas. Embora proibidos, desde 1979, pela Portaria nº 53 do Ministério do Interior – e, mais recentemente, ratificando tal proibição

pelo artigo 47 da Lei 12.305/10 –, os “lixões” ainda são muito utilizados para a disposição de resíduos no Brasil (TENÓRIO e ESPINOSA, 2004, p. 163-164). Os dados da ABRELPE (2009, p. 45) mostram que dos 5.565 municípios brasileiros, somente 38,4% destinam os resíduos em aterros sanitários, enquanto que 61,6% apresentam destinação final inadequada, sendo que, destes, 31,2% vão para aterros controlados e 31,3% para lixões. Para Ferreira (2000, p. 26), a disposição inadequada dos resíduos domiciliares é o principal fator responsável pelos impactos negativos no ambiente e na saúde pública em países da América Latina e, possivelmente, em todos os países periféricos (ANDRADE, FERREIRA, 2011)

A gestão dos resíduos urbanos ao longo dos anos tem buscado uma visão sistêmica e integrada dessa atividade econômica, pois a atividade econômica é vista sob a ótica de um sistema aberto, no qual os diferentes atores: sociedade, governos, e organizações não governamentais interagem nas etapas da gestão que no caso de resíduos são compreendidas pela minimização, reuso, coleta, transporte, reciclagem, compostagem, recuperação energética e destinação final, sob diversos aspectos: técnicos, ambientais, econômicos, sociais, culturais, estratégicos, políticos e legais. Percebe-se esta interação pelo seu aspecto dinâmico e variável ao longo do tempo, em diversas escalas, que vão da individual à global. (KLUNDERT, ANSCHITZ, 2000 apud GODECKE, CHAVES, NAIME, 2012)

Para Godecke, Naime e Figueiredo (2012), o consumo consciente pode atenuar os impactos do crescimento populacional, enquanto que o reuso, reciclagem, compostagem e recuperação energética dos resíduos reduzem as pressões nas produções industriais e de alimentos, além minimizar a poluição ambiental e a extração de recursos não renováveis. Para estes autores a dimensão dos impactos causados pelos resíduos pode variar de acordo com o volume de geração e do nível de eficácia da sua gestão.

Iniciativas para a redução da quantidade de material descartado em aterros, como a coleta seletiva para posterior reciclagem, ainda caminham lentamente. Em 1989 identificou-se a existência de 58 municípios com programas de coleta seletiva de lixo no Brasil. Esse número cresceu para 451 municípios em 2000, e para 994 em 2008, em um universo de 5.564 municípios. O manejo adequado dos resíduos é uma importante estratégia de preservação do meio ambiente, assim como de promoção e proteção da saúde. Uma vez acondicionados em aterros, os resíduos sólidos podem comprometer a qualidade do solo, da água e do ar, por serem fontes de compostos orgânicos voláteis, pesticidas, solventes e metais pesados, entre outros (GOUVEIA, 2012).

Segundo Lozano (2012), repensar as atitudes e os hábitos são fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a construção de um ambiente equilibrado. Todos os seguimentos da sociedade podem atuar neste contexto, sendo as iniciativas e subsídios do governo fundamentais no desenvolvimento de práticas mais sustentáveis.

De acordo com o Plano Estadual de Gestão dos Resíduos Sólidos do Maranhão (PEGRS), Maranhão (2012), na região Nordeste foram geradas 50.962 toneladas de resíduos por dia, o que equivale a 25,7% do total gerado no país e no Maranhão foram geradas 6.642 toneladas de resíduos por dia em 2011, o que corresponde a 3,3% do total do país.

Ainda segundo o PEGRS do Maranhão, no estado, apenas cinco municípios realizam o serviço de coleta seletiva, sendo que somente um realiza em toda a área (urbana e rural) e dois realizam a coleta somente na área urbana da sede municipal.

A problemática dos resíduos sólidos produzidos nas cidades tem se tornado crônico e cada vez mais vem se agravando e em São Luís isto não é uma exceção. Ao longo dos anos a capital maranhense tem sofrido as pressões produzidas pelos grandes projetos industriais instalados na Ilha do Maranhão que contribuem de forma substancial neste processo (SANTOS, 1993;

SANTANA, 1999 apud NUNES, COELHO, TAROUÇO, 2008). Segundo a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de São Luís, em média, são destinados ao Aterro da Ribeira, 1.400 toneladas de lixo por dia. Sendo que, em torno de 36% do lixo domiciliar e comercial de São Luís é potencialmente reciclável. (IMESC, 2011 apud MARANHÃO, 2012).

## MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para execução deste estudo constou de levantamento de literatura; identificação e coleta de dados técnicos em sites especializados e realização de visita técnica à empresa objeto de estudo. Durante as visitas técnicas foram verificados os procedimentos e programas, de forma a permitir o entendimento da estrutura da empresa e o seu funcionamento.

Foi feito o levantamento de todos os resíduos gerados, bem como o tratamento que é dado a cada um deles ao longo dos processos da empresa. Após o levantamento e coleta dos dados do resíduo que possui maior impacto nas operações da empresa, foi elaborada tabela com o volume de descarte mês a mês para visualização do comportamento de geração e descarte nos últimos dois anos na empresa.

Foi feito ainda estudo de todas as etapas do processo de gestão ambiental da empresa, tais como: geração, segregação, coleta seletiva, descarte dos resíduos, treinamentos e ações sociais desenvolvidas através da reciclagem dos resíduos.

Para execução deste projeto foram utilizados os seguintes recursos: hardware (notebook), software (word, excel, power point), internet, impressora, máquina fotográfica, veículo, combustível e os procedimentos, programas e relatórios emitidos pela empresa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A empresa pesquisada é do setor privado e tem como escopo a prestação de serviços e locação de mão de obra. A sede da empresa fica localizada na cidade de São Luís/MA e atualmente conta com cerca de 7000 funcionários, sendo que cerca de 120 exercem funções administrativas na sede da empresa e a grande maioria de seus colaboradores exercem atividades nas instalações dos clientes, onde seguem os padrões ambientais estabelecidos por estes.

A empresa possui procedimento ambiental que visa à preservação dos recursos naturais, o controle das emissões atmosféricas e a destinação adequada dos resíduos sólidos gerados, através do desenvolvimento de uma cultura ambiental de modo a preservar o meio ambiente e propiciar uma melhor qualidade de vida aos colaboradores e à comunidade. O procedimento contempla todas as fases do programa de forma detalhada.

São realizados treinamentos sobre as questões ambientais com todos os colaboradores que ingressam na empresa, com o intuito de orientar os mesmos desde o primeiro contato com a organização os tornando partes integrantes do processo de gestão de resíduos. Além do treinamento de integração são realizadas diversas campanhas de conscientização em todos os níveis da organização utilizando todos os meios de comunicação, tais como: diálogos diários, diálogos semanais, reuniões, jornais internos, palestras, mala diretas, dentre outros.

Diante do levantamento dos processos da empresa, identificou-se que os resíduos sólidos que são gerados na sede são: papel, plástico, lixo comum, e lixo eletrônico (nobreaks/estabilizadores/carcaça de computador/baterias de computadores). O plástico é gerado pelo uso de copos descartáveis e em pequenas quantidades, sendo então tratado pelo volume como lixo comum. O lixo eletrônico ainda está em fase de estudo para ser destinado para uma empresa recicladora e o resíduo de maior geração é o papel, que de acordo com a Tabela 01, a empresa chegou a

descartar quase duas toneladas nos anos de 2011 e 2012.

**TABELA 01** – Levantamento do volume de resíduos de papel gerado nos anos de 2011 e 2012 da empresa pesquisada.

Ano Medição	DADOS DO LEVANTAMENTO												
	Unidade de Medida: Kg												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Ser	Out	Nov	Dez	Total
2011	129	215	103	196	84	32,15	114	43	98	50	82	45	1.191,15
2012	95	58	41	96	40	63	75	111	58	70	36	56	799

**FONTE:** Documento de entrega mensal de resíduos da empresa pesquisada.

Além de incentivar a prática de redução do consumo através de um programa de desenvolvimento sustentável a empresa trabalha com a segregação e coleta seletiva, onde todas as salas possuem praças de coleta com cestos identificados e padronizados para resíduos de papel, plástico e lixo comum.

Todos os resíduos são coletados diariamente e o lixo comum é disponibilizado para coleta pública e o papel é armazenado em sacos plásticos para coleta mensal. A empresa possui parceria com uma instituição recicladora que compra os resíduos de papel a um preço negociado em contrato e uma vez por mês passa para coleta, onde o resíduo é pesado e registrado em formulário específico. Toda a verba arrecada com a venda dos resíduos de papel é revertida para ações de responsabilidade social em uma escola comunitária apoiada pela empresa. Esta escola fica localizada na Rua 26, Quadra 47, Número 25 no Bairro Mauro Fecury II, São Luís/Ma. Várias são as ações sociais realizadas pela empresa, tais como: dia das crianças, páscoa, festa de São João, natal, volta às aulas.

Todos os dados e resultados do programa de segregação e coleta seletiva são divulgados mensalmente para todos os funcionários da sede da empresa como forma de retroalimentação do sistema de gestão e manutenção do mesmo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do estudo ambiental realizado na empresa, verificou-se que para a implantação de um sistema de gestão de resíduos sólidos para empresas com atividades administrativas é necessário apenas a elaboração do procedimento contendo todas as etapas do processo, capacitação e treinamento de todas as partes envolvidas, estabelecimento de parceria com empresa recicladora e investimento com os coletores padronizados.

Um dos fatores fundamentais para que o programa de gestão de resíduos seja efetivo é o treinamento e envolvimento de todos os colaboradores. Todos os funcionários da empresa recebem treinamento de forma continuada e são conhecedores do resultado do trabalho, uma vez que os indicadores são divulgados mensalmente a todos os níveis da organização.

Diante deste estudo de caso, percebe-se que com ações simples as empresas podem transformar o que seria resíduo e iria ser descartado no aterro sanitário em preservação do meio ambiente, retorno financeiro, compromisso social e realização de sonhos de crianças menos favorecidas. Ações como estas contribuem também com o aumento da vida útil dos aterros sanitários e aumentam a empregabilidade nas empresas de reciclagem, tornando o desenvolvimento sustentável em uma realidade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. M.; FERREIRA, J. A. **A gestão de resíduos sólidos no Brasil frente às questões da globalização.** Revista Eletrônica do PRODEMA, Fortaleza vol. 06, n. 01. p. 7-22. Ceará, 2011.

BRASIL. **Crimes ambientais.** Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 1981.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Resíduos Sólidos**. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acessado em 07/02/2013.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Resíduos Sólidos -Resíduos Urbanos, Resíduos de Saúde e da Construção Civil**. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acessado em 07/02/2013.

GODECKE, M. V.; CHAVES, I. R.; NAIME, R. H. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil: o caso se Canoas, RS**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e tecnologia Ambiental. Universidade Federal de Santa Maria, vol. 07, n. 07. p. 1430-1439, Rio Grande do Sul, 2012.

GODECKE, M. V.; NAIME, R. H.; FIGUEIREDO, J. A. S. **O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e tecnologia Ambiental. Universidade Federal de Santa Maria, vol. 08, n. 08. p. 1700-1712, Rio Grande do Sul, 2012.

GOUVEIA, N. **Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social**. Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de São Paulo - USP. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 17, n. 06.p.1503-1510, São Paulo, 2012.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. **Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 25, n. 71. São Paulo, 2011.

LOZANO, M. C. Dissertação de Mestrado: **Um olhar para a gestão de resíduos sólidos urbanos a partir de indicadores de sustentabilidade**. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana. São Carlos, 2012.

MARANHÃO. **Plano Estadual de Gestão dos Resíduos Sólidos do Estado do Maranhão**. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão. Cadernos de Diagnósticos Técnicos e Mapas. Volume II. Maranhão, 2012.

NUNES, J. L. S.; COELHO, J. G.; TAROUÇO, J. E. F. **Um estudo sobre produção, acondicionamento, coleta dos resíduos sólidos nas praias de São Marcos e Calhau, São Luís – Ma: uma abordagem sócio econômica**.

Revista trópica – Ciências Agrárias e Biológicas, vol. 02, n. 02. p.23, Maranhão, 2008.

SILVA, W. M. **A gestão de resíduos sólidos como ferramenta de desenvolvimento sustentável: uma contribuição para o município de Porto Franco/MA**. Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação. Departamento de Administração. Brasília, 2012.

## EDGAR MORIN, “A CABEÇA BEM-FEITA”: UMA BREVE DISCUSSÃO

### EDGAR MORIN, “THE WELL MADE HEAD”: A BRIEF DISCUSSION

Bruno de Freitas Santos<sup>1</sup>

Cristiano de Assis Silva<sup>2</sup>

Débora Rangel Arruda<sup>3</sup>

Cícero Neildson Félix de Alencar<sup>4</sup>

Maria Cristina Delmondes Nascimento<sup>5</sup>

Rodolfo José Souza de Lima<sup>6</sup>

#### RESUMO

A figura consagrada de Edgar Morin com a obra a Cabeça bem –feita tem sido uma das maiores riqueza, para o universo acadêmico e da pesquisa científica que configura a realidade da educação em vários aspectos. **OBJETIVO:** O objetivo é discutir as relações existentes entre a educação e as suas realidades dentro do sistema capitalista, mostrando os efeitos desastrosos do mesmo. **MÉTODO:** A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que ressaltavam essa importante temática. **RESULTADOS:** Os resultados dessa pesquisa, têm como finalidade verificar, que a educação como um direito universal de todos tem sim, seu espaço e sua grande relevância para a formação da cidadania e a transformação dos diferentes tipos de sociedade. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, educação é indispensável para uma sociedade com maior sentido e maior significado. A estrutura desse trabalho se dará por meio de ideias claras e objetivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Reconhecimento Social; Educação; Realidades.

#### ABSTRACT

The consecrated figure of Edgar Morin with the work of Cabeça bem –feita has been one of the greatest wealth, for the academic universe and the scientific research that configures the reality of education in various aspects. **OBJECTIVE:** The objective is to discuss the existing relationships between education and its realities within the capitalist system, showing the disastrous effects of the same. **METHOD:** The methodology used was a bibliographical research, which highlighted this important theme. **RESULTS:** The results of this research, with the purpose of verifying, that education as a universal right of all is similar to its space and its great relevance for the formation of citizenship and the transformation of two different types of society. **CONCLUSION:** I concluded that education is essential for a society with greater meaning and meaning. The work structure will be given by means of clear and objective ideas.

**KEYWORDS:** Work; Social Recognition; Education; Realities.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>2</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>3</sup> Mestrado em Mestrado em Saúde Pública, pela Universidad Tecnológica Intercontinental, UTIC. Especialização em Gestão Da Clínica Nas Regiões De Saúde. Hospital Sírio-Libanês, SIRIO-LIBANÉS. Graduação em Enfermagem. Faculdades de Enfermagem Nova Esperança, FACENE. **E-mail:** deborangel84@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/6788597210015892

<sup>4</sup> Doutorado em Ciências da Educação, pela Universidad Tecnológica Intercontinental, UTIC. **E-mail:** neialencar8@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/0779553689577309

<sup>5</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Hispano Guarani, UHG. Mestrado em Ciências Da Educação. Universidade Hispano Guarani, UHG. Especialização em Políticas Educativas E Docência Do Ens. Superior. Faculdade de Formação de Professores de Araripina, FAFOPA **E-mail:** cristina\_delmondes@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/3057989962006635

<sup>6</sup> Mestre em Ciências da Educação. Graduação em Educação pela UNIPÊ. pela UTIC. **E-mail:** rodolfoeducadorfisico@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A reflexão em torno das questões referentes da educação são pontos prioritários em todos os sentidos, e principalmente quando se falam da formação e transformação da sociedade, sob o viés da educação, enquanto instrumento transformador. Infelizmente, no Brasil há muito a ser desconstruído quando se fala em educação e na qualidade da mesma. Muitos fatores e setores precisam ser reformulados desde o governo, a sociedade civil e próprio homem em vários aspectos.

Vivemos em uma era de conquistas quando se trata de acessibilidade da educação, mas ainda persiste muitos prejuízos frente a figura da educação, e sem sombras de dúvidas um grande desafio. É preciso, que haja uma educação e a reeducação dentro do sistema e das realidades existentes.

O artigo traz os resultados iniciais de uma pesquisa bibliográfica, que buscou identificar e analisar o papel da educação dentro da sociedade. Diante do exposto, a situação problema, que nortearam este trabalho foram as seguintes: Como articular ações para melhorar a educação pública frente ao sistema capitalista dentro da sociedade? Que estratégias são mais eficazes no combate aos crimes de corrupção e negligência com a educação?

A justificativa, que impulsionou a elaboração desse artigo é a busca por mudanças e reformas radicais dentro de todo esse universo educacional. A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação dos posicionamentos de alguns teóricos, acerca da temática, mostrando os pontos convergentes e divergentes.

## METODOLOGIA

Conforme foi apresentado na introdução, a pesquisa é de cunho bibliográfico, na qual teve como

analisar a importância da educação frente a formação e construção da sociedade enquanto pessoas e cidadãos. Trata-se de uma pesquisa também com o caráter qualitativa, realizada no período de trinta dias, onde foram levantados diferentes posicionamentos acerca do papel da educação e do sistema capitalista mostrando seus muitos conceitos. Quanto a análise dos dados coletados, foram colhidas informações pertinentes, para melhor fundamentar a pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:INTRODUZINDO

### MELHOR TEMÁTICA

O trabalho organizado do referido autor comporta dois anexos intitulados sobre a temática “inter-politransdisciplinaridade”.Um ponto crucial que dentro do processo de ensino aprendizagem é de suma importância.Morin (2014) retoma a importância da discussão sobre a fragmentação do conhecimento, uma das barreiras que impedem a consolidação de uma aprendizagem. Desse modo, são necessárias a mudanças de paradigmas, que vai muito além das disciplinas.

Os desafios da educação no requisito aprendizagem, são inúmeros e um deles segundo Morin (2014 ) é a inadequação entre os saberes escolares, separados em disciplinas, sendo que todos se integram dentro de um contexto que é muito útil para a resolução dos problemas e muitos outros desafios da humanidade que são complexos, mas que precisam ser solucionados ou amenizados.

O desenvolvimento da aprendizagem humana perpassa pelos caminhos da trans-disciplinares atingindo os aspectos multidimensionais, globais, planetários.O desenvolvimento disciplinar do conhecimento científico dentro do processo de escolarização é muito benéfico, quando se almeja resultados maiores e melhores.

A educação precisa levar os indivíduos à

aprendizagem da sabedoria e para isso vale ressaltar a ideia de Morin quando afirma:

É necessário ensinar a aprender a saber distanciar-se, saber objetivar-se e aceitar-se. Seria necessário saber meditar e refletir a fim de não sucumbir a essa chuva de informações que nos cai sobre a cabeça, ela mesma sucumbida pela chuva do amanhã, que nos impede de meditar sobre o acontecimento presente no cotidiano, não permitindo que contextualizemos ou que o situemos. Refletir é ensaiar, e uma vez que foi possível contextualizar, compreender, ver qual pode ser o sentido, quais podem ser as perspectivas. Mais uma vez para mim, a linha de força de uma sabedoria moderna consistiria na compreensão. (MORIN, 2005, p.64)

Uma das grandes vilãs da aprendizagem é a divisão social do trabalho, que se configura-se mais como um problema, que como uma solução provável seria a aniquilar o sistema capitalista alienador e implantar um novo sistema, que visasse o comum e o social. Vale ressaltar, que um conjunto de muitas outras ações devem acontecer, muitas delas complexas, precisam acontecer entre todas as partes envolvidas, que vão desde o trabalhador até o empregador. Evitando de forma positiva as inúmeras injustiças sociais ainda que ainda precisa ser denunciada e combatida com rigor de leis que ano após ano abra brechas para a proteção de criminosos que atuam nos diferentes órgãos e setores (HOBBSAWM, 2012).

Os problemas essenciais que afetam a formação da aprendizagem humana de forma omnilateral envolve os aspectos da globalidade, da complexidade e a expansão do saber no contexto planetário. O sistema de ensino atualmente, participa ativamente de um processo fragmentado dos conhecimentos em disciplinas, a descontextualizados com a muitas realidade vivenciadas

pelo sujeito. Muitos críticos em educação, apontam que a solução seria a reforma do sistema de ensino, onde deveria estimular a aptidão para contextualizar e integrar de forma completa os indivíduos.

Desse modo o saber pertinente para Morin (2014) é aquele que é capaz de contextualizar qualquer informação, com a realidade vivida e útil para resolução de problemas e a tomada de decisões. Assim, a disseminação descontrolada dos conhecimentos afogam os sujeitos, sem qualquer tipo de criticidade. O referido autor aborda três desafios no sistema de ensino. O primeiro deles é a complexidade, seguida da globalidade e da expansão descontrolada do saber. Diante desse contexto, o autor traz necessidade urgente, de se repensar sobre a organização do saber e, portanto, repensar sobre o ensino, a educação e a qualidade da mesma.

Haja vista, que alguns desses desafios, estão associados a muitos outros problemas que são históricos e ao mesmo tempo culturais. O desafio cultural é um grave alarmante, pois se impõe em separar a cultura das humanidades e a cultura científica. Um processo, que impedem o modo de humanização, do saber, do refletir. Por conseguinte, adverte Bobbio (1995), que nem todos os homens se propõem a lutar por mudanças e reformas sociais, ficando presos a um falso sistema de igualdade social, mas o que prevalece é o ideal supremo que visa o interesse de poucos, acompanhado de constantes teorias e ideologias políticas, que pregam uma falsa liberdade, que explora e aprisiona os indivíduos.

Num segundo momento o desafio sociológico se impõe diante da interligação das atividades humanas com sistemas de inteligência e de informação artificial. Um ponto chave que é necessário direcionar uma atenção especializada. Já, o desafio cívico se impõe diante da super-especialização que tem por consequência o fato de o saber tornar-se cada vez mais esotérico. e tais realidade

se tornem cada vez mais difíceis de serem amenizadas. Todos os problemas contribuem para o enfraquecimento do sistema de ensino. A junção desses vários problemas vitais se constitui num déficit democrático no ensino, onde o cidadão perde os direitos básicos que o levaria ao conhecimento, e a aprendizagem (BOURDIEU, 1997).

Na educação e no ensino existe um déficit democrático, que impede os avanços qualitativos e quantitativos do sistema público de ensino, onde pregam uma tal democracia e uma falsa acessibilidade e no ensino, que na verdade não existe. Mézáros (2002) lembra que a falta das relações sociais, da equidade e da justiça social justifica muitos dos problemas presentes na atualidade. Desse modo, o ponto inicial se dá por meio da luta de classes e da luta entre todos atores sociais envolvidos dentro desse processo.

Os perigos que consiste em atrapalhar o sistema de ensino submergem de grande um fluxo incontrolável de problemas que se convertem na forma de corrupção, negligências, mau caráter e tantos outros. Por fim, o desafio dos desafios consiste em tornar o sujeito independente. Assim, não basta uma reforma do ensino. É preciso reformas internas, que levem à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino, não de forma superficial mais forma radical.

O autor discute a organização dos conhecimentos, onde é feita uma crítica que é apoiada pelos estudos de Morin (2015) onde a finalidade do ensino não é apenas uma cabeça bem-feita, e sim uma cabeça bem cheia, fundamentada e alicerçada em conceitos e fórmulas seguras. Assim, a educação deve favorecer a todos de forma equitativa, e não uma pequena minoria. A aprendizagem deve ser aquela que resolve os problemas e estimular o pleno emprego ao mundo do trabalho e as múltiplas da inteligência. Um

ponto chave da aprendizagem é o estímulo da curiosidade, que por sua vez exercitar a dúvida, que se consolida na atividade crítica do pensar e do repensar o pensamento (NOGUEIRA; CATANI, 1999).

Para Morin (2014), a acumulação estéril de conhecimentos dentro dos espaços escolares, sem a devida organização dos conhecimentos críticos e sem as operações de utilidade e ligação com a realidade contextualizada. A fragmentação dos conhecimentos, junto com o sistema curricular engessado, que não permite que se ultrapasse as barreiras da unilateral e se chegue na omnilateralidade. Para Morin (2014) trabalhar o ser humano na sua complexidade física, cósmica, biológica, antropológica e cultural é desafiadora, mas se faz necessário dar as condições necessárias para uma consciência da coletividade, que desperte o social e bem comum de todos.

A educação tem uma tarefa imprescindível do aprender a viver”, a educação tem a tarefa “de transformar informações em conhecimento, de e transformar o conhecimento aprendizagens úteis para a vida prática. A escola de qualidade precisa sair das frases poéticas dos longos da vida, e chegar ao solo da sala de aula, o que vai repercutir positivamente nas diferentes realidades. A aprendizagem pela descoberta auxilia positivamente na compreensão humana, considerando não só a dimensão objetiva mas, ao mesmo tempo a dimensão subjetiva (IPEA, BRASIL, 2020).

O exercício de lucidez, a tomada de consciência são elementos importantes para a consolidação do conhecimento, sendo fruto de uma possível aprendizagem. Desse modo, é preciso estimular o exercício da racionalidade, da crítica, da autocrítica, da auto-observação, são pontos essenciais para aprender significativamente auxiliando positivamente na compreensão e na lucidez da aprendizagem (DEROUET, 2009).

É preciso dar as condições necessárias para que as mentes se desenvolvam e funcionem como mediadoras com o real, com o imaginário e com o simbólico. Uma vez que os homens tem matado suas paixões, a caridade, o valor do perdão e os valores básicos, ficando as sombras de um mundo obscuro do egocentrismo, sem à luz da racionalidade. E para Bourdieu, (1999) as desigualdades reais estão máscaradas diante de todo esse cenário.

Nos capítulos de sua obra Morin (2014) faz menção dos limites do conhecimento, provocando um questionamento epistemológico da racionalidade científica, onde não diferencia uma distinção interessante entre o explicar e compreender. Nisso fica nítido que muitos dos conteúdos e das práticas escolares são explicadas superficialmente e não compreendidas pelos seus ouvintes.

A respeito à organização dos conhecimentos, há inúmeras divergências, onde não há uma compatibilidade com as diferentes realidades culturais da humanidade. Por fim, Morin (2014) destaca três princípios de incerteza do conhecimento: o primeiro é cerebral o segundo é físico o terceiro é epistemológico. E todos precisam ser compreendidos para se chegar a uma verdade absolutamente. Numerosas interações e retroações precisam acontecer como estratégia que funcionam como subsídios para se atingir os objetivos da aprendizagem (BOBBIO, 1995).

Morin (2015) constata na prática muitos são os problemas da educação, e que os mesmos se encontram mascarados, sendo necessário pensar e repensar em ações e intervenções, que formulem novos avanços para que se alcancem resultados quantitativos e qualitativos na forma de como créditos, uma vez que muitos descreditaado, não conseguem mais ver o incrível poder de transformação e de alcance da educação.

Sem reformas de pensamentos, de visões, de

ações que permita mudanças drásticas e significativas para que o Estado, poder público, A família, a sociedade, A própria escola tenham novos patamares na qualidade da educação. No entanto, um dos problemas é que as mentes corrompidas, não aceitam reformas, e mesmo sabendo o valor da educação, não conseguem perceber a necessidade dessa reforma, ou ignoram tal necessidade. As desigualdades sociais são reproduzidas socialmente, onde a população é obrigada a se adaptar as regras de exploração (TENTI FANFANI, 2008).

Morin (2014) reformar mentes é um desafio, reformar as instituições é também uma prova forte de resistência em meio a tantas situações problemas que os cercam de todos os lados. A necessidade de reformar pensamentos, visões e de regenerar o ensino, A educação e aprendizagem em caráter emergencial. Por fim, o autor recapitula as finalidades educativas que vão além do ensino, atravessando as condições humanas que atingem as dimensões da aprendizagem do bem viver. Assim, educar para além da compreensão humana, contribui para a ressurreição da cultura de determinados valores e princípios que se perderam ao longo dos anos. Para que determinadas culturas, sejam regeneradas de forma democrática e cognitiva.

Morin (2014) ainda fala que o estado barbárie em que vivemos é um dos grandes obstáculos a serem encarados e superados em meio aos efeitos desastrosos do capitalismo. É instigante promover mudanças nesse cenário, mesmo reconhecendo que todo esse processo é utópico, a missão de educar e de reeducar sociedade, família, escolar e poder público é um universo repleto de complexidades que, requer ações precisas e imediatas.

As ideias de Morin (2015) em toda a sua obra mostra e sustenta, que nos tempos atuais o sistema de ensino apresenta uma problemática global, que se resume na concepção de enxergar o objeto, do qual ela considera apenas um aspecto ou uma parte, ou seja, esse objeto é o

próprio ser humano. As ideias mais sofisticadas das falas do pensador reforça a necessidade de repensar e reformar o pensamento dirigido ao sistema de ensino, que segundo ele Morin (2015) de forma particular, deprimem ou aborrecem o ensino atual, ou seja, não assume a própria essência da educação.

O autor ainda afirma, que há diferenças absurdas entre a educação e o ensino. Onde são apresentados conceitos distintos, sendo que o ensino é visto, como uma mera transmissão de saberes. Já educação vai muito mais além, de uma mera transferência de conteúdos isolados e descontextualizados. A educação é a compreensão da condição do viver, que favoreça ao mesmo tempo, um novo modo de pensar de forma aberta e livre.

A educação é conexão de transformação, que pode ajudar a nos tornarmos melhores, e mais felizes, e nos ensinar a viver de forma poética a vida, em meio aos temas e aos enfrentamentos encontrados nas diferentes circunstâncias da vida humana. Infelizmente houve sempre a dicotomia entre a educação das massas e a educação para elites, onde a boa formação de excelência é destinada para as à elite; e, para as classes trabalhadoras a mão-de-obra, e os empregos inferiores (FONSECA 1998).

Morin (2012) é chamado por muitos outros teóricos com o “arquiteto da complexidade” uma vez que a própria educação é complexa e precisa de inúmeras ações e intervenções na forma de políticas públicas para que a mesma possa contribuir para a auto formação da pessoa dentro da condição humana do ensinar e do bem viver. O ensinar precisa contemplar uma democracia verdadeira que tenha a solidariedade e a responsabilidade

Desde o início, as obras de Morin (2011) sustenta que nos tempos atuais as melhorias só aconteceriam sem a presença desse sistema neoliberal presente na atualidade. O fenômeno da fragmentação global das disciplinas e dos conteúdos. São problemas complexos,

fazendo com haja inúmeras lacunas e deficiências no sistema de ensino. A necessidade de se contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos são degraus para o progresso do conhecimento e da aprendizagem.

A capacidade de contextualizar e englobar os conteúdos das disciplinas para a tomada de decisões e a resolução de problemas. Para contextualizar e integrar os conteúdos é um desafio, mas que é fundamental para qualidade educacional, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada como se tem visto em algumas realidades, que são tão difíceis de intervir. Na contemporaneidade, especialmente com o acesso aos avanços das várias mídias tecnológicas e digitais e das ciências, há uma expansão significativa e a possibilidade de melhorar consideravelmente a educação em vários aspectos (NOSELLA; AZEVEDO,2009).

Para Azevedo, (1999) o conhecimento só pelo conhecimento não é muito proveitoso. A organização das informações, que são inseridas no contexto com as realidades é que vão fluir os avanços, que se esperam alcançar em todas as dimensões da educação. O pensamento e o conhecimento isolado e separado, é uma das causas de se ter uma educação com tantas lacunas e defasada, além de muitos outros fatores, que aqui não forma citados.

Morin (2013) constata que do ponto de vista globalizado acontece uma grande regressão da democracia, subtraída pela perda de muitos direitos. É urgente, portanto, que formemos cidadãos “capazes de enfrentar os problemas de sua época mas isso só será possível com o freamento e o enfraquecimento do sistema capitalista, no qual ainda impera a autoridade da auto dominação.

Mészáros (2009) fala de uma educação míope, fracionária e abstrata tem uma série de problemas que precisam de uma atenção especial. Saberes acumulativos, empilhados em disciplinas constrói um

indivíduo também unilateral. A educação de fato equitativa, requer além da seleção e da organização, precisa de um sentido real e concreto.

É impossível obter uma educação de fato equitativa, sem conhecer as partes específicas e minuciosas, e sem conhecer o todo. Assim, conhecer o todo é fundamental para que particularmente, haja mudanças necessárias para de fato haja a excelência necessária. Mesmo onde a falsa pregação do igualitarismo da ideologia capitalista uma verdadeira camisa-de - forças, que fala falsamente que todos têm oportunidades iguais e que as desigualdades com que se deparam não são o resultado dos efeitos do sistema capitalista (MANACORDA, 2008).

Sustentado em Durkheim, Morin (2015) estabelece que o objetivo da educação não é somente o de transmitir conhecimentos, mas, sobretudo o ensinar a viver e o transformar do conhecimento adquirido em “sapiência”, ou seja, em algo prático e palpável. Assim, a educação é composta por indivíduos, de desejos, de paixões, de sonhos, de relacionamentos de amor, de rivalidade, de ódio. Um conjunto de ações, sentimentos e emoções que precisam está bem harmonizado.

A escola dos conteúdos das fórmulas e das regras precisa conversar com a escolas da vida, em seus múltiplos sentidos, pois quando há essa conversação todo o processo fica com maior sentido e significado. Amenizando positiva, ente as trágicas situações problemas, sem o risco de fracasso, de erros, de negligências e loucuras que são cometidas dentro desse importante processo. (FRANÇA,2012).

Enfim, a verdadeira necessidade que há é a escola da compreensão, onde seja capaz de nos ensinar não só os conteúdos escolares e principalmente, as maiores lições da vida que estão pautadas e escritas nas entrelinhas da compaixão, da resiliência e do olhar para o outro. Possibilitando, lutas significativas contra o ódio, a

rejeição e a exclusão social, tão comum nas realidades vivenciada. (ADORNO,1996).

Afinal, vivemos em um mundo de incompreensão, de intolerância, de negligencias e tantas exclusão, sendo a escola o espaço privilegiado da sociedade, em parceria com as famílias, entre os demais parceiros dentro desse sistema. Morin (2005) também adverte acerca de uma sociedade complexa com vários problemas, tais como o autoengano, a ilusão, a mentira, e o fruto de um “egocentrismo” que se alastra de forma incontrolável por toda a sociedade, sendo desafiador muitas intervenções.

Neste sentido, Morin (2000) explica que o processo histórico percebe-se que no passado e no presente tem vista como uma máquina de produção, alienação e reprodução, onde há a conservação e a transmissão de meros conteúdos e o enriquecimento de um ser unilateral. É necessário, portanto, mudanças ao apenas formais mais sim radicais, mesmo em meio a uma cultura humanista, do governo capitalista. Conformer-se ao mercado alienador e capitalista é reduzir o papel transformador da educação, e o mais preocupante quando a imensa máquina chamada de educação é rígida, inflexível, fechada, burocratizada como se tem visto nas muitas realidades de norte a sul do país (HAYEK,1985).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação e a consolidação de um sistema educacional que seja de fato de todos e para todos sem barreiras e exclusão para uma determinada classe e a exclusão de outra. Todas essas mudanças devem acontecer com a participação plena de todos os envolvidos dentro desse processo sem barreiras econômicas, sociais e culturais. O processo educacional mesmo lento e com inumeras situações adversas, devido as limitações que se tem pode ser recuperado

positivamente, onde não seja apenas uma forma de abastecer o mercado de trabalho, mas reconhecer o indivíduo em sua plenitude e dimensão socioemocional.

A grande questão nesse momento é a busca para tentar reverter as desigualdades, impulsionando a luta de classes por novas ideias e que a educação, não seja apenas reprodutora, mas sim transformadora. Reescrever uma nova história pautada na equidade educacional e na universalização da educação. Durante este estudo podemos analisar que muitas teorias podem até ser utopias, mas é possível sim reverter diversas situações problemáticas por meio de ações e intervenções na forma de políticas públicas, para que haja novos patamares de uma educação muito mais significativa em muitas realidades, que são tão carentes.

Essa mudança está alimentada no foco da persistência e da luta de todos em suas dimensões em prol de um bem comum de todos. Todas essas metas para serem concretizadas envolve a realização de sonhos, estudos, planejamento, protestos, e sacrifícios por parte de todos os envolvidos dentro do processo. A garantia de seus direitos, principalmente pela classe trabalhadora, se dá por meio de guerreiras e guerreiros que buscam quebrar tabus, que são rotulados ao longo do processo histórico de toda uma sociedade excludente e que segrega de forma impiedosa, injusta e desumana.

Por fim, em resposta ao objetivo proposto, foi possível refletir sobre a temática construindo uma visão esclarecedora sobre a formação omnilateral, frente a história do mundo do trabalho. Sugerem-se outros estudos dentro da temática em questão, para que sejam aprofundados pontos tão importantes como esses, dentre tantos outros, que fazem parte desse segmento.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. Teoria da semicultura. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci, Cláudia B. Moura

Abreu. Educação e Sociedade, Campinas, v.XVII, n. 56, dez./1996.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2000.

AZEVEDO, Mário L.N. A Universidade Argentina em Tempos Menemistas (1989-1999): reformas, atores sociais e a influência do Banco Mundial, 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EdUnesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas Paris: Seuil, 1997.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Escritos de educação 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Renda - desigualdade - coeficiente de Gini Glossário do IPEA. Indicadores Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/discordancia/indicadorview>>. Acesso em: 10 set. 2021.

DEROUET, Jean-Louis. Entre a recuperação dos saberes oriundos da crítica e a construção dos padrões do "management" liberal: pesquisa, administração e política na França de 1975 a 2005. In: FERREIRA, Eliza B.; OLIVEIRA, Dalila A. Crise da escola e políticas educativas Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. Rev. Faculdade de Educação, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 set. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000100004>

FRANÇA: Hollande vai aumentar impostos em € 20 bilhões. O Globo (Reuters), 9 set 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/franca-hollande-vai-aumentar-impostos-em-20-bilhoes-6039739>>. Acesso em: 19 set. 2021.

HAYEK, Friedrich von. Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. A miragem da justiça social. São Paulo: Visão, 1985.v. II

HOBBSAWM, Eric. Entrevista a Geneton Moraes Neto, gravada em Londres, em 1995. Dossiê geral: o blog das confissões. Disponível

em:<<http://g1.globo.com/platb/geneton/2012/10/01/eric-hobsbawm-pecado-capital-do-capitalismo-e-injustica-social-pecado-capital-do-socialismo-foi-a-falta-de-liberdade-mas-ainda-ha-um-vasto-espaco-para-o-sonho/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo. Campinas: Alínea, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a forma, reformar o pensamento. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

MORIN, Edgar. A inteligência da Complexidade/ Edgar Morin & Jean-Louis-le Moigne. Trad. Nuremar Maria Falci. 3ª. Edição. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MORIN, Edgar. Amor, poesia e sabedoria. Trad. Edgard de Assis Carvalho. -7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORIN, Edgar. Ciência com Consciência. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. Ed. Revista e modificada pelo autor. 16ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MORIN, Edgar. Ensinar a Viver- Manifesto para Mudar a Educação. 1ª Ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. O método 1. A Natureza da natureza. Trad. Ilana Heineberg. 3ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do presente. In: Os Sete saberes necessários à Educação do Presente: por uma educação transformadora. Orgs.: Maria Candida de Moraes e Maria da Conceição de Almeida-Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. p. 33-45.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário L.N. A Educação em Gramsci. In: CALEGARI-FALCO, A.M. Sociologia da educação: olhares para escola de hoje. Maringá: EDUEM, 2009.

TENTI FANFANI, Emílio. Introdução: Olhando a escola de fora. In: TENTI FANFANI, Emílio (Org.). Novos temas na agenda da política educacional Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.



ISSN 2595-8704



**excellence**  
REVISTA CIENTÍFICA

**Revista Científica Excellence - Periódico Multidisciplinar.**

**Periodicidade: Bimestral.**

**Editora Inova | ISSN: 2595-8704.**

**E-mail: [revista@excellenceeduc.com](mailto:revista@excellenceeduc.com)**

**Site: [www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)**